

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**CRISTIANO CARDOSO DE ALMEIDA**

**MANIFESTAÇÕES DE 2013:  
GOVERNO DILMA E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**SÃO PAULO  
2019**

**CRISTIANO CARDOSO DE ALMEIDA**

**MANIFESTAÇÕES DE 2013:  
GOVERNO DILMA E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Ma. Andrea Bárbara Lopes de Azevedo.

**SÃO PAULO**

**2019**

## Ficha Catalográfica

ALMEIDA, Cristiano Cardoso de  
Manifestações de 2013: Governo Dilma e os novíssimos movimentos sociais /  
Cristiano Cardoso de Almeida. Caxias do Sul: FLACSO/FPA, 2019.  
255 f.:il  
Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade  
Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría  
Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2019.

Orientadora: Andrea Bárbara Lopes de Azevedo

**CRISTIANO CARDOSO DE ALMEIDA**

**MANIFESTAÇÕES DE 2013:  
GOVERNO DILMA E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em:.....

---

Profa. Ma. Andrea Bárbara Lopes de Azevedo  
FLACSO Brasil/FPA

---

Prof. Dr. Jean Tible  
FFLCH/USP

---

Prof. Me. William Nozaki  
FESP/FLACSO

---

Profa. Dra. Patrícia Valim (suplente)  
FFCH/UFBA

## RESUMO

Este trabalho objetivou compreender as ações governamentais e as políticas públicas desenvolvidas pelo governo Dilma, em face às Manifestações de 2013 e aos Novíssimos Movimentos Sociais, entender melhor as configurações dos movimentos sociais, novos ou novíssimos, as estruturas e modos de decisões em um governo protagonizado por um partido originário dos Movimentos Sociais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com seis quadros políticos que tiveram participação no governo de Dilma Rousseff-PT. Também vem responder ao interesse de aprimorar o entendimento sobre o contemporâneo e instrumentalizar os agentes políticos na construção de políticas públicas em defesa de sociedades mais justas e igualitárias.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Manifestações de 2013. Governo Dilma. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This work aimed to understand the public policies and governmental actions of the Dilma Government, led by a party that originated from the social movements, in face of the manifestations of 2013 and the newest social movements. Better understand the configurations of social movements - new or brand new - and the structures and modes of government decisions. It also responds to the interest of improving the understanding about the contemporary and instrumentalize the political agents in the construction of public policies in defense of more just and egalitarian societies.

**Key-words:** Social Movements. Manifestations of 2013. Government Dilma. Public Politics.

## LISTA DE ABREVIÇÕES

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
AMOB	Associações de Moradores de Bairros
BAND	Rede Bandeirantes
BRIC	Brasil Rússia Índia e China
BRT	Bus Rapid Transit
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CMTC	Cia Municipal de Transporte Coletivo
CNB	Construindo Um Novo Brasil
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CODECA	Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Democratas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAL	Faculdade América Latina
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FIES	Financiamento Estudantil
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INCA	Instituto Cajamar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JAE	Juventude da Articulação de Esquerda
JPT	Juventude do Partido dos Trabalhadores
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Transexuais ou Transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MBL	Movimento Brasil Livre
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MP	Ministério Público
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPL	Movimento Passe Livre
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIJ	Organização Ibero-americana de Juventude
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SE	Sergipe
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDISERV	Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SRI	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UCES	União Caxiense de Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual de Estudantes
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do RJ
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS MANIFESTAÇÕES DE 2013</b> .....	<b>17</b>
1.1 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	27
1.1.1 Centrais Sindicais no Brasil .....	28
1.1.2 Movimento Estudantil Brasileiro.....	30
1.1.3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra .....	35
<b>2 NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	<b>41</b>
2.1 DEBATE URBANO .....	42
2.2 MOVIMENTO PASSE LIVRE .....	43
2.3 <i>BLACK BLOC</i> .....	46
2.4 <i>ANONYMOUS</i> .....	48
2.5 JUVENTUDES E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	49
<b>3 MANIFESTAÇÕES DE 2013 NO MUNDO</b> .....	<b>53</b>
<b>4 NOVAS FORMAS DE SE FAZER POLÍTICA</b> .....	<b>55</b>
4.1 CRÍTICA AOS PARTIDOS .....	55
4.2 AGENDA JUVENTUDE BRASIL .....	59
4.3 NOVO FORMATO DE ORGANIZAÇÃO .....	61
4.4 REDES SOCIAIS .....	62
<b>5 O PERIGO DA ANTIPOLÍTICA</b> .....	<b>64</b>
5.1 1968 <i>VERSUS</i> 2013 .....	64
5.2 DITADURA <i>VERSUS</i> FASCISMO.....	68
<b>6 ETAPAS DAS MANIFESTAÇÕES</b> .....	<b>71</b>
<b>7 GOVERNO DILMA</b> .....	<b>75</b>
7.1 AÇÕES DO GOVERNO DILMA .....	77
7.2 REFORMA POLÍTICA .....	79

7.3	POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O DIÁLOGO CC NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	
<b>8</b>	<b>ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>83</b>
8.1	ANÁLISE DA ENTREVISTA COM CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS JÚNIOR .....	83
8.2	ANÁLISE DA ENTREVISTA COM GABRIEL MEDINA DE TOLEDO .....	86
8.4	ANÁLISE DA ENTREVISTA COM GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS.....	91
8.5	ANÁLISE DA ENTREVISTA COM JEFFERSON LIMA .....	93
8.6	ANÁLISE DA ENTREVISTA COM SEVERINE CARMEM MACEDO.....	95
<b>9</b>	<b>CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>
9.1	CONVERGÊNCIAS ENTRE OS ENTREVISTADOS .....	100
9.2	DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ENTREVISTADOS .....	105
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou entender as ações governamentais e as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Dilma, em face às manifestações de 2013 e aos novíssimos movimentos sociais. Procurou também realizar uma revisão bibliográfica na literatura existente sobre os movimentos sociais, novos ou novíssimos, as estruturas e modos de decisões num governo protagonizado por um partido originário dos movimentos sociais. Também vem responder ao interesse de aprimorar o entendimento sobre o contemporâneo e instrumentalizar os agentes políticos na construção de políticas públicas em defesa de sociedades mais justas e igualitárias.

Buscando a compreensão do que foram as manifestações de 2013 e suas consequências para o país, foram realizadas entrevistas com seis quadros políticos do governo federal, sendo dois ex-ministros, três ex-secretários nacionais de juventude e uma referência com grande participação nos conselhos nacionais, formuladoras das políticas públicas num diálogo entre governo e sociedade civil. Todos os entrevistados tiveram participação no governo de Dilma Rousseff – PT.

As manifestações de 2013 foram protagonizadas pela juventude que demonstrou querer outras formas de organização na sociedade, menos hierárquicas, menos tradicionais e mais dinâmicas, sendo jovens que querem participar da política, mas de outra forma. Para contribuir com a pesquisa a dissertação procurou estudar alguns conceitos de juventudes, novos movimentos sociais e novíssimos movimentos sociais. “Compreender a juventude atual é desvendar o mundo de hoje”, destacou a antropóloga Regina Novaes<sup>1</sup>, estudiosa dos temas juvenis. E é a isso, que esse trabalho se propõe, compreender a conjuntura do último período e as suas transformações, para que as instituições, como os governos, os movimentos sociais e os partidos políticos, desenvolvam ações que os renovem e construam uma sociedade melhor.

Este trabalho tem como problema de pesquisa avaliar as estruturas e modos de decisões governamentais, as análises sobre o que foram as manifestações de 2013, as formas de organização dos movimentos sociais envolvidos nas manifestações e o diálogo entre o governo Dilma e os denominados novíssimos movimentos sociais.

Percebe-se que, passados seis anos das manifestações de 2013, ninguém pesquisou quais foram as ações e reações do governo Dilma e quais mudanças foram introduzidas durante

---

<sup>1</sup> NOVAES, Regina Reys. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007, p. 253.

e após as manifestações de 2013. Os estudos dessas temáticas devem ser aprofundados por professores, pesquisadores e pelos estudantes-trabalhadores deste país.

Ao desenvolver este trabalho, percebi que faço parte da nova classe trabalhadora, conforme teorizou Tible e Medeiros,<sup>2</sup> da estratificação social que teve ascensão social e econômica, principalmente durante os governos de Lula e Dilma no comando político do país. Passei da condição de coletor de lixo/gari (2006) a servidor público municipal em Caxias do Sul, como secretário de escola. Possuo hoje formação em Ciência Política (FAL), Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas (UNICAMP), Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas (FLACSO), sou pós-graduando de Especialização em Docência Básica e Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e sou Conselheiro Fiscal titular do Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul (2019).

Políticas públicas, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Bolsa Família e a criação dos Institutos Federais, elaborados durante o governo Lula, tiveram presença significativa em minha vida. Em 2013, me encaixava perfeitamente nos critérios estabelecidos para a classificação como membro da nova classe trabalhadora, conforme destacou Negri, Braga, Singer e outros estudiosos. Tinha 32 anos, ganhava até 5 salários-mínimos, era secretário de escola pública (profissão-média inferior, segundo fundamentou Quadros<sup>3</sup>) e, na fase final da graduação em nível superior. Mesmo filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e desempenhando a função de assessor parlamentar na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, resolvi participar das manifestações de 2013, pois acreditei que ali estava a oportunidade de mudança no sistema político brasileiro.

Houve diversas manifestações em 2013, no município de Caxias do Sul, porém no dia 21 de junho de 2013, data do pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff em rede nacional de televisão, foi o dia da maior presença de pessoas nas ruas na minha cidade, com aproximadamente 65.000 manifestantes, segundo dados da Brigada Militar. Neste dia, Dilma anunciou um pacto nacional com cinco pontos: 1) responsabilidade fiscal; 2) considerar crime hediondo os casos de corrupção e defende mecanismos mais eficientes de controle do cidadão sobre quem os representa no país; 3) melhorias no sistema de saúde; 4) investimentos para obras de mobilidade urbana e transporte público e 5) aprovação de investimentos de 100% dos

---

<sup>2</sup> TIBLE, Jean; MEDEIROS, Josué. *Junho disruptivo: a nova configuração do conflito de classes no Brasil. Cuadernos de Coyuntura*, 4 jul. 2014. Disponível em: <<http://coyuntura.socials.uba.ar/515/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

<sup>3</sup> SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos, CEBRAP*, São Paulo, n. 97, novembro de 2013, p. 31.

royalties do petróleo para educação. Ela também apresentou a proposta de realização de um plebiscito popular pela realização de uma constituinte exclusiva para a realização da reforma política. Percebi que aquelas pessoas, em sua maioria jovens, que procuravam reunir e organizar as manifestações de 2013, em Caxias do Sul, comemoraram muito o anúncio da presidenta, mesmo aqueles manifestantes sem identificação partidária ou que estavam participando das manifestações pela primeira vez.

Entretanto, nas reuniões do PT que eu participei, naquele período, as interpretações geralmente eram negativas sobre 2013, mas eu possuía outra percepção, por ter participado presencialmente das reuniões, tanto do PT de Caxias do Sul, como das tentativas de organização das manifestações de 2013, com uma diversidade enorme de grupos organizados ou indivíduos que estavam participando pela primeira vez de manifestações de rua. Muitos jovens que se reuniam nos espaços das manifestações tornaram-se militantes em setores da esquerda, dentro do espectro político. Havia outras propostas de organização política: organização em coletivos, estrutura horizontalizada e realização de assembleias para decisões políticas.

Em 2014, realizei o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Ciência Política, com o seguinte tema de pesquisa: O Impacto da participação das juventudes nas manifestações de 2013 nos partidos políticos em Caxias do Sul, o que me fez perceber que os dirigentes partidários caxienses possivelmente estavam com dificuldade em interpretar os acontecimentos de 2013, muito possivelmente pela proximidade histórica. Também percebi que havia algo diferente em 2013, e não era somente a instrumentalização pela direita. Sempre tive a impressão que havia algo de progressista e de novo durante as manifestações daquele período.

Esta dissertação está dividida em nove capítulos, visto que, para entender as manifestações de 2013, é preciso analisar a construção das forças políticas e os fatores que levaram as suas alterações. Por isso, convém estruturar uma metodologia de trabalho que pressupõe dividi-lo em capítulos temáticos, primeiramente com recortes históricos, analíticos e conceituais, para, posteriormente, realizar uma pesquisa qualitativa na realidade abordada.

O Capítulo I, intitulado Movimentos Sociais e as Manifestações de 2013, relata os movimentos sociais e as manifestações de 2013 no Brasil, procurando explicar esse momento marcante da historiografia brasileira, sua origem, etapas, características, consequências, grupos e movimentos sociais envolvidos. Foram conceituados os denominados novos movimentos sociais, através de uma pesquisa bibliográfica sobre as centrais sindicais no

Brasil, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT); o movimento estudantil brasileiro, em destaque a União Nacional dos Estudantes; a luta pela reforma agrária, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a luta pela moradia urbana, através do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

O Capítulo II, intitulado de Novíssimos Movimentos Sociais, fala sobre as novas formas de organização política no Brasil, através dos denominados novíssimos movimentos sociais, protagonizados, em sua maioria, por jovens, com uma grande utilização da tecnologia. Procurou-se entender as diferenças referente aos novos movimentos sociais e a forma de atuação do PT, com uma forte presença nas cidades e um grande debate urbano. Como referência destes movimentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do Movimento Passe Livre, as atuações *Black Bloc* e o movimento autodenominado *Anonymous*. Pelo protagonismo juvenil destes movimentos, foi procurado conceituar o termo *juventudes*.

O Capítulo III, intitulado de Manifestações de 2013 no Mundo, relatou as manifestações de 2013 no mundo, através de um processo global iniciado praticamente em 2010, passando por diversos países africanos, do mundo árabe, europeus e americanos. O sociólogo espanhol Manuel Castells foi utilizado com principal referência teórica.

O Capítulo IV, denominado de Novas Formas de se Fazer Política, demonstra as críticas existentes relacionadas ao sistema representativo brasileiro e aos partidos políticos, quando foi realizada uma reflexão sobre a pesquisa de opinião pública denominada Agenda Juventude Brasil que procurou acompanhar as tendências de comportamentos e opiniões dos jovens ainda em 2013, pela Secretaria Nacional de Juventude, que fala sobre os novos formatos de organização política e sobre a utilização das redes sociais como instrumento de mobilização.

O Capítulo V, O Perigo da Antipolítica, relata sobre algumas comparações existentes entre as manifestações de 1968 e as de 2013, como, por exemplo, o espírito libertário dos atos e a grande presença de jovens nas manifestações. Também foram destacados os riscos das manifestações de 2013 de enfraquecerem a democracia, levando a possibilidade de ocorrer um regime autoritário no país.

O Capítulo VI, das Etapas das Manifestações, realizou um resgate histórico das etapas das manifestações e da construção dos novos e novíssimos movimentos sociais no Brasil, procurando conceituá-los para um melhor entendimento. Também foram destacadas as estratificações sociais presentes nas manifestações de 2013.

O Capítulo VII, do Governo Dilma, procurou fazer um breve resgate histórico da formação do sistema político brasileiro e da conjuntura que levou Dilma ao Palácio do Planalto, com uma análise das ações anteriores, durante e posteriores às manifestações de 2013, e uma reflexão sobre os processos de participação popular.

No Capítulo VIII são analisadas as entrevistas realizadas com quadros políticos do governo federal, procurando compreender como foram os processos de tomada de decisão e as avaliações das manifestações de 2013 no governo Dilma. Também procurou-se analisar quais foram os reflexos junto à população nesse contexto de mobilizações que movimentou o Brasil. Trata-se de uma pesquisa que buscou investigar como o Governo Federal, pelos quadros políticos que ocuparam cargos significativos em sua estrutura, entenderam, compreenderam e interpretaram as manifestações de 2013.

O Capítulo IX apresentou as convergências e as divergências entre as análises dos entrevistados sobre as manifestações de 2013. Importante destacar que, no momento da análise das entrevistas, foram somente selecionadas as falas relevantes, as convergências e as divergências para o objetivo desse trabalho.

O questionário utilizado por esta pesquisa foi elaborado pelo autor deste trabalho, e o roteiro de pesquisa e o convite enviados encontram-se nos APÊNDICES A e B. Os entrevistados foram escolhidos em função de terem ocupado importantes cargos durante o governo de Dilma Rousseff e também por estarem presentes durante as manifestações de 2013 na composição do governo, momento marcante para a historiografia brasileira e dos estudos de política.

As entrevistas foram feitas entre os dias 06 de novembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019. Eis seus nomes e respectivas funções que desempenhavam no governo no momento das manifestações de 2013:

- 1) Clédisson Geraldo dos Santos Júnior - membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- 2) Gabriel Medina de Toledo – coordenador de juventude na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.
- 3) Jefferson Lima – secretário na Secretaria Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores.
- 4) Severine Carmem Macedo - secretária na Secretaria Nacional de Juventude do Governo federal.
- 5) Gilberto Carvalho - ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da

República

6) Gilberto José Spier Vargas, o Pepe Vargas - ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As entrevistas encontram-se, na sua íntegra, nos APÊNDICES C a H.

Importante destacar que a conjuntura política que levou às manifestações de 2013 no Brasil enquadram-se dentro de um contexto internacional, explicado pelo professor da Universidade Federal do ABC, Valter Pomar. Para Pomar, o sistema político-partidário no Brasil estava em crise e inter-relacionando a diversas dimensões, sendo elas: crise internacional, crise do capitalismo brasileiro e crise do regime. Para ele, a crise internacional estava ligada à questão da financeirização, quando a riqueza que circula nos mercados financeiros é, muitas vezes, maior do que a soma do PIB de todos os países do mundo, ocasionando grandes desvalorizações financeiras. Já a crise do capitalismo brasileiro, teria tido origem, segundo Pomar, a partir de um processo ao longo dos últimos séculos com quatro grandes características: dependência externa, desigualdade social, democracia oligárquica e desenvolvimento limitado. No que se refere à crise do regime, Pomar desenvolve a possibilidade de as elites quererem aprofundar o golpismo<sup>4</sup> e, se necessário, com doses de militarização.

O golpismo apresentado por Pomar é o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Instituições, a imprensa internacional, intelectuais e lideranças brasileiras defenderam a tese de que foi um golpe parlamentar, midiático e judiciário, pois rompeu com um princípio democrático, violando a decisão soberana de mais de 54 milhões de brasileiros que elegeram Dilma presidenta da República. Wanderley Guilherme dos Santos,<sup>5</sup> cientista político, afirmou o seguinte em seu artigo sobre o golpe de 2016: “A seriedade das instituições republicanas se dilui no despudor de um Legislativo que convive com a propaganda da tortura e na prolixidade capciosa dos tribunais de justiça.”

Segundo alguns intelectuais como Jessé de Souza e Fernando Haddad, as manifestações de 2013 serviram como um instrumento para uma rearticulação da direita, que acumulou forças nas eleições de 2014 e após conseguiu rearticular-se e consolidar o golpe

---

<sup>4</sup> Valter Pomar define golpismo como o golpe político-institucional, realizado no ano de 2016, para derrubar o governo da presidenta Dilma Rousseff, articulado pelas oligarquias brasileiras com o apoio da mídia corporativista, partidos conservadores e membros do judiciário elitista.

<sup>5</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Grande Dúvida Constitucional de que o Supremo Fugirá. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENEBBAUN, Marcio; FILHO, Wilson Ramos. *A Resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016. p. 414.

contra uma Presidenta democraticamente eleita. As manifestações de 2013 também foram progressistas no sentido de apresentarem novas formas de organização política.

## 1 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

No dia 06 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL/SP) organizou uma manifestação contra o aumento da tarifa no transporte coletivo da capital paulista.<sup>6</sup> Nas estimativas oficiais da Polícia Militar local, as primeiras manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), juntaram cerca de 2.000 pessoas. Dados que, segundo o historiador Secco, demonstram a tradicional capacidade de arregimentação do MPL em protestos de rua.<sup>7</sup>

Os órgãos de segurança agiram com agressividade. Algo natural, segundo o filósofo italiano Antonio Negri,<sup>8</sup> que afirma que a agressividade sempre acontece em manifestações populares, pois o Estado é baseado na própria violência e está relacionada aos conflitos entre os manifestantes e as forças policiais.

A imprensa deu visibilidade a essa violência, causou uma comoção nacional e encorajou diversos setores da sociedade a irem às ruas, havendo manifestações em inúmeros municípios no país. Secco<sup>9</sup> reforçou que essa solidariedade provavelmente foi oriunda do ataque a jornalistas e a uma aparente composição social de manifestantes de classe média, forçando a direita midiática a apoiar os manifestantes.

No entanto, desta vez, diferentemente das mobilizações com as quais o país já havia vivenciado, não foram os partidos políticos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) ou outras centrais sindicais<sup>10</sup> os protagonistas dessas manifestações, mas os jovens e os jovens-adultos que almejavam outro jeito de se fazer política e lutavam por mais direitos.

Segundo o jornal Brasil de Fato, a solidariedade ao MPL juntou, em São Paulo cerca de 250 mil pessoas, nas manifestações seguintes, até os dias em que os governos baixaram as tarifas de ônibus e metrô. Em 1992 foi a última vez que milhares de brasileiros, em sua maioria

---

<sup>6</sup> EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Relembre*: jornada de protestos de junho completa um ano. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/protestos-completam-um-ano-e-violencia-policial-se-repete>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

<sup>7</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes*: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 73.

<sup>8</sup> O LEGADO DE JUNHO. Antônio Negri: É a multidão que comanda a história. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8 jun. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Antonio-Negri-E-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

<sup>9</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes*: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 73.

<sup>10</sup> Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, existem hoje 11 centrais sindicais no país, conforme pesquisado em MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/central\\_sindical/estatisticas.htm](http://portal.mte.gov.br/central_sindical/estatisticas.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

jovens, foram às ruas, incentivados pelo chamado Movimento dos “Caras Pintadas”<sup>11</sup> e defenderam o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, passando de 20 anos de uma grande mobilização de rua no país.

Em julho de 2013, o periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* destacou que mais de 2 milhões de pessoas participaram das manifestações, em 438 municípios, protestando contra a condição insuportável da vida nas cidades.<sup>12</sup> O editor Silvio Caccia Bava se referiu a esse público como sendo o cidadão indignado, tendo seu ápice no dia 21 de junho de 2013, onde 388 cidades (sendo 22 capitais) se mobilizaram e levaram grande público às ruas, com as mais variadas agendas.<sup>13</sup> Neste período, continuou a pauta da redução das passagens no transporte público, mas outras apareceram, como a exigência por mais recursos na saúde e na educação, o combate à corrupção, a contrariedade aos gastos excessivos com a realização da Copa do Mundo que estava para ser sediada no Brasil e a chamada PEC 37, a defesa da Reforma Política, entre outras inúmeras reivindicações.

A PEC 37 foi uma proposta de emenda constitucional que procurava incluir como atividade privativa da polícia judiciária a apuração de investigações criminais, vedando a atuação do Ministério Público nesses casos. Esse projeto teve, no início, mais de 200 assinaturas de apoiadores, terminando com nove votos favoráveis e 430 votos contrários, sendo rejeitada pela Câmara dos Deputados no dia 25 de junho de 2013, possivelmente resultado da pressão das manifestações de rua.

A defesa de mais recursos em saúde e educação, além de serem áreas prioritárias, encontra uma explicação razoável na visão de alguns estudiosos estrangeiros, como os brasilianistas<sup>14</sup> Anthony Pereira,<sup>15</sup> Marshall Eakin<sup>16</sup> e Riordan Roett,<sup>17</sup> que entendem que uma das motivações das manifestações de 2013 foi a melhoria das condições de vida e o crescimento da classe média, elevando o nível de expectativa da população em relação às áreas da saúde e educação.

---

<sup>11</sup> KIELING, Charles Antonio. *O Golpe de 1992: uma retrospectiva histórica de 1964 até 1997*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998, p. 53.

<sup>12</sup> PARA ONDE VAI O GOVERNO? *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, p. 3, jul. 2013. Editorial.

<sup>13</sup> MANIFESTAÇÕES PIPOCARAM POR TODO O PAÍS. *Folha de Caxias*, Caxias do Sul, 21 jun. 2013. Especial, p. 7.

<sup>14</sup> Brasilianistas são especialistas estrangeiros que se dedicam a estudar o Brasil nas mais diversas questões.

<sup>15</sup> Cientista político inglês e diretor da *King's Brazil Institute*. O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, 13. jul. 2013, p. 04.

<sup>16</sup> Historiador americano, especialista em História do Brasil da Vanderbilt University. O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, 13. jul. 2013, p. 04.

<sup>17</sup> Diretor do Programa de Estudos Latino-americanos da Universidade Americana Johns Hopkins. O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, 13. jul. 2013, p. 04.

Nesta mesma data, dia 21 de junho de 2013, a Presidenta da República Dilma Rousseff fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, anunciando diversas ações do governo federal, tais como a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, priorizando o transporte público, com destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para a educação, e o Programa Mais Médicos, com médicos vindos do exterior, para ampliar o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o comprometimento de continuar combatendo a corrupção. Em uma demonstração de que estava atenta às reivindicações, a Presidenta fez a seguinte fala: “A minha geração lutou muito para que as vozes das ruas fossem ouvidas. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada e não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros.”<sup>18</sup>

Alguns dias depois, a Presidenta apresentou um pacto nacional com cinco pontos, onde procurou dialogar com as pautas apresentadas pelos manifestantes, sendo eles: 1) responsabilidade fiscal para estabilidade econômica diante da crise mundial; 2) considerar crime hediondo os casos de corrupção e a criação de mecanismos mais eficientes de controle do cidadão sobre quem os representa no sistema político brasileiro; 3) melhorias no sistema de saúde; 4) investimentos para obras de mobilidade urbana e transporte público e 5) aprovação de investimentos de 100% dos *royalties* do petróleo para educação. Também apresentou a proposta de realização de um plebiscito pela a realização de uma constituinte exclusiva para a reforma política, ideia que foi sepultada pelo Congresso Nacional, logo após em julho de 2013.<sup>19</sup>

No segundo momento das manifestações de 2013, onde o MPL não era mais o protagonista dos protestos e a rejeição aos partidos políticos, ao Congresso Nacional e outras instituições estavam fortemente consolidadas, e inúmeros manifestantes defendiam uma forma de participação mais direta da população, com uma organização mais horizontal, sem a figura do líder, com a distribuição de tarefas em formato de comissões e a realização de assembleias para as tomadas de decisões, onde qualquer pessoa podia se manifestar, como o que se percebeu nas manifestações de rua em Caxias do Sul<sup>20</sup> e na ocupação da Câmara de Vereadores, em Porto Alegre, para citar alguns exemplos. Pode-se notar que esse formato de

---

<sup>18</sup> DILMA FAZ PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO. *Folha de Caxias*, Caxias do Sul, 22 jun. 2013, p. 7.

<sup>19</sup> A QUALQUER MOMENTO PODE VOLTAR. *Brasil Melhor. Pioneiro*, Caxias do Sul, 15. jul. 2013, p. 12.

<sup>20</sup> INQUIETAÇÃO NAS RUAS CHEGOU EM CAXIAS. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 19 jun. 2013, p. 16.

Especial. Entrevista realizada pelos jovens Tiago Guerra, Taís Lopes Pereira e Afonso Dalla Rosa, do movimento denominado Caxias Acordou na cidade de Caxias do Sul, RS.

organização horizontal, mais ativo e mais direto, teve aparição em todo o Brasil durante junho de 2013.

Roett, também fundador do Centro de Estudos Brasileiros, entende que a ascensão da classe C também adicionou um novo elemento à conjuntura política: “35 a 40 milhões de novos consumidores começaram a questionar as atuais políticas porque estão cada vez mais conscientes das carências da sociedade.”<sup>21</sup>

As análises dos professores Ortellado<sup>22</sup> e Winckler<sup>23</sup> coincidem em alguns pontos. Para eles, a pauta do combate à corrupção demonstra que, durante o chamado segundo momento das manifestações de 2013, outro perfil de público foi às ruas: a classe média alta conservadora,<sup>24</sup> segundo Winckler, e a classe média alta despolitizada,<sup>25</sup> para Ortellado. Ambos avaliam que foi principalmente após uma forte intervenção da grande mídia, que ela mesma procurou dar a direção política dos protestos, utilizando, como em outros momentos da história, a pauta do combate à corrupção, porém, de forma genérica, moralista e contrária ao governo Dilma, como destacou Winckler<sup>26</sup> em palestra realizada em maio de 2014. Para alguns militantes do Movimento Passe Livre, uma das motivações da classe média ter ido às ruas foi o fato de essa classe ter tido pouco acesso às políticas públicas desenvolvidas. Segundo os militantes, quem teve mais acesso às políticas foram os mais ricos e os mais pobres.

Winckler<sup>27</sup> também afirmou, em um artigo da Fundação de Economia e Estatística, que foi realizada uma pesquisa em vários Estados, no calor dos embates, mostrando a participação majoritária de jovens entre 17 e 24 anos, sendo, em parte, filhos da classe média mais tradicional e, principalmente, de novos trabalhadores que ascenderam socialmente, devido às oportunidades de emprego, ainda que modestos, e à expansão de oportunidades de acesso ao ensino universitário. Sobre o antipartidarismo, o sociólogo afirmou que ser contra os partidos políticos interessa aos setores conservadores, mas também conta com a simpatia

<sup>21</sup> O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, 13. jul. 2013, p. 04.

<sup>22</sup> ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

<sup>23</sup> Palestra intitulada As Manifestações de Junho de 2013 – suas repercussões, proferida em 07 de maio de 2014, na Universidade de Caxias do Sul, na cidade de Caxias do Sul, RS.

<sup>24</sup> Palestra intitulada As Manifestações de Junho de 2013 – suas repercussões, proferida em 07 de maio de 2014, na Universidade de Caxias do Sul, na cidade de Caxias do Sul, RS.

<sup>25</sup> O JUNHO DE 2013. Mobilizações pelo Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p. 5, jul. 2013.

<sup>26</sup> Palestra intitulada As Manifestações de Junho de 2013 – suas repercussões, proferida em 07 de maio de 2014, na Universidade de Caxias do Sul, na cidade de Caxias do Sul, RS.

<sup>27</sup> WINCKLER, Carlos Roberto. As Jornadas de Junho. In: Carta de Conjuntura FEE.: *Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser*, Porto Alegre, p. 08, 2013. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/author/winckler/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

de grupos autonomistas e anarquistas com a presença em determinados segmentos juvenis.<sup>28</sup> Parte do movimento acabou sendo absorvido pelo conservadorismo e pelo chamado nacionalismo ufanista, ou seja, um orgulho excessivo pela pátria e pouca possibilidade de diálogo com outras ideias.<sup>29</sup>

Na contrariedade aos gastos excessivos com a realização da Copa do Mundo no Brasil, os manifestantes entenderam que a verba pública poderia ser melhor utilizada na saúde, na educação, no transporte de qualidade e em outras demandas, pois grandes estruturas, como os estádios de futebol, ficariam obsoletas após a Copa. Muitos manifestantes também avaliaram que, no Brasil, é forte a prática de desvios de dinheiro público e superfaturamento de obras.

No dia 03 de julho de 2013, Dilma Rousseff afirmou que as manifestações populares das últimas semanas demonstraram a necessidade de ampliação da democracia participativa, destacando que a sociedade estava exigindo novas formas de atuação dos poderes do Estado e, por isso, propôs o plebiscito pela Reforma Política e em 11 de julho de 2013, e centrais sindicais, movimento estudantil, setores populares e partidos de esquerda organizaram o Dia Nacional de Lutas, convocando os brasileiros para uma greve geral.

Os movimentos sociais e partidos políticos referenciados na esquerda do espectro político defenderam pautas unificadas, como o marco regulatório dos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho, a contrariedade às terceirizações, o fim do fator previdenciário, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, maiores investimentos em saúde e outras pautas. Além disso, os manifestantes paralisaram o transporte coletivo e bloquearam diversas rodovias no país, em busca do velho protagonismo nas ruas que antes existia.<sup>30</sup> A seguinte afirmação aparece na entrevista dada pelo secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Pascoal Carneiro, ao jornal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) denominado *A Classe Operária*: “Iremos demonstrar nossa capacidade de articulação e contribuir para que essa onda de manifestações tome um rumo progressista, no sentido de trazer melhorias concretas para a classe trabalhadora e de impedir que qualquer movimento antidemocrático ganhe força perante a sociedade.”<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> WINCKLER, Carlos Roberto. As Jornadas de Junho. In: Carta de Conjuntura FEE.: *Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser*, Porto Alegre, p. 08, 2013. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/author/winckler/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

<sup>29</sup> QUAL BRASIL NASCEU DAS RUAS? *Jornal dos Bairros*, Caxias do Sul, p. 6, ago. 2013. Especial.

<sup>30</sup> EM BUSCA DO VELHO PROTAGONISMO. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 17, 04 jul. 2013. Mirante.

<sup>31</sup> 11 DE JULHO: DIA DE LUTA PELAS MUDANÇAS. Protestos. *A Classe Operária*, São Paulo, p. 2, jul. 2013.

O que começou em luta por redução na tarifa de transporte coletivo transformou-se em gritos de descontentamento generalizado, de reivindicação de melhoria tanto nos serviços públicos quanto no sistema político. No terceiro momento, há ênfase na pauta trabalhista por parte dos movimentos sindicais.<sup>32</sup> O fato de os movimentos sociais tradicionais não serem, naquele momento, os protagonistas das manifestações de 2013 propiciou mudanças significativas no caráter dessas mobilizações. Não existiam pautas claras ou específicas, nem grandes lideranças no comando desses protestos e agendas, como o combate a corrupção, a negação aos partidos políticos, a discordância quanto à realização da Copa no Brasil, a reivindicação de melhorias na qualidade dos serviços públicos, entre outros, que ganharam força no cenário nacional.

As manifestações de 2013 movimentaram o cenário político brasileiro. Os partidos políticos, em alguns momentos, sentiram-se acuados e tiveram que repensar sua forma de atuação, para dialogarem melhor com o conjunto da sociedade brasileira. “Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar”,<sup>33</sup> sentenciou Dilma Rousseff, em sua fala em rede nacional no ápice das manifestações de 2013, embora se perceba um crescimento entre a população que considera justificável um golpe militar quando existe corrupção. Segundo os dados da Pesquisa de Opinião Pública Latino-Americana, realizada entre 2012 e 2014, a quantidade de pessoas que acham justificável um golpe militar passou de 36% para 48%.<sup>34</sup>

Também é importante perceber os inúmeros resultados positivos, fruto das manifestações de 2013, como: a reversão do aumento da passagem de ônibus, no mínimo em 15 cidades brasileiras; o anúncio por parte da Dilma do programa Mais Médicos; e a aprovação do Senado tornando crime hediondo a corrupção e o recuo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que queria retirar o poder de investigação do Ministério Público (MP).

O MPL teve muito a comemorar, pois houve redução de tarifas de ônibus em muitas cidades, cancelamento de aumentos previstos e a possibilidade de um melhor controle social do transporte público, colocando a pauta da mobilidade urbana de forma significativa no país,

---

<sup>32</sup> A QUALQUER MOMENTO PODE VOLTAR. Brasil Melhor. Jornal Pioneiro, Caxias do Sul, p. 11, 15 jul. 2013.

<sup>33</sup> PALÁCIO DO PLANALTO: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

<sup>34</sup> A Pesquisa de Opinião Pública Latino-Americana é coordenada pela Universidade de Vanderbilt, dos Estados Unidos, e feita em parceria com universidades de todo o continente. Na edição de 2012, os dados no Brasil foram levantados pela UnB com apoio da Capes. Em 2014, o instituto Vox Populi foi o responsável pelo levantamento.

inclusive com referência da própria Presidenta, declarando que as manifestações mostravam uma exigência de transporte público de qualidade e a preço justo.<sup>35</sup> Em São Paulo, por exemplo, o então Prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB) anunciaram, no dia 20 de junho de 2013, uma redução da tarifa de ônibus, metrô e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), de R\$ 3,20 para R\$ 3,00.

No Rio de Janeiro não foi diferente. O então Prefeito Eduardo Paes (PMDB) anunciou a diminuição no preço das passagens de R\$ 2,95 para R\$ 2,75. No Rio Grande do Sul (RS), o então Governador Tarso Genro encomendou ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) estudos para a redução do custo das passagens de ônibus nas cidades do Estado e para a criação de um passe para os estudantes, o que resultou, meses depois, na criação do passe livre estudantil, que beneficiou alunos de todo o RS com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo, desde que residente em uma cidade e estudante em outra.<sup>36</sup> Essa foi uma demonstração de que o debate foi urbano, ligado à questão do território, começando com a agenda do MPL ligado à mobilidade urbana e, depois, com a forte presença de brasileiros nos espaços públicos.

O veículo de comunicação Sul 21 entendeu que, em Porto Alegre, o MPL teve uma participação significativa de militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), originando o chamado Bloco de Lutas junto a outros grupos que militavam politicamente,<sup>37</sup> apresentando novas agendas e ocupando espaços públicos como a Câmara Municipal de Vereadores da capital gaúcha no dia 10 de julho de 2013.<sup>38</sup> Os movimentos sociais que compõem o Bloco de Lutas são movimentos com um formato de organização não-verticalizado, mais horizontais e sem a figura de um líder em específico. Talvez, por isso, aja um “desencaixe” entre a sua forma e a forma que o movimento

---

<sup>35</sup> MAIS VIOLÊNCIA NO PROTESTO EM SÃO PAULO. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 19 jun. 2013. Especial, p. 17.

<sup>36</sup> O Passe Livre foi uma parceria entre o Governo Estadual do RS, prefeituras que fazem parte da Região Metropolitana e aglomerados urbanos atingidos pela Metroplan e entidades estudantis que expediram as carteiras que deram acesso ao benefício.

<sup>37</sup> SUL 21: *Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou*. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

<sup>38</sup> QUAL BRASIL NASCEU DAS RUAS? *Jornal dos Bairros*, Caxias do Sul, p. 6, ago. 2013. Especial.

assume na rua, possivelmente pela estrutura hierarquizada do partido e as diferenças entre linguagens.<sup>39</sup>

A arquiteta Rolnik salientou que a fagulha das manifestações de 2013 não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis que, entre “catrações”,<sup>40</sup> ocupações e manifestações, foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP),<sup>41</sup> que se trata de uma rede que integra os Comitês Populares da Copa de todas as cidades que foram sede do evento, além de movimentos sociais, ONGs, grupos de atingidos, programas de pesquisa e extensão universitária que participam do processo de resistência, denúncia e reparação das violações de direitos humanos que ocorrem no Brasil em decorrência da realização dos megaeventos.

Segundo Secco,<sup>42</sup> a imprensa juntamente com o pensamento de direita conseguiu mudar o caráter das manifestações. Primeiramente, a Globo pediu ações enérgicas por parte das autoridades policiais, criminalizando as manifestações. Após a truculência dessas mesmas forças policiais, até mesmo contra profissionais da imprensa, a grande mídia mudou o tom, criando uma ideia de espetáculo da democracia, procurando instrumentalizar as manifestações para ressuscitar o conservadorismo. Para Leal Filho, do *Le Monde Diplomatique Brasil*, repetiu-se, pela Rede Globo, o procedimento adotado por essa empresa em 1984, quando escondeu o quanto pôde o movimento pelas Diretas Já.<sup>43</sup>

Pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, em 17 de junho de 2013, no que se considerava o segundo momento das manifestações, também revelou essa perspectiva, uma vez que 84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto, 53% tinham idade menor que 25 anos e 77% possuíam

---

<sup>39</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 77. In: MARTINS, Caio. *O povo nos acordou? A perplexidade da esquerda frente às revoltas*. Passa Palavra, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/79837/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

<sup>40</sup> “Catrações” são atos organizado pelo Movimento Passe Livre que consistem em passar pela catraca sem pagar a tarifa, protestando em defesa do passe gratuito na utilização do transporte público urbano.

<sup>41</sup> ROLNIK, Raquel. *As Vozes das Ruas: as Revoltas de Junho e suas Interpretações*. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 9.

<sup>42</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 74.

<sup>43</sup> AS RUAS E O VAIVÉM DA MÍDIA. Mobilizações pelo Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p. 7, jul. 2013.

Ensino Superior. Esses dados demonstram que o público era composto por jovens com formação de nível superior, sem militância social, nem identificação partidária. Entretanto, estavam nas ruas manifestando seu descontentamento.

Alguns professores fazem importantes interpretações desses recortes. Para Secco,<sup>44</sup> alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, era a primeira vez dos jovens manifestantes. Marilena Chauí, filósofa e professora da USP, cautelosa quanto ao entusiasmo sobre tais manifestações, fez a seguinte afirmação:

Boa parte dos manifestantes recusa a legitimidade do partido político como instituição republicana e democrática. Assim, sob esse aspecto, apesar do uso das redes sociais e da crítica aos meios de comunicação, a maioria dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica difundida anos a fio pelos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência. Como se sabe, essa posição dos meios de comunicação tem a finalidade de lhes conferir o monopólio das funções do espaço público, como se não fossem empresas capitalistas movidas por interesses privados. Dessa maneira, a recusa dos meios de comunicação e as críticas a eles endereçadas pelos manifestantes não impediram que grande parte deles aderisse à perspectiva da classe média conservadora difundida pela mídia a respeito da ética.<sup>45</sup>

Uma compreensão semelhante foi expressa pelo economista e dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile:

É muito positivo o que está acontecendo no Brasil. Contudo, isso está sendo mobilizado por uma juventude de classe média baixa que nasceu no liberalismo e não tem experiência política. Trata-se de um substrato urbano social que convive com uma crise urbana gravíssima, em todas as cidades brasileiras, provocada por esse estágio do capitalismo internacional, que trouxe a especulação imobiliária, o aumento das rendas, que financiaram automóveis e encheu nossas ruas de carros.<sup>46</sup>

Rolnik entende que a voz das ruas não foi uníssona e a classificou como um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, presentes na própria sociedade brasileira.<sup>47</sup> Para Tieppo, “[...] temos que ainda aprender a viver em uma democracia. Devemos aperfeiçoar os mecanismos

---

<sup>44</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 76.

<sup>45</sup> CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Revista teoria e debate*. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%ef%bb%bfas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

<sup>46</sup> O JUNHO DE 2013. Mobilizações pelo Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p. 4, jul. 2013.

<sup>47</sup> ROLNIK, Raquel. As Vozes das Ruas: as Revoltas de Junho e suas Interpretações. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 12.

democráticos.”<sup>48</sup> Esse entendimento também é compartilhado pelos manifestantes do MPL, defensores da participação através da autogestão e de novas formas e métodos de fazer política. Entendem que isso não é novo, mas que a ocupação do espaço público e, a partir daí a ação direta na gestão de seus fluxos, tem forte ressonância no sentimento de que as pessoas estão alheias aos processos decisórios da política e da falta de expressão pública de parte significativa da população.<sup>49</sup>

Segundo Castells,<sup>50</sup> os movimentos contemporâneos não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade, visto que o verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e, em um amplo processo de deliberação, sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política.<sup>51</sup> Existem alguns exemplos concretos desses novos formatos no Brasil, como o próprio MPL, o coletivo Fora de Eixo e, posteriormente, os movimentos que ocuparam as escolas públicas em 2016, chamadas por alguns analistas de Primavera Estudantil.

João Pedro Stédile entendeu que os governos perderam a sensibilidade e os ministros são gerentes do capital e não pensadores de um projeto para o Brasil, procurando somente resolver problemas do dia a dia. Em suas palavras: “As manifestações de 2013 são consequências de graves problemas estruturais das cidades, da denominada crise urbana, tais como a especulação imobiliária, a elevação dos preços, o trânsito caótico, o transporte público e o fato de as universidades particulares cobrarem altas mensalidades, o que levou a um caldo de insatisfação.”<sup>52</sup>

Maricato, arquiteta e pesquisadora na área de urbanismo, que chegou a compor a equipe do Ministério das Cidades, como Secretária Executiva, entre 2003 e 2005, durante o governo Lula, tem o mesmo entendimento e avaliou que as manifestações de 2013 tiveram uma grande relação com as condições das cidades brasileiras. Para ela, as cidades são

---

<sup>48</sup> ÍNDICES DO TSE E IBGE REVELAM INDIFERENÇA DOS JOVENS EM RELAÇÃO ÀS URNAS. Política. *Gazeta de Caxias*, Caxias do Sul, p. 13, 28. jun. 2014 a 04 jul. 2014.

<sup>49</sup> ROLNIK, Raquel. As Vozes das Ruas: as Revoltas de Junho e suas Interpretações. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 10.

<sup>50</sup> CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 172.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> SEM LIDERANÇAS, NASCEM NOVOS MOVIMENTOS. *Folha de Caxias*, Caxias do Sul, p. 6, 20 jun. 2013. Especial.

ignoradas por uma esquerda que não consegue ver uma luta de classes e uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público.<sup>53</sup>

## 1.1 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Bonavides,<sup>54</sup> os grupos de pressão se definem pelo exercício da influência sobre o poder político para a obtenção eventual de uma determinada medida legislativa ou de governo, em vista de favorecimento. A importância dessas instituições formais ou informais tomou tal dimensão que sua atuação influencia na vida pública tanto quanto os partidos políticos e independentes de institucionalização ou reconhecimento formal.

Praticamente desde o período mais duro da ditadura militar (1968-1970) até o início do período neoliberal no Brasil (1988-1990) os movimentos sociais tiveram uma participação expressiva na construção do regime democrático brasileiro. Com o fortalecimento do neoliberalismo, estes movimentos enfrentam um grande refluxo.

Os novos movimentos sociais são bastante conhecidos pela sociedade brasileira e bastante criminalizados pela imprensa. É o movimento sindical, o movimento estudantil, os movimentos de trabalhadores rurais, os movimentos em defesa do meio ambiente, o movimento negro, o movimento feminista, o movimento LGBT, o movimento quilombola, os movimentos em defesa dos direitos humanos, os movimentos culturais, entre outros. Importante destacar que neste processo veio junto o Partido dos Trabalhadores e outros partidos de esquerda, também a figura simbólica enquanto representação da luta do trabalhador nos espaços de poder do Luiz Inácio Lula da Silva, como um líder operário em ascensão política no país.

---

<sup>53</sup> MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 19.

<sup>54</sup> BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores, 2012, p. 463.

### 1.1.1 Centrais Sindicais no Brasil

Para muitos membros da classe trabalhadora a concepção de sindicalismo é a definida por Bobbio: “ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho”<sup>55</sup>, ou seja, liberal e individualista. Porém outra concepção é apresentada, a de Ricardo Antunes: “o papel dos sindicatos é fornecer aos operários alguns meios de resistência na sua luta contra os excessos do capitalismo.”

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, houve a criação de uma estrutura sindical corporativa, inspirada na *Carta del Lavoro do fascismo*, que servia para exercer controle sobre o movimento sindical através do Ministério do Trabalho. Esta estrutura permaneceu durante a ditadura militar e se mantém até hoje.

Mesmo com esse controle, no final da década de 1970 houve um processo de renovação no sindicalismo brasileiro, com o chamado novo sindicalismo. Uma série de greves se espalhou em todo o país. Contrário ao sindicalismo corporativo, o novo sindicalismo defendia a autonomia sindical, a organização por locais de trabalho e novos direitos sindicais e trabalhistas perante o Estado e os partidos políticos. Surge Luiz Inácio Lula da Silva como principal liderança nesse período.

Em 28 de agosto de 1983, período de forte recessão no país, é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o seguinte dizer: “A CUT é do peão, sem pelego, sem patrão.” Esse “grito” foi realizado durante o ato de fundação da Central, em São Bernardo do Campo (SP) e demonstrou a ideia principal da central sindical recém-fundada: autonomia do movimento sindical brasileiro. Também foi expressa no editorial do jornal *O Trabalho*, publicado em setembro de 1983:

Sua força provém da massa de trabalhadores que se agrupa em seu redor. Essa força se expressa pela democracia de base em que foi gerada. Essa força é garantida pela independência face ao patronato e seu governo com a qual a central foi batizada. Assim, a verdadeira unidade dos trabalhadores começa a ser construída, na CUT.<sup>56</sup>

O art. 2º do estatuto da CUT afirma que esse movimento é “uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são: o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora,

<sup>55</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2000, p. 1150.

<sup>56</sup> O TRABALHO, n. 214, 1 a 8 de setembro de 1983. Editorial.

a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo".

Outra grande força político-sindical surgida nos anos 1980 foi a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que, após fusão com outras centrais, atualmente é chamada de União Geral dos Trabalhadores (UGT). No início, com o nome de Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), procurou manter o formato sindical corporativo, oriundo desde o período Vargas, ao que os sindicalistas da CUT chamavam de sindicatos "pelegos". Assim, a CUT passou a organizar oposições sindicais em todo o Brasil disputando direções nos sindicatos oficiais e procurando ampliar sua força política e a consciência de classe.

O Ministério do Trabalho,<sup>57</sup> em seu índice de representatividade exigido pela Lei 11.648/2008, publicou que hoje temos 13 centrais sindicais no país, sendo que seis atingiram o índice exigido. Segue, por ordem e pela quantidade de trabalhadores filiados, as centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) - (30,47%); União Geral dos Trabalhadores (UGT) - (11,38%); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) - (10,04%); Força Sindical (FS) - (9,98%); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) - (8,02%); e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) - (7,45%).

Com exceção da UGT, fundada em 2007, todas as outras centrais sindicais surgiram após a fundação da CUT. Com uma grande pulverização de centrais sindicais dentro de uma diversidade enorme de interesses envolvidos, parece que existe uma perda significativa da unidade de trabalhadores e trabalhadoras que a central propunha no início.

Segundo Adalberto Moreira Cardoso,<sup>58</sup> doutor em Sociologia pela USP, tanto no caso do capital quanto no de trabalho, pode-se falar em crise de representatividade de suas organizações. A crise é fruto, primeiramente, da sua reconfiguração de suas bases de apoio. No caso dos trabalhadores, eles perderam espaço na sua estrutura produtiva. As empresas estatais, o operariado industrial, a classe média bancária e o funcionalismo público, categorias com maior poder de mobilização e base social tanto da CUT quanto da Força Sindical. Em consequência, a crise é fruto da perda de densidade institucional das entidades representativas,

---

**57** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ACESSORIA PARLAMENTAR. Ministério do Trabalho publica aferição das Centrais. Notícias, 07. mar. 2016. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/25828-ministerio-do-trabalho-publica-afericao-das-centrais>>. Acesso em: 12.nov.2018.

**58** CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil. In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia. Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2007, p. 369.

incapazes de confrontar o programa de reforma econômica implantado nos anos 1990 e ainda em curso, programa que minou suas bases sociais de sustentação.

Como movimento social, o sindicalismo não é estático e está constantemente se transformando e criando novas formas de organização e ação. Nas sociedades atuais, a teoria e a ação sindical estão diante de significativos e novos desafios devido à emergência de novos atores sociais, principalmente nas cidades brasileiras. O grande desafio do movimento sindical é dialogar com o novo proletariado tecnológico e com formação acadêmica que obteve através de políticas públicas desenvolvidas pelos governos de esquerda de Lula e Dilma, mas que continua sendo explorado pelo capital, representando pelas empresas rentistas.

“Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.” Essa é uma síntese desenvolvida pelo historiador marxista Hobsbawm,<sup>59</sup> que demonstra que é necessário, para algumas centrais sindicais, uma nova postura de diálogo e novos métodos de organização.

### **1.1.2 Movimento Estudantil Brasileiro**

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e suas estruturas, como as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), os Diretórios Acadêmicos (DAs) ou Centros Acadêmicos (CAs), Federações e Executivas de cursos, possuem uma longa tradição enquanto movimentos sociais brasileiros, com históricos de lutas, conquistas e enfrentamentos contra governos ditatoriais e autoritários que, historicamente, sempre voltam a governar o país.

Dentro do contexto da ditadura do Estado Novo, implantado pelo governo de Getúlio Vargas e da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial,<sup>60</sup> os estudantes brasileiros criam a UNE, em 11 de agosto de 1937. Na década de 1950, a UNE participou da campanha “O Petróleo é Nosso” em defesa da soberania nacional.

A UNE defendeu as reformas de base, proposta pelo presidente João Goulart, no início da década de 1960, e se posicionou contrária ao golpe militar, consolidado em 1º de abril de 1964, mesmo com o decreto de ilegalidade expedido para a UNE e o incêndio da sua sede na Praia do Flamengo. O presidente Castelo Branco, por pressão da linha dura do regime

---

<sup>59</sup> HOBBSAWM, Eric Alcides. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: 1995, p. 13.

<sup>60</sup> A Força Expedicionária Brasileira (FEB) era um grupo militar, criado por Getúlio Vargas que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi responsável pela participação do Brasil ao lado dos Aliados na Itália.

militar, retornou às eleições para governador indiretas e extinguiu os partidos políticos existentes, redigindo uma nova constituição autoritária.

Em 1968, a violência aumentou e, no Rio de Janeiro, o estudante Edson Luis foi assassinado pela polícia, enquanto participava de um dos protestos. No enterro do jovem, mais de 50.000 pessoas foram às ruas. A repressão aumentou assim que os estudantes começaram a ocupar as universidades. Foram realizadas novas passeatas, chegando à chamada Passeata das Cem Mil (pessoas), no centro do Rio de Janeiro, a maior manifestação contra a ditadura brasileira, tendo a participação de intelectuais, artistas, padres, mães de estudantes e muito protagonismo juvenil. Exigia-se a redemocratização do país.

No dia 13 de dezembro de 1968, o general-presidente decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e mandou fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, o que aumentou a repressão.<sup>61</sup> A UNE organizou seu 30º Congresso, de forma clandestina, na cidade de Ibiúna, no interior de SP, sendo presos mais de 1.200 estudantes. Seus líderes, Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luis Travassos, Franklin Martins e Jean Marc Van Der Weid, caíram nas mãos da polícia. Nesse período, muitos jovens entraram para a luta armada, em grupos como a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses dois últimos organizaram o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, exigindo, em troca, a libertação de 15 presos políticos, entre eles os citados Vladimir, Dirceu e Travassos.

Em 1974, com o fim do “milagre econômico”, período do regime militar quando o Brasil teve altas taxas de desenvolvimento financeiro, e com a liberação de normas eleitorais feitas pelo presidente Ernesto Geisel, cresceu a insatisfação do eleitorado com o governo. Assim, a opção dos generais-brasileiros em não fechar o Congresso Nacional e não acabar totalmente com os partidos políticos foi uma tentativa de tentar possuir uma imagem de “democracia de fachada”.<sup>62</sup> Isso fez com que não ocorressem grandes rupturas entre 1974 e 1985.

A partir de 1977, os estudantes voltaram às ruas para a reorganização da UNE e organizaram um congresso na Universidade Católica de São Paulo. Em 1983, eles juntaram-se a outros movimentos sociais nos comícios pelas Diretas Já e em defesa novamente da redemocratização. Em 1985, no retorno dos governos civis, foram realizadas a Assembleia Nacional Constituinte e as eleições nas capitais.

---

<sup>61</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, p. 189.

<sup>62</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 209.

Em 1989, foram realizadas as eleições diretas para presidente, quando foi eleito Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que defendia a derrubada da inflação, a moralização e o combate à corrupção, recebendo o apelido de “Caçador de marajás”, com uma imagem de ser a nova geração da política nacional, já que era visto como desportista, jovem, dinâmico e honesto, o que gerou grandes expectativas na população brasileira.

Entretanto, houve uma rápida decepção. O Plano Collor, da economia, confiscou o dinheiro da população, inúmeras privatizações começaram a ser realizadas e surgiram denúncias de corrupção vindas do próprio irmão do presidente, Pedro Collor, envolvendo seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o chamado PC Farias. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para apurar as denúncias. Em torno de 100 mil pessoas acompanharam a votação pela CPI no Congresso Nacional.

Em 1992, milhares de estudantes saíram às ruas, vestidas de preto e com seus rostos pintados de verde e amarelo, organizados mais uma vez pela UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e outras organizações juvenis, além do forte apoio da mídia e do apoio popular. Todos pediam o *impeachment* de Collor, também influenciados pela saudação às manifestações da década de 1960. O presidente da UNE era o estudante Linderberg Farias, então militante do PCdoB, filho de um ex-dirigente da UNE, em 1961. Linderberg foi senador pelo Partido dos Trabalhadores de 2010 a 2014.

O movimento Fora Collor teve sua grande vitória. Fernando Collor de Mello foi afastado do poder em 29 de setembro de 1992, com transmissão ao vivo, em rede nacional de televisão. No mesmo período, a Rede Globo divulgou a minissérie Anos Rebeldes, que relatava os anos 60 e o movimento estudantil da época, fazendo muito sucesso entre a juventude. Collor ficou com impedimento de concorrer às eleições por alguns anos, voltando à disputa em 2002. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente da República, Itamar Franco.<sup>63</sup>

Nas eleições gerais de 1994, o vencedor da presidência foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito no primeiro turno, embalado pelo Plano Real, tendo sido Ministro de Relações Exteriores e Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco. A UNE posicionou-se contra o projeto neoliberal e privatista no qual FHC deu sequência no país.

---

<sup>63</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, p. 258.

Em 1996, aconteceu a aprovação da emenda da reeleição e, novamente, em 1998, ainda embalado pelo Plano Real, FHC foi reeleito, também no primeiro turno, vencendo os seguintes candidatos: Lula, Brizola, Ciro Gomes, Enéas Carneiro e oito candidaturas menores.

Em 2002, houve alternância de poder, com a eleição de Lula para a Presidência da República, em uma estratégia da direção do PT de apresentar uma plataforma mais “centrista” e uma coligação mais ao centro, com José de Alencar, do PL, como vice, e apoiado, no segundo turno, por partidos dos outros candidatos, também pela UNE e por outros movimentos sociais de esquerda.

Em 2006, Lula e José Alencar são eleitos novamente, tendo, no Congresso Nacional, uma base governista de 15 partidos, que formou o chamado “presidencialismo de coalizão”, que, conforme Abranches,<sup>64</sup> era o padrão existente no governo, demonstrado através da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. O Brasil tem um sistema presidencialista com coalizões partidárias, principalmente a partir do governo Lula e que vem sendo reforçado na última década com grandes “alianças”. O governo Lula, fortalecido nas instituições e com forte base social, devido aos programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, por exemplo, conseguiu ter força e poder em nível nacional e procurou comunicar-se melhor com os movimentos sociais, incluindo o movimento estudantil.

A UNE realizou inúmeros debates sobre os processos de ampliação das Universidades Federais, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a desburocratização do Financiamento Estudantil (FIES), as políticas de assistência estudantil, a criação e composição do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), e o avanço nas políticas públicas de juventude e outras tantas pautas.

Em 2010, Lula conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, economista, com um histórico de participação na luta armada e uma das fundadoras do PDT, sua ex-ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil. Dilma foi a primeira mulher eleita presidente no Brasil, vencedora da eleição contra o ex-governador de São Paulo, ex-ministro da saúde de FHC e presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1964, José Serra.

Dilma Rousseff, no segundo turno das eleições, recebeu o apoio declarado da União Nacional dos Estudantes. Nesse período, a entidade comemorou a aprovação da PEC da

---

<sup>64</sup> SOCIÓLOGO SÉRGIO ABRANCHES ANALISA A LAVA JATO E A CRISE DA DEMOCRACIA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abril. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1877508-sociologo-sergio-abranches-analisa-a-lava-jato-e-a-crise-da-democracia.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

Juventude pelo Congresso Nacional, que incluiu melhores direitos para os jovens na constituição brasileira.

Durante as manifestações de 2013, a UNE voltou às ruas, principalmente na greve geral de 11 de julho do mesmo ano, chamada pelos movimentos sociais de esquerda, para defender a Reforma Política e mudanças no sistema político brasileiro.

Em 2014, Dilma foi reeleita, mesmo após sua baixa popularidade, decorrente dos desgastes relacionados às manifestações de 2013, às denúncias de corrupção envolvendo membros do seu governo e de fortes críticas ao seu programa econômico, vinda até de setores dos movimentos sociais e de seu próprio partido. Venceu o senador mineiro Aécio Neves, neto de Tancredo Neves, com 51% dos votos válidos contra 48% do tucano, em uma das maiores disputas após a redemocratização. Novamente a UNE, no segundo turno, decidiu apoiar a candidatura da petista.

Neste período, UNE teve participação ativa na elaboração do Plano Nacional de Educação que garantia os investimentos de 10% do Piso Interno Bruto, 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Essa Proposta foi aprovada posteriormente pelo Congresso Nacional, embora tenha acontecido retrocessos nessas conquistas com o governo golpista de Michel Temer (MDB).

A UNE é uma das entidades do movimento social brasileiro de maior expressão, que nunca fugiu à luta e sempre esteve presente junto ao cenário político nacional, há mais de 80 anos. Posicionada à esquerda do ponto de vista do espectro político brasileiro, junto a outros movimentos sociais relevantes, possui uma diversidade incrível de diferentes visões de mundo, em um processo de tensionamento permanente, com avanços democráticos e culturais. Atualmente, sua diretoria é composta de forma proporcional e eleita em congresso, ou seja, todas as chapas estão representadas na sua direção.

Para alguns setores do movimento estudantil o crescimento significativo de estudantes universitários, através das políticas como o PROUNI e ampliação do ensino nas Universidades públicas, desenvolvidas no governo de Lula e Dilma, deixou o formato de direção da UNE pequeno, embora possua verticalidade em sua organização. Também afirmam que existe uma hegemonia de um grupo que comanda a entidade há alguns anos, que segundo estes setores, não permite um avanço democrático da instituição. Para eles, de forma verticalizada os Congressos da UNE realizados a cada dois anos acabam deixando o debate político em segundo plano, focando na disputa por cargos na direção da entidade.

Vale colocar em questão a forma de tomada de decisões dessa entidade, visto que uma parcela significativa dos jovens brasileiros, em 2013, demonstrou querer uma democracia mais direta e menos representativa. Isto pode aproximar os estudantes que não possuem uma militância mais orgânica da entidade e do movimento estudantil como um todo.

Tible<sup>65</sup> entende que as instituições estão em crise, quando afirma que a UNE não representa muito os estudantes universitários, e que o sindicalismo também possui diversas debilidades. No seu entendimento, a democracia está sendo questionada, como o que aconteceu no fim dos anos 1970 e no início dos anos 1980, com o ciclo importante, que envolveu o PT, com a inserção de um novo ator na democracia, os trabalhadores. Naquele período também houve uma crise das instituições, e a esquerda soube ser criativa.

### **1.1.3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) pode ser classificado como um novo movimento social, sendo assim possui características e formas de organização dos movimentos sociais surgidos no período da ditadura militar brasileira. De certa forma, se diferencia dos outros novos movimentos sociais quando trabalha com colegiados ou coletivos, num formato de organização que junta o formato verticalizado e o horizontalizado. Para um melhor entendimento sobre como se organiza o MST é importante um breve resgate histórico e uma observação mais apurada da formação organizativa do movimento.

Surgido na década de 1970, em contrariedade ao formato de reforma agrária desenvolvida pelo governo no golpe militar, durante um período de grande êxodo rural e crise econômica. Sua fundação aconteceu em 1984 na cidade de Cascavel, Paraná, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra, em uma articulação entre a Pastoral da Terra, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras entidades. É um movimento social que luta pela redistribuição de terras improdutivas no país. Em defesa da reforma agrária, ocupam terras que não estão realizando a sua função social, trancam vias públicas, fazem marchas e atos políticos, entre outras ações.

A socióloga Maria da Glória Gohn<sup>66</sup> classifica o MST como o maior movimento social popular organizado do Brasil, com a possibilidade de ser o maior da América Latina,

---

<sup>65</sup> TIBLE, Jean. Golpismo Ontem e Hoje no Brasil e na América Latina. In: HOLANDA, Centro Sérgio Buarque de; ABRAMO Fundação Perseu. *Encontros de Memória e História*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 66.

<sup>66</sup> GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 105.

sendo conceituado como um movimento agenciador de redes de sociabilidade e de participação social no campo. Com dois formatos de organização: um verticalizado, de baixo para cima, e outro, horizontalizado, através de coletivos e setores, para suprirem as diferentes demandas da organização internas do movimento, além de organizações com registro público, para implementação de projetos de desenvolvimento baseado na agroecologia, como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

A Escola Nacional Florestan Fernandes é um espaço de formação escolar e política, onde são desenvolvidos cursos de alfabetização, supletivos, técnicos, de administração, de pedagogia, de saúde, entre outros, sempre voltados para a questão da agricultura, e com sede em São Paulo.

O processo de formação permanente de lideranças também contribui para o fortalecimento do movimento. Para se ter uma ideia, no dia 15 de dezembro de 2018, o MST formou a sua primeira turma de engenheiros agrônomos. Com ênfase em agroecologia, os 44 formandos são trabalhadores acampados, assentados, filhos de assentados e militantes do Movimento por Atingidos por Barragens (MAB), tendo sua colação de grau no assentamento Nova Sarandi, no Rio Grande do Sul. O curso de bacharelado foi oferecido pelo Instituto Educar, via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A segunda turma se formará em 2020, e a terceira ingressará em fevereiro de 2019,<sup>67</sup> o que demonstra que existe um grande investimento por parte do movimento na educação de seus militantes, com outro formato além das instituições tradicionais.

A verticalização acontece através de instâncias de representação: núcleos de base, colegiados, através de coordenações e direções organizadas por níveis (local, regional, estadual e nacional), sempre procurando evitar personalismos, além de oferecer encontros e do Congresso Nacional, instância maior de organização do movimento, realizado a cada cinco anos. Nesses espaços são definidas as políticas mais conjunturais e estruturais.

A horizontalidade acontece nas secretarias, setores e coletivos, espaços mais administrativos e de execução. As secretarias seguem o mesmo nivelamento: nacional, estadual e regional. Os setores são temáticos, sendo eles: educação, comunicação, formação,

---

<sup>67</sup> MOVIMENTO SEM TERRA FORMA SUA PRIMEIRA TURMA DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, p. 03, 18 dez. 2018 a 03 jan. 2019.

gênero, saúde, direitos humanos, projetos e finanças, produção, cooperação e meio ambiente e a frente de massa. Os setores coletivos são: cultura, juventude, mística e relações internacionais.

Nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os movimentos camponeses (MST, CPT, CONTAG, FETRAF-SUL entre outros) participaram da indicação de nomes para compor o governo federal, principalmente em estruturas como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Houve início a uma política de assistência técnica, de programas de educação para os assentados e de crédito e apoio ao desenvolvimento de infraestrutura para recuperação dos assentamentos implantados de forma precária pelo governo de FHC. Com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), foram 252.019 famílias assentadas entre 2003 e 2006, superando o governo anterior. Porém, muitas vezes, em terras

Importante destacar que os ruralistas também fizeram indicações para a composição do governo federal, principalmente no Ministério da Agricultura, e isso é uma demonstração do grande poderio que a agricultura capitalista tem sobre o Estado brasileiro. A luta contra a dominação do capital é um grande desafio para o MST, que tenta construir alternativas às relações capitalistas, em uma prática política de contraposição ao Estado, em um processo de territorialização e consolidação da sua estrutura de organização.

Em sua articulação internacional, o MST é filiado à Via Campesina, movimento social que organiza os camponeses de todo o mundo, desenvolvendo lutas conjuntas entre as organizações camponesas em escala mundial. Criada em 1992, a Via Campesina possui 168 organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. No Brasil, o MST é filiado desde 1996, tendo em sua composição outros movimentos como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Algumas pautas defendidas pela Via Campesina são: soberania alimentar como direito dos povos e o desenvolvimento rural com base na unidade familiar e na promoção de práticas agroecológicas, para garantir a biodiversidade e a proteção dos recursos genéticos. Em escala mundial, essa rede de movimentos tem procurado resistir ao avanço do agronegócio sobre os territórios camponeses e às políticas neoliberais.

Para o professor Noam Chomsky,<sup>68</sup> existe uma clara ligação entre o surgimento de favelas e a desigualdade na distribuição da terra no campo, sendo o MST o movimento popular

---

<sup>68</sup> Discurso realizado em 2003 durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre-RS.

mais importante e estimulante do mundo. Levando em conta os dados apresentados pelo MST,<sup>69</sup> em quase 20 anos de existência, foram assentadas quase 250 mil famílias, e haveria 4 milhões e 800 mil famílias sem-terra no campo. A afirmação de Chomsky é correta no sentido de demonstrar a dimensão do movimento, reafirmada em números pelo próprio movimento.

Outro papel importante que o MST desempenha é o de “dar sentido na vida” de muitas pessoas que perderam sua perspectiva de futuro, como pessoas em situação de rua, alcóolatrás, dependentes químicos, entre outras situações de vulnerabilidade social. Um exemplo é o acampamento Nova Canudos, organizado em 1999 no estado de São Paulo, composto por pessoas excluídas da sociedade, em uma articulação entre o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Nesta relação do MST e o MTST, Maricato<sup>70</sup> faz um comparativo entre as ocupações dos movimentos com a apropriação de terras no Brasil. Segundo a arquiteta, as ocupações desses movimentos são infinitamente pequenas diante da histórica da apropriação de terras por não-pobres. A ocupação ilegal de terras no Brasil é mais regra do que exceção. Maricato chama de anarquia fundiária os inúmeros problemas nas documentações de registros de terras existentes Brasil afora e, para ele, seria um bom começo conhecer melhor as cidades e aplicar a legislação urbanística. Vale lembrar que milhares de militantes foram mortos durante as ocupações organizadas pelo MST.

Do ponto de vista ideológico, o MST surgiu com ideias marxistas e conceitos da Teologia da Libertação.<sup>71</sup> Porém, desde 1990, seus fundamentos ideológicos foram refeitos e foi adotado uma linha mais leve, não mais defendendo um novo modelo de produção, mas um modelo capitalista diferenciado, onde a propriedade privada, o mercado, as relações de trabalho não são abolidos, mas revistos segundo os princípios de uma democracia tida como radical.

Nota-se esse posicionamento no manifesto produzido pelo MST em 2015, ao se juntar à Frente Brasil Popular, manifestando-se contrário à política econômica desenvolvida pela Presidenta Dilma, embora reconheça que existe uma crise econômica mundial iniciada em 2008. O texto da resolução destaca o seguinte: “Somos contra o ajuste fiscal e consideramos

---

<sup>69</sup> GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 105.

<sup>70</sup> MARICATO, Ermínia. O MTST e o MST são vítimas e não vilões da ocupação ilegal de terras. Carta Capital, 18.dez.2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-mtst-e-o-mst-sao-vitimas-e-nao-viloes-da-ocupacao-ilegal-de-terras/>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

<sup>71</sup> Teologia da Libertação é um pensamento ligado à teologia cristã, que entende que os cristãos devem fazer a opção pela defesa dos pobres.

que o governo Dilma está implementando medidas de ajuste neoliberal, que ferem direitos dos trabalhadores e cortam investimentos sociais.” Aqui não há a defesa de um Brasil socialista, mas a continuidade de direitos e investimentos sociais junto aos trabalhadores.

Percebe-se em curso um processo de discussão e avaliação sobre a questão organizativa e operacional do MST, hoje um movimento social com mais de 30 anos de existência e que necessita de reformulações. Gohn<sup>72</sup> afirma que o MST é um movimento de massa, mas sua organização se estrutura como um movimento de quadros.

Ademar Bogo, um dos coordenadores do MST, reforça que se trata de um movimento de massas, mas que deve passar a ser uma *organização* de massas, devendo efetuar uma combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social. Adquire através do tempo, evidência política, mas que carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas, que devem ser superadas para que esse movimento de massas passe a ser, sem mudar sua natureza, uma organização de massas, criando uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação.

Outro grande desafio para o MST é o convencimento dos jovens para que permaneçam na luta, pois o fato de o movimento trabalhar sua formação política focada na conscientização, na organização e na análise de conjuntura, não tem sido o suficiente para a sua permanência de muitos jovens. Segundo Gohn,<sup>73</sup> o MST sinaliza a necessidade de o movimento trabalhar fatores da subjetividade das pessoas, ao abrir novos pontos em sua agenda de debates, como o tema das mulheres, por exemplo. Para a socióloga, é necessário ultrapassar a cultura política meramente organizacional-ideológica, para uma cultura que gere modos e formas de ser na ação coletiva, que considere os indivíduos-participantes não meramente como sujeitos históricos predeterminados para alguma missão, mas que o considere, também, como sujeito/atores de trajetórias de histórias individuais, com desejos, sonhos e fantasias, inclusive no mundo do consumo, da moda, da música, etc.

---

<sup>72</sup> GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 106.

<sup>73</sup> GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 117.

### 1.1.4 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Boaventura de Souza Santos<sup>74</sup> afirma que “os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam ideias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares.” Procuram ter autonomia em relação ao Estado, aos partidos políticos e às organizações conservadoras.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a luta por melhorias nas cidades eram realizadas pelas Associações de Moradores de Bairros (AMOBs), lutando praticamente por demandas de infraestrutura.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997, têm como foco a ocupação de prédios públicos e terrenos ociosos nas grandes cidades, pleiteando a transformação de edifícios comerciais em prédios residenciais. Tem como principal apoiador o MST, que contribui principalmente com cursos de formação política. Além das pastorais sociais e os partidos de esquerda. Na região sul do Brasil temos também o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Os professores Jean Tible e Josué Medeiros<sup>75</sup> afirmam que em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre houve uma reorganização dos movimentos, coletivos e redes em novas alianças políticas que produzem novas lutas, como a onda de ocupações de prédios e atos públicos promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Desde 1998, o MST/SP vem atuando em conjunto com o MTST, na luta por moradia, por reforma urbana e por transformações sociais.

Ermínia Maricato destaca que apenas o desconhecimento da realidade urbana brasileira permite apontar o MTST ou demais movimentos sociais demandantes de moradia como os grandes vilões de um processo secular, contínuo, surdo, predatório de ocupação do solo sem lei ou sem Estado.

O MTST possui uma certa semelhança com os novíssimos movimentos sociais no sentido de ser um movimento social de grande presença no debate urbano e na ocupação dos espaços públicos.

<sup>74</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, p. 79.

<sup>75</sup> TIBLE, Jean; MEDEIROS, Josué. *Junho disruptivo: a nova configuração do conflito de classes no Brasil*. Cuadernos de Coyuntura, 4 jul. 2014. Disponível em: <<http://coyuntura.sociales.uba.ar/515/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

## 2 NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Pablo Ortellado,<sup>76</sup> filósofo e ex-militante do MPL, têm surgido movimentos sociais horizontais na forma de organização e autônomos em relação a partidos e instituições tradicionais nas últimas décadas. Movimentos que atuam de forma horizontal, exercendo a democracia direta, com criatividade em suas ações, através de experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de auto expressão contracultural. Esses movimentos surgiram a partir da crise financeira internacional de 2008, foram denominados de novíssimos movimentos sociais e que não se identificam com os partidos políticos e movimentos sociais tradicionais, além de usarem a internet para demonstrar a sua indignação com a política representativa. O cientista político David Fleischer<sup>77</sup> reforça esta interpretação da seguinte forma:

[...] o crescimento exponencial dos protestos aconteceu por causa da insatisfação popular em diversos segmentos da sociedade [...] outra influência que não deve ser descartada é a capacidade de articulação dos jovens por meio das redes sociais, sem ligação aparente como movimentos e partidos políticos.<sup>78</sup>

Houve uma institucionalização dos movimentos sociais nos anos 80, segundo Ortellado,<sup>79</sup> em muitos desses movimentos ajudaram a fundar o PT, mas existe um limite dessa forma de partido de se fazer política, e o PT avançou com esse formato. Importante observar que os militantes dos chamados novíssimos movimentos sociais querem outras formas de organização política, invertendo a lógica do poder, com a realização de assembleias e ações mais diretas, sem um comando centralizado, empoderando politicamente todos os partícipes.

Dos anos 90 para cá, surgiram pequenos ciclos de lutas que estavam fora do processo de institucionalização dos anos 80. Novas lutas sociais estavam fora do ciclo de lutas do PT. Para Tible,<sup>80</sup> as manifestações de 2013 foram um grito capturado pela direita, pois a esquerda falhou em não aproveitar esse momento (junho de 2013). A política foi para a rua, havendo uma aproximação comunitária, o que fez acontecer a socialização da política.

---

<sup>76</sup> ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

<sup>77</sup> FLEISCHER, David. Manifestações: e os caxienses foram às ruas para protestar. *Gazeta de Caxias*, Caxias do Sul, 21 a 27 jun. 2014, p. 06.

<sup>78</sup> FLEISCHER, David. Manifestações: e os caxienses foram às ruas para protestar. *Gazeta de Caxias*, Caxias do Sul, 21 a 27 jun. 2014, p. 06.

<sup>79</sup> PRONZATO, Carlos. Documentário *A Partir de Agora: as jornadas de junho*. São Paulo: Lamestiza Audiovisual, 2013.

<sup>80</sup> Idem.

Entretanto, o governo comandado por Dilma Rousseff, do PT, definido pelo historiador Eric Hobsbawm<sup>81</sup> como o único partido de massa que foi criado pela esquerda no mundo durante a segunda metade do século XX, e que, na opinião de Tible<sup>82</sup> reforçou a democracia representativa brasileira, não conseguiu entender o processo que ocorria no país. Trata-se de um processo organizado por jovens de uma nova geração global com um grande desejo de participação política, que se expressa de forma diferente, com defensores de uma autonomia quanto aos partidos políticos e movimentos sociais tradicionais, que questionam as representações e as instituições da política, sendo pragmáticos, tanto na organização, quanto no conteúdo. Embora o pragmatismo seja algo questionado pela esquerda, Tible faz um destaque positivo sobre o tema: “O pragmatismo é interessante porque se você pensar num anarquismo muito sectário, você rejeita qualquer coisa e perde potência.”

O Partido dos Trabalhadores se burocratizou e se institucionalizou muito, se afastando do seu formato de organização política inicial, com a organização de núcleos e setoriais, por local de trabalho, por moradia, por afinidades de atuação. Segundo a definição dada por Marco Aurélio Garcia,<sup>83</sup> o PT não é nem social-democrata, nem comunista, mas um partido do socialismo petista. Para Tible<sup>84</sup> o Partido dos Trabalhadores teve inicialmente uma atuação mais pragmática, que se articulava com a CUT, defensora da democracia operária, que praticamente não existe mais.

Com o processo de socialização maior acontece nas cidades e não mais dentro das fábricas surge com força o debate da qualidade de vida na realidade urbana.

## 2.1 DEBATE URBANO

Existe uma forte mercantilização das cidades, ao que Marilena Chauí<sup>85</sup> chama de inferno urbano, pois, através do capitalismo desenfreado, grandes empresas de construção civil, de transporte coletivo e montadoras de veículos acabam dominando os espaços públicos, sem qualquer compromisso social. É nas ruas das cidades, por aqueles afetados mais diretamente pela mercantilização destas cidades, que aconteceram as manifestações de 2013,

---

<sup>81</sup> TIBLE, Jean. Novos Mundos. In: CAROS AMIGOS. Edição Especial *Novas Esquerdas*. São Paulo: Editora Caros Amigos Ltda., 2016. Mensal, p. 26.

<sup>82</sup> Ibid., p. 27.

<sup>83</sup> Ibid., p. 26.

<sup>84</sup> Ibid., p. 27.

<sup>85</sup> CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Revista teoria e debate*. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%ef%bb%bfas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 14 nov. 2018

com ocupações do que é público e com novas maneiras de se fazer política. Uma boa demonstração dos embates público *versus* privado e lucro *versus* direito à moradia foram a grande repercussão e as diversas manifestações em solidariedade aos moradores, durante o processo de desocupação da chamada Vila Pinheirinho em São José dos Campos, São Paulo.<sup>86</sup>

O debate do transporte público urbano é um tema transversal que perpassa diversos outros temas da vida urbana. No movimento denominado de Passe Livre, que originou as manifestações de 2013, apareceu uma possibilidade de ampliação política junto aos bairros, às ocupações e às periferias, construindo parcerias com outros movimentos sociais: de moradia, cultural, de saúde, entre outros.

## 2.2 MOVIMENTO PASSE LIVRE

A multidão se organiza em torno dos eventos do momento e está inserida em um processo vital e metropolitano, segundo Negri.<sup>87</sup> Talvez pelo fato de a luta em defesa do transporte público ser uma pauta ampla e acontecer em toda a cidade, o Movimento Passe Livre foi um dos principais atores das manifestações, classificado por Secco<sup>88</sup> como uma organização horizontal, autonomista e dirigente, que teve sua origem em 2005, em Porto Alegre, durante uma plenária nacional que discutia a ideia do passe livre, organizada durante o V Fórum Social Mundial.

O Fórum Social Mundial (FSM) surgiu em 2001 como oposição ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça, onde se reúnem tradicionalmente os defensores da globalização dos mercados. O FSM foi proponente de novas formas de organização e pensamento, dialogando com inúmeras manifestações de massa para reflexões para construir alternativas contrárias à mercantilização do mundo.<sup>89</sup>

No manifesto intitulado “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, publicado em *Cidades rebeldes: Passe livre e as ruas que tomaram conta do Brasil*, o MPL da

---

<sup>86</sup> A Vila Pinheirinho é uma ocupação localizada em São José dos Campos (SP) que, em 2012 sofreu um processo de reintegração de posse da área expedido pela Justiça Estadual, tendo grande repercussão internacional e grandes confusões de cunho jurídico.

<sup>87</sup> O LEGADO DE JUNHO. Antônio Negri: É a multidão que comanda a história. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8 jun. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Antonio-Negri-E-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

<sup>88</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 76.

<sup>89</sup> AGÊNCIA CARTA MAIOR. Apresentação. In: AGÊNCIA CARTA MAIOR. III Fórum Social Mundial: Porto Alegre – Brasil – de 23 a 28 de janeiro de 2003. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 13.

capital paulista fez um resgate histórico da luta em defesa do transporte público urbano mais acessível para todos conectado na questão do direito à cidade. Segundo o manifesto, o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo.

“Os protestos são fruto de um processo longo e bem anterior de mobilizações de rua, nas ruas de carro”, destaca Paíque Duques, do MPL de Brasília.<sup>90</sup> O manifesto do MPL paulista reforça essa ideia, destacando que, em 2003, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se, em Salvador-BA, uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto, ficando conhecida como Revolta do Buzu. Como consequência, não houve aumento da tarifa do transporte público em vários municípios como Florianópolis (2004), Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju, Natal (2012), Porto Alegre e Goiânia (2013).<sup>91</sup>

Walter Takemoto<sup>92</sup>, do MPL - BA faz um importante resgate histórico da luta pela mobilidade no Brasil, demonstrando que este é um debate recorrente na história política do país. Cita a “Revolta do Vintém” no Rio de Janeiro (1879), o “Quebra-Bondes” em Salvador (1930), a criação da Cia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC) em São Paulo (1947), as manifestações populares chamadas pelo Movimento Contra a Carestia em São Paulo (1950) e Salvador (1981). Todos foram movimentos em defesa de um transporte de qualidade e por condições dignas de vida, e o MPL vem nessa evolução de luta por mais direitos no transporte público urbano, que também passou pela meia passagem dos anos 1980, pela luta em defesa do passe livre estudantil dos anos 1990 e, depois, para a luta contra o aumento das passagens dos anos 2000. Na defesa da desmercantilização do transporte, o movimento começou a ganhar força política e acabou unificando diferentes visões de mundo através da unidade na ação, em um processo de construção coletiva e libertária. “Não nos colocamos como autoridade, mas como referência”, afirmou Legume,<sup>93</sup> militante do Movimento Passe Livre.

Para alguns militantes do MPL o movimento é espontâneo e possui um bom nível de organização política em suas ações na rua. Para entendermos a dinâmica organizativa desse movimento, que é de construção coletiva e com a participação direta das pessoas, o texto *Não*

<sup>90</sup> O JUNHO DE 2013. Mobilizações pelo Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p. 4, jul. 2013.

<sup>91</sup> SÃO PAULO, Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 15.

<sup>92</sup> TAKEMOTO, Walter. Memória, História e Movimentos Sociais. In: HOLANDA, Centro Sérgio Buarque de; ABRAMO Fundação Perseu. *Encontros de Memória e História*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 148-149.

<sup>93</sup> PRONZATO, Carlos. Documentário *A Partir de Agora: as jornadas de junho*. São Paulo: Lamestiza Audiovisual, 2013.

*Começou em Salvador, Não Vai Terminar em São Paulo*, foi redigido por uma comissão estabelecida em reunião do MPL-SP, que discutiu coletivamente as ideias que deviam estar presentes em cada parágrafo, em um processo intenso. Essa comissão se revezava em duplas, trios e quartetos. Esse texto foi lido em reunião e alterações definitivas feitas. Isso possivelmente porque, vindo da esquerda, o MPL politiza explicitamente a manifestação. Para Ortellado,<sup>94</sup> o MPL é um modelo de ação que combina a política horizontaliza e contracultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia.

O documentário *A Partir de Agora*, dirigido por Carlos Pronzato,<sup>95</sup> produzido no calor das manifestações do MPL, em 2013, traz algumas análises de conjuntura interessantes do ponto de vista das avaliações dos governos do PT. Na interpretação de Sosa,<sup>96</sup> os governos petistas ajudaram a reforçar valores, como o individualismo e o consumismo no país, pois entraram no jogo do capitalismo, deixando a disputa ideológica de lado. Para Sosa,<sup>97</sup> a população mais carente do país teve acesso aos bens de consumo, porém faltou mais acesso à informação para compreender as mudanças ocorridas no país e ter mais consciência política.

Outro ponto destacado foi o formato do sistema político brasileiro, que criou uma dependência financeira dos partidos políticos com os grandes grupos econômicos, vindo a ter partidos eleitoreiros e comprometidos somente com o capital. Muitos afirmam que o sistema político do país é burguês, que chegou ao seu limite e que a saída para o rompimento desta dependência seria resgatar a participação política legítima.

Na concepção de alguns militantes do MPL, ficou em aberto um saldo organizativo para a esquerda brasileira, que pode reorganizar-se enquanto movimento político. Segundo esses militantes, existe um referencial de algo novo, sem definição clara e que aponta para uma mudança na cultura política brasileira, pois as pessoas também ficaram mais animadas. Entretanto, a direita queira fazer uma disputa da narrativa das manifestações de 2013.

---

<sup>94</sup> PRONZATO, Carlos. Documentário *A Partir de Agora: as jornadas de junho*. São Paulo: Lamestiza Audiovisual, 2013.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem.

### 2.3 BLACK BLOC

Em 2013, outros grupos também participaram das manifestações de rua, como os coletivos de ideologia anarquista, antiglobalização ou anticapitalistas, que desenvolvem as ações *black bloc*, que são táticas de ação, no qual grupos mascarados e vestidos de preto reúnem-se para protestar em manifestações de rua, desafiando as forças de ordem, geralmente atacando símbolos do capitalismo financeiro internacional.

O movimento *Black Bloc* surgiu nos anos 1980, como proteção aos manifestantes ambientalistas alemães, nas manifestações contra o uso da energia nuclear no país. Nos Estados Unidos, ele passou a ter uma ação de confronto ao capitalismo, atingindo símbolos como sede do governo, bancos e da mídia capitalista. Os manifestantes usam máscaras e roupas pretas para não serem reconhecidos, pois se opõe à autoridade, à dominação, à violência, onde quer que ela exista.<sup>98</sup>

Durante as manifestações de 2013, a rua virou um espaço de disputa política pela hegemonia de diferentes concepções de mundo, embora a maioria defenda mudanças no *status quo*.<sup>99</sup> De um lado, os militantes antiglobalização ou anticapitalistas defendiam a consciência de que é possível um mundo mais igualitário e, de outro, havia os que repetiam as ideias do senso comum, construídas pelos aparelhos ideológicos dos donos dos meios de produção.

Os usuários das táticas *black bloc* entendem que vândalo é o Estado pelo fato de, muitas vezes, não atender às necessidades básicas dos cidadãos, por contribuir com o sistema capitalista e por utilizar do uso da força para impor suas ideias, em muitos casos. Os *black bloc* procuram fazer ataques aos símbolos do capital, provocando reações, tanto dos órgãos de repressão como daqueles que entendem que é possível mudanças sem conflitos maiores, afirmando que os *black bloc* são os verdadeiros vândalos, por depredarem patrimônios e por atraírem a repressão para todos os manifestantes, inclusive dos que não compactuam com a ação.

Os *black bloc* se defendem dizendo que a crítica a eles favorece a criminalização dos movimentos sociais e se iguala ao discurso da imprensa e dos setores políticos conservadores. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem entendimento similar sobre os movimentos antiglobalização. Eis sua fala durante o III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre

<sup>98</sup> STRUGGLE. A Tática dos Black Blocks. São Paulo: Edições Mensageiro da Revolta, 2014, p. 04.

<sup>99</sup> SUL 21: *Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou*. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

-RS, no ano de 2003, no início do seu primeiro ano de governo: “O movimento antiglobalização prejudica os partidos? Não, creio que prejudique somente os planos da economia neoliberal.”

Muitos usuários das táticas *black bloc* dizem que, no país, temos um Estado de Direito “Privado”, pois prioriza a defesa da propriedade privada e não a defesa das pessoas. Para Lorena Castillo, militante da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), os governos Dilma e Lula foram governos de acomodação de classes e de interesses das elites. Para alguns anarquistas, o sistema representativo brasileiro entrará em colapso, sendo necessária uma radicalização da democracia, em que indivíduos livres possam atuar politicamente e de forma mais autônoma.

É comum uma forte criminalização das ações *black bloc* por parte de veículos da mídia conservadora, como o que aconteceu em fevereiro de 2014, com a ativista Elisa Quadros Pinto Sanzi, a Sininho. Acusada de participar de um esquema para financiar protestos violentos, classificados como esquema de financiamento de arruaceiros por alguns veículos, após a morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão durante o protesto no Rio de Janeiro.<sup>100</sup>

De certa forma, Sininho serviu para dar um rosto aos *black blocs*, de acordo com o grupo Tortura Nunca Mais. A série de reportagens reforçando esse suposto envolvimento contribuiu para aumentar a contrariedade da opinião pública às ações dos grupos. Sininho, que foi ativista da Frente Independente Popular e da Organização Anarquista Terra e Lar do Rio de Janeiro, recebeu apoio de sua mãe, Rosoleta Moreira Pinto Stadlander, que é petista.

Sempre houve na história estudantes lutando por melhorias de saúde, de educação. Minha filha participa como outros jovens, de movimentos legítimos. Só posso dizer que, às vezes, a polícia vem para cima e muitas pessoas de bem apanham. Ela não pertence a partidos políticos. Está sentindo imensamente essa morte do cinegrafista.<sup>101</sup>

A fala da mãe de Sininho demonstra que existia, por parte dela, uma compreensão do que são os movimentos antiglobalização, enquanto a imprensa conservadora procurava criminalizar quem utiliza as táticas *black bloc* a todo custo.

---

<sup>100</sup> UMA ATIVISTA NO OLHO DO FURACÃO. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 17 fev. 2014. Geral. p. 14.

<sup>101</sup> Idem.

## 2.4 ANONYMOUS

O movimento dos *Anonymous* surgiu em 2003, como uma comunidade virtual que tinha como objetivo lutar a favor das populações contra os governos. Porém, a partir de 2008, ficaram mundialmente associados ao hacktivismo colaborativo, sendo um ativismo online, que participou das manifestações por eleições democráticas no Irã, Egito e em toda a Primavera Árabe.

Segundo Castells,<sup>102</sup> a internet possui uma forma de pensar que é formada pela cultura dos seus produtores. Sendo assim, os *hackers* são programadores talentosos, sendo parte integrante fundamental no desenvolvimento da internet, pois defendem o conhecimento livre e o compartilhamento de informações, além de realizar protestos e outras ações, como tirar do ar sites governamentais e de empresas, com o objetivo de promover a liberdade na internet e a liberdade de expressão.

Ações creditadas ao *Anonymous* são realizadas por indivíduos não identificados, que atribuem o rótulo de “anônimos” a si mesmos, utilizando a máscara de *Guy Fawkes*, símbolo da história em quadrinhos do personagem V, de Vingança, de Alan Moore. Lançada em 1988, a estória se passa na Inglaterra, dominada por um regime totalitário. Cansado da repressão do Estado e com motivações anarquistas, o personagem surgiu como um vingador em busca de liberdade. Alan Moore baseou-se em um personagem real para escrever sua estória.<sup>103</sup>

O britânico Guy Fawkes foi um revolucionário que, em 1605, participou da *Conspiração da Pólvora*, que pretendia assassinar o rei Jaime I e todos os membros do Parlamento, iniciando um levante católico na Inglaterra. Fawkes foi preso, torturado e condenado à morte, sendo lembrado até hoje na Inglaterra.

Em 2006, com contornos mais modernos, Hollywood lança o filme V de Vingança, inspirado na estória em quadrinhos de mesmo nome. A máscara do personagem principal ganha popularidade e vira símbolo da luta contra a opressão, sendo utilizada pelo grupo *Anonymous* desde 2008.<sup>104</sup>

“Lutamos contra o comodismo. Muitos reclamaram que a manifestação não tinha foco, mas a intenção era mostrar ao povo que ela tinha força. Agora, vamos filtrar, e claro que

---

<sup>102</sup> CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 07.

<sup>103</sup> A CARA DA REVOLTA. *Folha de Caxias*, Caxias do Sul, 20 jun. 2013. Comportamento, p. 8.

<sup>104</sup> MÁSCARA PEDE O FIM DA OPRESSÃO. *Tarifa do Ônibus. Pioneiro*, Caxias do Sul, 20. jun. 2013, p. 17.

vamos nos engajar pela educação, saúde, enfim para melhorar a sociedade.” Essas são as palavras de Milton Rossi,<sup>105</sup> um dos manifestantes do *Anonymous*. Esse movimento demonstrou que, além da força política nas ruas, eles queriam motivar a participação da população nos protestos e construir coletivamente pautas mais específicas.

## 2.5 JUVENTUDES E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para entendermos os novíssimos movimentos sociais, é importante compreendermos o conceito de juventude brasileira, segmento de grande expressão populacional no país. O censo demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>106</sup> mostrou que 51.340.478 cidadãos são jovens, representando 26,91% do total da população brasileira. Um pouco mais de um quarto da população, nos mais diversos níveis, possuem entre 15 e 29 anos, demonstrando ser uma parte significativa da população defensora de políticas públicas de mais qualidade para toda a população brasileira, sendo, para isso, necessário ser ouvida em suas mais diversas expressões.

Os jovens militantes dos novíssimos movimentos sociais estão classificados entre as gerações Y (nascidos na década de 1980 e meados da década de 1990) e Z (nascidos no final da década de 1990) com características específicas de suas gerações. Esses jovens mostraram novas formas de se fazer ouvir, tendo a juventude como sujeito histórico e perceberam que podem “oxigenar” a sociedade, trazendo novos olhares, pois o desenvolvimento econômico do país também passa por investimentos em políticas públicas que também atingem o segmento juvenil.

Pode ser que a participação dos jovens nas mais diversas instituições brasileiras, formalizadas ou não, criem novas dinâmicas internas e externas de participação na sociedade e nas relações políticas com a população em geral. O sistema representativo no Brasil possivelmente precise ser democratizado, visto que, muitas vezes, em alguns municípios, as instituições políticas são espaços majoritariamente masculinos e de adultos, o que pode criar inúmeros conflitos geracionais e de gêneros, já que os jovens acabam tendo pouca influência nos espaços decisórios.

---

<sup>105</sup> A CARA CAXIENSE. Brasil Melhor. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 29. jun. 2013, p. 17.

<sup>106</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

O intelectual paquistanês Tariq Ali,<sup>107</sup> uma das referências da esquerda mundial, sintetizou bem o que são os novíssimos movimentos sociais e o que propõem os jovens militantes destes espaços: “Os novíssimos movimentos sociais são uma alternativa sem partido para uma nova esquerda.”

Importante conceituar e desenvolver o termo *juventude*, como se organiza e quais são as interpretações existentes, para um entendimento melhor do que são os novíssimos movimentos sociais, pois, embora haja uma razoável participação de jovens nos partidos, com inúmeros desafios a serem enfrentados no sentido de conquista de espaços, os militantes desses chamados novíssimos movimentos sociais fazem uma grande crítica aos partidos políticos e seus formatos de organização.

Muitas vezes, o debate sobre a participação dos jovens nos partidos ou nos movimentos sociais tradicionais é tratado de uma forma setORIZADA, em um entendimento de que juventude tem que se preocupar com a juventude ou, conforme teorizou Fraga:<sup>108</sup> “O jovem é lembrado como aquele que faz tarefas práticas, que engrossa a passeata, que carrega o piano”, mas que ainda não está preparado para construir projetos políticos.

No ponto de vista do recorte de idade, não existem definições claras ou objetivas para conceituarmos juventude. Algumas organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), definem juventude estabelecendo um recorte por idade, que compreende de 15 a 24 anos, sendo aceita inclusive pela Conferência Internacional sobre Juventude, de 1964, que utilizou duas limitações: a menor idade para ter acesso ao mercado de trabalho e a idade para que se termine o Ensino Superior. O Brasil tem adotado uma faixa etária maior, dos 15 anos aos 29 anos, que é usada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ) e por algumas juventudes dos partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), a União da Juventude Socialista (UJS) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de acordo com seus estatutos partidários.

Dependendo de qual juventude estamos falando, a idade pode variar ainda mais, como, por exemplo, nas entidades sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a faixa etária vai até os 32 anos e, na CUT, a idade é até os 35

---

<sup>107</sup> GOHN, Maria da Glória. A revolução será tuitada. In: CULT. A Esquerda na Encruzilhada. São Paulo: Editora Bregantini, 2012. Mensal.

<sup>108</sup> FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. *O PT e a juventude: política e concepção*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13cdenisar.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

anos. Também outros partidos ampliam ainda mais a idade de participação na juventude, como os Democratas (DEM), que vai até os 33 anos ou o Partido Progressista (PP) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que vai até os 35 anos, conforme seus estatutos.

A impressão é de que algumas instituições aumentam a idade para compor o setor juvenil com a intenção de que os mesmos dirigentes continuem no comando da instituição, pois não empoderando os jovens e tratando o tema de forma setorizada, não existe oxigenação nos espaços de poder. Também se cria uma ideia de que existem espaços legítimos para os jovens opinarem dentro dessas instituições. O fato de não conseguirem atrair mais jovens para suas entidades ou pela expectativa de vida do brasileiro ter aumento podem ser a causa desse aumento da faixa etária. Crucial é que as instituições políticas brasileiras precisam ter outro olhar junto aos jovens que desejam opinar sobre os rumos da política nacional.

Por muitos anos, o enfoque das pesquisas sobre juventudes estava nos jovens urbanos ou, como viés cultural ou estilos de vida, como *punks*, emos, grafiteiros, funkeiros, grunges, roqueiros, etc. Existe também uma concepção relacional que trabalha a seguinte disputa: jovem *versus* adulto, contribuindo para o entendimento do porque a faixa etária varia, uma vez que é conforme o contexto social. Porém é importante observar que existe uma diversidade enorme entre as juventudes no Brasil, tendo jovens casados, solteiros, com filhos, sem filhos, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transgêneros, travestis, estudantes, trabalhadores, desempregados, homens, mulheres, negros, brancos, indígenas, urbanos, rurais, entre outros. Enfim, discutir ou teorizar juventudes não é tarefa nada fácil, devido à diversidade existente, tanto de opiniões e entendimentos, como no próprio segmento. Portanto, fazer o recorte somente por idade é um erro.

A unanimidade está na afirmação de que, independentemente do recorte etário, a juventude ainda sofre antigos e novos problemas sociais. Algumas questões ainda são condicionantes para a atual situação da juventude brasileira, como a classe social, a cor da pele, o sexo e o local de moradia. A partir dos anos 1980 e 1990, o debate sobre juventude trouxe uma nova percepção sobre a diversidade existente. O termo mudou de *juventude* para *juventudes*, pois não existe somente a juventude estudante, por exemplo, mas a que somente trabalha ou, em dados bem expressivos, a juventude que não trabalha, nem estuda, sendo 23% do total de jovens no Brasil, classificada com a geração nem nem, uma subcategoria de análise da juventude. Importante lembrar que os jovens que ocupam postos no mercado de trabalho são cada vez mais explorados, ocupando mais espaços nos setores de serviços, formando o novo proletariado brasileiro.

Teve uma boa parcela de jovens que não consideram importante sua participação em movimentos sociais, mas que foram às ruas pela primeira vez nas manifestações de 2013. Nisso, é importante observar que diversas são as definições de juventudes na sociedade e, que ao final, muitas vezes, acabam gerando relações de poder, como, por exemplo, a ideia desenvolvida pelo capitalismo individualista de que o homem deve construir a si mesmo, transferindo somente para o jovem a tarefa da micro transformação social, gerando mudanças na sociedade contemporânea.

Essa concepção acaba contribuindo para afastar os jovens dos tradicionais espaços de participação política, como os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos e acabam direcionados para outros espaços mais individualistas. Esses jovens resolveram se unir aos que já estavam nas ruas há algum tempo, como o Movimento Passe Livre ou os *black bloc*.

Os jovens muitas vezes são atores políticos para disputar a transformação da realidade mundial. A juventude é, portanto, um segmento que sempre procura inovar e sempre está em busca de novas formas de engajamento, diferente dos espaços tradicionais, que são instituições hierárquicas. Ao defenderem um formato de organizações em grupos temáticos e coletivos, de forma horizontalizada, possivelmente esses jovens querem sentir-se mais livres.

Redes de relacionamentos construídas nas escolas, no local de trabalho, com os amigos ou em algum espaço religioso também contribuem para a ativação da vontade de participar e ser um instrumento de conquista de mudança social. Entretanto, para alguns setores da juventude que querem participar da política os partidos políticos são burocráticos, afirmou Nildo Viana.

### 3 MANIFESTAÇÕES DE 2013 NO MUNDO

Desde 2010 o mundo vinha em um grande movimento global com semelhanças e diferenças entre as muitas manifestações de rua. Iniciaram no norte da África, com a derrubada de ditaduras no Egito, na Tunísia, na Líbia e no Iêmen, com ocupações na Grécia, na Espanha, no Chile, nos Estados Unidos e Rússia. Em diversas partes do mundo, aconteciam as ocupações dos espaços públicos, como nas ruas, nas praças e, em alguns casos, nas sedes de órgãos públicos, levando em conta as peculiaridades de cada região, conforme afirmou o historiador Henrique Soares Carneiro.<sup>109</sup> Em todas elas, estavam presentes a indignação e o desejo por mudanças.

Para Castells,<sup>110</sup> sociólogo espanhol, as manifestações de massa ligadas aos movimentos sociais de uma sociedade em rede de computadores exercem o chamado contrapoder,<sup>111</sup> construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional.<sup>112</sup> Segundo o sociólogo, a denominada Primavera Árabe<sup>113</sup> teve início nos países da própria língua árabe, como Egito, Tunísia, Líbia, Iêmen e Barein, onde os turcos foram para as ruas por mudanças no regime político, contra as ditaduras locais. Após, aconteceram outras manifestações de rua em inúmeros países do mundo entre 2010 e 2013, como Espanha (M15: Movimento dos Indignados), Grécia, Portugal, Itália, Grã-Bretanha e EUA (*Occupy Wall Street*), porém com outras motivações, como o questionamento quanto à má administração da crise econômica mundial pelos governantes. O movimento *Occupy*, por exemplo, com o lema “Unidos pela Mudança Global”, atingiu 82 países.

Importante desenvolvermos a análise global levando em consideração as especificidades das lutas locais. O fenômeno acontecido no Brasil não foi único e surgiu de uma vontade por mudanças políticas, que contribuíssem por melhorias nos serviços públicos e na qualidade de vida. Os movimentos sociais possuem um papel importantíssimo na

---

<sup>109</sup> CARNEIRO, Henrique Soares; HARVEY, David. *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 7.

<sup>110</sup> CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 14.

<sup>111</sup> Contrapoder é a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses.

<sup>112</sup> CASTELLS, op. cit, p. 14.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 83.

democracia brasileira, são eles que cumprem um papel de vanguarda na defesa dos direitos da população do país.

## **4 NOVAS FORMAS DE SE FAZER POLÍTICA**

As manifestações de 2013 demonstraram uma crise referente ao sistema representativo brasileiro e aos partidos políticos, perceptível na pesquisa de opinião pública denominada Agenda Juventude Brasil, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude do Governo Dilma, pouco tempo antes das manifestações no mesmo ano. Os jovens propõem novos formatos de organização política, com a utilização das redes sociais como instrumento de mobilização.

### **4.1 CRÍTICA AOS PARTIDOS**

Algo muito presente nas manifestações de 2013 foi a forte crítica aos partidos políticos que, em um primeiro momento, ocorreram de forma razoável, quando coordenadas pelo MPL e, posteriormente, ocorreram fortemente, quando houve as maiores manifestações, já com a narrativa construída pelos grandes meios de comunicação.

Importante lembrar que os maiores partidos políticos governaram o país e estão ou estiveram bastante presentes nos municípios, tendo grandes responsabilidades com os problemas existentes. Também houve uma crítica ao formato das siglas partidárias maiores de que existe uma cúpula que comanda essas instituições cada vez mais burocratizadas e a serviço de pequenos grupos. Além disso, esteve presente a crítica a pouca produtividade nos Poderes Legislativos (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores). Quanto ao partido que estava no comando do país (PT), havia o entendimento, por alguns setores, de que a sigla tinha se afastado muito dos movimentos sociais, estando focada nas disputas eleitorais.

Pesquisa de opinião pública realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), cerca de um mês antes das primeiras manifestações de 2013, demonstrou que somente 39% da população confia nos partidos políticos e que 44% confiam nos deputados e senadores. Isto demonstra o quanto a cultura política brasileira continua personalista e o quanto os partidos políticos precisam ser fortalecidos.

O fortalecimento dos partidos políticos passa pelos próprios partidos pensarem novas formas de atuação na sociedade. Quem sabe seja necessário um novo pacto social, onde as

instituições políticas sejam fortalecidas, respeitadas e mais democratizadas, caso contrário, não se pode colocar catraca nas manifestações populares, destacou o cineasta Silvio Tendler.<sup>114</sup>

Para João Ignácio Pires Lucas,<sup>115</sup> sociólogo e cientista político, as manifestações de 2013 não colocaram os pobres às ruas. Tratavam-se de jovens munidos de *smartphones* que, justamente por isso, fazem o movimento mais horizontal, sem hierarquias estabelecidas. Lucas entende que a globalização e os partidos políticos burocratizados frustram a população, pois, cada vez mais, os jovens se especializam para não receberem nada de efetivo como resposta.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez a mesma análise, em sua participação no Seminário do PT sobre mídias sociais, realizada em 19 de agosto de 2016, quando afirmou que participou de reuniões com jovens e perguntou a eles sobre quais eram seus sonhos e percebeu uma desmotivação muito grande por parte da juventude, pois muitos lutaram para estudar, possuem formação superior e não conseguiram emprego ou, os que conseguiram, tal emprego é precarizado.

Mesmo com formação acadêmica, os jovens não têm tido oportunidade de emprego e estão desacreditados com a política. O desafio aos partidos políticos é motivá-los.<sup>116</sup> Para Lula, os movimentos sociais de esquerda, os mandatos parlamentares, os quadros políticos, enfim, todos os lugares onde a esquerda ocupa espaço devem trabalhar algumas pautas macro cotidianamente em seus veículos, constituindo o que ele chama de comando de comunicação, com a elaboração de um editorial político de interesse nacional e que trabalhe de forma unificada.

Possivelmente este formato de organização verticalizado com um comando central é o que uma parcela dos jovens que foram às ruas em 2013 não quer. Provavelmente eles queiram um formato de organização em que o próprio processo seja democrático, seja uma construção coletiva, sem uma liderança nomeada ou referenciada. Ortellado,<sup>117</sup> em seu artigo publicado em “Vinte Centavos: A Luta Contra o Aumento”, afirma que esses movimentos valorizam

---

<sup>114</sup> PRONZATO, Carlos. Documentário *A Partir de Agora: as jornadas de junho*. São Paulo: Lamestiza Audiovisual, 2013.

<sup>115</sup> SEM LIDERANÇA, NASCEM NOVOS MOVIMENTOS. *Folha de Caxias*, Caxias do Sul, 20 jun. 2013, p. 6. Especial.

<sup>116</sup> Participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Seminário Mídias Sociais: Boas práticas para causar impacto nas redes, promovido pela Secretaria Nacional de Comunicação do Partido dos Trabalhadores e lideranças do PT na Câmara dos Deputados e no Senado, no dia 19 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://sambavideos.sambatech.com/ui#content/edit/216d9ec66138da5371cf49379ef40e4e>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>117</sup> ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

mais o processo do que o resultado. “As lutas são ao mesmo tempo experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de auto expressão contracultural.”

Alguns estudiosos estrangeiros procuraram analisar o papel dos partidos políticos no mundo. O brasileiro Pereira<sup>118</sup> sugere que o sistema partidário seja reenergizado e redemocratizado pelos cidadãos, pois entende que os partidos se transformaram em máquinas eleitorais e que perderam suas conexões orgânicas com os movimentos sociais, comunidades e trabalhadores. Já Mair<sup>119</sup> vai mais longe e afirma que “a era da democracia de partidos passou.” Segundo o especialista em política comparada, existe um esvaziamento da democracia representativa, quando afirma que: “Embora os partidos permaneçam, eles se tornaram tão desconectados da sociedade mais ampla e buscam uma forma de competição tão sem sentido que não parecem mais capazes de sustentar a democracia na sua forma presente.”

Milhares de brasileiros questionaram o Partido dos Trabalhadores, uma organização de massas que sempre procurou dialogar com sua base popular, composta pela maioria dos brasileiros. Viana<sup>120</sup> teorizou que os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar essa luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes. Secco também fez uma análise sobre o comportamento dos partidos de esquerda atualmente no país. Para ele, o PT evoluiu do protesto social ao transformismo político. Após recentemente se estruturarem dentro da legalidade, os partidos de esquerda já se apresentam como protoestados que mimetizam organicamente o aparelho burocrático estatal. Destaca que mantêm, dentro de si, subpartidos (tendências) que competem pelo poder da máquina partidária, que depois vira uma luta pela máquina estatal. Embora, reconheça que o PT, na década de 80, tentou, dentro de sua organização interna, construir alternativas, como a rotatividade das direções e em cargos eletivos, integração direta entre os núcleos de base, conselhos populares, financiamento exclusivo pelos trabalhadores e, até mesmo, tarifa zero. Enfim, propostas muito parecidas com as formas de organização política apresentadas durante as manifestações de 2013.

---

<sup>118</sup> O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13. jul. 2013, p. 05.

<sup>119</sup> SOCIÓLOGO SÉRGIO ABRANCHES ANALISA A LAVA JATO E A CRISE DA DEMOCRACIA.

*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abril. 2017. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1877508-sociologo-sergio-abranches-analisa-a-lava-jato-e-a-crise-da-democracia.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

<sup>120</sup> VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003, p. 83.

Referente às manifestações de 2013, o ex-ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto,<sup>121</sup> tem uma avaliação interessante. Para ele, as manifestações de 2013 não foram aparelhadas e não aparelharam ninguém. Essa interpretação ocorre porque algumas características dessas manifestações se destacaram, como o fato de ignorarem os partidos políticos, a desconfiança da mídia, o não reconhecimento de lideranças, a rejeição a formatos tradicionais de organização, a realização de assembleias horizontais, o debate e a tomadas de decisões de forma coletiva, com deliberações de baixo, por todos, sem instâncias superiores. Britto também demonstra certa desconfiança com as instituições tradicionais. Vale dizer que ele é um servidor aposentado de uma instituição tradicional. Possivelmente seja uma visão conservadora no sentido de que as instituições a que ele se refere sejam as protagonizadas pela esquerda, como a maioria das centrais sindicais ou as ligadas ao movimento estudantil. Também se pode dizer que essa afirmação é correta no sentido de que as redes sociais, sendo utilizadas como meios de comunicação, permitem uma autonomia dos atores, pois cada um pode se expressar livremente. Os grupos que estão nas ruas são movimentos sociais organizados por indivíduos e não por instituições.

Nem todas as manifestações de rua são democráticas, uma vez que, em muitos momentos, os movimentos podem ser manifestações de massa, com viés autoritário, no sentido de que a grande diversidade social que compõe essa massa não aparece. Segundo a obra *Multidão*, desenvolvida por Negri<sup>122</sup> e Hardt,<sup>123</sup> nesses casos, “todas as cores da população reduzem-se ao cinza”,<sup>124</sup> o que leva, muitas vezes, as particularidades dentro do movimento a serem apagadas ou amortecidas.

No primeiro momento das manifestações de 2013, pode-se correr o risco de classificar os movimentos como sendo de “multidão”, pois a pluralidade existente permanece, sendo multicolorida<sup>125</sup> e respeitada nas diversas opiniões. Organizadas pelo MPL, as manifestações produziam uma prática comum, mesmo com todas as diferenças envolvidas, pois ali estavam militantes partidários, anarquistas, autônomos e pessoas que participam pela primeira vez de um ato político. Entretanto, tinham como norte o debate da mobilidade urbana e as críticas ao aumento da tarifa no transporte público urbano e a exploração capitalista que ele proporciona.

---

<sup>121</sup> EXPLICAR O QUÊ? Cultura. Zero Hora, Porto Alegre, 13 jul. 2013 p. 06.

<sup>122</sup> HARD, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 13.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 15.

Dentro da pluralidade existente na sociedade brasileira, os partidos no Brasil possuem uma proximidade com a juventude que costuma não ser expressiva. Boa parte das siglas partidárias possuem setores que dialogam com a juventude ou possuem uma organização mínima de participação dessa faixa etária, porém a quantidade de jovens filiados é inexpressiva perto da totalidade dos partidos, mesmo que algumas instituições, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) considerem jovens pessoas com até 35 anos, ampliando um pouco mais a idade para estar no setor juvenil.

#### 4.2 AGENDA JUVENTUDE BRASIL

Em 2013, antes das manifestações, a Secretaria Nacional de Juventude, ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República, realizou pesquisa de opinião pública procurando verificar o perfil, demandas e formas de participação da juventude brasileira, para instrumentalizar a elaboração de políticas públicas voltadas para esse público. A pesquisa denominada Agenda Juventude Brasil procurou acompanhar as tendências de comportamentos e opiniões dos jovens, além de tentar entender as expectativas desse setor com os espaços mais institucionalizados. Com suas entrevistas realizadas no período de 13 de abril a 19 de maio de 2013, essa foi uma demonstração de que já havia uma intenção governamental de pensar a participação popular e sua relação com as juventudes durante o governo Dilma.

A pesquisa demonstrou importantes aspectos da relação da juventude brasileira com a política. Quando perguntados se os jovens podem mudar o mundo, 91% dos entrevistados acreditam que sim e, desses, 69% acreditam inclusive que podem mudar muito o mundo. Também se apresentavam otimistas quanto ao futuro do Brasil, ao serem perguntados se o Brasil vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está, nos próximos 5 anos: 44% responderam que acreditavam que vai melhorar. Quando perguntados sobre o que seria mais importante para garantir direitos, 47% dos jovens responderam que são as políticas de governo. Cinquenta e quatro por cento deles ainda declararam considerar a política muito importante. Quarenta por cento dos jovens entrevistados fez o título de eleitor aos 16 anos, mesmo não sendo obrigatório para esta faixa etária, o que demonstraria certo comprometimento deles. Oitenta e um por cento dos jovens fizeram o documento. Portanto, praticamente metade deles optaram em participar das eleições logo que puderam.

Outra informação importante que a pesquisa apresentou foi o interesse pela participação política, visto que 34% dos entrevistados afirmaram não ter costume em participar, mas ressaltaram interesse pela temática. Quarenta e quatro e quarenta e cinco por

cento respectivamente, respondeu que através da participação em mobilizações de rua e outras ações diretas ou com a atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa são formas de atuação que poderiam melhorar as coisas no Brasil. Sobre a participação em associações, entidades ou grupos, 46% dos jovens declararam que participam ou já participaram e, dos 54% que nunca participaram, 39% afirmaram que gostaria de participar. Isso demonstra um desejo grande da juventude em participar da ação política, já que a soma de quem participou e de quem gostaria de participar compõe uma expressiva porcentagem de 85% de jovens.

Na questão de instituições que os jovens pouco confiam, somente 30% fizeram referência à atuação em partidos políticos como instituições que podem melhorar o país, demonstrando certo descrédito com as siglas partidárias. O mesmo acontece com os governos, pois 53% dos jovens brasileiros estavam desacreditados ao serem perguntados disseram que os governos no Brasil conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito. Esse entendimento é reforçado por Mair,<sup>126</sup> que destaca o aumento da desconfiança na política, nos políticos e nos partidos nas sociedades contemporâneas.

Muitos dos políticos atuantes nas instituições partidárias mais ativas dos últimos anos da sociedade brasileira parecem ter suas trajetórias iniciadas em setores e atividades da juventude dessas instituições, com destaque para a atuação no movimento estudantil, tendo formação e instrução política através de participações ativas na estrutura interna das siglas. Com a possibilidade de existir uma maior atuação no movimento estudantil por parte das juventudes partidárias, pode ser que muitos dirigentes partidários não percebessem as outras realidades juvenis, como os jovens da periferia, por exemplo, mostrando certo deslocamento da realidade vivida pela maioria dos jovens.

A comunicação e a “atração” da juventude aos partidos políticos geralmente acontece através “da própria juventude”, ou seja, jovens filiados convidam outros jovens a participarem das atividades organizadas por eles, mas esses poucos ocupam espaços decisórios nos partidos, nas executivas ou nos diretórios das siglas, com a possibilidade de ocorrer conflitos geracionais. Isto pode fazer com que os jovens não percebam, nos partidos políticos, espaços que sirvam de instrumentos para a mudança social, pois, em muitos momentos, acabam sendo pouco ouvidos e possuem limitada influência decisória.

---

<sup>126</sup> SOCIÓLOGO SÉRGIO ABRANCHES ANALISA A LAVA JATO E A CRISE DA DEMOCRACIA.

*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abril. 2017. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1877508-sociologo-sergio-abranches-analisa-a-lava-jato-e-a-crise-da-democracia.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

A conjuntura política que levou às manifestações de 2013 enquadraram-se dentro de um contexto de crises internacional e nacional, explicado pelo professor Valter Pomar<sup>127</sup> da Universidade Federal do ABC. Para ele, o sistema político-partidário no Brasil estava em crise e interrelacionando a diversas dimensões, entre elas, a crise internacional e a crise do capitalismo brasileiro. A primeira crise estava ligada à questão da financeirização, quando a riqueza que circula nos mercados financeiros é, muitas vezes, maior do que a soma do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países do mundo, ocasionando grandes desvalorizações financeiras.

Já a crise do capitalismo brasileiro teve origem, segundo Pomar,<sup>128</sup> a partir de um processo ao longo dos últimos séculos com quatro grandes características no Brasil: dependência externa, desigualdade social, democracia oligárquica e desenvolvimento limitado. Para o autor, dentro desse cenário de conflitos, é a crise no sistema partidário que provoca um descrédito popular, sendo necessários partidos como o PT, para reconstruir os vínculos com a classe trabalhadora, defendendo programas que sejam antissistêmicas, anticapitalistas, socialistas, revolucionárias e não apenas de oposição.

Importante perceber que os quadros políticos que ocupam espaços estratégicos no Governo Federal também são quadros com formação político-partidária e que trazem o seu acúmulo de formação política para dentro do governo, sendo que, em 2013, foi necessário dialogar com outras propostas de organização política.

#### 4.3 NOVO FORMATO DE ORGANIZAÇÃO

Sakamoto,<sup>129</sup> doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, fez a seguinte afirmação sobre o atual modelo republicano existente em boa parte do mundo: a “civilização representada por fuzis, colheitadeiras, motosserras, ternos e paletó [...] mais cedo ou mais tarde terá de mudar.” O velho modelo de república representativa, formulado no século XVIII e, finalmente implementado como modelo em praticamente todo o mundo, deu sinais claros de esgotamento, sendo demonstrado através do formato de organização que teve

---

<sup>127</sup> POMAR, Valter. *Política e Partidos Políticos*. Texto obrigatório da aula 1: O Que é Política, do curso de difusão do conhecimento em gestão pública e resistência ao golpe da Fundação Perseu Abramo, turma Caxias do Sul, 2018, p. 13.

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> ROLNIK, Raquel. As Vozes das Ruas: as Revoltas de Junho e suas Interpretações. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 12.

as manifestações entre as três etapas dos protestos, inclusive com muitas características em comum.

Schwartz<sup>130</sup> fez uma crítica quanto ao desempenho dos jovens manifestantes, dizendo que houve falta de organização posterior às manifestações de 2013, uma vez que houve a possibilidade de se pensar outras possibilidades de se fazer política. Seguiu a mesma linha de raciocínio Pereira,<sup>131</sup> afirmando que o ano de 2013 poderia ser lembrado como um momento de virada da história do Brasil, sendo necessária ter permanecido as mobilizações nas ruas a despeito de circunstâncias que favoreceram seu surgimento, mas poderiam comprometer sua continuidade com a falta de líderes e a multiplicidade de reivindicações.

A estrutura e a multiplicidade do movimento também espantaram os membros do governo que negociavam diretamente com os manifestantes. Gilberto Carvalho, Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República no governo Dilma, declarou a dificuldade em compreender a organização. Disse o Ministro no período:

De fato, está difícil entender. Nós somos acostumados com mobilização com carro de som, com organização, com gente com quem negociar e liderança com quem negociar e poder fazer um tipo de acordo. Agora eles mesmo dizem “nós não temos uma liderança, são múltiplas lideranças, nós não temos carro de som”. Não tem um comando, um comando único, e, portanto, se torna extremamente complexo o processo de compreensão, de entendimento, da multiplicidade das manifestações internas.<sup>132</sup>

#### 4.4 REDES SOCIAIS

Uma das características marcantes das manifestações de 2013 foi o uso das redes sociais e suas terminologias como o símbolo *hashtag*.<sup>133</sup> Para Castells,<sup>134</sup> as redes sociais são redes dinâmicas, um novo modelo de participação cidadã, onde se cria um “espaço de autonomia”, difícil de ser controlada pelo governo e pelas empresas. Essa autonomia poderia ser pelos compartilhamentos e postagens independentes e livres dos envolvidos e dos

<sup>130</sup> Palestra proferida no dia 10 de agosto de 2017 pelo professor Germano Schwartz, como aula inaugural do 2º semestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Serra Gaúcha, Caxias do Sul, RS, com o tema Direito e Democracia Pós-Junho 2013 na ótica do Rock.

<sup>131</sup> O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jul. 2013, p. 04.

<sup>132</sup> “ESTÁ DIFÍCIL DE ENTENDER” DIZ GILBERTO CARVALHO SOBRE MANIFESTAÇÕES. Notícia. G1, 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/esta-dificil-de-entender-diz-gilberto-carvalho-sobre-manifestacoes.html>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

<sup>133</sup> Hashtag é uma expressão bastante comum entre os usuários das redes sociais, na internet. Consiste de uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, conhecido popularmente no Brasil por "jogo da velha" ou "quadrado". As hashtags são utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria-se uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado.

<sup>134</sup> CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 7.

simpatizantes dos movimentos, cuja finalidade era demonstrar simpatia e insatisfação. Sobre as redes, Secco<sup>135</sup> ressalta que, além da insatisfação e da simpatia, seria preciso entender as redes sociais compreendendo que o conteúdo é fornecido pelo capital monopolista investido nos meios de comunicação.

Outros grupos de mídia tiveram visibilidade através de uma forte atuação durante as manifestações de 2013, sendo denominadas de mídias alternativas. A Mídia Narrativa Independente, Jornalismo e Ação, conhecida como Mídia Ninja<sup>136</sup> é uma rede descentralizada e colaborativa de comunicadores, que se baseia nas novas tecnologias para compartilharem informações. Essa mídia fazia parte do Circuito Fora de Eixo,<sup>137</sup> que também fez uso das redes para se articular entre seus coletivos culturais, criando uma conexão no Brasil e na América Latina para fazerem um enfrentamento ao sistema capitalista e pensarem em um outro mundo possível, como afirmou Pablo Capilé, um dos principais articuladores do grupo.<sup>138</sup>

A Mídia Ninja possui um grau de ativismo político, visto que se utilizou muito bem das redes sociais, principalmente do Facebook e do Youtube para divulgar suas notícias em tempo real. Entretanto, esse formato de atuação entrava em conflito, muitas vezes, com as forças policiais e os órgãos de repressão do Estado.

Estas novas formas de articulação com o uso das redes sociais e todo o poderio da internet não substituíram as formas tradicionais de comunicar-se politicamente, como com o uso das redes de televisão e rádio ou a presença física nos espaços, mas facilitaram pela rapidez de comunicação e maior facilidade de acesso. Em minutos, um evento na página do Facebook pode ser criado e articulado com outros eventos, aglomerar pessoas e propor debates.

Foi assim que começaram as articulações no Brasil, levando milhares de pessoas para as ruas. Segundo levantamento da agência Today, no dia 17 de junho de 2013, houve 548.944 publicações, tendo os seguintes termos mais mencionados: #vempraru, #ogiganteacordou, #protestosspp, #mudabrasil e #semviolência.<sup>139</sup>

<sup>135</sup> O JUNHO DE 2013. Mobilizações pelo Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p. 5, jul. 2013.

<sup>136</sup> Denominação dada pelos colaboradores da Mídia Ninja, em SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

<sup>137</sup> Circuito Fora de Eixo é uma rede sociocultural de trabalhos colaborativos, surgida em 2005, que desenvolve um intercâmbio entre artistas de diversas formas de expressão: música, teatro, artes visuais, audiovisual e outras.

<sup>138</sup> ATIVISTAS E GOVERNO FRENTE A FRENTE. Conexões Globais. Zero Hora, p. 23. 25 jan. 2014.

<sup>139</sup> MOVIMENTO DAS REDES. Especial. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 19 jun. 2013, p. 17.

## 5 O PERIGO DA ANTIPOLÍTICA

Diversos analistas realizaram comparações entre as manifestações de 1968 e as de 2013, como por exemplo, o espírito libertário dos atos e a grande presença de jovens nas manifestações. Também foi destacado os riscos das manifestações de 2013 em enfraquecerem a democracia, levando a possibilidade de termos um regime autoritário no país.

### 5.1 1968 *VERSUS* 2013

Existem algumas comparações entre as manifestações de 1968 e as de 2013. Primeiramente, é necessário contextualizar os diferentes períodos. O ano de 1968 foi chamado por Ventura<sup>140</sup> como “O ano que não terminou” e, por Caetano Veloso,<sup>141</sup> através da música, que “é proibido proibir”, pois, em maio do mesmo ano, estudantes franceses foram às ruas protestar, iniciando diversas greves estudantis, principalmente em defesa da liberdade, conforme o relato de um líder estudantil, Daniel Cohn-Bendit, hoje militante político europeu.

As grandes mobilizações de massa acabam confrontando-se com as forças policiais e os órgãos de repressão, como ocorreu na França ainda sofrida pelas consequências da II Guerra Mundial (1939-1945) e governada por um general ditador, Charles De Gaulle. Mulheres, jovens e crianças eram oprimidos, e a homossexualidade, considerada uma doença. Os valores da sociedade eram questionados, e foi proposto um debate sobre educação, cultura, sexualidade, racismo, feminismo, entre outros. “O que queremos, de fato, é que as ideias voltem a ser perigosas”, afirmou Guy Debord,<sup>142</sup> integrante da Internacional Situacionista, movimento artístico e político, que se espalhou-se pela Europa, chegando à América.

Estudantes sacudiram o mundo, na conjuntura internacional da revolução cubana, da revolução chinesa, das guerras da Argélia e do Vietnã. As principais referências dessa geração

---

<sup>140</sup> Esse título vem do livro do escritor brasileiro Zuenir Ventura, que leva o mesmo nome e fala do AI-5 em dezembro de 1968. Por isso, o ano fica sem terminar, pela supressão total das liberdades.

<sup>141</sup> Música de Caetano Veloso que teve sua primeira apresentação no Festival Internacional da Canção, organizado pela Rede Globo, no final da década de 60.

<sup>142</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

eram Che Guevara,<sup>143</sup> Ho Chi Minh<sup>144</sup> e Mao Tsé-tsung.<sup>145-146</sup> Já nos Estados Unidos, havia um movimento pacifista, organizado pelos contrários à guerra do Vietnã, acompanhando o crescimento do movimento *hippie* e da contracultura no mundo, conforme Roszak (1972), em sua obra *A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*:

Apesar da fraude e da leviandade que embaraçam seus contornos, uma nova cultura está realmente surgindo entre nossa juventude [...] uma cultura tão radicalmente dissociada dos pressupostos básicos da nossa sociedade que muitas pessoas nem sequer a consideram uma cultura, e sim uma invasão bárbara de aspecto alarmante.<sup>147</sup>

Com esse espírito libertário e uma cultura mais alternativa, as mulheres questionavam o patriarcado e demonstravam o desejo de emancipação feminina, através do uso da minissaia, da calça jeans e da existência do anticoncepcional. Dessa forma, foram ganhando adeptos, em sua maioria jovens, que começam a questionar os modelos dominantes e tradicionais existentes na sociedade, reivindicando mudanças sociais, políticas e comportamentais, expressadas nas músicas e na forma de se vestir.

Com o assassinato de Martin Luther King, líder do movimento pelos direitos dos negros no país, o debate racial ganhou protagonismo, surgindo movimentos como o *black power*,<sup>148</sup> com novas formas de manifestação artística da cultura negra, e os Panteras Negras, movimento radical de orientação marxista que, muitas vezes, defendia a luta armada.<sup>149</sup> O sonho americano não empolgava mais, e a segunda metade da década de 60 é a demonstração do poder e da rebeldia da juventude, com o surgimento de novos tipos de lideranças e um grande descontentamento com a política.

---

<sup>143</sup> Che Guevara era Ernesto Rafael Guevara de La Serna, hoje considerado um dos símbolos da esquerda mundial. Foi um dos líderes da Revolução Cubana e articulador de vários grupos guerrilheiros na América Latina. Em 9 de outubro de 1967, foi assassinado pelo exército boliviano durante ação no país.

<sup>144</sup> Ho Chi Minh foi um revolucionário e estadista vietnamita. Fundador do movimento anti-imperialista na Indochina e, depois, presidente do Vietnã do Norte. Procurou reunificar o país com o Vietnã do Sul, o que acabou levando à guerra do Vietnã. Morreu em 2 de setembro de 1969.

<sup>145</sup> Mao Tsé-Tung foi líder da Revolução Chinesa e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação, em 1949.

<sup>146</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, p. 163.

<sup>147</sup> ROSZAK, Theodore. *A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>148</sup> *Black power* é um movimento que evidencia a cultura e a resistência negra em uma sociedade predominantemente racista.

<sup>149</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. 68: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 34.

Algumas semelhanças são perceptíveis entre 2013 e 1968, como o fato de ter uma parcela significativa da população, de maioria jovem, reivindicando mudanças concretas na política e na sociedade em geral, também no formato de organização, com uma forma de atuação muita mais focada na realização democrática cotidiana. A realização de inúmeras assembleias, a composição de coletivos para a realização de tarefas e a escolha de interlocutores não-líderes são uma demonstração de um formato menos liberal ou representativo e mais de democracia direta.

Inúmeras questões de 1968 parecem se repetir em 2013, como o espírito libertário, o questionamento ao patriarcado e aos modelos dominantes e tradicionais, o debate racial presente, o questionamento sobre o papel das lideranças dos movimentos e o descontentamento com a política.

Com formatos e dimensões diferentes, essas pautas aparecem fortemente entre os inúmeros jovens envolvidos nas manifestações de rua no ano de 2013. Entre os denominados Novíssimos Movimentos Sociais, surgiram os novos grupos feministas, de negros e de estudantes das ocupações das escolas que, segundo Tible,<sup>150</sup> trazem atualmente as pautas feministas, raciais e de ocupação dos espaços públicos fortemente para a conjuntura brasileira com um novo jeito de fazer política, propondo e construindo outras formas de organização, pois também questionam os modelos dominantes e tradicionais.

Os militantes dos Novíssimos Movimentos Sociais não querem o formato verticalizado e hierárquico dos partidos políticos e dos Novos Movimentos Sociais surgidos desde 1968, pois entendem que, no movimento social, ter uma liderança destacada para negociar em nome do grupo, muitas vezes, o militante acaba sendo cooptado<sup>151</sup> pelas forças políticas hegemônicas e, por consequência, não cumprindo o papel de falar em nome do coletivo, prevalecendo o interesse individual.

Uma parcela expressiva dos manifestantes de 2013 teve posturas libertárias, exigindo mais democracia direta, ocupando e demonstrando, na prática, uma visão mais democrática no uso dos espaços de uso público, como ruas, praças ou prédios públicos. Nos atos contra a repressão, ocorridos em 1968, a maioria dos jovens envolvidos era da classe média ou de famílias pobres, que ainda estavam fora do mercado de trabalho.

No período, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) reunia jovens de classe alta, de ideologias de extrema-direita, que atacaram peças de teatro, apresentações musicais e

---

<sup>150</sup> CAROS AMIGOS. Edição Especial novas Esquerdas, 2016. Mensal, p. 28.

<sup>151</sup> Cooptar: atrair, aliciar – cooptação. HOUAISS, Instituto Antônio. *Minidicionário Houaiss da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2004, p. 190.

artísticas consideradas subversivas e realizadas por artistas tidos como comunistas, além da perseguição aos universitários que eram considerados revolucionários ou vinculados ao Partido Comunista e ao Marxismo. Em 2013, grupos mais radicalizados de extrema-direita também apareceram, não de uma maneira tão expressiva, mas com muita violência. Esses grupos pareciam estar no anonimato nas últimas décadas.

Alguns relatos de quem esteve nas ruas, em 1968, como o de Paulo de Tarso Carneiro, estudante-trabalhador, na época e, depois, coordenador da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), na região da Serra Gaúcha (RS), demonstra um pouco o sentimento de milhares de manifestantes de 2013, no sentido de quererem mais democracia e se sentirem sem espaços para serem ouvidos:

Quando não há mais liberdade para criticar, para fazer política, para reivindicar, nós mostramos nossa indignação contra a ditadura, nossa insatisfação com a ausência de espaços para a luta democrática. Ocupamos as ruas, as praças, as faculdades, para gritar, bem alto, o que pensávamos, o que queríamos. Tenho orgulho de ter participado dessas lutas.<sup>152</sup>

Na questão simbólica, pode-se dizer que inúmeras frases utilizadas nos cartazes levantados pelos manifestantes, em 2013, e o uso dos símbolos nacionais, principalmente a bandeira brasileira, são alegorias que foram muito utilizadas no ano de 1968, período da ditadura militar no Brasil. O uso de expressões, como *gigante*, *acordar*, *pátria*, com forte apelo emocional e sentimental e a utilização das vestimentas ou acessórios verde-amarelo acabaram contribuindo para um forte sentimento nacionalista em parcela significativa da população em 1964.<sup>153</sup> Essa é a tese defendida pela historiadora Solange de Deus Simões, na obra *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*, publicado em 1985. Simões cita alguns cartazes utilizados em 1964 durante as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.<sup>154</sup> Um desses cartazes possuía o seguinte dizer: “Acorde, povo! Conspiram contra sua pátria!”

Importante pontuar as diferenças existentes, até mesmo porque o contexto sócio-político é bastante distinto. Ainda, é preciso lembrar que o uso de redes e de tecnologia é

---

<sup>152</sup> Depoimento para o trabalho de conclusão de curso do graduando Cristiano Cardoso de Almeida, intitulado *O Impacto da Participação da Juventude nas Manifestações de 2013 nos Partidos Políticos de Caxias do Sul*, do curso de graduação de Bacharel em Ciência Política da Faculdade América Latina, Caxias do Sul, RS, em 25 jun. 2014.

<sup>153</sup> SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 111.

<sup>154</sup> As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram uma série de manifestações que aconteceram no país, em 1964, como resposta ao que entendiam como uma ameaça comunista, principalmente após comício do então presidente João Goulart na estação ferroviária Central do Brasil, que defendia a desapropriação de terras e as chamadas reformas de base.

distinto de 2013. Os manifestantes que foram às ruas em 2013 queriam reivindicar demandas específicas e demonstraram o interesse pela mudança no sistema político brasileiro. Entretanto, não defendiam uma revolução ou uma ruptura que resultasse em conflitos mais violentos, diferentemente do que relatou José Genoíno, ex-presidente do DCE da Universidade do Ceará (1967-1968) que, mais tarde, se integrou à guerrilha do Araguaia, no livro *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*:

Em toda a sua trajetória política, os estudantes brasileiros já demonstraram que estão situados no campo das forças que querem a Revolução, eles não querem apenas mudanças na ordem burguesa, na forma do Estado ou de opressão e exploração. Eles sempre se situaram ao lado das forças motrizes, que querem mudanças profundas e radicais na sociedade brasileira.<sup>155</sup>

## 5.2 DITADURA *VERSUS* FASCISMO

A sociedade brasileira é marcada por continuidades autoritárias. Esta é uma afirmação que muitos intelectuais têm feito ao analisar a participação das juventudes nas manifestações de 2013. Frei Betto<sup>156</sup> escreveu, em julho de 2013, o seguinte: “Caso contrário, a insatisfação dos jovens se transformará em revolta, e está em ninho aconchegante para o ovo da serpente: o nazifascismo.”

Na mesma linha de raciocínio, Marilena Chauí<sup>157</sup> afirma que parte dos manifestantes adotou a posição ideológica típica da classe média, que aspira por governos sem mediações institucionais, e, portanto, ditatoriais. Eis porque surgiu a afirmação de muitos manifestantes, enrolados na bandeira nacional, de que “meu partido é meu país”, ignorando, possivelmente, que essa fosse uma das afirmações fundamentais do nazismo contra os partidos políticos. O sociólogo Sérgio Abranches<sup>158</sup> destaca, sobre a crise da democracia brasileira, o seguinte:

Ao não se sentirem representados, os cidadãos viram as costas para a política e para as agremiações. Dissemina-se o sentimento de antipolítica; os eleitores passam a

---

<sup>155</sup> SANTOS, Nilton. *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980, p. 98.

<sup>156</sup> FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. *Juventude e Cultura: identidade, reconhecimento e emancipação*. Disponível em: <[http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista\\_juventudebr\\_dez\\_2008.pdf](http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista_juventudebr_dez_2008.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

<sup>157</sup> CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Revista teoria e debate*. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%ef%bb%bfas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

<sup>158</sup> SOCIÓLOGO SÉRGIO ABRANCHES ANALISA A LAVA JATO E A CRISE DA DEMOCRACIA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abril. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1877508-sociologo-sergio-abranches-analisa-a-lava-jato-e-a-crise-da-democracia.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

buscar forasteiros – o “não político” o “gestor” e o magistrado, entre outros – e se afastam cada vez mais da trilha democrática, pela esquerda ou pela direita.<sup>159</sup>

O sociólogo Raymund Aron destaca que a atividade política legítima somente pode vir do multipartidarismo, ou seja, com uma pluralidade de partidos políticos:

Quando um partido, e um único, tem o monopólio da atividade política, o Estado está-lhe inseparavelmente ligado. Num regime de partidos múltiplos, no Ocidente, o Estado toma para si a glória de não ser definido pelas ideias de nenhum dos partidos em luta, o Estado é neutro pelo fato de tolerar uma pluralidade de partidos. [...] Num regime de partido único, o Estado é partidário, inseparável do partido que tem o monopólio da atividade política legítima. Se, em vez de um Estado de partidos existe um Estado partidário, o Estado será obrigado a limitar a liberdade de discussão política.<sup>160</sup>

Importante destacar que se corre o risco da multidão se transformar em massa e sem organização política, a sociedade perde a possibilidade de participar democraticamente nas decisões políticas, sendo manipuladas pelos meios de comunicação mais comprometidos com o capitalismo e até mesmo pelas ideologias mais extremistas, como o fascismo, para exemplificar. O intelectual argentino Ernesto Laclau faz a seguinte reflexão ao explicar o que acontece com um movimento de massa com tendências fascistas manipulável por interesses difusos: “O fascismo tem sido a forma extrema pela qual as interpelações populares, em sua forma mais radicalizada [...] logram transformar-se no discurso político da fração dominante da burguesia.”<sup>161</sup>

Vale lembrar que existem jovens que realmente se identificam com ideias conservadoras de direita ou até mesmo de ultradireita, reflexão reforçada pelo pesquisador Paulo Denisar Fraga<sup>162</sup> que afirma sobre a necessidade de não ignorarmos a juventude nazista, por exemplo, que foi muito mais numerosa que a juventude socialista na Alemanha ou, no caso brasileiro, os *skin-heads* e os carecas da região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), área industrial do Estado de São Paulo. Esses grupos promoveram a violência, principalmente nas grandes cidades.

<sup>159</sup> SOCIÓLOGO SÉRGIO ABRANCHES ANALISA A LAVA JATO E A CRISE DA DEMOCRACIA.

*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abril. 2017. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1877508-sociologo-sergio-abranches-analisa-a-lava-jato-e-a-crise-da-democracia.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

<sup>160</sup> ARON, Raymond. *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1966, p. 293.

<sup>161</sup> LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 147.

<sup>162</sup> FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. *Juventude e Cultura: identidade, reconhecimento e emancipação*.

Disponível em: <[http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista\\_juventudebr\\_dez\\_2008.pdf](http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista_juventudebr_dez_2008.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

Sem a liberdade de realização de amplos debates entre a diversidade partidária, existirá um enfraquecimento da democracia, pois o ideal democrático é o respeito à diversidade. É necessário, ao contrário, o fortalecimento da democracia no país, que precisa de instituições cada vez mais fortes e transparentes, de mecanismos de participação direta, além de fortalecer o sistema representativo existente, visto que será muito difícil de mudá-lo.

É fundamental entender, segundo alguns especialistas, a importância do rompimento com a lógica da participação política de dois em dois anos, quando se vota, pois, a política é feita na ação cotidiana.

## 6 ETAPAS DAS MANIFESTAÇÕES

As manifestações de 2013 podem ser divididas em três momentos políticos, envolvendo públicos diferenciados. Elas começaram com o MPL em algumas capitais e, após forte repercussão midiática, houve ampliações em diversas cidades brasileiras. A principal pauta foi o debate da mobilidade urbana, principalmente em defesa do não-aumento ou da redução da tarifa do transporte público urbano. A maior parte do público envolvido era militante do MPL, geralmente posicionado no espectro político à esquerda do ponto de vista ideológico, muitos com uma concepção marxista no que tange ao uso do espaço público urbano, através dos meios de transporte. O texto redigido pelo MPL de SP para Cidades Rebeldes reafirma essa opinião:

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho.<sup>163</sup>

Com o crescimento gigantesco de público, comovido pela transmissão que os grandes meios de comunicação fizeram e pela influência das redes sociais que, de forma instantânea, mostraram o exagero do Estado no uso das forças policiais perante os atos, a própria imprensa mudou o discurso e começou a apoiar as ações reivindicatórias nas ruas. A maioria de pessoas nunca havia participado de mobilizações públicas e foi às ruas reivindicar por mais qualidade nos serviços de saúde, educação, infraestrutura entre outros assuntos.

Importante lembrar que, historicamente, os veículos de comunicação sempre criminalizaram esses tipos de ação, colocando, muitas vezes, o rótulo de “baderneiros” em quem paralisava as vias públicas em defesa de algo. A imprensa capitalista não somente apoiou, mas ajudou a construir uma nova narrativa para o que estava acontecendo naquele período, conseguindo contribuir para que o discurso de combate à corrupção emplacasse nas maiores manifestações de rua do Brasil, de forma moralista e bastante voltada ao governo

---

<sup>163</sup> São Paulo, Movimento Passe Livre: não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 20.

Dilma e ao partido que estava no protagonismo do governo federal, o PT. Inicialmente, essa pauta não aparecia no cenário político das manifestações coordenadas pelo MPL.

Neste cenário, aproximadamente na segunda quinzena de junho de 2013, o governo estava enfraquecido, sem conseguir contrapor aos ataques de um movimento de massa, muito pautado pela narrativa construída pela imprensa corporativista e conservadora e por setores da direita que se reorganizaram. Assim, a esquerda, que estava presente no governo e que era vinculada ao PT, ficou, por um período, sem poder de disputa no protagonismo junto às manifestações, com dificuldade de diálogo com os chamados Novíssimos Movimentos Sociais e com sérios problemas na compreensão do que estava acontecendo naquele período. Com a mudança no perfil do público presente, como podemos ver nos dados do Instituto Datafolha, em que 56% dos que foram à Avenida Paulista, em 20 de junho de 2013, giravam em torno do centro, 10% eram da Direita e 22%, da Esquerda, quando perguntados sobre sua localização no espectro ideológico.<sup>164</sup>

Somente no mês de julho de 2013 houve uma rearticulação das forças de esquerda mais ligadas ao PT, em que movimentos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras entidades voltaram às ruas realizando uma grande greve geral, em 11 de julho de 2013. Essas instituições são denominadas de Novos Movimentos Sociais, que surgiram, em sua maioria, na década de 80, durante o período ditatorial brasileiro, em uma transição para a redemocratização. Vale lembrar que a UNE surgiu na década de 1950, durante o governo Vargas, sendo uma exceção. Algumas centrais sindicais são dissidências da CUT e surgiram depois da fundação da CUT.

No mundo contemporâneo, surgiram novas formas de organização política, articuladas pelo chamado novo proletariado, segundo Negri, em entrevista realizada pelo jornal Zero Hora, em 8 de junho de 2014:

Por exemplo, na Europa, não há dúvida que começam a nascer novas formas de política, nas quais, é muito interessante isso, se unem os pobres e os “precários”, dentro dessa crise capitalista. O “precariado” é caracterizado pelo trabalho flexível e móvel, cada vez mais precário, sem contratos, ao mesmo tempo em que é ultra qualificado. E esse novo proletariado se une àqueles que são os extratos mais pobres da sociedade, aqueles que são excluídos pela crise do Estado de bem-estar social.<sup>165</sup>

<sup>164</sup> SINGER. André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos, CEBRAP*, São Paulo, n. 97, novembro de 2013.

<sup>165</sup> O LEGADO DE JUNHO. Antônio Negri: É a multidão que comanda a história. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8.jun. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Antonio-Negri-E-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

Entre as diversas análises das manifestações de 2013, alguns estudiosos como Negri, Braga e Singer entendem que, do ponto de vista da composição social, na segunda fase dos protestos, quando ocorreram as maiores mobilizações, não houve uma forte presença somente de jovens da classe média tradicional, mas também o chamado novo proletariado. Segundo Singer, tratam-se de jovens trabalhadores que conseguiram emprego com carteira assinada na década dos governos Lula (2003-2013), mas que recebem baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

Ambas as estratificações sociais são jovens ou jovens-adultos com alta escolaridade (quase 80% dos manifestantes de São Paulo). Trata-se da classe média tradicional, por ter suas vidas mais estabilizadas, e do novo proletariado, muito possivelmente atingidos por políticas de inclusão no Ensino Superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>166</sup> ou com a ampliação de vagas nas universidades públicas, além de outras políticas públicas desenvolvidas pelos governos de Lula e de Dilma. Essa tese é também defendida por Tible e Medeiros,<sup>167</sup> que visualizam a possibilidade do novo proletariado ou da nova classe trabalhadora que compuseram boa parcela do público que esteve presente nas manifestações de 2013, pois, mesmo com a ascensão econômica e social, são atingidos fortemente pelos problemas estruturais existentes nas cidades, como as questões ligadas ao transporte público e à habitação.

O novo proletariado se reconhece como tal, pois, segundo Venturi,<sup>168</sup> 69% dos entrevistados se percebem como classe trabalhadora/povo. Medeiros e Tible<sup>169</sup> chegam a classificar o envolvimento dessa nova classe com as manifestações de 2013 como uma espécie de certidão de nascimento política, tendo um grande papel enquanto ator político nos atos.

Entretanto, o novo proletariado possui profissões classificadas como média-inferior, obtendo uma renda familiar bem menor, chamada de intermediária (2 a 5 salários mínimos). As profissões aqui classificadas, segundo Quadros,<sup>170</sup> são as seguintes: balconista, professor de Ensino Fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista,

---

<sup>166</sup> O Prouni é um programa do Governo Federal criado com o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior. Ele foi instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

<sup>167</sup> TIBLE, Jean; MEDEIROS, Josué. *Junho disruptivo: a nova configuração do conflito de classes no Brasil. Cuadernos de Coyuntura*, 4 jul. 2014. Disponível em: <<http://coyuntura.sociales.uba.ar/515/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> SINGER. André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos, CEBRAP*, São Paulo, n. 97, novembro de 2013, p. 31.

motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure. Já os jovens membros da classe média tradicional são os profissionais liberais ou funções não-manuais, técnicas e administrativas.

## 7 GOVERNO DILMA

Dilma Vana Rousseff do Partido dos Trabalhadores foi eleita presidenta democraticamente em 2010 e, em 2014, ocupando o espaço de maior mandatária do país. Para uma análise do governo Dilma é importante uma contextualização histórica lembrando que ainda existe no Brasil uma forte herança da política conservadora e coronelista do passado.

No atual formato do sistema político brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República em 2002, em uma eleição onde o PT apresentava uma plataforma de governo mais “centrista” e com uma coligação de partidos mais ao centro, tendo, como vice, o empresário José de Alencar, do PL, apoiado no segundo turno por partidos de centro dos outros candidatos. Na segunda eleição, Lula teve uma coalizão de 12 partidos (PT, PMDB, PSB, PDT, PCdoB, PTB, PRB, PP e outros menores), além daqueles que se aliaram no Congresso Nacional, totalizando 15 partidos na base governista, que formou o chamado “presidencialismo de coalizão” que, conforme Abranches,<sup>171</sup> é o padrão existente no governo, demonstrado através da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, que formou uma grande aliança que vai no espectro político da esquerda à centro-direita. Por um período, essa aliança deu certo. O governo Lula foi fortalecido nas instituições e com forte base social, devido aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo, que conseguiu ter força e poder em nível nacional, e procurou comunicar-se melhor com os movimentos sociais. Muitos classificaram o governo petista como um governo de centro, social-liberal ou social-democrata.

Por ser mais um governo de coalizão, muitos setores exerceram forte influência nesse mesmo governo, como a chamada “bancada ruralista” do Congresso Nacional, que acabou fomentando o agronegócio, intensificando muitos conflitos com ambientalistas, indígenas e trabalhadores rurais sem-terra, como, por exemplo, um dos setores que interessam aos capitalistas e que conflitam com setores historicamente ligados ao PT. Dilma durante seu mandato feriu interesses privados de grandes corporações, quando desenvolveu projetos nas áreas de ferrovias e rodovias, por exemplo. Singer<sup>172</sup> reforça que as manifestações de 2013

---

<sup>171</sup> ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p. 19, 1988.

<sup>172</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos Cebrab*, São Paulo, v. 102, 2015. p. 55. Disponível em: <[http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content\\_1604/file\\_1604.pdf](http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

iniciaram pela esquerda, mas que depois foram engrossadas pelo centro e pela direita, elevando a rejeição à presidenta.

Outro fator de grande influência na conjuntura de 2013 foi a ascensão do número de fiéis das chamadas igrejas pentecostais ou neopentecostais, com uma destacada presença de pessoas na periferia, que tiveram acesso ao consumo através dos governos petistas, mas que encontrou na religião um sentido na vida. Os governos petistas construíram e desenvolveram políticas inclusivas, mas esqueceram, em alguns momentos, da organização do povo, reforçando um distanciamento e uma rejeição de muitas pessoas atingidas pelas próprias políticas públicas desenvolvidas pelos governos do PT ao próprio partido e seus quadros políticos.

O ex-ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, durante o governo Dilma, Gilberto Carvalho reforçou essa afirmação em entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2019, para essa dissertação de mestrado, afirmando o seguinte: “Nós investimos pouco em usar a máquina e usar o governo para alavancar, digamos, a consciência e a organização social, e pagamos um preço. Nós facilitamos.”

Secco<sup>173</sup> faz a seguinte afirmação ao analisar a estratificação social nas manifestações de 2013:

Os trabalhadores assalariados de renda média e colarinho branco constituem um imenso estrato social que nos últimos anos se dividiu entre a aceitação e a forte oposição ao governo do PT. A base material da insatisfação talvez seja o fato do governo Lula ter ampliado a renda dos muito pobres, mas favorecido os muito ricos. Os serviços públicos mal-vistos convidam essa fração de classe média a gastar com escolas particulares e planos de saúde. A oposição ao PT resulta tanto de uma base material quanto de uma ideologia disseminada pelos meios de comunicação. No entanto, a maioria da população mais pobre apoiou os manifestantes e derrubou a avaliação da presidenta Dilma Rousseff. (SECCO, 2013, p. 74)

Também é relevante lembrar que Lula, quando foi presidente, levou mais diálogo para dentro do governo com a instituição de diversos conselhos para a formulação de políticas públicas.

Inúmeras vezes o que muda um país não é a institucionalidade. Muitas vezes, a mudança de fato acontece nas manifestações de rua, na ilegalidade, por fora das ordens institucionais. Não houve muitos espaços de concertação política entre o governo federal e os manifestantes dos novíssimos movimentos sociais, no sentido da constituição de acordos, de

---

<sup>173</sup> SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 74.

pactos ou do mínimo necessário para os avanços nas pautas políticas. Embora seja importante destacar que houve inúmeros avanços após algumas políticas públicas apresentadas pelo governo Dilma durante e após as manifestações de 2013.

### 7.1 AÇÕES DO GOVERNO DILMA

Procurando dialogar com as pautas apresentadas pelos manifestantes, no dia 21 de junho de 2013 a principal mandatária do país faz uma transmissão em rede nacional e anuncia um pacto nacional com cinco pontos: 1) responsabilidade fiscal; 2) considerar crime hediondo os casos de corrupção e defende mecanismos mais eficientes de controle do cidadão sobre quem os representa no país; 3) melhorias no sistema de saúde; 4) investimentos para obras de mobilidade urbana e transporte público e 5) aprovação de investimentos de 100% dos royalties do petróleo para educação. Também apresentou a proposta de realização de um plebiscito popular pela realização de uma constituinte exclusiva para realização da reforma política.

Dilma manteve a postura de diálogo e de não criminalizar os movimentos ou pessoas que estiveram nas ruas em 2013. O primeiro pacto proposto por Dilma foi a responsabilidade fiscal para ter estabilidade econômica diante da crise mundial. Assim, no final de julho de 2013 realizou um corte no orçamento do mesmo ano de 10 bilhões de reais.

Na pauta do combate a corrupção houve a aprovação da corrupção ser considerada crime hediondo e o recuo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que queria retirar o poder de investigação do Ministério Público (MP). Para o ex-secretário nacional de juventude do governo Dilma em 2014, Jefferson Lima, a questão do combate à corrupção, com o fortalecimento do Ministério Público, a autonomia da Polícia Federal, acabou virando um pouco contra o governo de Dilma, de forma a perseguir o PT e a perseguir suas principais lideranças.

Algumas mudanças que houve no sistema eleitoral também entram na agenda de combate à corrupção, como a aprovação do financiamento público de campanha, que equilibra a disputa eleitoral e pode acabar com o repasse de dinheiro de empresas interessadas em vencer as licitações.

O anúncio por parte da presidenta Dilma do programa Mais Médicos possivelmente foi um dos mais significativos dos cinco pactos apresentados. Para Jefferson Lima, foi o que mais avançou e criou de fato uma nova perspectiva na área de saúde no Brasil. Instituído pela lei 12.871 de 2013, o programa foi ao encontro do que propõe a formatação do Sistema Único de Saúde (SUS). Fundamentado nas reais necessidades da população, de acordo com os

princípios constitucionais, procurou diminuir as desigualdades regionais e a reduzir a carência de médicos. Entrou em áreas vulneráveis de 3.785 municípios e contratou 14.462 médicos, até julho de 2014. Procurou incluí-los nas equipes de saúde da família (ESF), numa lógica de medicina enquanto serviço e não como mercadoria.

Com a aproximação dos médicos nas comunidades mais excluídas as doenças crônicas não transmissíveis foram atacadas e trabalhadas de forma mais preventiva, pois são responsáveis por 70% das mortes no país. Em conjunto com outros fatores, houve diminuição do tabagismo, mais cuidados com o sedentarismo, com a alimentação inadequada, campanhas mais de vacinação e conseqüentemente, aumentos significativos nos índices de expectativa de vida e diminuição nos índices de mortalidade infantil.

Este programa além de ir ao encontro do artigo 196 da Constituição Federal, também respondeu a uma reivindicação apresentada em 2013 pela Frente Nacional dos Prefeitos do Brasil. O Tribunal de Contas da União (TCU) em seu relatório de auditoria operacional divulgou que o Programa Mais Médicos contribuiu para um crescimento de 33% no número de consultas realizadas e de 32% nas visitas domiciliares, indicando aumento na oferta de serviços de saúde, além de ampliar a capacidade de diagnóstico de problemas do território e mais agilidade no tratamento do usuário.

A mobilidade urbana, mas especificamente o transporte coletivo urbano, também foi outra área que teve grandes investimentos. Houve redução de tarifas em muitas cidades, cancelamentos de aumentos previstos no mínimo em 15 cidades brasileiras, e a possibilidade de um melhor controle social do transporte público. A própria Presidenta da República reconheceu a importância da pauta, declarando que as manifestações mostravam uma exigência de transporte público de qualidade e a preço justo.<sup>174</sup> Também permitiu desonerações fiscais para as empresas do transporte coletivo.

Para o ex-ministro Gilberto Carvalho, na área da mobilidade urbana houve um investimento pesado, também pelo fato da Copa do Mundo no Brasil estar se aproximando. Carvalho completou dizendo: “É aquela história que diziam: nosso governo tinha melhorado a vida para dentro de casa, mas da porta para fora não tinha. Então por isso que a questão da mobilidade era a primeira”. Claro, também por ser uma das pautas que mais apareceram nas manifestações de 2013.

---

<sup>174</sup> MAIS VIOLÊNCIA NO PROTESTO EM SÃO PAULO. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 19 jun. 2013. Especial. p. 17.

Houve a destinação de 75% dos royalties do pré-sal para a educação. Porém a direita conservadora barrou a proposta. Para o ex-secretário municipal de juventude do governo Haddad (2013-2014) e ex-secretário nacional de juventude no governo Dilma (2015-2016), Gabriel Medina, o governo poderia ter aproveitado a pauta para construir uma agenda para a juventude aderir. Porém, na opinião de Medina, o PT estava com o movimento social desconectado. Para ele, a UNE não teria capacidade de mobilizar a universidade em torno desta pauta, mobilizaria o movimento estudantil organizado, que é uma grande minoria. Os nossos movimentos sociais já não tinham mais capacidade de conduzir um processo de debate com a sociedade a ponto de constituir outro tipo de mobilização.

Quanto a Reforma Política, Carvalho entende que seria central a realização do plebiscito da reforma, porém foi barrado imediatamente pelo Congresso Nacional, que não tinha interesse nesta pauta. Para Lima, a reforma política logo no início já foi desmontada pelo vice-presidente Michel Temer e pelo próprio PMDB, que não aceitavam a proposta de realização do plebiscito, só que precisava passar pelo Congresso Nacional, e como a direita tinha a maioria no Congresso eles já disseram: “Reforma política aqui não, muito menos através de plebiscito”.

## 7.2 REFORMA POLÍTICA

Na análise do historiador americano Marshall Eakin,<sup>175</sup> o desafio para presidenta Dilma era de como criar uma resposta rápida para satisfazer demandas de longo prazo, como investimentos em saúde, educação e infraestrutura. Para a antropóloga brasileira Maxine Margolis,<sup>176</sup> Dilma se saiu bem ao propor um plebiscito para encaminhar a reforma política, entretanto, o maior entrave estava no Congresso brasileiro. O mesmo entendimento teve Riordan Roett,<sup>177</sup> diretor do Programa de Estudos Latino-Americanos da Universidade Johns Hopkins, que disse ter havido discussões sobre reformar o sistema eleitoral, o sistema político-partidário por décadas. A questão é que qualquer mudança precisa passar pelo Congresso, e Brasília não estava interessada em quaisquer mudanças que ameacem o *status quo*.

Dilma tentou aproveitar o clamor das ruas para avançar com a Reforma Política, e propôs um plebiscito popular, para realizar uma constituinte exclusiva com o intuito de construir uma reforma que mexesse em alguns temas como: financiamento das campanhas

---

<sup>175</sup> O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, 13. jul. 2013, p. 04.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Ibid., p. 05.

eleitorais (público, privado ou misto), sistema eleitoral para as eleições nos Poderes Legislativos (proporcional, distrital, distrital misto, voto em lista, aberta ou fechada), fim das coligações, da suplência de senadores e do voto secreto no Congresso, entre outras questões. Como os professores brazilianistas haviam previsto, a ideia não avançou no Congresso Nacional, pois deveria ter sido aprovada até 05 de outubro de 2013, para ter validade já nas eleições de 2014; obviamente, com o intuito de atrapalharem interesses eleitorais e econômicos de uma boa parcela dos congressistas.

Uma pesquisa de opinião pública realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), cerca de um mês antes das primeiras manifestações de 2013, demonstrou que a população brasileira apoiava a reforma política, pois 89% dos entrevistados mostrou-se favorável à reforma. Desses, 65% disseram ainda que deveriam ser escolhidos novos representantes para realizar a reforma do sistema político brasileiro. A pesquisa da FPA demonstrou que a realização de uma constituinte exclusiva para a realização da reforma política tinha um grande apoio popular e iria ao encontro do desejo de boa parcela da população brasileira.

Quanto à possibilidade de mudanças no formato do sistema eleitoral, também havia apoio popular para que se construíssem novas alternativas, pois 92% dos entrevistados consideraram as campanhas eleitorais muito caras; 72% avaliaram que as empresas fazem doação para as candidaturas com o objetivo de fazer negócios. Na pauta sobre o sistema eleitoral houve avanços, pois em 2017, foram aprovadas mudanças em algumas regras eleitorais, como a criação do fundo eleitoral com dinheiro público e a imposição de limite de gastos para as campanhas a presidente, governador, senador e deputado. Foi permitida a doação para eleições de pessoas físicas para às candidaturas, o financiamento através de “vaquinhas” na internet e o financiamento coletivo através de sites e aplicativos. Também houve a aprovação das cláusulas de desempenho eleitoral, a chamada de cláusula de barreira, criando critérios para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão, e o fim das coligações para eleições proporcionais para deputados e vereadores.

O tema da corrupção já aparecia em alta na opinião pública, pois 15% responderam que a reforma política combateria os casos de corrupção, e 26% disseram que a mesma combateria os privilégios dos políticos. Os respondentes apontaram que a reforma contribuiria para mais investimentos em saúde, educação e segurança. Essas são três questões que apareceram muito durante as manifestações de 2013, principalmente na segunda fase, quando

houve as maiores mobilizações. Dilma também fez ações em relação a isso, com a movimentação para considerar crime hediondo os casos de corrupção.

Sem dúvida é importante a Reforma Política no país, que fortaleça as instituições, transformando, por exemplo, os mandatos parlamentares menos privados e mais partidários, com mecanismos que transformem os partidos em siglas mais ideológicas e mais posicionadas sobre os temas da sociedade, que rompam com o clientelismo, com o corporativismo, ainda muito presentes na cultura política nacional. O Brasil sempre foi muito marcado por intervenções fortes do Poder Legislativo na configuração do sistema político, que sempre formatou conforme seus interesses imediatos. Isto somente acontecerá se for combinado e articulado com o povo. Dilma tentou, mas quem sabe se tivesse articulado antes com os movimentos sociais a reforma não teria se tornado realidade.

A realização do plebiscito popular contribuiria para haver mais clareza na proposta de reforma política que estava em tramitação no Congresso Nacional, servindo como exercício de formação política e cidadania para o conjunto da população brasileira.

### 7.3 POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O DIÁLOGO COM OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Se a política é uma esfera de ações e decisões que afetam a vida de todos, então é importante a participação social. Por isso, é preciso lutar por direitos, e foi isso que levou milhares de jovens às ruas em 2013, pois eles queriam mais intervenção nos debates e nas decisões políticas, questionando o atual sistema político brasileiro. O governo Dilma respondeu, em parte, a esse chamamento e criou a política nacional de participação social e o sistema nacional de participação social.

Vale destacar que, enquanto instituição, os partidos políticos são importantes canais de diálogo com a sociedade, possuem uma organização estrutural onde são necessários dirigentes, militantes e filiados, e devem estar preparados para as tarefas da política, como gestores, articuladores, pensadores do que é melhor para a coletividade. Essa organização varia conforme o tipo de partido. Partidos com forte orientação ideológica valorizam a formação de quadros e o contato com sua base social. Já os partidos mais pragmáticos, essa formação política é mais frouxa, pois acabam sendo partidos mais eleitoreiros e apresentam candidatos com diversos perfis, buscando alcançar o maior número de votos, sem organicidade em sua forma de atuar. A participação do partido em reuniões, o engajamento em suas atividades e o debate de inúmeros assuntos são experiências significativas para o fortalecimento

democrático. Porém, para uma parcela expressiva da população os partidos políticos não respondem às expectativas do povo.

Novamente, é assertivo o ex-ministro dos governos petistas, Gilberto Carvalho, ao afirmar que a existência das manifestações de 2013 foi algo absolutamente natural, pois, segundo ele, é próprio da democracia, da ebulição democrática, e quanto mais direitos as pessoas alcançarem, mas elas exigirão novos direitos, com um grau maior de consciência e de exigência.

No dia 03 de julho de 2013, Dilma Rousseff afirmou que as manifestações populares das últimas semanas demonstraram a necessidade de ampliação da democracia participativa, destacando que a sociedade estava exigindo novas formas de atuação dos poderes do Estado. “Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar”,<sup>178</sup> sentenciou a presidenta em sua fala em rede nacional no ápice das manifestações de 2013.

Ao que parece, a Presidenta na ocasião entendeu que o que se colocava era um questionamento tanto ao sistema político e a representação quanto à qualidade de vida da população. Tese reforçada pelos professores Ramone Mincato e João Ignácio Pires Lucas<sup>179</sup>. Mincato, que é doutora em Ciência Política, acredita que esse questionamento indica uma necessidade de reinvenção do modelo de participação e João Ignácio, sociólogo, faz a seguinte afirmação: “Se vai se debater a Reforma Política, deveria se visualizar a democracia participativa para trazer mais transparência e participação das pessoas.” Estas propostas dialogam com a política nacional de participação social (PNPS) e o sistema nacional de participação social (SNPS) do governo Dilma, projeto apresentado em 2014, através do decreto presidencial nº 8.243, sob a coordenação de Pedro Pontual, doutor em educação e diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, foi um canal aberto pelo Governo Federal para a população contribuir com propostas para políticas públicas.

---

<sup>178</sup> PALÁCIO DO PLANALTO: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

<sup>179</sup> A QUALQUER MOMENTO PODE VOLTAR. Brasil Melhor. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 15. jul. 2013, p. 11.

## 8 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Segue a análise das entrevistas realizadas com quadros políticos do governo federal, procurando compreender como foram os processos de tomada de decisão e as avaliações das manifestações de 2013 no governo Dilma, e quais foram os reflexos junto à população nesse contexto de mobilizações que movimentou o Brasil. Trata-se de uma pesquisa que buscou investigar como o Governo Federal, pelos quadros políticos que ocuparam cargos significativos em sua estrutura, entenderam, compreenderam e interpretaram as manifestações de 2013.

### 8.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS JÚNIOR

Clédisson Geraldo dos Santos Júnior, atualmente mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi coordenador geral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) (2015-2016), membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2010-2014) e diretor de combate ao racismo da União Nacional dos Estudantes (UNE) (2009-2011), em determinados períodos dos governos de Lula e Dilma. Na ocasião das manifestações de 2013, estava membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, representando o coletivo nacional de juventude negra Enegrecer.

Clédisson, filho de militantes petistas, inicialmente bolsista do PROUNI, começou sua militância no movimento estudantil (DCE, UEE e UNE), onde também foi dirigente do movimento kizomba. Seu primeiro contato com o Partido dos Trabalhadores foi através da juventude da Articulação de Esquerda (JAE), uma das correntes internas do PT. Hoje ativista do movimento negro e da defesa dos direitos humanos, Clédisson traz o olhar de quem teve e tem atuação nos movimentos sociais, mas também de quem atuou junto aos conselhos que definem políticas públicas, criados pelos governos petistas.

Reconhece que suas experiências militantes num viés popular e democrático contribuíram para um olhar mais aguçado sobre a realidade do Brasil e do mundo e afirmou não ser a mesma pessoa de dois anos atrás. Afirmou acreditar no papel que o do partido político de massas desempenha na sociedade, que ao mesmo tempo em que é de massas, o partido constitui uma vanguarda com forte referência nas expressões populares.

Clédisson destacou em sua entrevista que a experiência do governo foi muito rica e, ao mesmo, tempo, muito contraditória. Para ele, a tarefa dos direitos humanos era muito

sensível porque os militantes do PT estavam no governo e, ao mesmo tempo, eram militantes de uma rica e antiga tradição de relação com os movimentos populares. “Nós respondíamos pelo fato de que o governo, muitas vezes, violava os direitos humanos e que, ao mesmo tempo, éramos nós que tínhamos que resolver essas questões das violações”, afirmou o coordenador geral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), entre 2015 e 2016. Classificou como uma batalha muito solitária o fato de ser o único negro, naquele período, que ocupava espaço de direção política no Ministério dos Direitos Humanos.

Inicialmente acompanhou de perto em três capitais as manifestações de 2013, afirmando os diferentes perfis em cada localidade. Em Belo Horizonte tinha um forte caráter progressista, de demandas por melhores e maiores direitos, em Brasília sentiu que as demandas apontavam para um caráter bastante conservador e em São Paulo percebeu as duas dimensões, contribuindo, assim para uma melhor reflexão sobre as manifestações de 2013. Lembrou que existem duas interpretações sobre 2013. Aqueles que acham que foi o estopim para o golpe de 2016 e aqueles que acham que as manifestações de 2013 abriram a avenida para uma radicalização sobre a discussão da luta de classes no Brasil.

No entendimento de Clédisson a resposta dada pelo governo Dilma foi importante e dialogou com o que a rua queria, primeiro por entender que o espaço era legítimo de representação política da sociedade civil. Clédisson faz uma interpretação interessante sobre o que teria levado as pessoas às ruas em 2013. Segundo ele, uma ruptura que é facilmente identificada, por exemplo, pelo aumento de passagem, do preço de ônibus, na cidade de São Paulo, governada na época pelo prefeito Fernando Haddad, implicava muito no acesso da juventude à universidade. Haddad, que foi ministro da educação, que contribuiu para a criação do PROUNI, das cotas em universidades, da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), da desburocratização do FIES, todo esse pessoal não conseguia chegar na universidade porque os empresários de transporte público queriam cada vez mais garantir seu lucro, aumentando o preço da passagem, gerando muitos conflitos.

Demonstra ao relatar uma das reuniões que participou pelo CONJUVE que era difícil o diálogo entre as juventudes dos novos e novíssimos movimentos sociais, pois os novíssimos não apresentavam uma direção verticalizada de movimento social. O entrevistado afirmou que diversas juventudes das entidades dos novos movimentos sociais estavam presentes, como a CUT, MST, UNE, FETRAF SUL e sentaram para dialogar com a Presidência da República, levando suas opiniões e propostas, em conjunto com pessoas que estavam nas ruas e não

tinham referência nessas organizações, gerando uma quebra de diálogo, porque nem sempre o que era acordado dava conta de se ver reverberado na base, pois não se via base nesse processo.

O mestrando afirmou que 2013 apresentou um novo ciclo de lutas democráticas, uma vez que desde 1988 houve um acúmulo nas formas de organização dos movimentos sociais, nas políticas de participação popular e conquistas de políticas públicas importantes. Entretanto, para o entrevistado, seria necessário que nos novos tempos se desse um novo acúmulo nas políticas de participação, com o governo tendo um papel mais orgânico de escuta das demandas sociais apresentadas. Ou seja, mais disposto a ouvir e mais dinâmico no sentido do diálogo com os movimentos sociais.

Afirmou ser a grande inovação de 2013 o fato do Brasil, depois de uma década de governos dos presidentes Lula e da Dilma, ter um povo mais empoderado, com cada vez mais direitos, vivendo com mais dignidade, querem mais políticas públicas, não querem voltar atrás, querer melhorias, e foi por isso que foram para a rua. Não eram só por vinte centavos, afirmou o mestrando, destacando que é importante observar que as estruturas brasileiras continuam envelhecidas e que as demandas apresentadas pelos novos atores apontaram que é preciso avançar mais nas melhorias das instituições. Ao avaliar a relação com as manifestações de 2013 e o *impeachment*, da presidenta Dilma em 2016, argumenta que 2013 deve ser aproveitada para uma grande reflexão sobre o que as ruas quiseram dizer.

Lembrou que após as manifestações de 2013 ele contribuiu na organização da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e que a presidenta Dilma participou, sancionando, junto aos delegados e delegadas do Brasil, um projeto de lei que garantia as cotas para negros e negras no serviço público federal. No seu entendimento essa demanda as manifestações de 2013 ajudaram a potencializar e assim houve avanço no projeto de lei, tornando-se uma política estratégica para os negros e negras do país, podendo quebrar o bloqueio da pouca presença negra entre os servidores federais.

O entrevistado considerando a diversidade das classes populares no ano de 2013 as nomeia a partir do termo “multidão”. Essa multidão seria os setores conservadores, setores de esquerda, setores de direita, de centro, *black blocs*, não somente movimentos organizados, mas pessoas em movimento. Afirmou que um dos ensinamentos das manifestações de 2013 é afirmação de qual lado se está, no sentido de que se a gente é do povo, tem que andar com o povo.

## 8.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM GABRIEL MEDINA DE TOLEDO

Gabriel Medina de Toledo, psicólogo e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), foi secretário na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República do Governo Federal (2015-2016), coordenador de juventude na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (2012-2013) e presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) (2010-2012) em determinados períodos dos governos de Dilma e do Governo da cidade de São Paulo na Gestão de Fernando Haddad. Na ocasião das manifestações de 2013 ocupava o cargo de coordenador de juventude na Prefeitura de São Paulo.

Seu histórico de militância é bastante ligado à cultura popular. Medina afirmou estar desanimado com a participação em espaços de direção partidária, disse não ver perspectiva de renovação no PT e por isso resolveu apostar em outras coisas, ajudando a montar um movimento de renovação política nacional.

Medina lembrou que em todos os momentos em que chegava aos espaços mais importantes de gestão e construção política, acabou vivenciando acontecimentos “bombásticos”, como as manifestações de 2013 e o processo de *impeachment*. Traz uma visão de quem estava em outro espaço institucional diferente dos demais. Não estava atuando no Governo Federal naquele período, estava no governo municipal de São Paulo, num espaço de diálogo direto com a juventude. Ele destacou que havia certa intransigência por parte dos militantes do Movimento Passe Livre com muita dificuldade de diálogo. No entanto, também foi acentuada a intransigência da Prefeitura de Fernando Haddad, com sinalizações de que os atos seriam vandalismo, num alinhamento ao discurso do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin sobre as manifestações, com pouca compreensão do processo e pouca disposição de dialogar, sendo que uma parte do governo achava que o MPL era de direita ou anarquista, associava seus militantes a vândalos. Medina também afirmou que havia uma dificuldade por parte do governo Haddad em ceder com programa de governo que tinha sido apresentado nas eleições em São Paulo. Tentou-se o Conselho da Cidade, mas também não foi possível.

Medina defendeu na entrevista que, naquele momento, era necessário dialogar mais com o movimento, era necessário que o governo cedesse às demandas e que não fizesse um discurso de criminalização aos movimentos. Mas, segundo o psicólogo, ele estava bem isolado politicamente com este entendimento contrário a maioria dos membros do governo de

Fernando Haddad, tendo esta interpretação somente ele e a economista Leda Paulani, que também fazia parte do governo Haddad. Para o ex-coordenador de juventude também houve ausência de uma ideia de descentralização de gestão e uma carência de um processo de participação popular mais efetivo, pois os conselhos das subprefeituras estavam esvaziadas de papel e de orçamento. Porém reconhece que o governo Haddad teve uma política organizada de mobilidade, com ciclovias, corredores de ônibus, diminuição da velocidade, Conselho do Transporte, passe livre estudantil, que beneficiou 500.000 jovens. Para Medina o tema do transporte na gestão do Haddad foi um dos temas fortes. O saldo desse processo foi muito ruim para todo mundo, porque derrubou a popularidade do Haddad, da Dilma, um pouco do Alckmin,

Entende que o PT teve dificuldade em analisar as manifestações de 2013. Destaca que os governos petistas tiveram conquistas, mas também tinham muito trabalho para fazer, pois precisava ainda melhorar os patamares de qualidade na educação, no SUS, etc. Também tinha uma classe média que estava raivosa, se sentindo achatada, que não conseguia ter um serviço público de qualidade. “Mesmo nos tempos onde a economia do país estava indo bem durante o governo petista, os patamares eram de 6% de desemprego, o jovem acessando a universidade, os empregos não eram tudo isso, pois os jovens estavam empregados em muitos setores de serviços e comércio, com precarização alta e remuneração baixa, como em *fast food*, telemarketing, motoboy”. Também muita gente fez universidade e não conseguiu se inserir num trabalho mais digno por causa do capitalismo e a meritocracia. Tivemos muita expectativa, projetou muitos sonhos e também teve muita frustração não só dessa classe média conservadora, mas de uns setores que eram ali, que estavam emergindo e surgindo com as políticas do nosso governo.

Sobre o governo Federal perante o ocorrido em 2013, Medina acredita que a presidenta Dilma tentou entender o que as ruas estavam dizendo, mas apesar dos esforços do governo, o PT não teve base para sustentar a mudança.

No entendimento de Gabriel Medina os cinco pactos apresentados por Dilma não deram certo, pois os novos movimentos sociais já não tinham mais capacidade de conduzir um processo de debate com a sociedade a ponto de constituir outro tipo de mobilização. Fala do movimento sindical, onde o trabalho de fábrica já não é mais central, segundo ele, só 10% do trabalhador está em fábrica e que é necessário as outras centrais criar um processo de relação mais estruturado, pois também houve uma institucionalização e burocratização no movimento

social e assim não teve um processo de reaglutinação de base social a partir de uma agenda e o governo não tinha força naquele momento para conduzir isso.

Na avaliação de Medina o governo Haddad foi um governo que agradou um setor médio progressista, em defesa de um novo modelo de cidade, num viés humano, de direitos humanos, uma cidade aberta, com as pessoas ocupando as praças e as ruas, mas deixou a desejar em investimentos nas periferias. Já no governo federal tentaram algumas iniciativas, como o Participatório, na Secretaria Nacional de Juventude, uma rede social de jovens, porém não deu certo. Era uma tentativa de estabelecer um diálogo pelas redes, mas acabou ficando só em torno de uma vanguarda mais organizada, de fazer *Hangouts*, de estar mais presente na internet. Avaliou que foi uma estratégia furada, que ao invés de ocupar as redes que estavam com frequência, criou-se uma rede social enquanto órgão institucional.

Quanto à direita nas manifestações de 2013, Gabriel Medina acredita que houve a formação de uma vanguarda, conseguindo achar quadros de direita na rua que eles formaram como liderança, mas não conseguiram formar um movimento de massa jovem de direita, sendo o caso do Movimento Brasil Livre (MBL) e o movimento Vem pra Rua.

Numa análise da esquerda no cenário das manifestações de 2013 entende que não conseguia entender a lógica das manifestações, não conseguindo disputar aquela massa difusa com um monte de cartaz, por exemplo. No entendimento de Medina, a direita sabia melhor a dinâmica do que estava acontecendo, pois estudavam as redes, se infiltravam no Facebook, usam a *Cambridge Analytics*, o Vale do Silício, traçam perfil psicológico, produzindo conteúdo específico, massificam mensagens para 10, 15 milhões de usuários de redes sociais ao mesmo tempo, direcionadas.

“Porém a esquerda fala em voltar a fazer trabalho de base, levando panfleto como fazia há 30 anos”, analisou o ex-secretário nacional de juventude. Na opinião de Medina a agenda da direita é uma agenda dos velhos. Porém se precisa que haja uma renovação das lideranças, nos métodos, nas análises, na forma de fazer política na esquerda política.

Ele compara às marchas do *impeachment* de 2015 e afirmou que não era o mesmo público que estava em 2013. A tecnologia mudou a forma das pessoas se relacionarem, a forma de chegar a informação, e a esquerda precisa se atualizar para os desafios do capitalismo contemporâneo, se rever, poder se reorientar, pensar em outros caminhos, pois não será com métodos velhos e clássicos que nós vamos superar isso, afirmou o ex-secretário nacional de juventude do governo Dilma.

### 8.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM GILBERTO CARVALHO

Gilberto Carvalho, filósofo, especialista em gestão pública, atualmente chefe do gabinete da presidência nacional do Partido dos Trabalhadores (2003-2010), foi chefe de gabinete da Presidência da República, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (2011-2014) e presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) (2015-2016), durante os governos Lula e Dilma. Na ocasião das manifestações de 2013 estava ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gilberto contou sobre sua participação no processo de fundação do seu Partido dos Trabalhadores, que segundo ele, era uma proposta partidária que não copiava nenhum modelo anterior, um projeto coletivo com uma forte democracia interna. Relatou que no começo, foi muito difícil porque era uma época em que ser do PT significava ser discriminado, objeto de gozação, de perseguição, em alguns casos, por causa da vinculação com o comunismo, porque na época eles tinham peso na sociedade e você se inscrevia no PT, entrava no PT para lutar, não era para outra coisa, não era para tentar cargos, não tinha nenhuma perspectiva. Faz um destaque sobre as vertentes fundadoras do PT, formada fundamentalmente por três vertentes: sindicalista, intelectual e o movimento social mais difuso (movimentos de moradia, movimentos de mulheres, movimento de pastorais e movimentos de comunidade de base). Neste último reforça que é grande o número de lideranças, não tanto na cúpula, mas na base, que tiveram a primeira formação na igreja.

Como dirigente do PT, falou do desafio de construir um projeto com fidelidade aos princípios originários e ao mesmo tempo ao pragmatismo necessário da vida. Faz uma autocrítica ao Partido dos Trabalhadores ao afirmar que o partido está perdendo algumas características que eram muito importantes, como a redução da democracia interna e o abandono dos processos de formação. Hoje funcionário do partido como chefe do gabinete da presidência, reconhece como riquíssimo a experiência do PT.

Sobre as manifestações de 2013, Carvalho reconhece que já havia alguns sinais de mobilizações diferenciadas, mas nem de longe supunham que iria alcançar a dimensão que alcançou, pois a primeira impressão era de que se tratava de um movimento estudantil legítimo, que o governo deveria apoiar. Destaca que o governo não tinha um serviço de informação bom e que aparentemente o pessoal da tática *black bloc* eram um grupo de anarquistas que aproveitava aquele momento. Porém, começaram a surgir informações de estímulos que eles recebiam, com suspeitas de que havia forças de direita interessadas em

estimular esse tipo de gente, além da imprensa que abriu espaço no noticiário muito amplo e do papel das redes sociais.

Para Carvalho a classe média começou a ocupar as ruas fortemente, com a redução da presença do Movimento Passe Livre, que perdeu o controle e naquele momento começaram a surgir informações da organização dos movimentos de direita, dos financiamentos de entidades americanas para esses movimentos e a relação ambígua com os *black blocs* que, de um lado, era um grupo de anarquistas, mas também havia atos de violência que nitidamente pareciam coisa de infiltrado, para radicalizar, para provocar desestabilização.

Quanto a postura do governo durante as manifestações, Gilberto Carvalho disse que no início foi mais de diálogo permanente, com o objetivo de discutir alternativas, junto com os movimentos sociais. “Porém era difícil dentro do governo trabalhar as reivindicações, pois havia muita insensibilidade por parte do próprio governo Haddad quanto à necessidade de formar alianças que fortalecessem os movimentos sociais.

O ex-ministro faz um importante destaque ao afirmar que o diálogo do governo era com os movimentos tradicionais, com os movimentos que o PT e o governo conheciam, cuja cultura de organização era correspondente àquilo que sempre entendiam enquanto movimentos organizados. Porém surgem os chamados novíssimos movimentos sociais, contra as lógicas de mobilização convocatória, de organização, através da presença massiva das redes sociais, com relações mais horizontais. Neste ponto faz uma ressalva, pois para ele, depois se mostrou que não eram movimentos tão horizontais. Destaca que a dificuldade de diálogo é ligada a duas questões: o antagonismo por parte dos novíssimos movimentos ao projeto do PT e a dificuldade cultural em entender este novo formato por parte dos membros do governo. Carvalho destaca que a presidenta Dilma chamou, primeiramente, os ministros e os movimentos sociais para dialogar, com reuniões com o MPL e com todos os grupos de juventude que havia naquele momento.

Gilberto apresenta a sua análise de 2013, dizendo que após oito anos do governo Lula houve a superação de uma crise econômica internacional, mas depois veio a crise econômica e o governo petista teve dificuldade de trabalhar essa crise, com erros na gestão econômica. Porém, após 12 anos dos governos petistas, houve um grau maior de consciência por parte da população, pois exigiam novos direitos, após terem muitos direitos conquistados e que a existência de manifestações é natural, próprio da democracia.

Quanto às ações do governo federal avalia que faltou os governos petistas serem mais pedagógicos, através da reflexão sobre as conquistas e o significado delas, usando o sistema

de educação popular e o sistema de comunicação intensamente para trabalhar na contra hegemonia do pensamento dominante, do consumismo, da violência, do ranço de classe média, das pessoas que quando têm alguns bens, rapidamente adquirem. Reforça que houve enorme cooptação de setores incluídos pelos governos petistas, para um pensamento conservador e que frente à pauta moral, à manipulação da pauta moral, rapidamente transitou para uma oposição contra os governos do PT. Um dos exemplos utilizados foi o programa Bolsa Família, que poderia ser controlado por comitês de cidadania.

O ex-ministro usou como referência o sociólogo Jessé de Souza, ao afirmar que o Brasil estava sendo monitorado por conta da retomada do Mercosul, de comunidades latino-americanas, CELAC, da fundação dos BRICs, do pré-sal, tornando-se um ator mundial alvo de interesses. Assim não interessava ao grande poder do capital financeiro internacional, das grandes petroleiras, da hegemonia norte-americana permitir que isso continuasse e assim foram criando no país um clima, uma ação, que fosse destruindo o governo petista, usando a operação Lava Jato, todo o aparato jurídico de perseguição, e aproveitou-se o descontentamento popular para trabalhar, manipular e dirigir ações contra o PT e os governos petistas.

#### 8.4 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

Gilberto José Spier Vargas, o Pepe Vargas, médico, atualmente deputado estadual eleito e presidente do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, foi ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2012-2014), ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI) (2015) e ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos (2015), durante o governo Dilma. Na ocasião das manifestações de 2013 estava ministro do desenvolvimento agrário.

Para Pepe Vargas, havia forças políticas tradicionais por trás do Movimento Passe Livre. Era num primeiro momento esquerda, um movimento de reivindicação bem concreta, transporte coletivo, depois cresceram através das redes sociais. Mas, na avaliação de Pepe, foram convocados pela mídia tradicional, com um processo de edição. Destacou que não apareciam bandeiras como contra a homofobia, contra o racismo, a favor do emprego, sendo que o saldo final dos movimentos de 2013 foi o reforço a antipolítica, pois esses movimentos eram instrumentalização contra o governo. Para Pepe, a empresa *Cambridge Analytica*, já fazia os seus primeiros ensaios, pois obviamente a nova direita, bancada por fundações de

multimilionários conservadores de extrema direita, já vinham se organizando a nível internacional.

O deputado analisa as manifestações de 2013 do ponto de vista da conjuntura internacional da seguinte forma. Em 2013, o governo federal continuava implementando políticas anticíclicas e o mundo inteiro com o desemprego crescendo e a economia com índices negativos e no Brasil a economia já não tinha o desempenho que tinha tido entre 2005, 2006 até 2010. Em 2008 chega a crise internacional e o governo Lula faz uma política anticíclica contra o ciclo recessivo, utilizando o espaço fiscal, avançando com as políticas do PAC, do Minha Casa Minha Vida, do crédito do subsidiado, para a indústria, para a agricultura, para os setores produtivos, tudo isso é gasto orçamentário. Lembrando que o crédito tinha outras fontes, mas o subsídio era o governo que dava, e assim população brasileira teve melhorias, mas também com todas as insuficiências.

Pepe destacou também que o governo não fez nenhum discurso a favor da repressão aos movimentos sociais que estiveram nas ruas em 2013, onde a liberdade de expressão é uma questão fundamental, embora sempre combatessem a depredação. De acordo com o ex-ministro os governos Lula e Dilma sempre se colocaram como governos que dialogaram abertamente com os movimentos sociais, incluindo também os movimentos mais críticos ao governo. Destacou as instâncias de participação social, como os conselhos e conferências nacionais e várias políticas públicas criadas a partir do governo, onde a maior parte deles foi construída dentro destes conselhos nacionais, sempre com os movimentos sociais e que a Secretaria-Geral da Presidência da República era organizada de fora horizontal, dialogando com todos os movimentos, porque era atribuição dela.

Vargas destaca que as manifestações de 2013 não foram organizadas com o fim de derrubar o governo, mas a direita viu uma oportunidade para desgastar o governo e desgastou o governo, porque o governo Dilma nunca voltou a ter o índice de popularidade que tinha no seu início. Com a queda da popularidade da presidenta e do governo, aqueles setores da base de apoio ao governo Dilma que se posicionavam mais à direita, mais conservadores, já começavam a se movimentar.

No entendimento de Pepe esses movimentos não queriam dialogar, não queriam negociar, pois o objetivo era desgastar o governo e chegou num momento que o governo tinha que dar uma resposta a algumas das demandas que aparecem e o governo foi construir alternativas, com anúncios para a saúde, para a educação, para a reforma política, que era um questionamento, que os políticos não representam. Na proposta de reforma política do governo

Dilma tinha um conjunto de medidas muito mais efetivas do que a minirreforma política que foi implantada pelo Congresso Nacional.

Na análise de Vargas, as manifestações de 2013 foram essencialmente urbanas e em grandes centros urbanos, ou em cidades de porte médio, e foram apropriadas para uma narrativa conservadora e contribuíram para criar o discurso da antipolítica. Na análise de Pepe Vargas que ele apresenta na entrevista, o “*modus operandi*” no auge das manifestações de 2013 era o mesmo das manifestações do *impeachment*. Era o mesmo. Transmissão ao vivo pelas grandes redes de televisão, todas elas dando grande cobertura para as manifestações, as redes sociais dos grupos de direita atuando fortemente e a direita viu que tinha discurso para fazer e tinha audiência disposta a ouvir. Só o fato de ser um movimento social não quer dizer que ele possa cumprir um papel progressista. Tem movimentos que cumprem um papel conservador. O resultado final foi muito ruim para o Brasil.

#### 8.5 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM JEFFERSON LIMA

Jefferson Lima, historiador, atualmente presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores em Aracaju, SE, foi secretário na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República do Governo Federal (2014) e secretário na Secretaria Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) (2012-2013). Em 2014 foi secretário nacional de juventude do governo Dilma.

Jefferson lembrou que a vivência no movimento universitário, com várias vertentes ideológicas abriu a sua cabeça para o mundo. Reforçou que foi o período de maior investimento do governo federal na educação superior pública e das políticas públicas de juventude. Destacou que o PT precisava abrir o partido para a juventude, apostar mais nos jovens, constituir uma renovação e com o avanço da aprovação das cotas de jovens nos espaços de direção do Partido dos Trabalhadores isso contribuiu. Falou sobre a diversidade da juventude e dos jovens que não se organizam em movimentos.

O entrevistado lembrou de duas grandes reuniões realizadas durante as manifestações de 2013: uma na sede do PT nacional, com a presença de Rui Falcão, que era presidente do PT na época, os coletivos Fora de Eixo, Mídia Ninja, União da Juventude Socialista, Levante Popular da Juventude, os movimentos negro, de cultura, artistas, coletivos de comunicação, e outra, no Instituto Lula, chamada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde compareceram representantes de uns 15 movimentos de juventude. Lula pediu para que os jovens falassem e dissessem o que estava acontecendo com a juventude e até brincou dizendo

que no tempo dele, na luta sindical, ele liderava os processos e sabia o que estava acontecendo e o rumo que ia tomar, mas hoje não pode usar microfone, não pode partido, não pode movimento sindical, e gostaria que os jovens presentes dissessem o que estava acontecendo com o país. Após formou um coletivo de juventude do Instituto Lula para pensar as mobilizações e os rumos que iriam tomar. Com isto Jefferson quis mostrar que o debate saiu da esfera só da juventude e entrou no governo, passando a ser mais geral, da necessidade de mudanças tanto da política social e econômica quanto da relação política com a sociedade, da necessidade da presidenta ter agendas mais públicas e de dialogar mais com os setores da sociedade, pois a presidenta não fazia muito isso.

Nas eleições de 2014, a juventude acabou se tornando prioridade, com programa específico de juventude, jovens com espaço na televisão, construindo atos em todo o Brasil, enfim a juventude foi empoderada na eleição da presidenta Dilma.

O governo passou a ter um diálogo com os movimentos de juventude de forma direta, a presidenta passou a receber movimentos juvenis, praticamente a cada quinze dias o governo deu abertura para as pautas e as reivindicações dos movimentos de juventudes. Assim formatou-se o Estatuto da Juventude e uma política de cultura mais forte para os jovens. No começo a própria presidenta Dilma subestimou muito a força das mobilizações, sendo uma mobilização justa, do transporte público.

Jefferson relatou q havia o debate se o PT iria disputar as mobilizações e os rumos delas ou não, mas no final a medida mais correta foi desmobilizar, porque ela estava tendo um caráter fascista, de negação da política, de tentativa de criminalização do PT naquele muito forte e nas eleições de 2014 eles tiveram um papel decisivo e depois em 2016 no processo do golpe.

O governo federal tinha um diálogo bom, propositivo, constante, através da Secretaria Geral da Presidência da República na figura de Gilberto Carvalho, com as manifestações de 2013, porém o núcleo do governo não deu a atenção necessária nesta relação com os movimentos sociais, negligenciando esta relação. Reforçou que os movimentos mais tradicionais sempre estiveram do lado do governo Lula e Dilma e da esquerda, mas alguns movimentos ficaram, de forma legítima, observando inicialmente o cenário para saber como ia se posicionar, e muita gente foi para as ruas defender as reivindicações justas, mas não defendia o governo e depois a direita, de forma organizada com a mídia, conseguiu criar um movimento denominado Fora Dilma muito forte.

De acordo com o entrevistado com uma agenda de diálogo permanente por parte do governo Dilma, o governo passou a ter investimento maior na área da comunicação, a presidenta começou a fazer as suas *lives*, a ter uma atuação maior na rede social, nos meios de comunicação, procurou falar mais com a sociedade. Refletiu que as manifestações de 2013 tiveram um papel decisivo no cenário do golpe contra a presidenta Dilma. Foi através dessas mobilizações que começou a ressurgir o fascismo que estava escondido, o ódio das pessoas, começou a surgir movimentos organizados, instrumentalizados inclusive pelo primeiro capital internacional, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua, e vários outros. A direita começou, de fato, a gostar da rua, algo que ela não gostava.

Foi importante também para o Partido dos Trabalhadores ter um olhar mais forte para a juventude, repensar o partido e a esquerda. Eram novas formas de organizações sociais no Brasil, novas formas de organização da juventude, uma nova geração querendo disputar as ruas, sendo para muitas as suas primeiras mobilizações de rua. Foi um momento de reflexão para se ter um governo mais ágil, e um Partido dos Trabalhadores mais renovado, desburocratizado, potencializando os quadros geracionais dentro do partido, popularizando mais o PT.

## 8.6 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM SEVERINE CARMEM MACEDO

Severine Carmem Macedo, pedagoga, atualmente mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do RJ (UNIRIO), foi diretora de Ações Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2015-2016), secretária na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República do Governo Federal (2011-2015) e secretária na Secretaria Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) (2008-2011), em determinados períodos dos governos de Lula e Dilma. Na ocasião das manifestações de 2013 estava secretária nacional de juventude do Governo Federal.

Políticas públicas sempre foi uma pauta central na Pastoral da Juventude, na juventude da FETRAFESC, na FETRAF-SUL e na FETRAF-Brasil. Destaca que em sua militância fez a chamada “escadinha”. Iniciando no grupo local, depois a igreja, o sindicato, o movimento regional, nacional, o partido, o governo. Sobre sua aprendizagem enquanto militante da FETRAF destacou a não separação entre participação social, direitos da juventude, diversidade do debate de desenvolvimento e da luta de classes.

Em termos das suas escolhas pessoais a entrevistada declarou que até ser desafiada a assumir a tarefa na direção do Partido dos Trabalhadores, tinha uma atuação, defendia o partido, votava no partido, militava nas instâncias locais, mas tinha como prioridade a atuação no movimento social. Achava que o movimento atendia as suas expectativas, porque via a coisa acontecer concretamente na vida e na base social.

No início dos anos 2000, o debate das políticas públicas fez aparecer segmentos das juventudes mais invisibilizados (juventude dos movimentos sociais, dos movimentos do campo, a juventude negra, as jovens mulheres), inclusive na estrutura partidária, pois naquela época a juventude do PT era muito estudantil. Faz uma reflexão sobre a atuação da juventude brasileira. Cita a antropóloga e professora Regina Novaes para dizer que a juventude que milita no Brasil não é uma juventude de uma camisa só, sempre têm várias camisas representando várias bandeiras, construindo várias pautas, onde em função de sua militância foi cada vez mais sendo chamada para espaços nacionais, para mais espaço no partido, da juventude do partido.

Referente as manifestações de 2013 relatou que foi criado um núcleo de emergência na Secretaria-Geral da Presidência da República, que começou a acompanhar cotidianamente as manifestações. Porém destaca o papel que a Secretaria Nacional de Juventude já vinha desempenhando, alertando a Secretaria-Geral sobre as novas formas de organização e os novos jeitos de construir participação. A presidenta da República já havia recebido a Jornada da Juventude Brasileira, que reunia os principais movimentos de juventude organizados no Brasil, incluindo as mulheres da Marcha das Vadias e representantes dos rolezinhos. “Isto é uma demonstração de que já acontecia um processo de abertura da própria presidenta de sentar com os movimentos juvenis”, afirmou Severine durante a entrevista.

A Secretaria Nacional de Juventude, além de participar do comitê que acompanhava as manifestações e produzia relatórios e informações para a Secretaria-Geral da Presidência da República, tinha outro núcleo dentro da própria Secretaria. Escrevendo documento, lendo, assistindo, acompanhando, tentando entender melhor os próprios movimentos da juventude e formular uma opinião comum da Secretaria para subsidiar a própria Secretaria-Geral. Havia membros do gabinete e da assessoria da Secretaria Nacional de Juventude que desenvolviam análises e avaliações das manifestações de 2013, como a Helena Abramo, Elisa Guaraná, o Bruno Elias, o Murilo Amatneeks, o Rodrigo Amaral, uma espécie de gabinete de crise da secretaria.

Destacou que no início houve algumas reuniões na Secretaria-Geral, mas os membros da SNJ não foram chamados, pois os atores envolvidos não entendiam que essa era uma questão que rebatia muito sobre a juventude. Foi na medida em que o tema foi ficando mais forte entenderam a necessidade de dialogar com a própria Secretaria Nacional de Juventude.

Destacou que o ministro Gilberto Carvalho foi para o meio das pessoas conversarem, tentar entender, e que a partir daí o próprio ministro fez alguns contatos diretos com líderes do Movimento Passe Livre em Brasília. Assim, houve um longo processo de convencimento do MPL, de que era importante e a presidenta da República queria sentar e ouvi-los. Teve mediação da SNJ e mediação da Secretaria-Geral da presidência da República, acontecendo assim a reunião junto aos movimentos do passe livre, havendo depois mais outras três reuniões específicas e depois como desdobramento também das manifestações, ela se reuniu mais quatro vezes com grupos juvenis para discutir as suas pautas. Sendo assim, essas manifestações contribuíram para ter a abertura de um canal de diálogo direto da juventude organizada, em movimentos tradicionais ou não tradicionais, como era o caso dos jovens dos rolezinhos ou do passe livre, com a presidenta da República.

Lembrou que no Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) já havia redes e fóruns, não sendo necessariamente movimentos, fórum da juventude negra, rede de juventude e meio ambiente, se caracterizando como novas formas de organização, que não são movimentos sociais instituídos, mas que tinham algum nível de atuação, sendo formas mais horizontalizadas de participação. Também incluiria mais três movimentos: Marcha das Vadias, os rolezinhos e o Movimento Passe Livre, que se recusava a participar em qualquer instância institucional, governamental.

A questão da mobilidade, sempre foi uma pauta que apareceu de maneira mais tangenciada, como nas conferências, nos conselhos, no dia a dia da política pública. Era um tema que aparecia muito fortemente nos fóruns metropolitanos, tipo o Fórum de Juventude de Belo Horizonte e alguns pesquisadores já apontavam esse e o direito ao território como um tema dessa geração, mas não eram bem trabalhados, nem pela Secretaria Nacional de Juventude, nem pelos movimentos mais tradicionais que acompanham o dia a dia da construção dessa agenda. Não dá mais para falar em política de juventude sem incorporar essas questões e tentar responder.

Também destacou que as manifestações de 2013 eram por mais direitos, mais qualidade do acesso aos serviços, mais qualidade no acesso as políticas. Mas não apontavam numa discussão dos *royalties* do petróleo e do pré-sal para a educação ou mais participação na

reforma política, porém essas eram bandeiras que de alguma maneira apareceram e tomaram força, no campo mais progressista que tomou as ruas, ou das pessoas que não se identificavam com o movimento de direita, mas que estavam nas ruas reivindicando mais Estado.

Também fez questão de destacar que a Secretaria-Geral tinha uma forte de relação com os movimentos sociais, chegando a organizar mesas permanentes de diálogos, que depois se traduziram em agendas permanentes com a presidenta da República nessas manifestações, para que não fosse episódica a negociação do governo federal, tendo o movimento tempo de dialogar com o governo e o governo condição de discutir com o movimento as pautas mais estruturantes, mas espaço de diálogo não necessariamente se traduz em espaço de respostas. O governo federal tinha de responder no tempo e na necessidade que as pessoas precisam que a política pública aconteça, mas o Estado é pesado, engessado.

Depois, no início do processo das manifestações de 2013, ela se reuniu só com o Movimento Passe Livre. Depois ela teve outra com todos os movimentos de juventude, mais o Passe Livre. Essa reunião foi bastante importante para algumas medidas que ela anunciou depois. Também as equipes da Secretaria-Geral e da Secretaria de Juventude desceram aos lugares das manifestações para acompanhar mais de perto esse processo. Lembrou que a juventude do PT inicialmente queria participar dizendo que não era um coro da direita, também achavam que tinha que ter mudanças, mais direitos, reforma política. Depois cresceu o movimento mais de direita, no âmbito dos movimentos.

Sobre o gabinete de gestão de crise, além do gabinete da presidenta tinha no âmbito da Secretaria-Geral, a Secretaria Nacional de Juventude, a Secretaria de Participação Social, a precursoria da presidenta, a diretoria de Participação Social, Todos estavam no comitê da Secretaria Geral que reunia permanentemente para elaborar *briefing*, avaliar conteúdo e fazer mediação com as manifestações. Destacou que tem uma geração de jovens beneficiária de políticas que foram conquistas do governo Lula e Dilma, mas que não tem comparação, que já começa a crescer num ambiente de mais direito, mais participação.

A Secretaria Nacional de Juventude criou o Participatório, que era o observatório participativo da juventude, onde a ideia era criar um espaço de debate permanente de juventude, com elaboração de conteúdo, produção de documento, juntando a academia com o movimento social, criando um canal direto de diálogo da secretaria com a juventude brasileira. Na interpretação de Severine o CONJUVE era um formato de representações de movimentos, de organizações tradicionais, outras não tradicionais, mas composto por jovens que chegavam até um nível de organização que podiam estar no conselho, disputar uma conferência. O

Participatório nasce com a ideia de ser um espaço de construção de conteúdo, de diálogo, sem uma mediação do movimento. A proposta era abrir mais um canal de diálogo, procurando não restringir a participação de quem já está, mas ampliar para os que não estão. Pesquisa organizada pela Secretaria Nacional de Juventude denominada Agenda Juventude Brasil, realizada em 2013, mostrou impressões sobre as velhas e as novas formas de participação.

Também falou sobre as interpretações sobre as manifestações de 2013, onde tem setores que fazem leitura de que foi em 2013 o nascedouro do golpe de 2016. Severine disse que em sua leitura 2013 foi a primavera brasileira no sentido de uma grande pauta que serviu para uma grande transformação e que alguns setores da esquerda fizeram a mesma avaliação de que era uma grande oportunidade para uma grande transformação brasileira, com um sentimento de luta por direitos, com uma pluralidade de pautas e de demandas, uma característica dessa geração, um questionamento profundo às instituições e à forma da política tradicional.

Na análise de Severine faltou tanto ao PT quanto ao governo federal terem capacidade de aprofundar a discussão sobre o sistema político brasileiro, reforçando que o caminho não é acabar com a democracia, com o governo, com o parlamento ou voltando para a ditadura militar. Desestimulou-se o debate sobre a classe trabalhadora e as suas implicações e se fez um debate superficial achando que as políticas dos governos petistas necessariamente ampliariam a consciência das pessoas.

Foram sinalizados alguns debates, como a reforma política, mas não foi o suficiente, porque ficou atrelado aos espaços tradicionais para discutir. Enviado para o Congresso Nacional, mas podia ter aproveitado para fazer um plebiscito, para fazer uma constituinte, para abrir o debate com o povo, discutido em profundidade com as pessoas, discutir mais direitos e mais serviços de qualidade. Porém tem que debater qual sistema político colocar deste que existe no país, com cuidado, pois na ausência de fazer esse debate pode-se abrir espaço para saídas antidemocráticas.

A ex-secretária nacional de juventude interpretou que a partir das manifestações de 2013 setores da direita passaram a avaliar que tinham potencial de fazer a disputa política nas ruas de maneira mais organizada, procurando se aproveitar da pauta em defesa de mudanças no sistema político e de uma insatisfação com a reivindicação por mais direitos.

## 9 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Seguem as convergências e as divergências entre as análises dos entrevistados sobre as manifestações de 2013.

### 9.1 CONVERGÊNCIAS ENTRE OS ENTREVISTADOS

A intenção das entrevistas foi conseguir depoimentos e impressões daqueles que estiveram em importantes cargos do governo e de algum modo participaram da interpretação do governo no momento da crise gerado pelas manifestações de 2013.

Houve inúmeros pontos convergentes que constrói uma narrativa por parte do governo Dilma mostrando como o governo encarou as manifestações. Todos os entrevistados começaram sua militância no movimento estudantil. Clédisson, Gabriel Medina, Jefferson e Pepe Vargas começaram sua militância social primeiro no ensino básico e depois na universidade. Severine relatou uma rápida participação no ensino básico e Gilberto Carvalho na universidade durante o período da ditadura militar como período de militância.

Todos participaram ou contribuíram na elaboração de algumas políticas públicas implantadas pelos governos petistas. Os mais jovens possuem em seus históricos de militância uma boa participação no processo de abertura e elaboração das políticas públicas para a juventude. Clédisson teve participação em alguns conselhos nacionais e os demais (Gilberto Carvalho e Pepe Vargas) tiveram boas participações enquanto ministros ou quadros políticos.

Quando perguntados sobre suas referências políticas no período de início de suas militâncias no movimento social todos citaram lideranças da esquerda mundial, com destaques para as lideranças do PT e para a figura de Luiz Inácio Lula da Silva. Pepe Vargas e Clédisson Júnior citaram em comum as figuras de Léon Trótski e Rosa Luxemburgo. Severine e Gilberto Carvalho destacaram em comum as suas influências na corrente teológica Teologia da Libertação e Severine e Pepe Vargas citaram em comum a influência da figura de Che Guevara. Severine reforçou como referência a liderança de sua mãe na luta por melhores condições de trabalho no campo.

Alguns entrevistados começaram através de políticas públicas implantadas pelo governo Lula, como Clédisson que foi Prounista na universidade, Gabriel Medina que teve um primeiro contato com a militância através da discussão das políticas públicas de juventude e Jefferson através da extensão da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – campus Laranjeiras. Pepe Vargas também teve sua inserção na universidade através de uma política pública, embora foi no período da ditadura militar brasileira, através do Crédito Educativo.

Alguns destacaram que continuam militantes sociais em alguns setores. Clédisson nos movimento negro e direitos humanos, Gabriel Medina na cultura e juventude, Severine na educação e rural.

Para a maioria dos entrevistados (Clédisson, Gabriel Medina, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas) o seu primeiro contato com o Partido dos Trabalhadores foi através de alguma de suas tendências internas de organização. Clédisson foi através da juventude da Articulação de Esquerda, Pepe Vargas e Gabriel Medina foram através da Democracia Socialista e Gilberto Carvalho através da Articulação dos 113.

Todos os entrevistados afirmaram que já tiveram organicidade no PT e em suas correntes internas de discussão e participação, inclusive com a ocupação de espaços de coordenação e direção nacional, no partido e nas correntes. Clédisson, Gabriel Medina e Pepe Vargas na Democracia Socialista e Jefferson, Severine e Gilberto Carvalho na corrente Construindo Um Novo Brasil (CNB). Também afirmaram, em algum momento, terem participado de algum dos diretórios do partido.

Todos os entrevistados mais jovens (Clédisson, Medina, Jefferson e Severine) destacaram terem participado da juventude do Partido dos Trabalhadores, sendo que Severine e Jefferson foram secretários nacionais da juventude petista. A maioria relatou que seus pais já eram militantes ou simpatizantes do PT (Clédisson, Severine e Jefferson). Pepe Vargas destacou que seus pais eram simpatizantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo partido de Leonel Brizola, Getúlio Vargas e João Goulart.

Três dos entrevistados (Clédisson, Gabriel Medina e Pepe Vargas) participaram de mandatos parlamentares. Clédisson foi assessor do deputado estadual Jean Freire, em Minas Gerais. Gabriel Medina assessorou a vereadora Tita Dias, em São Paulo e Pepe Vargas, foi vereador, deputado estadual, deputado federal e agora, deputado estadual novamente.

Clédisson, Severine e Gilberto Carvalho afirmaram acreditar no Partido dos Trabalhadores enquanto instrumento em defesa da classe trabalhadora. Clédisson, Gabriel Medina e Gilberto Carvalho também são críticos e falam sobre as contradições do Partido dos Trabalhadores, enquanto Gabriel Medina e Jefferson fazem uma crítica à comunicação do partido. Os entrevistados Clédisson e Jefferson foram atingidos por políticas internas de organização do Partido dos Trabalhadores, ocupando espaço no diretório nacional do PT através das cotas de negros e negras e cotas de juventude.

Com exceção de Jefferson Lima, que estava como secretário nacional da juventude do PT, os demais entrevistados (Clédisson, Severine, Gabriel Medina, Gilberto Carvalho e

Pepe Vargas) estavam compondo os governos petistas de Dilma Rousseff e Fernando Haddad. Destes, Gabriel Medina, Jefferson e Severine foram secretários nacionais do governo Dilma, com uma passagem de Medina como coordenador de juventude do governo Haddad, em São Paulo. Todos os entrevistados mais jovens (Clédisson, Gabriel Medina, Jefferson e Severine) fizeram parte, em algum momento, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

Sobre a elaboração dos cinco pactos apresentados por Dilma, Clédisson, Severine, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas afirmaram que foram construídos num processo de diálogo entre a Secretaria Geral da Presidência da República, chefia de gabinete da Presidência da República, Secretaria de Relações Institucionais e os movimentos sociais (novos e novíssimos). Os ex-ministros Gilberto Carvalho e Pepe Vargas reforçaram que as pautas mais específicas foram construídas pelo núcleo de governo e os ministros específicos destas áreas, juntamente com os movimentos sociais.

Sobre o Comitê de Gestão de Crise criado durante as manifestações de 2013, quem teve acesso e estava diretamente envolvido foi o ex-ministro Gilberto Carvalho, por ser o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Os demais (Clédisson, Gabriel Medina, Jefferson, Severine e Pepe Vargas) disseram que não tinham ou tinham pouco acesso ao comitê. Para Clédisson e Gilberto Carvalho, este era um espaço de organização do pensamento do governo, naquele período.

Todos os entrevistados souberam das primeiras manifestações de 2013 através da mídia e afirmaram que no início as manifestações eram organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Clédisson, Gabriel Medina, Severine e Pepe Vargas destacaram que o MPL já vinha com um certo acúmulo enquanto movimento social, porém foi difícil o debate entre o governo federal e o movimento. Sobre a posição ideológica dos manifestantes que usaram as táticas *black bloc*, Gabriel Medina e Gilberto Carvalho relataram que nos governos (Haddad e Dilma), em alguns momentos, houve dúvidas se eram de direita, anarquistas ou se estavam os dois grupos praticando as ações. Para Pepe Vargas haviam pessoas com ideologia de direita infiltradas nos *black bloc*.

Todos que responderam a entrevista destacaram que a Secretaria-Geral da Presidência da República convocou reuniões com ministros, setores do governo e com os movimentos sociais, novos ou novíssimos, destacando que os governos petistas tinham capacidade de diálogo com os movimentos sociais. Os entrevistados que estavam no governo Dilma em 2013 (Clédisson, Jefferson, Severine, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas) destacaram que o Governo Federal procurou ouvir e entender as manifestações de 2013, sendo que Clédisson, Jefferson e

Severine lembraram, que houve reuniões com a própria presidenta Dilma Rousseff. Severine e o próprio Gilberto Carvalho lembraram que teve momentos que o próprio ex-ministro foi para a rua junto aos manifestantes procurando entender qual era o sentido das manifestações, pois segundo Clédisson, Gabriel Medina, Jefferson, Severine e Gilberto Carvalho, o Governo Federal inicialmente teve dificuldade em compreender o que as manifestações de 2013 queriam dizer.

A maioria dos entrevistados (Clédisson, Gabriel Medina, Severine e Gilberto Carvalho) defenderam a tese de que muitos brasileiros avançaram no acesso aos seus direitos, às políticas públicas e aos bens de consumo e por consequência foram para as ruas em defesa de mais Estado e mais qualidade nas políticas, surgindo assim novas demandas e reivindicações.

Embora muitos analistas apresentem uma comparação entre 2013 e 1968, dos entrevistados somente Clédisson Júnior as comparou, dizendo que ambas eram lutas por demandas políticas e também culturais. Porém Clédisson, Jefferson, Severine e Gilberto Carvalho compararam os chamados novos movimentos sociais aos novíssimos movimentos sociais, num recorte de que os novos movimentos sociais também são chamados de tradicionais movimentos ou movimentos históricos da classe trabalhadora, surgidos aproximadamente em 1968, sendo alguns conhecidos no Brasil, como o MST, a CUT, a UNE, e outros. Estes com diálogo e relação orgânica com os governos petistas. Já os novíssimos movimentos sociais apresentaram novos atores, estes atores seriam os brasileiros atingidos pelas políticas públicas dos governos Lula e Dilma, e que não se sentem representados pelos movimentos tradicionais. Porém, Clédisson, Gabriel Medina e Gilberto Carvalho reconhecem os novíssimos movimentos como movimentos horizontais.

Foi unânime entre os entrevistados o entendimento de que os avanços propostos por Dilma Rousseff nos cinco pactos (responsabilidade fiscal, combate a corrupção, melhorias no sistema de saúde, obras de mobilidade urbana e transporte público e aprovação de investimentos de 100% dos royalties do petróleo para educação), além da proposta de realização de um plebiscito popular pela reforma política, apresentados por ela em rede nacional de televisão, no dia 21 de junho de 2013, foram “minados” por setores conservadores do Congresso Nacional e da sociedade brasileira.

Sobre o que avançou, na opinião dos entrevistados, dos cinco pactos apresentados por Dilma, Jefferson, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas afirmaram que foram os temas da saúde e da educação, com destaque na saúde para o Programa Mais Médicos e tudo que o envolve, e

na educação, a questão da destinação dos 100% dos *royalties* para educação, embora a direita tenha segurado e modificado a proposta. Mobilidade urbana e transporte também foram lembrados pelos ex-ministros Gilberto Carvalho e Pepe Vargas, embora Carvalho tenha destacado que também houve avanços nesta pauta devido à proximidade da Copa do Mundo a ser realizada no Brasil. Carvalho também avaliou que dos 5 pactos houve poucos avanços. Já Gabriel Medina afirmou que não houve avanços. Os entrevistados também consideram positivo que houve uma ampliação da agenda de Dilma, que começou a ouvir mais e a dialogar mais.

Para Gabriel Medina, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas a grande mídia a partir do segundo momento dos atos acabou conduzindo o processo das manifestações de 2013. Segundo Gabriel Medina, Severine e Pepe Vargas a direita compreendeu melhor o processo. Nesta linha, Gabriel Medina e Jefferson destacaram que a direita começou a gostar da rua, ou seja, de organizar manifestações sociais nos espaços públicos.

Três dos mais jovens entrevistados (Clédisson, Gabriel Medina e Jefferson) disseram que ficaram empolgados no início das manifestações de 2013, sendo que Clédisson, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas destacaram que o governo Dilma entendeu que as manifestações, naquele momento, eram legítimas do ponto de vista da luta por mais direitos e avaliou que não era necessária uma repressão aos movimentos. Já Clédisson, Gabriel Medina e Gilberto Carvalho afirmaram que as manifestações de 2013 foram um processo de discussão complicado. Clédisson e Severine afirmaram que a resposta dada pela presidenta Dilma às manifestações de 2013, apresentando os 5 pactos e a proposta de reforma política foi importante.

Os ex-ministros Gilberto Carvalho e Pepe Vargas analisaram que o Brasil passou a ser alvo do capital financeiro internacional, das grandes petroleiras, da hegemonia norte-americana, após crescer enquanto liderança na conjuntura internacional. Também avaliaram que houve erros na condução econômica durante o segundo governo de Dilma Rousseff.

Na questão das mudanças ocorridas no país após as manifestações de 2013, Clédisson destacou o avanço nas cotas de negros no serviço público. Jefferson lembrou da aprovação do Estatuto da Juventude que estava “engavetado” por dez anos. Clédisson e Gilberto Carvalho falaram também sobre as manifestações referentes a realização da Copa do Mundo no Brasil. Para Clédisson Júnior e Jefferson Lima a diversidade da sociedade brasileira esteve nas manifestações de 2013.

## 9.2 DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ENTREVISTADOS

Numa perspectiva de tentar explorar as contradições, segue algumas divergências que apareceram durante as entrevistas.

Três entrevistados (Clédisson, Gabriel Medina e Severine) afirmaram atualmente não terem organicidade no Partido dos Trabalhadores, embora se mantenham filiados. Já Jefferson, Pepe Vargas e Gilberto Carvalho destacaram que continuam ocupando espaços de direção no PT. Jefferson como presidente municipal do PT em Aracaju, SE. Pepe Vargas como presidente estadual do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul e Gilberto Carvalho como chefe de gabinete da presidência nacional do PT.

Clédisson Júnior mostrou-se animado com o Partido dos Trabalhadores, enquanto Gabriel Medina afirmou estar desanimado com o partido, afirmando que os jovens não possuem espaço no PT, não existindo renovação partidária. Já Jefferson Lima destacou que houve avanços no partido, pois foram abertos espaços na direção do Partido dos Trabalhadores para jovens, negros e mulheres. Clédisson afirmou que o PT deve abrir espaço para o novo.

Diferente dos outros entrevistados que faziam parte do governo Dilma durante as manifestações de 2013. Medina não estava no governo federal em 2013, naquele período fazia parte do governo Haddad em São Paulo, porém, foi compor o governo federal, como secretário nacional de juventude em 2015. Tendo, portanto, um ponto de vista diferente, uma vez que viu as manifestações primeiras nas ruas de São Paulo.

Dois projetos ligados à juventude desenvolvidos pelos governos petistas apareceram de forma antagônica na opinião dos entrevistados. Um foi o Participatório, observatório participativo da juventude, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Juventude durante o governo Dilma. Para os ex-secretários de juventude do Governo Federal Severine Macedo e Jefferson Lima foi um projeto positivo, pois a ideia era criar um espaço de debate permanente de juventude, com elaboração de conteúdo, produção de documento, criando um canal direto de diálogo da secretaria com a juventude brasileira. Já o ex-secretário Gabriel Medina entende o projeto acabou ficando só em torno de uma vanguarda já mais organizada e que enquanto órgão institucional não funcionou. O outro programa foi o Juventude Viva. Para Medina, na Prefeitura de São Paulo não foi um programa estruturado, desenhado, com recursos, com um projeto claro. Já Jefferson citou o programa como algo positivo desenvolvido no governo federal para a juventude brasileira. Clédisson e Jefferson avaliaram como positiva a resposta dada pelo governo Dilma durante as manifestações de 2013. Medina considerou que o governo de Fernando Haddad não respondeu à altura.

Diferente do que destacaram os entrevistados que estavam no governo federal em 2013 (Clédisson, Jefferson, Severine, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas), de que o governo Dilma procurou ouvir e entender as manifestações de 2013, Gabriel Medina, na época, coordenador de juventude da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Municipal de São Paulo, destacou que havia pouco diálogo entre o governo Haddad e os manifestantes na capital paulista, sendo que era tensa a relação, não havendo nenhuma reunião entre ambos. Também, em sua análise, o governo Haddad deveria ter avançado mais num processo de participação popular.

Clédisson Júnior e Gabriel Medina entendem que 2013 não provocou o impeachment de Dilma, acontecido em 2016. Já Jefferson, Severine, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas fazem a leitura de que 2013 teve um papel decisivo, sendo aproveitada para a consolidação do golpe em 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possivelmente houve dois grandes acúmulos das manifestações de 2013. Um foi o aproveitamento pela direita conservadora do cenário de questionamento ao sistema representativo brasileiro por parte da população. Com uma leitura mais acertada a direita, juntamente com a mídia corporativista e outros setores da sociedade, fizeram com que o Partido dos Trabalhadores e a presidenta Dilma Rousseff tivessem fortes desgastes na opinião pública, assim houve um crescimento eleitoral pela direita durante as eleições de 2014, com Dilma vencendo por pouquíssima diferença, num país já dividido, juntamente com alguns acertos e erros na condução da política econômica no início do governo Dilma e a espetacularização da operação Lava Jato, criou-se o cenário ideal para a consolidação do golpe em 2016, levando ao impeachment da presidenta e a volta ao poder de representantes do programa neoliberal de governo.

O outro acúmulo foi a demonstração por parte significativa da população brasileira, entre elas o denominado novo proletariado, que além de querer mais Estado e políticas públicas de mais qualidade, demonstrou a existência e a emergência de novas formas de ação e organização política, que devem ser observadas pela esquerda brasileira. Pode ser que houve dois públicos presentes nas manifestações de 2013: a classe média conservadora, que pouco teve avanços durante os governos petistas e o novo proletariado, em sua maioria jovens que tiveram ascensão social e econômica devido às políticas públicas desenvolvidas durante os governos de Lula e Dilma. Também surgiram novos movimentos sociais, denominados novíssimos movimentos sociais, com novas formas de engajamento, diferente dos espaços tradicionais.

As entrevistas demonstraram alguns conflitos geracionais entre as diferentes gerações de quadros políticos entrevistados, todos forjados na militância em espaços denominados novos movimentos sociais, como a UNE, a CUT, a FETRAF-SUL, e outros. Porém a geração mais jovem, aqueles que fizeram parte do Conselho Nacional de Juventude, num período de consolidação das políticas públicas de juventude, tiveram mais facilidade na compreensão do que as manifestações de rua em 2013 demonstraram no que se refere a participação política. Talvez a dificuldade de compreensão por parte dos quadros políticos de outra geração tenha haver com a metodologia de organização apresentada pelos jovens manifestantes, mais urbana, menos burocrática, mais horizontal, mais preocupada com o processo do que com o resultado, diversa, sem a figura da representação num processo de democracia mais direta e com grandes

questionamentos aos partidos políticos. Os quadros políticos da outra geração criticam a falta de foco e a falta de lideranças personificadas dos novíssimos movimentos sociais.

As manifestações de 2013 não por acaso foram urbanas, pois a vida nas cidades brasileiras tornaram-se cada vez mais difíceis, devido a falta de planejamento urbano, o crescimento da violência e das periferias, principalmente das grandes cidades, a especulação imobiliária cada vez maior, problemas de regularização fundiária, problemas de infraestrutura, mobilidade urbana deficitária, entre outras questões.

“A desobediência é contagiosa”, afirmou o professor Jean Tible<sup>180</sup>, em entrevista à revista Caros Amigos, realizada em maio de 2016. A desobediência representada pelas manifestações de 2013 contagiou e atingiu diferentes ideologias, porém algumas características foram comuns entre os diversos atores que participaram das manifestações.

Tanto os militantes dos *Anonymous*, os adeptos da tática *black bloc*, as pessoas sem militância orgânica das diversas classes sociais que tiveram nas ruas no auge das manifestações ou até mesmo muitos militantes de esquerda, estavam insatisfeitas com o sistema político brasileiro. Reforço a análise de Jeff Garmany,<sup>181</sup> do *King's Brazil Institute*, o que levou a maior parte das pessoas às ruas não era a filiação partidária ou sindical, mas a afinidades entre as pessoas, com os cidadãos insatisfeitos com o sistema.<sup>182</sup>

Possivelmente a esquerda tenha que se reorganizar e dialogar mais, mesmo sendo dividida no que Tible define como esquerda institucional tradicional e os autônomos. Pode ser a possibilidade de construção de uma nova esquerda, quem sabe combinando a democracia representativa com uma democracia mais direta, pois teve um campo progressista nas ruas.

O ano de 2013 foi a ascensão de novas formas de transformação social e pode ser uma oportunidade para que a esquerda tenha um outro olhar para e com a juventude, pois segundo o ex-ministro Gilberto Carvalho, uma das falhas realizadas durante os governos petistas foi a não disputa da consciência das pessoas, principalmente daquelas atingidas pelas políticas públicas desenvolvidas pelos governos de Lula e Dilma. Walter Takemoto<sup>183</sup>, do Movimento Passe Livre da Bahia, tem o mesmo entendimento, avalia que o grande desafio é

---

<sup>180</sup> TIBLE, Jean. Novos Mundos. In: CAROS AMIGOS. Edição Especial *Novas Esquerdas*. São Paulo: Editora Caros Amigos Ltda., 2016. Mensal, p. 27.

<sup>181</sup> O GIGANTE VISTO DE FORA. Projeto de nação. Cultura. *Zero Hora*, 13. jul. 2013, p. 04.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> TAKEMOTO, Walter. Memória, História e Movimentos Sociais. In: HOLANDA, Centro Sérgio Buarque de; ABRAMO Fundação Perseu. *Encontros de Memória e História*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 151.

a promoção da formação política da população da periferia para que ela compreenda as contradições da sociedade e assim lute por um projeto de país cada vez melhor.

As entrevistas realizadas com os quadros políticos dos governos Lula, Dilma e Haddad foram esclarecedoras no sentido de perceber quais foram as interpretações do cenário político na época e quais foram os desdobramentos institucionais durante e após as manifestações de 2013.

As entrevistas indicaram que houve diálogo entre o governo Dilma e os novos e novíssimos movimentos sociais, com a realização de reuniões, debates, levantamento de dados e informações, primeiramente para tentar entender a conjuntura naquele período e após para subsidiar a tomada de decisões do governo perante as reivindicações apresentadas pelos manifestantes. O Movimento Passe Livre mesmo sendo um movimento social que questiona a institucionalidade, comemorou ter colocado na Constituição o direito social ao transporte.

As divergências geracionais entre os que foram ministros e os que ocuparam cargos da juventude também parece revelar que havia divergência de interpretação no governo e, possivelmente, no PT. Ainda, o fato de que a juventude não foi chamada no primeiro momento para o gabinete de crise também pode indicar que o governo estava dando outro encaminhamento a questão fora do debate da juventude e movimentos sociais.

O governo federal teve dificuldade inicialmente na compreensão sobre o que estava acontecendo no país, porém apresentou um conjunto de políticas após o pronunciamento da presidenta em rede nacional de televisão, acontecido no dia 21 de junho de 2013. Houve reduções e cancelamentos nas tarifas de transporte público em inúmeros municípios brasileiros, melhorias nas estruturas de mobilidade urbana em várias cidades, após apresentação do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, teve a consolidação do Programa Mais Médicos, numa iniciativa de melhorias na saúde básica da população brasileira, foi aprovado a iniciativa de considerar crime hediondo os casos de corrupção no país, também houve a aprovação do Estatuto da Juventude, engavetado no Congresso Nacional por 10 anos, entre outras políticas.

A proposta de 100% dos *royalties* do petróleo para a educação e a realização de um plebiscito pela Reforma Política foram derrubadas pelo Congresso Nacional e pelas forças conservadoras do país, segundo indicaram os entrevistados. Também consideraram positiva uma ampliação da agenda pública por parte da presidenta Dilma, ouvindo mais e dialogando mais com os movimentos sociais e diversos setores da sociedade. As manifestações de 2013 fizeram com que houvesse mudanças na rotina do Palácio do Planalto, porém algumas pautas

importantíssimas como a Reforma Política e os *royalties* do petróleo para educação ficou a impressão de que foram “abandonadas” facilmente pelo Governo Dilma ou faltou uma ampla articulação com os movimentos sociais.

A realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo<sup>184</sup>, afirmou a professora Ilse Scherer-Warren no artigo *Das Mobilizações às redes e Movimentos Sociais*. Dentro deste dinamismo é primordial o entendimento sobre os papéis desempenhados pelos movimentos sociais na conjuntura de 2013, pois estiveram presentes dois agrupamentos de movimentos, denominados de novos ou tradicionais e novíssimos.

Os novos movimentos sociais surgidos principalmente no final dos anos 1960, sempre tiveram um papel importante na consolidação das políticas públicas no Brasil, ou em períodos históricos como a luta pelo fim da ditadura militar, a materialização da Constituição de 1988, o processo de redemocratização no país, o Fora Collor, luta contra o neoliberalismo e outros momentos, sempre com seus formatos tradicionais de organização: hierarquizado, com pautas claras e específicas, com o destaque de lideranças para negociar, carros de som e inúmeras estratégias para a ocupação de espaços públicos. Importante destacar que a democracia representativa brasileira foi reforçada pelo Partido dos Trabalhadores neste mesmo período.

Com a crise global de representatividade na política, que questiona o centralismo democrático e as formas tradicionais de organização de outros movimentos sociais, os militantes dos novos movimentos, que no caso, ocupavam agora postos de direção de governo, ficaram sem saber, inicialmente, como agir, levantando algumas questões sobre os novíssimos movimentos. Seriam movimentos sociais, indivíduos organizados ou indivíduos manipulados pela mídia?

Para compreendermos o que são os novíssimos movimentos sociais faz-se necessário um aprofundamento dos conceitos de juventude, com o uso da terminologia correta: juventudes, pois as juventudes e a classe trabalhadora foram os grandes protagonistas das manifestações de 2013. Demonstra que dentro deste segmento populacional existe uma grande diversidade de vivências e de ideologias, encaixando-se ao conceito de multidão do filósofo Antonio Negri. Pois se fizermos o recorte de classe social pode-se dizer que estiveram nas manifestações de 2013 a classe média e o novo proletariado.

---

<sup>184</sup> Scherer-Warren, Ilse. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. Brasília: Sociedade e Estado, 2006, p. 109.

Pode ser que se as organizações políticas do país tiveram a intenção de ter um melhor diálogo com os novíssimos movimentos sociais e devem procurar ser instituições mais atraentes para as juventudes, mais inclusivas, simbólicas, expressivas e virtuais, levando em consideração as diferentes realidades juvenis e o entendimento de que a maioria dos jovens querem espaços mais horizontais e livres para a sua participação política é importante, rompendo com a concepção utilitária de juventude, que evidencia em alguns lugares. Também os espaços criados pelo governo, institucionais, são compatíveis com as estruturas dos novíssimos movimentos sociais que se movem pelas redes, pelas afinidades, pela horizontalidade? Como poderia as instituições serem abertas a esse novo formato de movimento sem tentar torná-los institucionalizados?

Pode ser um caminho para os avanços que a esquerda necessita, pois segundo o sociólogo Karl Mannheim<sup>185</sup>, “a juventude não é progressista, nem conservadora, e seria um enorme potencial em disputa, sendo que a cultura tem enorme valor na definição do modo de ser da juventude, inclusive em sua práxis social e política.” Exemplificando a influência das questões culturais nas concepções políticas das pessoas, Jean Tible cita alguns movimentos que podem representar uma reorganização da esquerda, como a Primavera Feminista, o debate LGBT racial, o debate do ecossocialismo, pois no seu entendimento, a esquerda brasileira atual é mais desenvolvimentista.

Chama atenção o fato de que mesmo havendo uma avaliação de que as manifestações de 2013 tiveram três momentos, com o protagonismo de três grupos diferentes, nenhum dos entrevistados falou do terceiro momento, onde os novos movimentos sociais retornaram às ruas, possivelmente por ser algo comum em se tratando de manifestações nos espaços públicos com a presença de entidades como a CUT, a UNE, o MST, entre outros.

Pode ser que seja o momento, tomando as devidas proporções, de termos como referência um trecho do romance *O retrato de Dorian Gray* escrito por Oscar Wilde (1890):

Hoje em dia, só tenho algum respeito pelas opiniões das pessoas muito mais novas do que eu. Parecem-me estar à minha frente. A vida revelou-lhes a sua última maravilha. Quanto aos velhos, contradigo-os sempre. Se lhes pedirmos opinião sobre uma coisa que aconteceu ontem, eles dão-nos solenemente as opiniões correntes em 1820, quando as pessoas usavam golas altas, acreditavam em tudo e não sabiam absolutamente nada.<sup>186</sup>

---

<sup>185</sup> MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 74.

<sup>186</sup> ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de Luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013, p. 05.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, 1988.
- AGÊNCIA CARTA MAIOR. Apresentação. In: AGÊNCIA CARTA MAIOR. III Fórum Social Mundial: Porto Alegre – Brasil – de 23 a 28 de janeiro de 2003. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ALEXANDRE, Ricardo. Dias de Luta: o rock e o Brasil dos anos 80. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013, p. 05.
- ALMEIDA, Cristiano Cardoso de. O Impacto da Participação da Juventude nas Manifestações de 2013 nos Partidos Políticos de Caxias do Sul, trabalho de conclusão do curso de graduação de Bacharel em Ciência Política da Faculdade América Latina, Caxias do Sul, RS.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ARON, Raymond. Democracia e Totalitarismo. Lisboa: Editorial Presença, 1966.
- AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 – SUAS REPERCUSSÕES. Palestra proferida pelo sociólogo Carlos Winckler em 07 de maio de 2014, na Universidade de Caxias do Sul, na cidade de Caxias do Sul, RS.
- A CLASSE OPERÁRIA, São Paulo, Brasil, 2013, mensal.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- BRASIL DE FATO. Porto Alegre, Brasil, 2018, quinzenal.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil. In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia. Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2007.
- CAROS AMIGOS. Edição Especial Novas Esquerdas, 2016. Mensal.
- CARTA EDUCAÇÃO. Reportagens, 2017. Diário.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Quebrando mitos: Juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Uma nova classe trabalhadora: indagações*. In: Abramo, Fundação Perseu; Ebert, Fundação Friedrich. *Classes? Que classes?* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Ministério do Trabalho publica aferição das Centrais. Notícias, 07. mar. 2016. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/25828-ministerio-do-trabalho-publica-afericao-das-centrais>>.

DIREITO E DEMOCRACIA PÓS-JUNHO 2013 NA ÓTICA DO ROCK. Palestra proferida no dia 10 de agosto de 2017 pelo professor Germano Schwartz, como aula inaugural do 2º semestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Serra Gaúcha, Caxias do Sul, RS.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Relembre: jornada de protestos de junho completa um ano*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/protestos-completam-um-ano-e-violencia-policial-se-repete>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERNANDES, Bernardo Marçano. *Formação e Territorialização do MST no Brasil*. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FOLHA DE CAXIAS. Caxias do Sul, Brasil, 2013, diário.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, Brasil, 2014, diário.

FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. *Juventude e Cultura: identidade, reconhecimento e emancipação*. Disponível em: <[http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista\\_juventudebr\\_dez\\_2008.pdf](http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista_juventudebr_dez_2008.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. *O PT e a juventude: Política e concepção*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13cdenisar.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2014

FREI BETTO. *Brasil de Fato. Protesto! E o que proponho?* São Paulo, 11 jul. 2013.

GAZETA DE CAXIAS. Caxias do Sul, Brasil, 2014, diário

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *A Revolução Será Tuitada*. In: CULT. *A Esquerda na Encruzilhada*. São Paulo: Editora Bregantini, 2012. Mensal.

HARVEY, David. OCCUPY: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HOBSBAWM, Eric Alcides. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Minidicionário Houaiss da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

KIELING, Charles Antonio. *O Golpe de 1964: uma retrospectiva histórica de 1964 até 1997*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998.

LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Brasil, 2013, mensal.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MARICATO, Ermínia. O MTST e o MST são vítimas e não vilões da ocupação ilegal de terras. Carta Capital, 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-mtst-e-o-mst-sao-vitimas-e-nao-viloes-da-ocupacao-ilegal-de-terras/>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papyrus, 1987.

MEDINA, Gabriel. Participação política das juventudes pós as ocupações das escolas. *Revista Carta Educação*. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/um-ano-pos-ocupacoes-avancamos-com-participacao-juvenil/> Acesso em: 10 out. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/centralsindical/estatisticas.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

NEGRI, Antônio Negri; HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

NEXO JORNAL. O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

NOVAES, Regina Reys. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

O TRABALHO. São Paulo, Brasil, 2003, mensal.

PALÁCIO DO PLANALTO: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

POMAR, Valter. *Política e Partidos Políticos*. Texto obrigatório da aula 1: O Que é Política, do curso de difusão do conhecimento em gestão pública e resistência ao golpe da Fundação Perseu Abramo, turma Caxias do Sul, 2018.

PRONZATO, Carlos. Documentário *A Partir de Agora: as jornadas de junho*. São Paulo: Lamestiza Audiovisual, 2013.

PIONEIRO. Caxias do Sul, Brasil, 2013, diário.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. 68: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para Além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSZAK, Theodore. *A Contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Nilton. *História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Grande Dúvida Constitucional de que o Supremo Fugirá. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENEBBAUN, Marcio; FILHO, Wilson Ramos. *A Resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. Brasília: Sociedade e Estado, 2006.

SEMINÁRIO MÍDIAS SOCIAIS: BOAS PRÁTICAS PARA CAUSAR IMPACTO NAS REDES, promovido pela Secretaria Nacional de Comunicação do Partido dos Trabalhadores e lideranças do PT na Câmara dos Deputados e no Senado, com a participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 19 de agosto de 2016. Disponível em:

<<http://sambavideos.sambatech.com/ui#content/edit/216d9ec66138da5371cf49379ef40e4e>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 97, 2013.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 102, 2015.

SOUZA, Jessé. *Golpe nasceu em junho de 2013*, 2017.

STRUGGLE. A Tática dos Black Blocks. São Paulo: Edições Mensageiro da Revolta, 2014.

SUL 21: *Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou*. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

TAKEMOTO, Walter. Memória, História e Movimentos Sociais. In: HOLANDA, Centro Sérgio Buarque de; ABRAMO Fundação Perseu. Encontros de Memória e História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

TIBLE, Jean. Novos Mundos. In: CAROS AMIGOS. Edição Especial *Novas Esquerdas*. São Paulo: Editora Caros Amigos Ltda., 2016. Mensal.

TIBLE, Jean; MEDEIROS, Josué. *Junho disruptivo: a nova configuração do conflito de classes no Brasil*, 2014.

UM ANO DEPOIS DE JUNHO. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1673>>. Acesso em: 11 set. 2015.

VIANA, Nildo. *Que são Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.

VILLAMÉA, Luiza. *Uma coisa irracional, diz Bresser sobre o antipetismo*. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2014/11/uma-coisa-irracional-diz-bresser-pereira-sobre-antipetismo>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

WINCKLER, Carlos Roberto. As Jornadas de Junho. In: Carta de Conjuntura FEE.: *Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser*, Porto Alegre, p. 08, 2013. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/author/winckler/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

ZERO HORA. Porto Alegre, Brasil, 2013, diário.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA

**Introdução:** A pesquisa pretende compreender as políticas públicas e ações governamentais do Governo Dilma, protagonizado por um partido originário dos movimentos sociais, em face às manifestações de 2013 e aos novíssimos movimentos sociais. Gostaria de compreender melhor as configurações dos movimentos sociais (novos ou novíssimos) e as estruturas e modos de decisões governamentais. A ideia é entender sobre o contemporâneo e instrumentalizar os agentes políticos na construção de políticas públicas em defesa de sociedades sempre mais justas e igualitárias.

As manifestações de 2013 foram um momento marcante para a historiografia brasileira e dos estudos de política. Eu como mestrando do programa Estado, Governo e Políticas Públicas, oferecido pela parceria entre a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais e a Fundação Perseu Abramo, gostaria de fazer algumas perguntas. Podemos começar? Enviaremos o texto final de análise para você.

**Foco:** Manifestações de 2013 e as relações dos movimentos sociais com o Governo Dilma.

### QUESTÕES

#### **D) Formação e Histórico** (escolar e militante):

- a) Qual sua formação escolar/acadêmica?
- b) Conte-me um pouco sua história de militância. “Você já militava na juventude, antes da graduação?”
- c) Fale-me de suas experiências enquanto militante social. Onde começou? Como foi?
- d) Trajetória de militância. “Depois disso, você fez o que? Militou onde? Em que espaços? Lugares?”
- e) “O que você lembra de mais relevante para você dessa época?”
- f) “Quais suas referências políticas? Você tinha referências de militância, de vida? Modelos que eram importantes nessa época?”

#### **D) Relação Partidária:**

- a) “Como foi o início de sua militância no Partido dos Trabalhadores?”
- b) “Ocupou espaços de direção no Partido dos Trabalhadores?”
- c) “Como foram essas experiências? (simpatizante, militante e dirigente).”

- d) “Qual sua relação hoje com o Partido dos Trabalhadores?”
- e) “Hoje desempenha alguma função no Partido dos Trabalhadores?”

### **III) Governo Dilma** (durante e após as manifestações de 2013)

- a) “Como você soube pela primeira vez das manifestações em 2013?”
- b) “Qual foi sua primeira impressão das manifestações de 2013?”
- c) “Quais eram os comentários existentes no governo Dilma durante este período?”
- d) “Quais as medidas que o governo Dilma tomou num primeiro momento? Você estava de algum modo envolvido? Havia uma avaliação sobre as manifestações no governo? Você compartilhava dessa avaliação?”
- e) “Qual era a política de relação com os movimentos sociais até aquele momento?”
- f) “Naquele momento, o governo conversou, recebeu algum representante de algum movimento social ou de pessoas envolvidas nos protestos?”
- g) “As medidas que foram anunciadas pela presidenta em junho de 2013, como elas foram elaboradas, decididas?”
- h) “Houve um comitê de discussões, gabinete de crise no período das manifestações de 2013? Como eram os debates, as avaliações dos protestos e da conjuntura política? Quem estava envolvido na avaliação política daquele momento?”
- i) “O que avançou dos 5 pactos em favor do Brasil proposto pela presidenta Dilma na época das manifestações? Quais foram as movimentações no governo Dilma para a realização dos pactos?”
- j) “Houve algum tipo de mudança no governo Dilma após as manifestações de 2013? Quais eram as impressões gerais após as manifestações de 2013?”
- k) “Enquanto alguém que militou em movimentos sociais, como você vê ou viu os protestos, a luta, enfim as manifestações de 2013?”
- l) “Gostaria de acrescentar algo? Destacar algo?”

## APÊNDICE B – CONVITE ENVIADO AOS ENTREVISTADOS

Caxias do Sul, ..... de ..... de 2018.

Prezado Senhor (a) .....,

Considerando sua posição como .....,  
..... e ....., durante os governos Lula e Dilma, sendo um dos elaboradores das políticas públicas e que esteve presente durante as manifestações de 2013, momento marcante para a historiografia brasileira e dos estudos de política, como mestrando do programa Estado, Governo e Políticas Públicas, oferecido pela parceria entre a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais e a Fundação Perseu Abramo, gostaria de poder entrevistá-lo para a pesquisa que estou desenvolvendo sobre o Governo Dilma e as manifestações de 2013. Por ter papel destacado na ocasião, seu depoimento se faz imprescindível para que a pesquisa possa reconstruir as ações governamentais no período e contribuir para as ciências sociais.

A pesquisa pretende compreender as políticas públicas e ações governamentais do Governo Dilma, protagonizado por um partido originário dos movimentos sociais, em face às manifestações de junho de 2013 e aos novíssimos movimentos sociais. Compreender melhor as configurações dos movimentos sociais – novos ou novíssimos – e as estruturas e modos de decisões governamentais, vem responder também ao interesse nosso de aprimorar o entendimento sobre o contemporâneo e instrumentalizar os agentes políticos na construção de políticas públicas em defesa de sociedades sempre mais justas e igualitárias.

A entrevista será realizada por Skype ou presencialmente com duração aproximada de 100 a 120 minutos, gravada para fins acadêmicos e compilada posteriormente. Enviarei o texto final de análise para o seu acompanhamento, procurando manter a discrição necessária. Compreendendo a complexidade de sua agenda, podemos combinar o horário que lhe for mais conveniente.

Estou à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre o projeto.

Atenciosamente,

Cristiano Cardoso de Almeida

Mestrando do curso Estado, Governo e Políticas Públicas

Fundação Perseu Abramo | Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Telefone/whatsapp: (054) 99107-8383

E-mail: cristianocardosodealmeida@gmail.com

## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS JÚNIOR

M – Mestrando Cristiano Cardoso (entrevistador)

C – Clédisson Júnior (entrevistado)

**M** – Bom, Clédisson. Primeiro te agradecer pela disponibilidade e pela paciência e dessa questão da tecnologia para facilitar a nossa pesquisa. Tive a indicação do teu nome pela Andrea Azevedo, que é a nossa orientadora do mestrado... Socióloga, militante... E dizer a minha ideia da pesquisa é me apresentar, eu sou estudante de mestrado da Fundação Perseu Abramo, mestrado de Estado, Governo e Políticas Públicas... Parceria com a FLACSO Sou formado em Ciência Política e fiz especialização também pela Fundação Perseu Abramo em Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Organizei cursos de difusão do conhecimento da Fundação, tentando trabalhar um pouco com a questão da formação política junto aos nossos militantes dos movimentos sociais. Resolvi trabalhar como tema da dissertação o desenvolvimento do governo Dilma e a relação do governo Dilma com as manifestações de 2013... Já que é um partido originário dos movimentos sociais e... Como foi essa relação com os novíssimos movimentos sociais de 2013... O governo que vem dos novos movimentos sociais, esses que a gente milita. Achei muito importante a tua participação por você ter uma militância num movimento social, lembro que te conheci você já era secretário de combate ao racismo na UNE, em 2009, mais ou menos quando eu militei na UEE Livre, aqui do Sul. Você foi do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, depois você coordenou o Conselho Nacional de Direitos Humanos... Acho que além do período das manifestações de 2013 você trabalhou no CONJUVE, enfim... Estava nos espaços aí de construção de política pública e de construção do governo com as manifestações sociais. Então a minha ideia é fazer uma entrevista contigo de cerca de 1h30, se tiver disponibilidade, para compreender teu histórico de militância social, de militância partidária... O teu olhar a partir desses espaços que você estava e qual o teu olhar para aquele momento e o momento de agora. Mais uma vez agradecer e dizer que farei com todo o cuidado. Vou te enviar o texto final de análise... Gostaria de registrar teu nome completo...

**C** – Clédisson Geraldo dos Santos Júnior.

**M** – Queria que tu me falasses, assim, de forma bem tranquila, como foi... Vamos dividir a pesquisa em três etapas. A questão da tua formação escolar e acadêmica, e teu histórico de militância social... E depois vamos falar um pouco sobre a tua relação partidária, teu histórico de militância partidária, e depois o teu olhar a partir de quem estava naqueles espaços. A

questão mais do governo Lula e do governo Dilma, não é. Queria que tu me contasse, assim, qual a tua formação acadêmica e escolar, como que é, como que foi no início, e depois a gente entra um pouco no teu histórico de militância.

**C** – Certo. Eu nasci no interior de Minas, no município chamado de Itabira, muito conhecido pela terra onde nasceu o Carlos Drummond de Andrade.

**M** – Opa...

**C** – E a Companhia Vale do Rio Doce. Ao final do ensino médio eu me transferi para Belo Horizonte e iniciei um curso de graduação com bolsa pelo programa *Universidade para todos*, na PUC de Minas Gerais, curso de Ciências Sociais, era bolsista do Prouni... E logo já no primeiro ano de curso, salvo engano no primeiro semestre de curso, eu já me envolvi com o movimento estudantil. Me associei...

(Interferências na gravação: o trecho a seguir está baseado em anotações do mestrando)

[...] Me associei... Ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), foi mais ou menos em 2006. Havia as demandas do movimento estudantil, a questão do aumento das mensalidades, o Restaurante Universitário. Em 2007, eu fui da direção do DCE, sendo diretor de Movimentos Sociais. Depois eu fui para a União Estadual de Estudantes (UEE), também como diretor de Movimentos Sociais. Depois tinham os Fóruns da União Nacional dos Estudantes (UNE) na PUC, mas não havia a organização de correntes do movimento estudantil naquele momento. Eu participei do Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE, em Brasília, e comecei a participar da KIZOMBA, uma das correntes do movimento estudantil que organizava debates sobre diversos temas.

**M** – Onde você começou a sua militância social? Como foi?

**C** – Eu sou filho de militantes. Meu pai trabalhava na Prefeitura Municipal de Itabira, entre 1996 e 2000. Eu tive uma militância mais cotidiana e depois fui para a institucionalidade. Estudei na Universidade Federal de Viçosa, onde tive um contato com a juventude da Articulação de Esquerda (JAE), uma das correntes internas do PT, embora não tivesse ainda filiação partidária.

**M** – O que você lembra de mais relevante dessa época?

**C** – No período em que participei da União Estadual de Estudantes (UEE) como diretor de Movimentos Sociais nós defendíamos uma Universidade além dos muros, que dialogasse com o movimento popular, com o MST e com outros movimentos. Eu também organizava a KIZOMBA, em Belo Horizonte. Em 2009, eu participei do Congresso da UNE e fui escolhido para ser da direção da UNE, como diretor nacional de combate ao racismo. Este período estava no 2º governo Lula e tinha muito o debate crítico sobre o Mensalão. Tinha muito forte o debate

sobre as cotas raciais nas Universidades, lembro que teve uma votação no STF sobre a legalização dessas cotas e eu, como diretor da UNE, fomentava esse debate. As cotas raciais nas Universidades foi uma vitória da militância do movimento negro. Fui diretor de combate ao racismo da UNE entre 2009 e 2011. Também contribuí para a formação do Coletivo Enegrecer, um coletivo dentro da KIZOMBA que possui sua auto-organização e trabalhava as questões de raça. O movimento estudantil KIZOMBA, o coletivo Enegrecer e o Movimento de Mulheres... Organizamos a Festa da Raça – Além da Universidade, em 2009, no Encontro Nacional em Salvador.

**M** – Quais as suas referências políticas? Você tinha referências de militância, modelos que eram importantes para você nesta época?

**C** – Na questão da formação política havia o debate do marxismo *versus* os governos neoliberais. Na KIZOMBA, depois, eu comecei a participar da Democracia Socialista, uma das correntes internas do PT, em que também fui da direção nacional da corrente. Então eu tenho uma formação política mais trotskista, que diverge com o stalinismo. Tenho também a influência da Rosa Luxemburgo, que teorizou bastante sobre o autoritarismo. Depois no movimento estudantil eu comecei a participar mais dos temas sobre racismo e no governo federal pesquisei e colaborei como Plano Nacional de Políticas de Igualdade Racial, num processo de construção de políticas públicas.

**M** – Vamos começar o segundo bloco. Sua relação partidária com o PT. Como foi o início da sua militância no Partido dos Trabalhadores?

**C** – Eu me filiei na KIZOMBA, no movimento estudantil e depois no Partido dos Trabalhadores, numa concepção sobre a luta de classes, numa participação mais ampla e mais organizada.

**M** – Ocupou espaços de direção no PT? Como foram essas experiências?

**C** – Participei do coletivo da juventude do PT e do Diretório Municipal do PT em Belo Horizonte, também da coordenação da Democracia Socialista. Em Belo Horizonte, no final do segundo governo de Fernando Pimentel, do PT, em 2008, numa articulação de Pimentel o partido resolveu apoiar a candidatura do PSB, de Márcio Lacerda, num acordo com o Aécio Neves, na época governador de Minas Gerais. A DS, considerada a esquerda do PT, e outras correntes, apoiaram a candidatura da então deputada federal do PCdoB, Jô Moraes. No Partido dos Trabalhadores criam-se cotas para a composição da direção do partido que acabam tirando brancos dos espaços e colocando negros. Eu acabo sendo indicado em 2012 para o Diretório Nacional nas cotas para negros, cumprindo uma tarefa nacional. Eu participava de inúmeras reuniões, viagens a Brasília, etc. Também fiz parte do diretório estadual mineiro. Entre 2010

e 2015 eu participei da UNE e do coletivo Enegrecer, e entre 2013 e 2014 eu fiz parte do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

(Volta a gravação)

**M** – Então você estava me contando aí esse processo de ocupação desses espaços junto aos conselhos. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, depois aquele período no CONJUVE... Depois como coordenador geral do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Isso foi mais ou menos em 2015, não é?

**C** – Isso. Depois dessa experiência gratificante para a minha formação, tanto no CONJUVE quanto no CNPIR, eu tive a oportunidade de coordenar a III Conferência Nacional de Igualdade Racial... Eu acompanhei muito de perto a elaboração da política pública, esse processo de diálogo do governo... E tinha ali um espaço de representação da sociedade civil, então foi fundamental para a minha formação ocupar esses espaços enquanto conselheiro. Ocorreu que em 2014 houve a eleição para presidente, o segundo mandato de Dilma, e eu me voltei para Minas Gerais e foi naquele período que eu ocupei a tarefa de organizar a campanha de um companheiro nosso a deputado estadual pelo PT de Minas Gerais. Era um candidato do interior, da região do Vale do Jequitinhonha, região nordeste do estado de Minas Gerais muito conhecida por ser muito pauperizada, historicamente esquecida pelas gestões governamentais. E foi um desafio muito importante para mim. Ao final desse processo eleitoral, além de termos eleito Fernando Pimentel Governador do Estado em primeiro turno, elegemos o Jean Freire, como deputado estadual, o primeiro da DS em quase 20 anos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Iniciei em 2015 como assessor parlamentar na Assembleia Legislativa. E a experiência que eu adquiri nos conselhos me ajudou a formular políticas públicas, dessa vez no legislativo, assessorando o deputado estadual. O que acontece é que nos diferentes processos que ocorreram nas conjunturas de 2015, o nosso companheiro Pepe Vargas, que era ministro, sob política de Dilma, foi transferido para a direção política dos Direitos Humanos. Pepe Vargas, prefeito de Caxias do Sul e deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul na época, militante da DS, ao assumir o Ministério de Direitos Humanos, e na montagem da sua nova equipe, eu acabei sendo convidado para assumir a coordenação do Conselho Nacional de Direitos Humanos muito em função do fato de ter tido uma experiência de conselhos diferentes. Pela primeira vez eu passei a assumir um papel de governo. Então foi uma experiência muito *sui generis*, não foi nada parecido com o que eu já havia conhecido enquanto sociedade civil, totalmente diferente. Um lugar outro, uma perspectiva outra e que foi necessário aprender a tarefa fazendo e cumprindo a tarefa...

**M** – Antes da gente pular para o terceiro bloco, essa questão do governo Lula e governo Dilma... A tua participação nesses governos e as manifestações de 2013... Eu queria que tu me dissesse qual é a tua relação hoje com o Partido dos Trabalhadores e se você desempenha alguma função hoje no PT... Qual é o teu olhar para essa questão partidária de espaços que você ocupa hoje e a sua relação com o partido?

**C** – Eu aprendi muita coisa nova e também desenvolvi um olhar cada vez mais aguçado sobre a realidade do Brasil e do mundo, então com certeza eu não sou a mesma pessoa de dois anos atrás. Mas continuo acreditando muito no papel que o partido político, de massas, que ao mesmo tempo é de massas e constitui uma vanguarda com forte referência nas expressões populares... Eu sigo militando pelo PT, sigo filiado... Não tenho, nesse momento, tarefa de direção política de qualquer instância por uma opção minha e da minha corrente, porque desde que houve o golpe de 2016, ao final desse processo eu optei por retomar a minha carreira na universidade, então eu me mudei de Brasília para Porto Alegre, onde eu iniciei um curso de mestrado na Faculdade de Economia da UFRGS e desde então tenho me dedicado a pesquisar academicamente e desenvolver cada vez mais uma reflexão sobre a sociedade, no lugar do PT, de debate a partir da construção da DS... Sigo militando, mas sem tarefa orgânica no PT, mas com tarefa orgânica na DS.

**M** – Você continua contribuindo para a organização da corrente política, para o debate e uma atuação orgânica no mundo acadêmico, é isso?

**C** – Exatamente.

**M** – Na questão do governo Lula e governo Dilma, você me contou um pouco como você chegou na coordenação do Conselho de Direitos Humanos, mais ou menos como foi essa construção, quem te chamou, os cargos que você ocupou. Antes de voltarmos a 2013... A gente está aqui em 2015, que é o período em que você ocupou esse espaço. Como foi a tua trajetória no governo nesse período? Ali já era governo Dilma, não é?

**C** – Os últimos 12 meses do governo Dilma, podemos assim dizer.

**M** – Como foi a tua participação nesse espaço? Já tinha aquele cenário do *impeachment* da Dilma? Como que foi a tua participação nesse período? Como foi a tua posição nessa coordenação?

**C** – A experiência do governo foi muito rica e, ao mesmo tempo, muito contraditória. Acho que ainda mais de uma experiência popular e democrática... O próprio governo brasileiro, sejam as instâncias que forem, os entes federativos que estejam envolvidos, ele estava envolto em contradição. A tarefa dos direitos humanos é muito sensível. Nós, por exemplo... Me deparei naquele período com debates que envolviam, por exemplo, a incidência do governo na

violação dos direitos de pessoas brasileiras. Me recordo, entre outras coisas, por exemplo, o direito ao território das populações Guarani-Kaiowá do Sul... E como dirigente do governo fizemos algumas visitas no Mato Grosso do Sul, me lembro de ter ido ao Ceará, quando estourou umas rebeliões em casas do sistema socioeducativo... Nos deparamos com situações horríveis, de confinamento de jovens e adolescentes... Lembrando que o governo do Ceará, naquele período tal qual é hoje, é governado pelo Partido dos Trabalhadores. Lembro também que houve uma polêmica muito forte sobre a construção da usina de Belo Monte, no Pará. A reivindicação também da população no entorno da usina, que perderam o direito ao seu território ancestral, e que demandou ações do governo que foram desenvolvidas. A tarefa dos direitos humanos é muito sensível porque nós éramos governo, ao mesmo tempo militantes de uma rica e antiga tradição de relação com os movimentos populares. Então nós respondíamos pelo fato de que o governo violava os direitos humanos e que, ao mesmo tempo, éramos nós que tínhamos que resolver essas questões das violações. Então foi um período muito intenso para mim, particularmente falando, porque havia contradições internas sobre a tarefa do que é ser governo, ao mesmo tempo também não pude deixar, enquanto militando do combate ao racismo, de notar que ter sido um ator jovem e negro numa tarefa de direção do governo federal também acabaria impactando nessa dimensão mais invisível do que é o racismo institucional. Posso destacar que da direção política do ministério, daquele período, eu era o único negro, e o ministério sensível, num primeiro momento. Então isso também mostra um pouco como ainda a gente não conseguiu alcançar essa compreensão de que a militância não branca é importante e ocupa esses espaços. Posso dizer que foi uma batalha muito solitária.

**M** – Você era então o único negro do governo, do Ministério dos Direitos Humanos... Você era o único membro negro, é isso?

**C** – Na esfera de direção.

**M** – Vamos tentar um pouco focar em 2013, que é o objeto da minha pesquisa. No período de junho de 2013 você estava nos Conselhos, no CONJUVE e mais ou menos naquele período do Conselho da Igualdade Racial, não é?

**C** – Exatamente.

**M** – Vamos focar um pouco nessa relação que você desempenhava nesses espaços com as manifestações, com as Jornadas de 2013. Como você soube pela primeira vez das manifestações de junho e julho de 2013? Como foi esse impacto, como você soube? Você estava aonde? Como foi essa notícia?

**C** – Preciso resgatar um pouco o que foi toda essa dinâmica de 2013. Eu me lembro, eu acho que... Junho de 2013 é muito lembrado pelo que foi, por exemplo, os processos de mobilização

do movimento passe-livre em São Paulo, mas eu me recordo, anteriormente a esse processo de São Paulo, já lidávamos com o movimento em Goiânia, capital de Goiás... O debate que envolvia as remoções para a construção das grandes obras da Copa do Mundo. Em Porto Alegre é uma cidade onde a mobilização era muito forte, e acabou culminando, por exemplo, no que foi junho de 2013, com muita referência em São Paulo, com fortes mobilizações no Rio... Eu tive a oportunidade, hoje refletindo com mais calma, acho que foi um privilégio de poder acompanhar as mobilizações de junho em três diferentes cidades. Teve um momento em Belo Horizonte, em junho, que eu estava em Brasília, e depois em São Paulo. Então eu pude notar em cidades diferentes mobilizações que cada capital acabou desenvolvendo. Por exemplo, eu pude notar que a mobilização que ocorria em Belo Horizonte tinha um forte caráter progressista, de demandas por melhores e maiores direitos, ao mesmo tempo que em Brasília eu senti que as demandas apontavam ações, lá da capital federal... Tinham um caráter muito conservador. São Paulo estava guardando essas duas nuances, essas duas dimensões. Então isso foi muito importante para mim para poder desenvolver uma reflexão sobre o que foi junho, foi fundamental.

**M** – Qual foi a sua primeira impressão? O que você pensou, assim, de cara? Qual foi a primeira reação tua quando soube das manifestações?

**C** – Eu fiquei super empolgado. Primeiro porque eu trabalhei com a seguinte concepção: essa história é recente no Brasil e nós vamos falar de grandes mobilizações políticas que envolvem o povo brasileiro. A gente lembra sempre do Fora Collor de 1992. Então eu acho que o nosso... Desde os governos neoliberais, Collor de Mello, Itamar Franco... até 2002... O desafio brasileiro era colocar gente na rua. Gente em massa, em peso, na rua. Quando isso ocorre, mesmo que independente da nossa gestão, da nossa incidência sobre essas mobilizações, isso é um paradigma muito f\*, tipo... Era tudo o que a gente queria e está acontecendo. Era uma brecha, uma oportunidade muito importante, e que a gente não pode abrir mão dela. Acho que até hoje essa discussão é complicada sobre junho. Tem gente que acha foi um estopim para o golpe e tem quem ache que junho abriu a avenida para uma radicalização sobre a discussão da luta de classes no Brasil. Eu particularmente, quando me deparei com junho, me vi empolgado diante da possibilidade de lidar com fatos, que podemos fazer a diferença. A resposta dada pelo governo Dilma, ao meu ver, foi importante e dialogou com o que a rua queria. O que aconteceu foi que acabou inviabilizando esse processo.

**M** – Falando nessa questão de resposta, da reação do governo Dilma... Quais eram os comentários no governo durante esse período? Porque a ideia da minha pesquisa é o olhar do

governo sobre as manifestações políticas construídas. Como eram os comentários feitos inicialmente no governo mesmo?

**C** – Só quero destacar que em 2013 era a sociedade civil, não é... Eu era conselheiro nacional de políticas públicas de juventude e igualdade racial. A primeira ação, primeiro movimento feito pelo governo federal, muito a partir da gestão do Ministério... Esqueci o nome agora. Foi convocar... Foi a Secretaria Geral da presidência da República...

**M** – O Gilberto Carvalho.

**C** – O Gilberto Carvalho convocou praticamente todos os... Do governo federal para uma discussão com a Presidência da República. Primeiro por entender que o espaço era legítimo de representação política da sociedade civil... São processos que se dão por eleição, não é... Os movimentos sociais organizados acabam passando pelo processo eleitoral, e os conselheiros são eleitos e têm muita legitimidade perante a sociedade. Eu me recordo de participar de reuniões no Palácio do Planalto com a presença da presidenta Dilma, e a pauta era querer entender o que as ruas estão dizendo, então era uma pauta muito de escuta. Particularmente avalio que esse movimento foi muito acertado, tanto acertado que culminou naquele momento em que a Dilma, em rede nacional, aponta que vai encaminhar para o Congresso Nacional uma proposta de escuta da sociedade brasileira sobre a reforma política, reformas necessárias de demandas importantes dos movimentos sociais, o que acabou sendo barrado no movimento muito liderado pelo vice-presidente da República na época, Michel Temer. Não tenho dúvida de que o governo acertou ali.

**M** – Você diz que num primeiro momento o governo procurou ouvir, chamou os conselhos, para procurar entender o que eram as manifestações de rua, é isso?

**C** – Exatamente. Era esse o ponto dos encontros em Brasília.

**M** – E tinha uma avaliação, assim, que despontava... Algumas avaliações que apareciam sobre as manifestações no governo? Já tinha alguma interpretação?

**C** – Tinha. Eu senti, na verdade, em momentos pós-encontros com a presidência da República, nós nos reuníamos para avaliar esses encontros... Nós sentíamos que a relação estado e sociedade havia chegado num limiar, não dava mais para avançar nessa relação sem garantir demandas mínimas para a população, já não se tentava mais demandas de outros momentos. O governo Lula, os dois governos do presidente Lula, assim como o primeiro governo da presidenta Dilma, cumpriu um papel importante em atender demandas históricas da população brasileira... Nós havíamos ali colocado milhões de brasileiros em novos postos de consumo e isso gerou demandas novas, não é. E essas demandas o governo não tinha compreendido e precisava entender. Então a reflexão que nós fazemos é que o governo achava que precisava

avançar, mas, para tanto, se precisava pensar um novo momento para a sociedade brasileira, para essa relação, então a reforma política era uma demanda mais urgente naquele período. Eu entendi ali que o governo havia entendido que era essa a grande pauta das manifestações de junho. Não eram só por vinte centavos.

**M** – Além dessa questão da reforma política, tem mais alguma... Quais seriam essas novas demandas, assim, no teu entendimento?

**C** – Eu avalio junho numa dimensão muito disruptiva da política brasileira. Guardando as devidas proporções, até gosto de comparar muito junho à marcha de 1998. Além de uma forte demanda de política, também havia uma forte demanda de alteração nas relações culturais. O Brasil passava por um momento que tínhamos nas ruas pessoas, homens e mulheres jovens, que acessaram o mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, acessaram a universidade e queriam ter acesso a bens de consumo que historicamente nos foram negados. Mas, chegou um momento que isso esbarrou, por exemplo, na capacidade de diálogo em que os setores de proprietários, empresários, burguesia, se quiser chamar assim, já não queria mais construir esse diálogo, não é, essa síntese em que existe uma política nacional de aumento sistemático do salário mínimo, ao mesmo tempo em que existe um ganho crescente dos empresários. Junho marcou, por exemplo, a ruptura desse momento, dessa relação. Os empresários já não viam mais como possível dar melhores salários, melhor garantia de direitos para os trabalhadores sem que isso afetasse seus lucros. Uma ruptura que é facilmente identificada, por exemplo, pelo aumento de passagem, do preço de ônibus, na cidade de São Paulo, governada na época pelo prefeito Fernando Haddad. Isso impactava muito, por exemplo, o acesso dessa juventude à universidade. Você lida diretamente com o público que é esse da juventude, que o próprio Haddad, enquanto ministro da educação, pelo Prouni, pelas cotas, pelo Reuni, pelo Fies... Mas que não conseguia chegar na universidade porque os empresários de transporte público queriam cada vez mais garantir seu lucro aumentando o preço da passagem. Isso gerou um conflito. Acho que isso sintetiza bem o que foi junho, ou pelo menos o início de junho de 2013.

**M** – No teu entendimento, qual era a política de relação com os movimentos sociais daquele momento, até o momento das manifestações? Como era a relação do governo com os movimentos sociais?

**C** – Eu avalio que naquele momento nós tínhamos, de um lado, movimentos sociais já tradicionais... E quando eu uso o termo tradicional eu estou tentando utilizar de 1968 para cá, então movimentos que já se consolidaram no imaginário brasileiro, como o MST, como outras centrais sindicais, como a própria UNE, que é anterior a 1968, mas ganhou muita força nesse período neoliberal, de resistência ao neoliberalismo... Movimentos históricos da classe

trabalhadora brasileira. Então o governo tinha uma relação muito forte, muito orgânica. Esses setores estavam, aliás, governando com a gente o Brasil, e ao mesmo tempo continuando com a sua tarefa de pressionar o governo para melhorias de direitos. O que o governo falhou em dialogar foi com esses novos atores, que foram pelas próprias políticas, como essa juventude que saía da universidade, que era o primeiro jovem da sua família, em gerações, a ter um diploma universitário... De não se sujeitar mais a trabalhos e salários indignos e que não se via representado, por exemplo, por sindicatos ou representações mais gerais. Então esse caráter mais fluido de organização do nosso povo, da nossa juventude, isso que o governo levou mais tempo para compreender, porque isso não estava no nosso escopo, no caso do escopo de governo daquele período. O que estava acontecendo nós levamos um tempo para entender isso. Era necessária muita discussão muito pano quente, muito pé na rua para estar lá junto com o povo e entender isso.

**M** – O governo chegou a conversar, naquele momento... Recebeu algum representante de algum movimento social, de pessoas envolvidas nos protestos?

**C** – Recebeu. Foram feitas inúmeras diligências... E isso é um dos principais debates daquele período, porque uma das principais reivindicações dos manifestantes era de que não se viam representados por aquilo que se consegue enquanto uma militância mais tradicional dos movimentos populares. Então um militante do MST desse momento não tinha condições políticas de falar em conjunto da militância do movimento camponês, assim como os movimentos mais tradicionais do meio urbano não tinham políticas de falar em nome do conjunto das pessoas que estavam nas ruas em 2013. Não que não representassem ali o conjunto de opiniões, mas essas novas militâncias não se viam representadas pelo conjunto da militância tradicional, e isso gerava também muitos conflitos na diligência. Eu me lembro que participei pelo CONJUVE de uma dessas reuniões, em que tinha juventude do MST, juventude da consulta popular, juventude da CUT, juventude da UNE, juventude da FETRAF... Inúmeras organizações propriamente ditas de juventude que sentaram com a Presidência da República, com o governo federal, que levaram suas opiniões, suas propostas, ao mesmo tempo em conjunto com pessoas que estavam nas ruas e tinham referência nessas organizações. Então isso gerava, por exemplo, uma quebra de diálogo, porque nem sempre o que era acordado dava conta de se ver reverberado na base, também não se via base nesse processo.

**M** – E a questão das medidas anunciadas pela presidenta Dilma durante junho, que você destacou. Como elas foram elaboradas? Como foram decididas? De que forma foi a elaboração e como acabou definindo lá os cinco pactos? Como foi esse processo de elaboração e de decisão do que ela ia apresentar?

**C** – Foi apresentado pelo governo federal naquele período os cinco pactos, que foram o resultado das inúmeras conversas feitas pelo governo federal via Secretaria Geral da presidência da República, e diretamente com a presidenta da República, e essas ações da sociedade civil, em Brasília... Inúmeras vezes apresentar essas demandas. Os cinco pactos são resultado direto desse diálogo. Mas volto a repetir: em que pese para a nossa avaliação sobre essa conquista, era possível identificar na base das pessoas mobilizadas em torno... Ocupando as ruas... Não era o suficiente para todo mundo, mas era a compreensão do que dava para fazer no momento.

**M** – Houve a criação de um comitê de discussão, um Gabinete de Crise... Como foi a constituição desse comitê, desse Gabinete de Crise, naquele período das manifestações de junho?

**C** – Particularmente, o Gabinete de Crise não contou com uma participação direta nos movimentos populares, nos movimentos sociais. Não tinha sociedade civil. A sociedade queria produzir um diálogo, então na minha avaliação sobre a época o Gabinete de Crise tinha a tarefa de organizar o pensamento do governo para levar um diálogo num nível social. Eu tenho pouca contribuição sobre o que foi esse Gabinete, eu particularmente não conheço a sua constituição e tive pouco acesso ao seu processo de montagem.

**M** – Sim. Nessas reuniões que você participou mais pelo CONJUVE... Quais eram os debates, as avaliações dos protestos, da conjuntura política que surgia ali? Quem estava envolvido nessa avaliação? Tinha a Secretaria Geral do governo, tinham, em alguns momentos, a própria presidenta que participou..., mas tinha mais alguém do governo que participava e o que aparecia ali de análise de conjuntura naquele tempo?

**C** – Me lembro que o Ministério da Educação estava muito presente no momento. O ministro era o ex-senador por São Paulo, o Aloizio Mercadante. Ele tinha uma tarefa muito direta nos diálogos, ele estava muito presente nesse momento, me recordo muito da presença dele lá. Lembro também de figuras como... Não consigo me recordar diretamente de outras figuras mais objetivas, mas lembro que o Mercadante estava muito presente, ele e o ministro-chefe da secretaria de governo. Lembro que os debates envolviam... Bom, em que pese é que as representações da sociedade civil presentes nas reuniões acabavam levando as reivindicações das suas áreas, então as reuniões tinham um caráter muito mais aberto, ainda que houvesse uma disciplina que envolvesse, por exemplo, um certo combinado de quem falaria e de que esse falar representasse, na sua essência, o conjunto de opiniões dos participantes, ou seja, nem todos falavam, mas quem falava fazia algo compactuado por todos. Eu me lembro que em uma das oportunidades e fui selecionado pelos meus companheiros para ser o porta-voz desse

diálogo com a presidenta Dilma e na conversa eu traduzi para ela aquilo que eu tinha das ruas, mas muito o que sentíamos enquanto um coletivo de jovens, porque estávamos diante de um novo ciclo de lutas democráticas. De 1988 até ali nós tínhamos atingido um patamar importante, mas que tudo aquilo que tínhamos acumulado se reiniciava e precisávamos acumular mais, dessa vez, com um papel mais orgânico do governo, de escuta das demandas sociais. Então eu podia resumir aquele momento, aquela conversa com a presidenta da República, nessa frase: nós vivíamos ali um novo ciclo de lutas democráticas.

**M** – Certo. E na tua opinião o que avançou dos cinco pactos em favor do Brasil, que a presidenta Dilma propôs na época das manifestações? No teu entendimento, quais foram as movimentações do governo para a realização desses pactos?

**C** – Política é muito simbologia. O fato de a presidenta ir a público, em cadeia nacional, se comprometer com os pactos, isso por si só já representa uma reflexão muito importante. Mas já no segundo momento, logo à apresentação desses cinco pactos, ficou muito nítido que houve uma movimentação do PMDB a partir da figura do vice-presidente da República, o Michel Temer, de barrar essas conquistas no Congresso Nacional, complicando a relação, por exemplo, com central. Então particularmente, emitindo aqui a minha opinião, eu avalio que tudo o que nós conseguimos conquistar, tudo aquilo que cabia enquanto participantes dessas mobilizações que foi junho, reverberando na capacidade de construção de uma relação mais orgânica com o Estado brasileiro via governo federal foi minado, foi desconstruído pelo setor mais conservador... O que culminou nesse movimento mais amplo dentro do Congresso Nacional, que também tem um histórico muito ruim. Que envolve, aí, por exemplo, essa relação do ex-presidente do Congresso, Eduardo Cunha, com essa queda de braço com o PT e aí a convocação, por exemplo, da votação do *impeachment*. O que necessariamente não quer dizer que junho provocou o *impeachment*, não sou muito dessa opinião. Eu acho que junho foi muito importante e que nós não devemos perder o espírito da coisa.

**M** – Houve algum tipo de mudança, assim, no governo após junho de 2013? Quais eram as impressões gerais após junho e julho de 2013? O que tu avalia? Se teve mudança e quais eram as reações logo depois das grandes manifestações, vamos dizer assim...?

**C** – Eu posso falar mais sobre o papel que eu ocupava naquele período. Eu me lembro, por exemplo, das demandas que nós tínhamos enquanto movimento negro, em relação ao governo, que naquele mesmo ano, nós organizamos uma conferência nacional. Na abertura da conferência nacional a presidenta da República participou e ela sancionou, junto aos delegados e delegadas do Brasil, na conferência, um projeto de lei que garantia, a partir dali, cotas para negros e negras no serviço público federal. E isso era uma demanda que nós queríamos e que

junho ajudou a potencializar. Então para nós, por exemplo, termos uma conferência logo depois das manifestações de junho, e tendo esse tipo de diálogo com o governo, culminou numa política pública como essa, que para nós é muito estratégica, não é. Reclamamos da pouca presença negra entre os servidores federais, que era uma verdadeira casta, e só a cota é capaz de quebrar esse bloqueio. Então para a gente foi importantíssimo, uma baita conquista. Eu acho que isso representa um pouco do que junho foi capaz de produzir, ainda que em escalas menores. Se talvez não houvesse esse boicote dos setores conservadores do próprio governo federal, tal qual ocorreu, com certeza nós teríamos avançado mais nessa opinião.

**M** – E você é uma pessoa que tem uma grande e boa participação, enfim, uma boa militância em movimentos sociais. Como você vê ou viu os protestos e a luta política contemporânea... Acho que um pouco você já falou, das impressões de 2013, não sei se teria mais alguma coisa para destacar nesse sentido, de como você, uma pessoa que milita no meio social, já militava naquele período, ocupando um espaço na construção de política... Como você vê ou viu naquele período essa questão da luta política contemporânea?

**C** – Eu sou daqueles que reivindica o socialismo enquanto uma estratégia de poder da classe trabalhadora. Se quiser ampliar esse escopo aí para as classes subalternas, ou no conjunto das classes populares, eu acho bom também. Eu acho que o contemporâneo diz muito sobre a luta e de como a gente deve lutar, e em que pese as alterações culturais... Muito importante ser capaz de observar as estruturas também que ainda continuam envelhecidas, emperradas... Acho que grande parte das demandas que esses novos atores nos apontam é que é preciso avançar mais. Não dá mais, por exemplo, para a gente reproduzir ideias-chave de que a classe trabalhadora é um corpo uniforme, que é um clássico operário de uma São Paulo dos anos de 1970. É importante pensar também que a forma de trabalho também tenha mudado, não é. Eu gosto muito de pensar essa coisa da multidão, da diversidade que compõe esse núcleo mais amplo do conjunto das classes populares. Não dá para dizer que o povo é uma coisa uniforme. O povo é uma coisa múltipla que consegue se sintetizar nas suas demandas. Então eu acho que a luta contemporânea passa muito por aí, e junho foi a prova. Acho que junho tinha... Eu sou mineiro, não é... E aqui em Minas Gerais a gente tem uma referência muito grande do que, por exemplo, Guimarães Rosa escrevia sobre a sua compreensão do que era o sertão. Nas suas obras ele falava muito de que o sertão é um redemoinho, e ali você encontra Deus e o Diabo. E junho foi um pouco disso. Tinha de tudo um pouco: setores conservadores, setores de esquerda, de direita, de centro... Tinha o retorno dos anarquistas e não é à toa que nós nos deparamos com o fenômeno dos Black Blocs, que é uma forte referência que se aproxima dos anos de 1960 e 1970...

**M** – Você estava falando do conceito de multidão e...

**C** – A gente pode traduzir o que são hoje as classes com a palavra diversidade. A gente tem que ser capaz de compreender que da diversidade se produz uma unidade... Acho que nós estamos no primeiro passo para produzir um diálogo profícuo com as demandas gerais dos movimentos populares. Eu não digo movimentos organizados, mas digo pessoas em movimento e que estão organizadas em movimentos ou não. É importante pensar um pouco isso, assim. Acho que a gente, em que pese, tem grandes referências enquanto organização política para pensar essa relação capital-trabalho, e por isso nós temos uma grande referência, por exemplo, no que a CUT é hoje, a maior central sindical na América Latina... Acho que enquanto partido político temos que ser capaz de abrir para o novo, não nos fechar. Nós vivemos de retrovisor, não é. Acho que a gente tem conseguido, mais demandas externas do que uma aceitação interna. Eu acho que o novo sempre vem, então a gente está... O novo está forçando as portas do futuro, trazendo para o amanhã o hoje. Eu penso muito que junho produziu esse elemento, essa inovação, que é muito parecida com a inovação que foi produzida pelo maio de 1968, quando, por exemplo, o comunista na Europa, particularmente na França, foi muito questionado no seu papel ali de legitimidade da representação dos trabalhadores. Tínhamos ali na França, naquele período, é importante recordar, que vivíamos uma coisa que cada vez mais se abria para além de suas classes dominantes, não é. Tinha mais o povo entrando na universidade... E foi em função dessa presença desse povo na universidade que estourou o movimento de maiores e melhores reivindicações, e junho reproduz um pouco dessa dinâmica. Um Brasil que depois de uma década de governos dos presidentes Lula e da Dilma, onde o povo se via cada vez mais empoderado, com cada vez mais direitos, vivendo com mais dignidade, você não quer voltar atrás, você quer melhorar, e a melhor forma de conquistar melhorias é indo para a rua, é demandando. Eu acho que essa é a grande inovação de junho de 2013.

**M** – Então você acha que muita coisa mudou. É isso?

**C** – Com certeza. Para o bem ou para o mal, mas estamos longe de vivermos o que era anterior a junho de 2013.

**M** – E após junho de 2013, na tua opinião, qual a política de relação com os movimentos sociais realizada pelo governo?

**C** – Eu acho que o governo, depois de junho de 2013, se viu numa espiral de muito questionamento por parte dos setores conservadores. Eu me lembro de quando eu estava no governo que grande parte das nossas agendas eram movidas pela imobilidade que o processo de desgaste, movido pelo Congresso, gerava no governo. Então de 2013 em diante o governo

passou a responder à necessidade de provar que não era aquilo que diziam, então eu acho que houve muito imobilismo. A grande conquista da direita foi de travar o governo, tanto que a prova disso é que logo após ser eleita em 2014... Houve uma opção de mover um diálogo com a direita em detrimento dos setores populares, quando ela chama o Levy para ser ministro da Fazenda, um representante do sistema financeiro, não é. Entendia ali, à época, que se precisava apaziguar todos os lados. Só que isso gerou muito desgaste com os setores populares, que viam, no que representava os cinco pactos, uma esperança. Logo após foi esses movimentos que acabaram no *impeachment* e imobilizaram o governo federal.

**M** – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa nessa tua interpretação, nesse teu entendimento da conjuntura do período? O que você teria para adicionar? Além de toda a contribuição, não é, que você deu até agora e que foi muito proveito, claro.

**C** – Eu acho que teve um caráter pedagógico para nós que... Acho que a experiência do que foi o segundo governo Dilma, o início dele com conciliação de classes. A própria coisa do ministro Levy, foi muito pedagógico para a gente. Acho que a tal renovação e a conciliação têm um esquema muito baixo. E de fato a gente só consegue lutar quando a gente opta por dar prioridade, senão exclusividade, para as relações com os setores populares. Eu acho que a conjuntura desde junho de 2013 nos leva a pensar isso. As eleições de 2018 apontam isso, uma chapa para a disputa do governo federal em que a vice do Partido dos Trabalhadores é do PCdoB... Eu acho que é uma grande conquista, resultado também desse período. Eu não estou dizendo aqui que a gente aprendeu a lição, eu acho que tem muita gente dentro do PT que ainda enxerga a necessidade de produzir diálogo com esses setores mais conservadores. É resultado da *realpolitik*: eu entendo, mas sou daqueles que acha que é importante evitar. O fato do candidato Haddad ter ido para o segundo turno numa eleição complicada mostra que aquilo que dizia que o PT havia acabado, que havia morrido, está longe de ser a realidade, e digo mais... Há chances reais de vencermos as eleições domingo. Eu acho que aí que vai ser o grande desafio, como governar de fato, como um instrumento real da classe trabalhadora, propondo cada vez mais um ritmo de oposição aos setores proprietários, à burguesia brasileira. Eu acredito que junho nos ensinou que ou a gente é do povo ou a gente não anda com o povo. Está na mão dessa direção política compreender essa importância nesse governo que está aí... Nenhum passo deve ser dado, nenhuma inflexão deve ser feita em movimento aos setores conservadores que, historicamente, temos tentado colocar em escanteio. Acho que esse é um lugar de conjuntura.

**M** – Eu gostaria de agradecer a tua contribuição, tua paciência com a nossa questão da tecnologia aí... Que facilita bastante, não precisamos nos deslocar tanto. A tua contribuição

enquanto militante social, enquanto diligente partidário, enquanto um estudante de mestrado... Uma pessoa que contribui, que milita. Acho que foi muito gratificante. Acho que a Andrea me fez uma boa indicação. Você trouxe muitos elementos novos para a nossa pesquisa, como essa questão do novo ciclo de luta democrática, esse diálogo com as pessoas em movimento, essa teoria da questão da multidão... Essa questão de um governo de conciliação de classe, ou de luta de classes. Acho que foi muito gratificante, muito bom conversar contigo... Mais uma vez gostaria de agradecer a tua contribuição para a pesquisa e depois vou te enviar uma síntese dessa nossa entrevista. A Fundação tem publicado muitos trabalhos de especialização e de mestrado, espero conseguir publicar e depois te dar de presente aí a publicação da editora da nossa Fundação. Estou à disposição.

**C** – Eu agradeço e peço que agradeça a Andrea pela lembrança. E eu acho que a gente tem que continuar fazendo essas discussões mesmo e acho que junho parece que foi há tanto tempo, mas está aí, batendo na nossa porta. Temos que discutir isso ainda, está tudo muito quente. 2018 é a prova disso. Sucesso na tua dissertação e espero que a Fundação publique sim. Você merece e nós merecemos ler esse trabalho.

## APÊNDICE D - ENTREVISTA COM GABRIEL MEDINA

M – Mestrando Cristiano Cardoso (entrevistador)

G – Gabriel Medina (entrevistado)

(Parte inicial baseada em anotações do mestrando)

**M** – Olá, Medina. Em primeiro lugar, obrigado pela disponibilidade em colaborar com o mestrado da FLACSO e da Fundação Perseu Abramo. O meu tema de pesquisa é a relação do governo Dilma com os novíssimos movimentos sociais nas manifestações de 2013. Como foram os modos de decisão governamental e como foi essa relação, esse entendimento de um governo bastante ligado aos chamados novos movimentos sociais, com os chamados novíssimos movimentos sociais. Claro que aqui também vamos focar um pouco no governo Haddad, pois em 2011 você foi presidente do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), e em 2013, durante as manifestações, você era o coordenador da juventude da Prefeitura de São Paulo e em 2015 você foi o secretário nacional de juventude do governo Dilma.

**G** – Isto mesmo. Eu que agradeço em pode colaborar.

**M** – Divido a entrevista em três blocos. Primeiro é sobre a tua formação escolar, acadêmica e militante. Sobre a tua militância no movimento social, como você começou, enfim... A segunda parte é a tua história no Partido dos Trabalhadores, como foi o início, os espaços que ocupou. É a tua relação partidária. A terceira e última parte é o foco maior da pesquisa, o governo Dilma, a tua participação no governo Dilma, os entendimentos e processos de decisão durante as manifestações de 2013. Claro, aqui também faremos o recorte do governo Haddad, que era onde você estava. Mas, enfim, foi numa grande capital e um dos lugares onde as manifestações começaram. Pode ser assim?

**G** – Claro. Pode começar.

**M** – Beleza. Vamos lá. Qual a sua formação escolar, acadêmica?

**G** – Sou formado em Psicologia pela Universidade São Marcos, em São Paulo.

**M** – Agora, me fale um pouco da tua história de militância. Como foi o início? Quem te despertou? Já militava na juventude, antes da graduação?

**G** – Comecei numa escola mais construtivista e lá tive muito da minha formação militante, estudantil, de juventude. Meu ensino médio foi numa escola mais aberta à participação, permitia Grêmios Estudantis, tinha o Conselho Escolar, representantes de turmas. Claro, tinha regras, não era algo, assim, tão espontâneo. Organizamos no Centro Cultural Caveá o Festival dos Grêmios Estudantis. Este é um espaço em São Paulo que trabalha muito a cultura popular,

eu acabei tendo um contato com pesquisa sobre cultura popular, com bandas de maracatu, com o forró, com o artista Antônio Nóbrega, comecei a escrever no Gazeta de Pinheiros e conheci a Tita Dias, militante petista, da área cultural, mais ou menos no ano de 2000. Ela era engajada, mais política. Entre 2001 e 2005 o governo da Marta Suplicy começou a desenvolver um trabalho nas comunidades sobre o graffiti e nós começamos a desenvolver um jornal, o Rima Cultural. Em 2002, no primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, organizamos o Forró Social Mundial, no Acampamento Intercontinental da Juventude. No meu primeiro ano de Universidade eu comecei a participar do movimento estudantil e no segundo ano fui presidente do Centro Acadêmico de Psicologia, e depois participei do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Também fui da coordenação nacional dos estudantes de Psicologia e participava do movimento Kizomba, um grupo do movimento estudantil ligado ao PT. Em 2004, a Tita é eleita vereadora em São Paulo e eu começo a assessorá-la na Câmara Municipal, fico por dois anos. Desenvolvemos um projeto com jovens chamado Rebeldes com Causa, que trabalhava política e cultura nas periferias. Organizamos o Fórum da Juventude, com a participação de 110 entidades juvenis.

**M** – Enfim, seguindo o meu roteiro, no caso você já respondeu sobre as suas experiências enquanto militante social. Depois disso, você fez o quê? Militou aonde? Em quais espaços?

**G** – Nas eleições do Lula, em 2002, eu fui um dos relatores do projeto Juventude do Instituto Cidadania, tinha a coordenação do Paulo Vannuchi. Realizamos onze seminários estaduais, teve três livros publicados, com a participação de vários intelectuais, trazia um retrato da juventude brasileira. Em 2005, serviu de base para o governo Lula desenvolver a política nacional de juventude, criar a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). Em 2004 houve a criação da comissão especial de políticas de juventude da Câmara dos Deputados, a Conferência Nacional da Juventude, a PEC e o Plano Nacional da Juventude, organizamos uma conferência paralela na Assembleia Legislativa. Organizamos o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações de Juventude e depois fui presidente do CONJUVE.

**M** – O que você destacaria deste período inicial da tua militância no movimento social? Algo que te marcou, que você considera relevante dessa época.

**G** – Lembro de ter participado de uma grande manifestação contra a Guerra no Iraque, nos anos 2000, teve a luta contra a Área do Livre Comércio das Américas (ALCA), tivemos as ocupações das reitorias, todo o debate do PROUNI, o debate da Reforma Universitária, o PT queria uma outra reforma, o pré-sal.

**M** – Quais as suas referências políticas desse período? Você tinha referências de militância? Modelos e referenciais que eram importantes para você neste período de militância no movimento social.

**G** – Tinha as lideranças do PT, o Lula, o Olívio, o Genoíno. Na escola, os professores de história e geografia. Eu li Marx na 8ª série, na Universidade, com a psicologia cultural-histórica, Vygotsky, que escrevia sobre psicologia e marxismo, a Ana Bock, a Graça, psicanalistas importantes como o Christian Dunker, a Maria Rita Kehl... Figuras que aproximavam a leitura da psicanálise à política. Então foram bem interessantes. Agora claro que também tinha uma dimensão comportamental das músicas, não é, da cultura... Eu, na minha adolescência, ouvia Planet Hemp (risos)... Estou usando essas referências... Eram bandas mais, assim... O hip-hop mesmo, cheguei a ouvir Racionais quando era moleque, Sabotage... Então tinha uma coisa também de compreender um pouco o que era o hip-hop dos anos de 1990. O aspecto cultural também era importante na formação. Músicos e figuras que a gente tinha como referência quando adolescente e entrando aí na juventude. Acho que não dá para negar essas influências também da música e da cultura.

**M** – Tem mais alguma referência que você acha importante colocar?

**G** – Acho que é isso. Acho que do ponto de vista da política são as lideranças do PT mesmo. Em termos teóricos esses da psicologia que eu te falei, foram fundamentais. E do ponto de vista cultural citei alguns, mas são tantos outros, não é. Estava muito em contato com a cultura popular... Cordel do Fogo Encantado, Nação Zumbi, toda essa coisa do manguebeat também foi bem legal, foi um momento bem formativo, então também tinha outros aspectos da cultura que influenciavam ali nesse processo, não é.

**M** – Vamos falar um pouco da relação partidária, então, você já me falou alguma coisa. Vamos para o segundo bloco. Como foi, então, o teu início na militância do Partido dos Trabalhadores? Você falou que foi através de um espaço cultural junto com a Tita, não é? Como foi o teu início enquanto simpatizante e militante do PT? Como foi esse primeiro contato?

**G** – Como eu fui para o gabinete da Tita, e ao mesmo tempo o movimento estudantil estava me aproximando um pouco da Kizomba... Então começou a ter uma cobrança por parte da juventude do PT, inclusive no gabinete da Tita tinha o Jaime Cabral, que tinha sido secretário do PT de São Paulo... De eu me aproximar do partido. E aí eu comecei a ir em algumas reuniões, especialmente da juventude. Vou te falar que num primeiro momento foi bem traumática a experiência. Como eu não vinha dessa cultura mais de esquerda, mais organizada, não era muito... Enfim, já vem com uma leitura mais revolucionária e tal, foi meio traumática

porque eu achava uma juventude muito anacrônica, muito distante da realidade do conjunto dos jovens, sabe. Uma linguagem... Então eu achava uma coisa pouco conectada com a própria juventude. Eu trabalhava com banda, fazia festival, tinha uma pegada assim, não era muito militante, entende? Na universidade mesmo as discussões que a gente fazia eram muito concretas, eram assim: “Queremos uma biblioteca melhor, laboratório, aula...”, e aquela disputa das correntes, a discussão muito forte sobre política internacional, Palestina, eu falava “Gente, onde é que os caras vivem?”, sabe. E achava uma juventude pouco acolhedora, pouco receptiva, assim, era muita disputa, muita briga, e eu confesso que apanhei muito e queria mudar o jeito de fazer, mas não conseguia. Tentava trazer essa discussão de uma cultura mais horizontal, mais aberta, que envolvia mais cultura, uma estética diferente. Porque na verdade a juventude do PT era uma reprodução dos mais velhos, das correntes políticas e tal. Então foi muito estranho para mim, aquela disputa das correntes para ganhar, nossa... Aquilo lá foi... Eu não entendia direito, então cada hora eu estava com uma corrente, queria colaborar com todo mundo e não podia. Foi bem esquisito no começo, assim, tipo (risos)... Penei bastante. Houve um estranhamento.

**M** – E você chegou a ocupar algum espaço de direção?

**G** – Então você estava me perguntando se eu participei de algum espaço de direção política, não é?

**M** – Isso, em termos de juventude do PT e depois no próprio Partido dos Trabalhadores.

**G** – Eu fui do coletivo municipal, do coletivo estadual, do coletivo nacional... Nunca tive assim papel de... De secretário, mas compus, não é, e no partido eu fui na verdade do diretório estadual, mas não cheguei a acompanhar, assim... Ah, não, eu ocupei, eu fui, eu tive um tempo no interior depois que eu formei, sabe ... Fui para Araraquara... E em Araraquara...

**M** – Em Araraquara?

**G** – É, que tem o Edinho lá, eu participei do governo lá com ele. E eu fui secretário geral lá do partido... Então tive uma experiência, assim, de direção e tal. Foi essas instâncias aí que eu ocupei.

**M** – Sim. E qual é a tua relação hoje, assim, com o Partido dos Trabalhadores?

**G** – Minha relação hoje é... Afastada. Eu estou, na verdade até na... Acho que sou suplente aqui no diretório estadual, aqui em São Paulo, mas eu estou bem... Bem desanimado de ocupar qualquer espaço de direção, de ter dinâmica, entendeu. Fui delegado no último congresso, mas recentemente, assim, tenho me afastado cada vez mais da dinâmica... Inclusive da DS, que eu militei muito tempo. Eu também ocupei vários espaços da corrente, fui da direção nacional, fui da direção nacional de juventude, depois nacional da corrente... Duas gestões da

coordenação nacional da DS, quer dizer, eu recentemente estou bem afastado, assim, estou fazendo outras coisas. E um pouco decepcionado também com... Porque essa coisa da juventude da renovação sempre foi meu tema, assim, meu investimento, então eu não vejo perspectiva no PT disso, não tem renovação política, os quadros são os mesmos. Se você for pensar, quer dizer, nós só temos um deputado federal do PT que foi candidato pós o governo Lula, assim, que é um menino do Acre, já era deputado. O resto... Todo mundo já está a mil anos no partido e, enfim, não tem espaço para as novas gerações, é quase nenhum, não é. É para a gente ficar ostentando as lideranças de sempre. Então eu apostei em outras coisas, ajudei a montar um movimento de renovação política nacional, ajudei em campanhas, inclusive de pessoas de outros partidos, e... Que eram jovens, que me pediram ajuda, eu ajudei, ajudei a montar programas não só do PT, sobre juventude. Eu estou numa linha assim: de colaborar com o acúmulo que eu tenho, mas de não me dedicar muito ao partido mais.

**M** – Me conta, assim, só para a gente encerrar esse bloco da questão do partido... Como é que foram essas tuas experiências ali nessa questão de estar ali na Secretaria Geral do PT de Araraquara... Que no momento que tu esteve ali... Os coletivos da JPT... Como é que foram as tuas experiências nesses espaços?

**G** – No começo foi como estava te falando. Foi difícil e tal, mas depois você vai aprendendo (risos), você vai sendo mais maleável, vai sacando como as coisas vão se dando, e fui obviamente me adequando... Não consegui transformar a cultura e me adequei a cultura...

**M** – Sim.

**G** – Quer dizer, você começa a aprender a escrever teses para os congressos, a defender as teses, organizar gente... A organizar as disputas, enfim, então foram... Acabou me dando, obviamente, também uma experiência importante de disputa política, de organização partidária...

**M** – Sim.

**G** – Foram experiências interessantes, de negociação, de saber negociar com outras correntes... É assim, não é, que a gente estava numa situação que se a gente for pensar diferente, porque a gente era partido, mas a gente era governo sempre, não é... Nossa experiência era ser partido ser governo, então, na verdade, você também caminhava muito, assim, pensando como partido, com uma responsabilidade de também conduzir processos responsáveis de diálogo com os governos. Às vezes o partido tinha uma certa crítica, mas não era uma crítica pública, era sempre tentando dialogar com nossos dirigentes que estavam na esfera governamental para pensar caminhos... E obviamente que também essa coisa dos governos influenciava muito na disputa do partido. Então um prefeito ele manda no partido (risos), um presidente... Quer dizer,

é muito difícil... Os aparatos partidários nessa época que a gente ocupou o Estado eram também muito controlados pelas estâncias de governo, secretários (risos), os próprios vereadores que ocupam também na negociação com a Câmara. Agora, foi interessante... Foi interessante em Araraquara mesmo. Eu fiz um trabalho muito legal lá, a gente virou a maior força política de juventude partidária, desbancamos o PPL, que tinha mais de 20 anos de construção, ganhamos os principais grêmios da cidade, quase me elegi vereador nisso, tive segundo suplente lá na cidade numa eleição, disputei em sonalidade. Chegou uma época lá que, enfim, o grupo que eu organizava tinha um quarto do partido, a gente ia bem nos PEDs, filiavam a gente... Enfim, é um processo interessante também de elaboração de estratégias políticas, organizadas, então é uma experiência bastante importante.

**M** – Certo.

**G** – E sempre também num papel de minoria política, isso que eu sempre estive em correntes de esquerda e tal (risos). Nunca fui, nunca mandei nas coisas, era sempre comendo. Participando ali e comendo e às vezes batendo mais, às vezes comendo, também isso é um dado relevante, é isso.

**M** – Vamos entrar para o terceiro bloco, é a questão então... Do governo Dilma e do governo Haddad e a relação com as jornadas de 2013. Eu li tua entrevista que você deu para a revista Carta Educação, falando da juventude pós as ocupações das escolas. Vamos começar por essa questão dos governos. A gente podia começar por esse teu processo de ir para a coordenadoria da juventude do governo de São Paulo. Você era presidente do CONJUVE em 2011, é isso? E depois foi para a coordenadoria e depois, em 2015, para a Secretaria Nacional do governo Dilma. Como é que foram esses processos, assim, de ocupação desses espaços?

**G** – Depois de ser presidente do conselho eu resolvo sair candidato em São Paulo, candidato a vereador, tenho 5.500 votos... A nossa agenda era bastante ousada, com transporte público noturno, cultura, internet, direito à cidade... Era uma pauta bem juventude mesmo e tal. Foi uma campanha bacana. E por esse trânsito todo que eu tinha com o Vannuchi, com todo mundo... Acabamos conseguindo ir para a coordenação. A experiência da coordenação foi difícil. Eu falo que em todos os momentos em que eu chegava nos espaços mais importantes, assim, que eu conquistava, vinha uma p\* bomba (risos). Junho de 2013 foi uma baita bomba. Depois *impeachment*... Então eu não peguei nada fácil. Quando eu ia começar um trabalho legal a parada estourava. Foi bem legal ocupar a coordenação de juventude... A gente não concordou muito com o desenho inicial, de colocar nos direitos humanos, com aquele bando de coordenação... Eram onze coordenações disputando um espaço, uma Secretaria pequena, sem orçamento, sem estrutura... Ainda que a gente tenha conseguido fazer dela a coordenação

com mais força na Secretaria... Mas foi um desafio, porque o secretário decidiu colocar como problema prioritário juventude viva, não é. E em minha opinião não deveria ser, não que eu não achasse que o tema da juventude negra e o genocídio eram temas centrais, mas era muito difícil para a prefeitura, numa área tão pequena enfrentar o tema... Tema de segurança pública, que a prefeitura tinha pouca incidência nas polícias... E uma política ruim federal. Juventude viva não existia. Era uma ideia, uma bandeira. Não existia em termos de um programa estruturado, desenhado, com recursos, com um projeto claro... Então isso foi complicado porque a gente tem que tocar, e ele colocou a gente numa situação bastante vulnerável, em territórios onde a questão das mortes de jovens era muito forte... A gente começou na Zona Sul, na região lá do Mano Brown, no Capão, em Jardim Ângela, com movimentos muito estruturados e muito... Uma memória afetiva muito forte, foi muito difícil essa relação. E eu branco. Tem tudo isso também. Eu não era do território... E com um governo que ia pouco para a ponta. Não foi... Não era uma questão retórica. Eu fui um dos caras do governo, que estava num espaço central, que mais fui para a periferia, foi um negócio muito impressionante. Eu estava toda a semana nos territórios, e o problema é que não tinham outras áreas do governo ali, não houve uma descentralização forte do governo, e obviamente a juventude viva não conseguia ser uma política principal. Era talvez uma das políticas principais da Secretaria de Direitos Humanos, mas de uma Secretaria pequena que tinha outras mil coisas, então... sem dinheiro federal efetivo, então isso foi bem difícil, assim, tocar esse programa, embora a gente tenha feito um bom trabalho, na minha opinião. Muita disposição, estávamos no território o tempo todo... Conseguimos... A gente contratou mais articulador da juventude viva em São Paulo do que o federal. Conseguimos montar comitês territoriais, conseguimos organizar uma visão sobre diagnóstico dos territórios... Mas era tensa a relação.

**M** – Vamos dar uma avançada um pouco nessa questão das manifestações de 2013. Eu não sei se tu queres falar também um pouco da experiência na Secretaria Nacional do governo Dilma...? Que você assumiu ali um pouco depois, por 2015...

**G** – Então, vou entrar nas manifestações. Teve junho, não é, que estourou em São Paulo...

**M** – Como você soube, assim, pela primeira vez das manifestações de 2013?

**G** – Eu soube por que, assim, a gente estava acompanhando os movimentos, tinha relação com os movimentos. A gente acompanhou a primeira manifestação do passe-livre... Eu estava atento e eu tinha gente da coordenação que ia às manifestações para dar um *feedback*, de como a coisa estava. Mas ninguém esperava o tamanho do negócio. E na verdade, assim, o problema foi que, da nossa parte também, óbvio que tinha, do ponto de vista do passe-livre, certa intransigência, uma dificuldade de diálogo com o MPL. Mas a nossa postura enquanto

prefeitura foi muito ruim, não é. A gente, em vários momentos, chegou a sinalizar que era vandalismo... Num primeiro momento, que teve aquele processo que o passe-livre já tinha uma galera dos anarquistas, dos Black Blocs... Criaram umas depredações no Terminal-Parque Dom Pedro... Ainda antes do *boom* maior. A gente se alinhou muito ao discurso do Alckmin, inclusive, sobre o que era a manifestação. Houve pouca compreensão do processo e pouca disposição de dialogar também... Até teve, mas acho que pequena, e dificultou muito a nossa relação com o processo. Um processo que foi crescendo e a gente estava completamente desconectado dele.

**M** – Qual foi a tua primeira impressão das manifestações?

**G** – A minha primeira impressão é de que era positivo. Jovens indo para a rua, defendendo o passe livre, depois toda uma adesão em torno da violência policial, uma coisa de novas formas de se manifestar, que não fosse só dirigida por um carro de som, uma tecnologia de rua nova. O jeito que o MPL organizada a rua era muito interessante... As faixas, como eles conduziam... Sempre era uma faixa na frente. Eles tinham um domínio da rua interessante. Eu, no começo, achava muito... Me surpreendi muito e eu era um entusiasta. Muito embora, óbvio, no governo, com os limites que a gente tem, mas sempre tentei fazer uma ponderação mais positiva do que negativa, que não era o que predominava na gestão. E depois, obviamente, foi tomando outros contornos, que foi... Daí a gente foi entendendo que a coisa estava feia, não é. Essa disputa da direita, a imprensa tentando conduzir o processo também numa narrativa, depois a vinda da galera contra os partidos... Enfim, aí depois foi ficando complicado e obviamente eu tenho uma leitura mais negativa desse segundo momento. Mas é isso, acho que teve também, teve muita coisa ruim, mas teve uma dificuldade muito grande de a gente compreender também o que estava acontecendo. A nossa reação foi sempre muito ruim. Quando a esquerda vai para a rua fala “Vamos para a rua e vamos fazer um... Vamos se juntar todo mundo de vermelho no meio da Paulista e tal...” já era uma leitura muito equivocada do que estava acontecendo. E aí também a esquerda reagiu mal, era meio que assim... Os caras usando internet, Whatsapp, não sei o era Whatsapp (risos), mas usando internet e tal e a gente assim “Vamos lá com a bandeira...”, entendeu... A gente não estava entendendo esses processos.

**M** – Quais eram os comentários do governo nesse período? O que existia de base, de entendimento?

**G** – Já tinha uma leitura de que... Uma parte do governo achava que o MPL era de direita ou anarquista, era essa coisa de vândalo, não é... Porque também tinha muito Black Bloc no meio deles. Não eram eles que faziam as destruições. Mas em geral era uma dificuldade de ceder ao programa que tinha sido apresentado nas eleições, um apego às planilhas, ao programa: “Ah,

não tem como, não dá para baixar...”, era muito forte essa ideia, de que os meninos eram irresponsáveis. Isso aí tinha um discurso muito forte nesse sentido.

**M** – Quais medidas que o governo tomou num primeiro momento, que o Haddad tomou inicialmente durante esse processo das manifestações? Se você estava envolvido nessas medidas... Se tinha uma avaliação mais construída. Como foi isso? Qual foi a primeira ação que o governo fez?

**G** – Qual medida? Foi criar um grupo de monitoramento, de vários membros do governo, para monitorar as manifestações e fazer avaliações. Teve um dia até que se propôs receber eles lá, mas acho que nem era o Haddad, era o Donato e o Chico, que eram dois representantes do governo, e eles não toparam... E aí teve até uma medida, que foi uma das sugestões que eu fiz ao Donato, o Donato acatou, conversou com o Haddad e tocou porque era bom “Então vamos fazer um debate com a cidade sobre o tema”, porque a gente criou um Conselho da Cidade... Está tendo um problema que não era só dos jovens e nós temos que discutir qual a alternativa. E depois isso foi debatido, então, no Conselho das Cidades e ali, na minha opinião, seria o momento certo de recuar, que nós não recuamos... Teve um bate-boca do Haddad com os meninos e tal... E ali já estava Bresser, Chauí... Todos os movimentos sociais já do lado deles... E nós não recuamos ali e ficamos contra todo mundo do Conselho (risos). E aí depois, a medida que foi, depois de um caos instalado no país, foi anunciar com o Alckmin a redução, depois de ter ligado lá para o Paes e tal, aquela história toda. Em termos de medidas concretas posterior foi o passe livre, não é, mas foi uma medida que... A gente toma o passe livre para o estudante, não é. Uma medida posterior.

**M** – Você compartilhava dessa avaliação? Qual era o teu entendimento?

**G** – Nunca concordei. Eu era o do contra lá no grupo de monitoramento da crise e tal, e eu achava que nós tínhamos que chamar eles para conversar. Tinha que ceder, tinha que... Eu o tempo todo estava assim, meio que sendo o jovem do lado do governo (risos). Eu era um pouco quem estava achando que tinha que conversar melhor, ceder, não fazer um discurso de criminalização... Mas eu estava bem isolado. Era eu e a Leda Paulani que defendíamos isso, porque predominava outra visão. Esse debate perpetua até hoje, que eu era muito otimista com junho, que em junho começou o golpismo e tal (risos)... Esse é o debate forte até hoje, mas eu acho que naquele momento a gente precisava ser mais cuidadoso com criminalizar a violência, que os meninos sofreram... A gente podia ter posições mais razoáveis que permitiriam a gente a sair da situação de outra forma, o que acabou não acontecendo.

**M** – E esse grupo de monitoramento. Quem fazia parte desse grupo? Era o grupo de gestão de crise ou era um grupo de monitoramento mesmo?

**G** – Gestão de crise, mas estava lá... Durante as manifestações estava lá polícia, estavam os membros do governo, o secretariado, que acompanha mais de perto... a guarda municipal... Porque teve momentos tensos, não é... Quase invadiram a prefeitura um dia lá. Achemos que eles iam invadir, foi um negócio pesado ali, não foi brincadeira.

**M** – Você fazia parte desse grupo?

**G** – Sim. Eu participei de todas as reuniões. Daí tinha tanto esse pessoal que monitorava durante o processo e depois tinham reuniões para fazer uma avaliação do que tinha rolado.

**M** – Qual era a política de relação com os movimentos sociais até aquele momento? Qual era a política desenvolvida no governo Haddad de relação com os movimentos até as manifestações?

**G** – Então, teve essa coisa do Conselho das Cidades, não é, teve as audiências também do plano de metas, que foi realizado nas regiões... Eu não sei se já tinha os Conselhos Participativos, eu acho que já... Das subprefeituras... Então, claro, os movimentos sociais eram recebidos e tal, mas nunca foi uma relação muito tranquila. O Haddad sempre foi um cara mais técnico, um cara, assim... Tanto que teve problema com professor, foi difícil... Chegou a ter problema também de moradia... Não era uma relação tão fácil. Na minha opinião... Se tem dois problemas de estrutura no governo é a ausência de uma ideia de descentralização de gestão e a carência de um processo de participação popular mais efetivo. Nós não tivemos Orçamento Participativo, não tivemos... Não teve nenhum processo efetivo de participação. Os conselhos das subprefeituras... Elas estavam esvaziadas de papel e de orçamento, então... Difícil, entende. Não tinha uma coisa muito estruturante em termos de participação popular.

**M** – Durante as manifestações, ali, principalmente o segundo momento, que teve as manifestações com maior público, enfim. O governo conversou, recebeu algum representante de algum movimento social? De pessoas envolvidas com os protestos?

**G** – Sim. Eu mesmo falei com alguns... O chefe de gabinete do Haddad conversou com alguns líderes, mas, assim, por telefone... Não teve um momento formal de reunião. Teve um dia que eles negaram uma conversa, daí depois o Haddad não quis mais receber... Tinha contato sim. Eu cheguei a falar com lideranças do MPL, pessoas mais próximas ao Haddad, do núcleo de poder ali, também falaram... Tinha alguma conversa, mas a conversa era tensa e os meninos estavam bem empoderados e para eles era o seguinte: ou revogava ou revogava. Eles não queriam sentar à mesa para discutir outra proposta, entendeu. Eles tinham uma agenda e era a agenda que eles queriam. Eles só topavam discutir a partir da revogação do aumento, que o governo não queria ceder.

**M** – Como foi a elaboração das medidas que o Haddad apresentou? Não sei se tu tens outra medida que ele apresentou além daquela questão da redução que ele apresentou junto com o Alckmin... Como foi a elaboração disso? Como foi a decisão? Mais do ponto de vista de elaboração e se era uma coisa... Como foi o processo? Você me disse que uma das medidas anunciadas foi aquela da redução, que o Haddad apresentou junto com o Alckmin, não é. Teve mais alguma outra medida?

**G** – Eu acho que teve toda uma política que foi organizada, depois, de mobilidade. As ciclovias, os corredores de ônibus, a diminuição da velocidade, o passe livre estudantil, que beneficiou 500.000 jovens... Teve toda uma política de resposta a isso. Eu acho que o tema do transporte na gestão do Haddad foi um dos temas fortes. Essa ideia de uma cidade para as pessoas e não uma cidade para os carros. Com um trânsito mais humano e tal. A dificuldade do governo, em geral, era que era um governo que estava com baixa capacidade de investimento, então não conseguiu fazer grandes estruturações de projetos, porque teve problema para reformar os pontos de ônibus, como foi feito na Marta, não é, não teve um bilhete único, assim, que era uma grande política, não é. Então teve uma dificuldade de efetivar para além da organização de corredores, que não exigia investimento, porque, na verdade, o que se fez com as faixas exclusivas de ônibus foi pintar as faixas e proibir carro, não tinha um custo alto. Mas mudança estrutural, assim, teve mais dificuldades. Daí as ciclovias também, que foi importante... Teve uma resposta nesse tema aí da mobilidade, foi positiva sim. E os movimentos de ciclo ativistas, de mobilidade, ficaram bastante satisfeitos. E teve o anúncio também do Conselho de Transporte, que eu esqueci disso. Teve um Conselho de Transporte, que foi organizado, não é, para discutir a política de transporte na cidade. Inclusive um coletivo que eu participei muito tempo... A gente tinha representação nesse Conselho.

**M** – Qual era o coletivo?

**G** – A Rua.

**M** – Como foram elaboradas essas medidas? Como foram decididas? Por exemplo, aquela medida da redução, anunciada lá pelo Alckmin e pelo Haddad, como ela foi elaborada e decidida?

**G** – Saía assim... Sinceramente eu já não estava mais... Eu não cheguei a participar dela e tal, mas eu acho que foi na pressão. Eu não sei, deve ter sido lá com o Donato lá, com a Leda, com o núcleo mais duro, com o Gilmar... E aí foi ligado para o Paes, foi assim, tomado na pressão ferrada. Ligaram para o Paes, combinaram com a coisa do Rio e ele foi, falou com o Alckmin, não queria anunciar sozinho, não é... Tinha que ter do trem, do metrô, então foi meio que...

Não tinha mais saída, a situação estava muito grave na rua. E aí, enfim, eu não sei te dizer por que eu não cheguei a participar desse momento. Só vi o anúncio.

**M** – Você me falou um pouco disso, não sei se você quer pular... Então teve a criação do Comitê de Monitoramento, do Comitê de Crise... Você quer destacar alguma coisa dos debates que havia...? Qual a avaliação que tinha dos protestos? Qual a avaliação da conjuntura política que tinha depois, naquele momento, conforme as manifestações avançavam? Tens algum destaque sobre isso? Se acabou ampliando o teu envolvimento nesses Comitês... Como foi isso?

**G** – Para mim foi ruim o processo. Pelo contrário... Como a minha participação era contrária à maioria, esse processo mais me isolou do que me ajudou a construir laços (risos). Sabe como é isso, não é... Quem tem posição contrária a turma não gosta muito. Na verdade para mim, o saldo desse processo foi muito ruim para todo mundo, porque derrubou a popularidade do Haddad, da Dilma, um pouco do Alckmin, mas mais as nossas... Nós ficamos muito mal. O país se deu um patamar de aprovação e de insatisfação que foi difícil recuperar no governo todo. Então foi um marco, assim, bastante negativo para um início de governo e que mudou a conjuntura política do país. A partir dali a relação com o PT e com tudo o mais se transformou. E em minha opinião partia de uma dificuldade do PT de analisar aquilo, que apesar de todas as transformações feitas e importantes, um governo que eu vou sempre vou defender pelas conquistas, mas também tinha muito o que fazer... Não tinha, assim, patamares de alta qualidade na educação... O SUS ainda com muito problema. A gente, de fato, tinha uma classe média que estava raivosa, se sentindo achatada... Porque de um lado os ricos ganhando, de outro um setor emergindo, e uma classe média que não conseguia ter um serviço público de qualidade, ao mesmo tempo em que estava estagnada... Então tinha um conjunto de problemas ali. A gente escutou muito pouco, a gente achou que os jovens deviam estar agradecidos a nós... E mesmo lembrar que mesmo nos tempos áureos do nosso governo, nos patamares de 6% de desemprego, o jovem acessando a universidade, os empregos não eram tudo isso, entende. A gente olha assim, de onde os jovens estavam empregados, e muitos setores de serviços e comércio e precarização alta e remuneração baixa. Fast food, telemarketing, motoboy... Não era fácil. Então, muita gente fez universidade e não conseguiu se inserir num trabalho mais digno porque a gente sabe que o capitalismo e a meritocracia não funcionam tão bem para os pobres. Então a gente também teve muita expectativa, projetou muitos sonhos e também teve muita frustração não só dessa classe média conservadora, mas de uns setores que eram ali, que estavam emergindo e surgindo com as políticas do nosso governo.

**M** – Tu me falaste um pouco de algumas políticas desenvolvidas, avançou na questão das políticas, principalmente ligadas ao transporte do governo Haddad... Não sei se tu queres fazer um pequeno destaque, já que depois você foi para o governo Dilma, na questão dos cinco pactos que a Dilma apresentou durante as manifestações... Se não me engano foi no dia 21 de junho... O que na avaliação avançou desses cinco pactos? Quais foram as movimentações do governo, focando um pouco no governo federal, na realização desses pactos? O que você acha desses cinco pactos que ela apresentou? O que avançou? E o que você considera da movimentação do governo que foi legal ou que não deu muito certo?

**G** – Me ajuda aí nos cinco pactos (risos).

**M** – Um era a reforma constituinte, não é. A questão da reforma política, acho que foi o ponto mais forte, a questão da constituinte...

**G** – A política, não é, que ela falou...

**M** – Tinha a questão do plano nacional de mobilidade urbana, tinha mais investimento dos *royalties* para a educação, se não me engano...

**G** – Que eram os 75% do pré-sal, não é?

**M** – Isso. O grande foco acho que era essa questão da reforma política mesmo.

**G** – Nada funcionou, não é. Até assim, que era uma das coisas que o Haddad defendia, que, por exemplo, tivesse a municipalização da Cide, que poderia ser uma coisa efetiva de financiamento para os municípios... Imposto da gasolina... Para impactar em projetos mais estruturantes. Eu acho que a Dilma tentou fazer uma formatação do que as ruas estavam dizendo, mas estava com, enfim... A gente já estava com pouca capacidade de compreender o processo e a verdade é que a gente não conseguiu fazer desses cinco pactos pontos algo que de alguma forma respondessem a esse clamor. A situação do governo já era, como que eu posso dizer... Enfim. Foi difícil para ela compreender, porque se a gente lembra o primeiro mandato da Dilma, o começo foi bom, não é. Mas depois foi... Começou a tirar combate à corrupção, foi para cima dos bancos... Tinha uma política ali boa, mas ela foi perdendo a mão. Essa coisa da faxina do governo. Ela teve que começar a retornar com os ministros... Não conseguiu dar conta... Então pegou num momento, as Marchas de Junho, um momento em que o governo estava dando um segundo movimento de uma certa fragilidade da coordenação política. Eu acho que, bom, não pegaram as medidas. A verdade é que as cinco iniciativas não pegaram. Engraçado, porque essa coisa do dinheiro da educação, do pré-sal e tal, pô... Podia ser uma coisa tão interessante para uma agenda para a juventude aderir e falar “P\*, vamos...”, mas a verdade é que também nós estávamos com um movimento social já desconectado. Qual era a capacidade da UNE de mobilizar a universidade em torno disso, não é? Quer dizer,

mobilizava o movimento estudantil organizado, que é a grande minoria (risos). Os nossos movimentos sociais já não tinham mais capacidade de conduzir um processo de debate com a sociedade a ponto de constituir outro tipo de mobilização. O próprio movimento sindical, quer dizer... Uma nova estrutura do trabalho, onde o trabalho de fábrica já não é mais central, só 10% do trabalhador está em fábrica... Mas mesmo os 10% a CUT e as outras centrais não conseguem criar um processo de relação mais estruturado. Então nós tínhamos uma dificuldade também desses anos todos de institucionalização e burocratização no movimento social. Não permitiu também a ter um processo de reaglutinação de base social a partir de uma agenda, e o governo não tinha força naquele momento para conduzir isso, foi uma queda muito forte. Então acho que é isso, acho que não pegou. Agora, o que foi mais interessante é que mesmo com toda essa dificuldade a gente consegue ganhar a eleição, o que é um fenômeno. Um negócio... Porque a gente ainda consegue mobilizar, naquela eleição, os mais pobres. Acho que foi o último momento em que a gente ainda consegue manter uma parte dos pobres dos centros urbanos... Ainda não tínhamos perdido toda a base evangélica. Apesar de eles terem avançado bastante, a gente ainda consegue segurar nesse debate polarizado, nós e eles, um setor popular em plano de defesa de uma agenda mais popular, não sei, enfim, eu consegui falar...

**M** – Na questão do governo, teve algum tipo de mudança no governo após junho de 2013? O que houve de mudança após junho e quais eram as impressões após junho?

**G** – Você diz o governo federal?

**M** – Governo... Pode ser o governo Haddad e depois governo federal. Você ficou até 2015 em São Paulo, não é?

**G** – Eu fiquei 2013 e 2014, não é. E em 2015 fui para Brasília. No governo Haddad acho que teve uma tentativa de todas as áreas de mobilizar ações para construir uma agenda forte de recuperação de um governo que estava fragilizado. Isso quem atrapalhou bem foi a própria Dilma, que não fez a renegociação da dívida de São Paulo e não constituiu uma política, como a municipalização da Cide, que poderia ajudar o Haddad a dar uma resposta mais efetiva. Acho que o governo entra numa fase em São Paulo de tentar mobilizar mais, tentar realizar, entregar mais ações, mas com muita dificuldade, como eu tinha dito, orçamentária. Um governo que fez bastante coisa, acertou as contas da cidade, mas ele conseguiu realizar mais aspectos muito mais simbólicos. Essa coisa da abertura da cidade, do fechamento de rua... Um governo que agradou um setor médio progressista, em defesa de um novo modelo de cidade, num viés humano, de direitos humanos, uma cidade aberta, as pessoas ocupando as praças e as ruas e tal, mas deixou a desejar muito em investimento em periferias. A gente teve... A gente não

conseguiu entregar nenhum CEU, a gente teve dificuldade com os hospitais, a gente só entregou um e a promessa era de entregar três... Várias UBS que a gente falou que ia entregar e não entregou, então... Equipamentos sociais fundamentais. Aí teve um impacto grande em creche, em educação infantil, que foram criadas 100.000 vagas... Teve um impacto. Acho que esse foi um aspecto positivo, mas no geral a gente teve muita dificuldade de entregar e acho que o governo tentou várias medidas com o governo federal, sem êxito, o que dificultou muito ter uma reação mais concreta, ao menos para falar com a nossa base social, que era a população mais pobre. No governo federal já foram tentadas algumas iniciativas. Na juventude foi feito o Participatório, que era tipo uma rede social de juventude... Que, bom, não deu certo. Era uma tentativa de estabelecer um diálogo pelas redes e tal e acabou ficando só em torno de uma vanguarda já mais organizada. De fazer Hangouts, de estar mais presente na internet... Mas ao invés de ocupar as redes que estavam com frequência, a gente quis criar uma rede social, acho que foi uma estratégia furada. Quando eu cheguei lá no governo eu até parei com essa iniciativa, porque eu não via muito sentido. Claro que tinha um portal com vídeo, com acervo e tal... Beleza. Chamar as pessoas para participar da sua própria rede, enquanto o órgão institucional, não funcionou. E no geral, no governo federal, eu acho que teve assim, algumas respostas, inclusive por conta das pressões que tiveram e tal, que foram o *Minha Casa, Minha Vida*, com o MTST... O governo teve que dar respostas para o movimento social, a coisa do PAC, liberar alguns recursos... Teve uma tentativa de fazer mais política para que tivesse algum retorno. Mas eu não consigo analisar muito o governo federal, porque eu não estava nem no CONJUVE, não é, e não estava no governo também. Eu estava aqui no município, então não consigo ter uma análise mais concreta e interna, assim.

**M** – Sim. Enquanto alguém que militou nos movimentos sociais, devido ao teu histórico de militância nos movimentos sociais, como você vê ou viu as manifestações de 2013?

**G** – 2013 e não a de 2015, não é? Eu meio que falei, assim, eu acho que ela surge por um movimento que... Para ter uma noção, o passe-livre surgiu em 2005, num Fórum Social Mundial. Ele é fruto de um processo que nós articulamos... o MPL. Eu via ele como um movimento interessante, embora não fosse o processo que eu defendia... Horizontal, totalmente... Mas eu sempre tive uma boa impressão e eu com junho, assim, eu sempre fui daqueles que da esquerda que tentou não criminalizar, porque na verdade o processo de ida para a direita é um processo com muita grana, com muita inteligência, que já estava sendo vitaminada no Brasil, mas não por esse setor de jovens que estava na rua. Uma tentativa de disputa, o tempo todo, desse setor, entende. A Globo tentou muitas vezes manipular e puxar as manifestações e teve dias que a turma ia para a porta da Globo e pau na Globo. Falou

primeiro mal, depois foi falar bem... Ficou defendendo, mas a galera continuou criticando. É que um setor alinhado a esses institutos Millenium... A grana que veio de fora e tal... Que foi disputando e trazendo uma molecada mais à direita, construindo uma ideia de uma... Eu acho que eles formaram uma vanguarda de direita em junho, mas eles não tinham a massa. E ao mesmo tempo a esquerda não conseguia entender a lógica e não conseguia disputar aquela massa difusa com um monte de cartaz. Tanto que os caras colocavam bandeira, eles faziam cartaz e enfiavam na mão do pessoal... Eles sabiam como a dinâmica tava se dando. Estudavam as redes, se infiltravam no Facebook. Eu digo isso porque, assim, todo mundo fala “Começou com junho”. Só que quando a gente olha as marchas do *impeachment*... Eu acho que começou com junho a produção de uma vanguarda que liderou o movimento como o MBL, aí, não é, o Vem pra Rua e todos aqueles outros. Mas quando a gente olha as marchas do *impeachment* de 2015 não era o mesmo público que estava em 2013. Eram pessoas mais velhas, famílias... Outro público. O que dá para imaginar que, bom, a molecada que estava em junho, se eles quiserem disputar para essa agenda... Eles não ganharam, essa disputa não foi completa, entende. Eles conseguiram achar quadros de direita na rua que eles formaram como liderança, mas eles não conseguiram formar um movimento de massa jovem de direita. Não é à toa que ainda assim, com todo o investimento deles nessas eleições, a gente pega... O setor que tinha mais resistência ao Bolsonaro eram os jovens, ainda mais com as mulheres. Se a gente analisar e considerar só o voto de mulheres jovens, o Bolsonaro perderia a eleição. Essa agenda da direita é uma agenda dos velhos, não é, é uma agenda, enfim... Claro que eu tenho críticas e consigo fazer uma análise crítica de junho, mas eu sempre fui contra uma análise de criminalização completa dos movimentos e tal.

**M** – Medina, para a gente finalizar... Você gostaria de acrescentar uma impressão tua, uma análise tua, destacar algo...? Uma percepção que você tenha de 2013 ou do futuro... Fica à vontade aí para encerrar com o que você acha mais relevante.

**G** – O que eu acho, só para finalizar... Dessa disputa que eu estava falando, de uma nova forma de ir para a rua, nova forma de comunicação... A verdade é que nós paramos no tempo, seja na renovação das lideranças, nos métodos, nas análises, na forma de fazer política... Os caras estão hoje com a *Cambridge Analytics* e com Vale do Silício e com inteligência de... Traçando perfil psicológico, produzindo conteúdo específico... Massificando mensagens para 10, 15 milhões de usuários de redes sociais ao mesmo tempo, só que direcionadas... E nós ficamos falando que precisamos voltar a fazer trabalho de base. Daí assim, o que é trabalho de base? A gente ir lá levar panfleto, como a gente fazia há 30 anos? Enquanto a gente está indo com um grupo de pessoas levando panfleto, os caras estão vindo com disseminação por mensagem

de Whatsapp, com milhares de pessoas. Ou a gente começa a entender que a tecnologia mudou a forma das pessoas se relacionarem, a forma de chegar a informação, e que nós precisamos nos atualizar para os desafios do capitalismo contemporâneo... Que o mundo do trabalho é diferente, que nós temos diferenças muito significativas em processos de... Do próprio mundo do trabalho, da organização das pessoas e tal... Ou nós vamos ficar muito para trás. Eu acho que nós estamos num momento terrível, que o país atravessa, mas que é um momento também de a esquerda poder se rever, poder se reorientar, poder também pensar em outros caminhos, porque o caminho é longo, mas nós precisamos estar preparados para enfrentá-lo a partir dos desafios da contemporaneidade, não vai ser com os métodos velhos e clássicos que nós vamos superar isso. Acho que nós temos aí um desafio grande pela frente.

**M** – Medina, queria te agradecer pela disponibilidade e pela paciência aí, mesmo com as falhas, mas acho que esse é o nosso desafio também, de utilizar o Skype, o Whatsapp, as tecnologias... Para aproximar... Para mim, que tenho várias entrevistas para fazer, facilita bastante. Quero ver se consigo entrevistar o Gilberto Carvalho também... Já entrevistei alguns quadros aí da juventude, alguns quadros do partido... Queria te agradecer então pelo esforço, pela contribuição... As entrevistas... Depois eu vou te mandar uma síntese delas e, enfim, continuamos dialogando para ajudar na construção e uma outra percepção para dentro do Partido dos Trabalhadores e para a sociedade em geral.

**G** – Boa. Eu que agradeço aí. Acho que é fundamental a gente elaborar sobre esses processos e pensar como a gente pode dar contribuições aí para o próximo período. Obrigado aí.

## APÊNDICE E - ENTREVISTA COM GILBERTO CARVALHO

M – Mestrando Cristiano Cardoso (entrevistador)

G – Gilberto Carvalho (entrevistado)

**M** – Bom dia. Estou entrevistando o Gilberto Carvalho. Ele foi ministro-chefe da Secretaria Geral da presidência da República, presidente do Conselho Nacional do Sesi durante os governos Lula e Dilma. A intenção é fazer a entrevista sobre a relação do governo Dilma com os novíssimos movimentos sociais durante as manifestações de 2013. Gilberto, vou dividir, então, essa entrevista em três blocos. Um é sobre a sua militância e sua formação escolar e política, sua militância social. O outro bloco é a relação partidária, não é, como foi a construção do PT e o seu atual momento no Partido dos Trabalhadores. E depois é mais específico sobre o governo Dilma e as manifestações de 2013. Vou seguir o meu roteiro: qual a sua formação acadêmica e escolar?

**G** – Tive longos anos no seminário. Em decorrência disso a minha formação se deu no campo das humanas. Por causa do roteiro da formação sacerdotal eu fiz Filosofia na federal do Paraná, depois comecei o curso de Teologia, o qual eu fiz por três anos: no terceiro ano eu fui expulso da escola e não terminei o curso de Teologia porque a gente tinha feito uma opção de morar na favela, trabalhar na fábrica, aquelas loucuras. Então formação acadêmica, propriamente... E depois eu fiz curso de especialização em Gestão Pública, várias especializações... Mas do ponto de vista formal acadêmico essa é a minha formação.

**M** – Me conte um pouco da sua história de militância. Você já militava na juventude antes da formação? Como foi o primeiro contato com a política? Quem incentivou? Como foi, assim, que o senhor teve um novo olhar para a militância social?

**G** – A minha militância está muito vinculada pela minha presença no seminário, na igreja. Já no seminário, ainda antes da universidade, no norte do Paraná, eu pertencia a uma congregação chamada Paulinos. Nós desenvolvíamos, a partir do seminário, pequenos trabalhos sociais, mas com um caráter bastante assistencial e religioso. Depois, quando entrei na universidade, em Curitiba, eu tomei contato com o movimento estudantil, era 1970, rescaldo ainda de 1968, da repressão, da ditadura, ainda no meio da ditadura, é que eu tomei conhecimento dos movimentos socialistas, marxistas... E continuei fazendo um trabalho, sobretudo nas favelas, nos bairros onde a gente morava, mas já aí com outra conotação, começando a me engajar no movimento estudantil e começando a me engajar num trabalho social com outro caráter, com caráter de organização mesmo, de autonomia das pessoas. Daí veio também o engajamento na

CEBs, que naquele tempo florescia muito através das comunidades inseridas, as irmãs Vincentinas, os monges Beneditinos, a igreja em Curitiba, periférica, embora o núcleo fosse muito conservador, tinha um engajamento muito interessante. Ela tinha articulação entre os movimentos e foi nessa articulação que eu me engajei. Aí deu-se, até por contradição, a minha saída do seminário, eu fui morar numa favela... Continuei estudando Teologia, mas fui morar numa favela e fui trabalhar numa fábrica, um pouco na perspectiva dos padres operários, a mística de Charles de Foucault, dos padres operários franceses. E nessa perspectiva é que eu acabei me engajando no movimento sindical. Aí houve uma ruptura com o seminário propriamente, quando o bispo nos proíbe de continuar estudando Teologia, a menos que voltássemos ao seminário... Éramos um grupo de três. Não faria sentido. Aí a gente continuou morando na favela e trabalhando na fábrica. Eu fui metalúrgico por dez anos. A gente perde o vínculo formal, digamos, com a igreja, mas manteve muito fortemente o vínculo com as pastorais, com as comunidades. Daí veio a fundação da Pastoral Operária do Paraná, eu participei, veio o trabalho na metalúrgica... Depois, em 1980, quando surge o PT, eu imediatamente fui chamado para, sei lá, a segunda reunião e fui participar, já me engajei no partido, e daí foi uma decorrência para a vida seguinte. A minha história está muito vinculada a esse núcleo da Teologia da Libertação, a essa proposta de inserção da mensagem cristã no meio popular, dos excluídos.

**M** – O que o senhor destacaria de mais relevante nesse período, antes da fundação do PT, esse período em que o senhor militou na Teologia da Libertação, na fábrica, no seminário...?

**G** – Era o tempo da ditadura e era um tempo muito fecundo, em que nós fizemos um importantíssimo... Nós, que eu digo, bem amplamente, não é, desse segmento... Uma cultura que naquela época juntava a resistência à ditadura com a organização popular num cuidadoso trabalho de comunidades de base, de pastoral social e mesmo do movimento sindical, e mesmo na fundação do PT, com uma metodologia muito fundada na pedagogia do oprimido do Paulo Freire, nessa inspiração toda. Esse grande cuidado de um processo democrático de tornar as pessoas sujeito, de fazer trabalhos de conscientização. Um trabalho muito intenso, um investimento muito grande na formação das pessoas. Eu diria até que o grande projeto nosso ali começa a ser gestado, nessa metodologia de prática e teoria: você luta, você reflete coletivamente sobre a tua luta, você estuda junto e adquire uma nova prática, e essa nova prática é base para outro processo dialético em que você vai crescendo coletivamente. Eu acho que essa raiz foi fundamental para marcar alguns aspectos fundamentais, essenciais, do nosso projeto.

**M** – Quais as suas referências políticas dessa época? As suas referências de militância, algum modelo em que o senhor se referenciava na época?

**G** – Nesse período era um tempo de transição em que já fazíamos uma crítica ao modelo soviético e mesmo ao modelo cubano. A gente tinha... Eu venho de uma vertente que era mais na linha, vamos chamar assim, do socialismo auto gestor, de uma perspectiva de um socialismo fortemente democrático. Então os textos, a prática das novas insurgências, no caso a Nicarágua, El Salvador e tal, eram muito presentes na vida da gente. Uma visão, uma leitura muito cuidadosa, muito de Gramsci, de Mariátegui... De propostas políticas, de projetos que trabalhassem fortemente a questão da cultura popular na formação de um projeto. Eu venho, digamos, dessa vertente. Naturalmente, como já disse antes, toda a experiência dos padres operários, dos cristãos revolucionários, Camilo Torres... É muito essa inspiração latino-americana, digamos.

**M** – Que idade o senhor tinha nesse período?

**G** – Eu tinha 23, 24 anos.

**M** – Bem jovem.

**G** – Estava saindo da universidade.

**M** – Então eu vou encerrar esse bloco e vamos passar para a relação com o Partido dos Trabalhadores. Como foi o início da sua militância no Partido dos Trabalhadores, como foi esse processo de construção do partido?

**G** – Eu vinha, como eu disse no bloco anterior, de uma articulação política ligada às comunidades de bases, ao movimento sindical, e na época a gente eleitor do MDB Popular. No Paraná tinha o Euclides Scalco, que era uma referência, um político do chamado MDB Autêntico. Eu fiz campanha... Na primeira eleição, por exemplo, eu votei, ou na segunda, antes da fundação do PT, nesse setor do MDB. E nós tínhamos uma rejeição na questão partidária por causa da política tradicional, do radicalismo, da burocracia... Eu jamais imaginaria me filiar ao MDB, não tinha essa história. Estavam elaborando uma proposta nova. Quando a gente ouviu falar da história do PT aqui em São Paulo... Dos sindicalistas e tal, porque nessa época também eu já estava no movimento sindical. Em 1975 eu fui para a fábrica, então em 1976, 1977 eu já estava trocando muito com São Paulo. A gente vinha para São Paulo aprender a fazer movimento sindical... Eu estava em Curitiba naquele período. Então era natural que a gente soubesse das informações e participasse, digamos, da leitura de textos, da discussão de textos, da conversa sobre montar um partido de trabalhadores, dos trabalhadores... Era uma coisa meio... havia muita controvérsia e muita diversidade de propostas naquele período. Mas no final de 1979, quando a gente estava em plena greve dos metalúrgicos, que eu ajudei a

liderar, vai um pessoal de São Paulo fazer uma reunião lá, Paulo Skromov, que era um companheiro aqui de São Paulo, destacado, discutir o PT lá no Paraná, eu fui chamado a ir à primeira reunião, e me encantou logo a proposta, porque ela se encaixava como uma luva dentro daquilo que a gente acreditava, a coisa de um partido independente e de classe. Um partido que não copiava nenhum modelo anterior, a coisa de elaborar um projeto coletivo com uma forte democracia interna, “PT, nossa vez, nossa voz”, a cartilha que a gente tinha naquele período. Aquilo veio como um encaixe maravilhoso, ficamos muito encantados. Quando eu falo nós, é esse grupo todo que se articulava em comitiva em torno desse trabalho sindical, bairros, etc. Direitos humanos... Tudo misturado. Aí a gente começa a participar muito rapidamente do partido, das primeiras reuniões. Eu não fui da primeira executiva municipal do Paraná. Logo no começo também já surgiram os desencantos porque aquela proposta maravilhosa quando posta na prática é humana e começam as disputas. Era o tempo em que havia as diversas correntes. Porque quando o PT surge, vários grupos clandestinos vão para dentro do PT. No Paraná, principalmente, era o caso do MEP, o Movimento pela Emancipação do Proletariado, o pessoal do PCDR e o pessoal que já tinha se dissolvido, mas que tinha muita vinculação com a PML. Esses grupos se digladiavam em busca da liderança, e a gente que não era agrupado era meio que massa de manobra deles. Por exemplo: eu vendia na fábrica, eu era peão na fábrica de geladeira Prosdócimo, que agora é Electrolux, eu vendia o Jornal Companheiro, que era um jornal do MEP, acreditando que era um jornal do PT, e não era, era daquela corrente. Isso e a disputa interna, logo no começo, eu lembro que trouxe um desencanto muito grande para a gente. Então eu sempre digo: o PT já nasce com suas contradições. Ele não era uma maravilha e depois deu problema. Sempre foi humano, sempre foi cheio de problema desse tipo de coisa. Mas isso não nos tirou, desse grupo todo, a convicção de que tínhamos que disputar, tanto que fomos para dentro do partido, fomos fazer disputa também. Nos articulamos depois com o grupo dos 113, que fundou a famosa Articulação, e fortemente, então, eu passei a militar dentro do partido. Desse grupo, ao todo, da igreja e tal, eu era o cara que era o ponta de lança, tanto que em 1986 eu fui eleito... Em 1984 eu já vou para o diretório nacional, estadual, e depois em 1986 sou eleito presidente do PT, eu já estava na executiva estadual. Em 1986 eu fui eleito presidente do partido no Paraná. Em 1987 eu venho para a executiva nacional, me torno secretário, e depois em 1989 formação política, depois secretário geral do partido, depois secretário de comunicação. E essa trajetória toda como resultado de uma crença de que o caminho era esse, aí a gente se encantou, de fato, pelo partido. Tivemos imensas dificuldades no Paraná. Em 1982, para você ter uma noção, um estado muito conservador... Foi aquela eleição acumulada, em que você votada para todo

mundo na mesma cédula... A gente imaginava, tinha a ilusão, de que nós íamos eleger no Paraná uns quatro deputados estaduais, dois federais e um monte de vereadores e prefeito. Quando abriram as urnas não elegemos nem um filho da p\* de um vereador no estado todo.

**M** – Você achava que aquela proposta a sociedade ia compreender e...

**G** – Dava a impressão de que tinha acabado o partido. Mas aí virou uma cachaça.

**M** – E como foi a reação, assim, sobre esse desencanto inicial, não é... A sociedade não aderiu nesse primeiro momento. Como foi, depois, esse processo?

**G** – Foi, no começo, muito difícil porque era uma época em que ser do PT significava ser discriminado, objeto de gozação, de perseguição, em alguns casos, por causa da vinculação com o comunismo, porque na época eles tinham peso na sociedade e você se inscrevia no PT, entrava no PT para lutar, não era para outra coisa, não era para tentar cargos, não tinha nenhuma perspectiva. Uma miséria desgraçada em que a gente vivia. Só que veio 1983, 1984, Diretas Já, movimentação... E veio 1985, em que o PT já tem outro resultado eleitoral, não no Paraná, mas nas prefeituras. Em 1986 nós já elegemos o primeiro deputado estadual. Eu fui candidato à constituinte, eu tive 25mil votos, o que na época era muito voto, mas não conseguimos. A gente sentiu que as nossas propostas, a nossa persistência e a crise da ditadura, também a crise dos outros partidos, e graças a esse trabalho que nós realizamos muito fortemente no país todo, de base, ele foi dando resultado. Você teve aí uma primavera de lideranças que surgiram dentro do partido, não propriamente construídas pelo partido, mas resultantes desse processo anterior ao que eu me referi e, claro, resultantes também do trabalho, pois o PT é formado fundamentalmente por três vertentes: uma sindicalista, que foi a vertente hegemônica, massiva, a que mais deu, digamos, um perfil de classe para o partido; pela intelectualidade resistente à ditadura em geral, organizada ou não em partidos clandestinos, que viraram tendência dentro do partido; e a outra vertente foi justamente essa massa, esse contingente muito grande que veio do movimento social mais difuso, onde você encontra desde os movimentos de moradia, movimentos de mulheres, que naquela época era frágil ainda, mas fortemente o movimento de pastorais e movimentos de comunidade de base e tal. Eu diria para você, sem medo de errar, que o PT não teria a cara que ele tem se não fosse a contribuição desse setor originário da igreja. São incontáveis o número de lideranças no partido que tiveram o seu despertar nas igrejas, majoritariamente católicas, mas também evangélicas mais progressistas. Então o número de lideranças, não tanto na cúpula, mas na base, que foram despertadas... Depois perdem a vinculação, mas que tiveram o primeiro despertar no engajamento, e a primeira formação, inclusive, na igreja é uma coisa impressionante.

**M** – Acho que isso é muito essa questão do PT de massas, não é, que originalmente teve esse debate se seria um partido de massas ou de quadros. Algumas tendências e organizações defendiam que fosse de quadros, mas acho que talvez essa contribuição das comunidades de base, das pastorais sociais, acho que influenciou para que o partido se tornasse um partido de massas.

**G** – Sem dúvida. Sem menosprezo, naturalmente, a todas as contribuições. Do ponto de vista da elaboração, a contribuição dos companheiros formados nas correntes políticas clássicas ou preexistentes ao PT foi fundamental, em termos de formação de estratégia e tal, tanto que também foi isso. Na formação das direções, a hegemonia quase sempre foi dos sindicalistas ou do pessoal das universidades, dos movimentos preexistentes ao PT. O povo da igreja e tal poucas vezes chegou à cúpula do partido. Eu sou uma das poucas pessoas que... Era uma certa contradição: na base cheio de igrejeiro; na cúpula, pouquíssimos. Por causa disso também, da formação, da prática de luta e da história.

**M** – Lá no Rio Grande do Sul convivi muito com a Geci Prates, nesse processo que o senhor fala da luta da organização da classe trabalhadora...Enfim. Acho que o senhor já respondeu à segunda pergunta, que era a ocupação dos espaços na direção do partido. O senhor ocupou espaços no partido praticamente desde a sua fundação. O senhor foi da direção no Paraná, depois presidente nacional, vários cargos na executiva nacional... E como foram essas experiências na construção do PT enquanto militante e depois enquanto dirigente?

**G** – Foram riquíssimas. Enquanto militante foi esse encantamento com essa possibilidade de juntar a militância social, econômica, a reivindicação com a questão da luta política, pelo poder, pela mudança do país, pela mudança do projeto. Então foi um conforto, digamos. Como dirigente, naturalmente, essa coisa fascinante e, ao mesmo tempo, angustiante, de como se construir um projeto desses mantendo a fidelidade aos princípios originários, ao mesmo tempo se adaptando à nova realidade, a esse governo, ao pragmatismo necessário da vida, que é um desafio imenso, difícil, às vezes dilacerante. Muita tristeza por ver também o partido perdendo algumas características que eram muito importantes, a redução da democracia interna, o abandono dos processos de formação... Aí tem um monte de problemas também, mas como experiência de vida é riquíssimo, e eu não tenho dúvida nenhuma de que o PT é um achado para o Brasil, é uma coisa muito curiosa, porque não conheço uma experiência no mundo semelhante ao PT, ele é muito diferente, e eu fico muito feliz, porque, apesar de tudo, vamos agora aos 40 anos do partido, dia 11 faz 39, ou dia 10. É impressionante como ele mantém essa característica, essa indocilidade, essa rebeldia interna, essa criatividade, com seus problemas todos... Mas me impressiona muito.

**M** – Vamos seguir. Qual a sua relação, hoje, com o Partido dos Trabalhadores?

**G** – Eu hoje sou funcionário do partido, eu não sou dirigente, sou funcionário, sou assessor, sou chefe do gabinete da presidência, trabalho diretamente com a presidenta Gleisi. Então formalmente é isso, eu procuro auxiliá-la no exercício da presidência, faço um trabalho muito de mediações, ajudo a conduzir os processos. Faço uma coisa que eu gosto muito, que é muita fala, muito debate. Eu venho da história da... Eu fui, durante quatro anos, dirigente do Instituto Cajamar. O Lula, aliás, me sequestrou do Paraná, em 1989, para eu vir para São Paulo, para Jundiaí, mais precisamente, porque o Wladimir Pomar, que era o dirigente do Instituto Cajamar, foi se dedicar à campanha de 1989. Aí eu assumi a direção do Instituto e a Secretaria de formação política. Então, até pela minha história, eu tenho uma vinculação muito forte com os processos e formação. Eu trabalho muito, sempre sigo trabalhando, mesmo informalmente, no processo de formação política. Adoro. O PT é a paixão. Eu não me imagino sem o PT, é uma coisa... Já perdi dois casamentos, mas o PT eu não perdi (risos). É uma coisa assim, uma tensão desgraçada na vida, essa entrega exige muito da gente, e nem sempre você se equilibra, se dá equivocadamente e acaba dando uma prioridade tão forte que acaba limitando outras dimensões da vida que nem deveria.

**M** – Acho que o senhor já respondeu... Desempenha alguma função no partido, auxilia a presidência. Vamos passar para o próximo bloco, que é o governo Dilma e as manifestações de 2013. Como o senhor soube, pela primeira vez, das manifestações de 2013? O senhor estava no governo, era ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República durante o governo Dilma... Como o senhor soube, pela primeira vez, das manifestações?

**G** – Das manifestações, com as características que elas ganharam propriamente, quando a gente viu as primeiras notícias do Movimento Passe Livre, em São Paulo. A gente começou a ver que começavam manifestações contra o aumento da passagem, as primeiras muito frágeis, mas logo em seguida, com a repressão dura, houve um crescimento exponencial. Internamente, um problema enorme para nós, porque havia uma discussão grave, porque o Fernando Haddad, que era prefeito de São Paulo, queria ter dado o aumento em outubro, e a Dilma e o Guido Mantega, por razões da estratégia nacional, pediram para segurar. E quando ele dá, no começo do ano, vem a rebelião, porque aí deu um impacto muito forte, e a gente começou a acompanhar, inicialmente, como se fosse um movimento localizado em São Paulo. Estudantes... A gente atacou, a gente criticou muito a repressão, e começamos a acompanhar com muito cuidado. Eu estava, nessa época, a gente já estava... Era pré-Copa, já começava a ter movimentos contra a corrupção. Em Brasília já tinha tido uma manifestação, no 7 de setembro anterior, em 2012, já contra a corrupção. Já tinham alguns sinais de mobilizações

diferenciadas, a gente estava acompanhando aquilo, mas nem de longe a gente supunha que ele alcançasse a dimensão que alcançou.

**M** – Qual foi a sua primeira impressão das manifestações de 2013?

**G** – A primeira impressão era de que se tratava de um movimento estudantil legítimo, que a gente tinha que apoiar, que contradizia uma política de governo nossa, que era o Haddad aqui em São Paulo, mas que era um movimento libertário estudantil e a gente tinha que administrar como administrava sempre. Eu achava que ele ia se enquadrar naquilo que vem desde 2003. Enfrentamos muitos protestos, muitos. Em Brasília, aquela praça dos Três Poderes era palco permanente de protestos. E a gente sempre com a preocupação de um tratamento democrático, do diálogo. Eu era encarregado, seja como chefe de gabinete do presidente Lula, primeiro, depois, no governo da Dilma, como secretário geral da Presidência, a minha função era dialogar. Eu olhei para aquele movimento com a vontade de e a predisposição de dialogar e tentar ver como que aquilo ia, quais seriam as saídas possíveis. Se era o caso de recuar do aumento ou não era, como era para fazer, e começamos a discutir com o Haddad, inclusive por causa dessa contradição, porque o Haddad, de alguma forma, responsabilizava o governo federal, por ele ter dado esse aumento depois, foi uma hora em que provocou essa...

**M** – O senhor disse que teve muitas manifestações durante o governo Lula. O senhor acha que teve mais manifestações do que no governo do Fernando Henrique? Achava que não teriam tantas manifestações? Ou achava que era normal...?

**G** – Eu achava absolutamente normal. Acho que houve muito mais manifestações no nosso governo. A diferença é que elas eram tratadas de forma absolutamente diferenciada, com muito diálogo e tal, e não que não houvesse tensões, havia tensões, porque também tinha gente que ia lá para tentar arrebentar com o governo e tal, então não era uma coisa simples. Mas eu nem de longe imaginada, para ser sincero e honesto, que aquelas manifestações poderiam transitar para outro processo. Agora, nós fomos seguindo. A gente começou a ver os processos iniciais, logo a presença dos Black blocs, como um elemento já um pouco estranho no meio daquela... A quebradeira inicial, que parecia mais uma reação natural contra a repressão, começou a ganhar...

**M** – Estávamos falando, então, das primeiras impressões sobre as manifestações de 2013. Quais eram os comentários existentes no governo durante esse primeiro período?

**G** – Nesse período eram comentários de muita tentativa de adivinhação, ninguém tinha certeza de nada. Aparentemente, a discussão inicial era muito como te falei, dessa contradição que houve, de quem era a responsabilidade. O governo federal criticava o Fernando por ter dado esse aumento de repente, e o Fernando dizia que o governo federal tinha induzido o processo

de segurar a tarifa por seis meses e depois teve que dar um salto maior. Era muita confusão. As informações eram dispersas. Quem disser que sabia o que estava acontecendo é mentira, porque ninguém sabia, entendeu? Só que a escalada da violência começou a nos preocupar. Como eu estava falando, as atitudes dos Black blocs começaram a chamar a atenção, a gente começou a tentar buscar informações... O governo não tinha um serviço de informação bom. Nós tentamos saber que tipo de infiltração poderia ter da direita, como isso funcionava, mas as informações eram muito precárias, a gente não dispunha de um arsenal bom de informação.

**M** – Que perfil o senhor acha que os Black Blocs tinham nesse período? Era composto por quem?

**G** – Aparentemente era um grupo de anarquistas que aproveitava aquele momento. São militantes da sociedade e tal e aproveitaram aquele momento de efervescência para externar e ter campo para a sua ação. Mas começaram a surgir informações de estímulos, que eles recebiam. Não sabíamos de onde vinha. Havia suspeitas de que havia forças de direita interessadas em estimular esse tipo de gente. A imprensa começou a exercer um papel de relevância na medida em que ela começou a abrir um espaço no noticiário muito amplo, até o ponto de, mais tarde, interromper programações, naturalmente dando um estímulo, quase que convocando para as manifestações. A gente também se deu conta, nesse momento, do papel das redes sociais...

**M** – Tinham esses comentários no governo já?

**G** – Já. E sobre tudo isso foi ficando claro quando nas manifestações começamos a ver nitidamente uma virada, um padrão de reivindicação e um padrão da participação. A classe média começou a ocupar esse espaço muito fortemente, com a redução da presença do MPL, o Movimento Passe Livre, que começou a refluir a sua participação, perdeu o controle, e esses outros setores foram ocupando. Nesse momento é que foi ficando evidente para a gente que havia financiamento dos carros de som, das convocatórias e tal. Nesse momento começaram a surgir as informações da organização dos movimentos de direita, organizados, dos financiamentos de entidades americanas para esses movimentos, e essa relação ambígua com os Black blocs que, de um lado, era um grupo de anarquistas e tal, mas também havia atos de violência que nitidamente pareciam coisa de infiltrado, para radicalizar, para provocar desestabilização.

**M** – Quais as medidas que o governo tomou nesse primeiro momento, no início? Quais foram as ações?

**G** – Teve um período de observação e de susto e de tentativa de diagnóstico. A gente chegou à conclusão que tinha que dar uma resposta, que tínhamos que dialogar com esse movimento. Eu vim para São Paulo muitas vezes para tentar falar com esse pessoal...

**M** – O senhor estava diretamente envolvido, não é?

**G** – Estava.

**M** – Havia, então, uma avaliação sobre as manifestações pelo governo? Já estavam fazendo uma avaliação?

**G** – Sim, sim. As cinco propostas, não lembro exatamente quais são...

**M** – Ah, os cinco pactos. Mas isso foi durante o período que teve as maiores mobilizações, não é, quando o MPL já não era mais o protagonista. Eu digo no início, quando tinha o MPL...

**G** – O início foi mais de diálogo, com o objetivo de discutir as alternativas, como já falei, uma tensão muito forte com São Paulo. A crítica que a gente fazia ao Haddad, por ele ter se ligado muito com o Alckmin, na tentativa de dar resposta ao movimento...

**M** – Ele fez até um pronunciamento junto com o Alckmin, deixou o Alckmin falar e tal...

**G** – E a gente torcendo, sinceramente, para que a coisa refluisse. Ao mesmo tempo assustados, porque percebíamos que já tinha ido além. Quando nos demos conta o movimento já tinha ganhado outra proporção, não tinha mais nada a ver com o passe livre. Ele rapidamente... A coisa da corrupção entrou, a classe média entrou e o anti Dilma e o anti PT entraram fortemente nesse momento.

**M** – A mídia conservadora vitaminou...

**G** – Exatamente. Detectamos fortes interesses da mídia, fortes interesses do capital financeiro, que daí virou conspiração mesmo. Eu lembro que o meu filho era estudante aqui em São Paulo e participava ativamente, e numa noite ele me liga da Paulista e fala “Pai, estou fora. Não vou mais nesse negócio não”, e eu perguntei o porquê, “Porque agora é só contra Lula...”, e mandou uma foto para mim de um cartaz de uma moça que segurava e estava escrito assim: “Protesto da classe média? Não. Protesto de quem paga o teu Bolsa Família”, era algo assim. Era ofensivo aos pobres, “Seu m\*. Protesto daqueles que pagam o seu Bolsa Família”, coisa assim. E aí aquele negócio de uma mão sem o dedo do Lula, “Cadê o dedo do Lula? Está no c\* do povo”. Era aquela coisa muito desrespeitosa, muito ofensiva. Aí desandou.

**M** – Eu participei também das manifestações e achava que o PT devia disputar por dentro as manifestações, e eu lembro que no início tinham essas pautas mais da questão da mobilidade. E teve um momento em que em algumas reuniões, de quem tentava organizar alguma coisa, tinha isso, essa provocação. Eu lembro que a gente discutia sobre quantas pessoas iriam para a rua, porque lá em Caxias do Sul foram 65 mil na manifestação. E a gente discutia, porque no

Facebook tinham 30 mil. Quantos vão para a rua? Eu lembro que um se inscreveu e disse “Depende. Se for na conta do Lula vai ser 4 mil, porque não tem o dedo e tal”, aquelas provocações preconceituosas e querendo que quem tivesse alguma filiação partidária não participasse mais.

**G** – É. Na minha memória, eu tenho dificuldade de lembrar das coisas, porque logo em seguida veio o “Não vai ter Copa”, ele já emendou. Aí agravou-se a situação fortemente porque ele se misturou com os interesses dos movimentos legítimos, dos movimentos de moradia, por exemplo, que protestavam contra a higienização que a Copa estava produzindo, contra a questão da remoção de favelas por causa dos estádios, das obras da Copa, por causa dos monotrilhos, das avenidas que se formavam e tal. Aí eu tive um envolvimento total. Eu andei em muitas capitais, fiz muitos debates. Fui vítima de ataques frontais, pessoalmente, assim. Lembro que no Rio de Janeiro chegou um cara no meio do debate e jogou um rolo de papel higiênico na mesa e falou assim “Esse é o ingresso da Copa de vocês”.

**M** – Agressividade, não é...

**G** – Muito forte.

**M** – O senhor chegou a ir pessoalmente na manifestação?

**G** – Muitas. Em Brasília eu lembro que a abertura da pré-Copa... Antes da Copa teve uma Copa das Confederações, o jogo foi contra o Japão, e eu fui lá. No início foram todos para o estádio com a Dilma. Eu fiquei lá fora e fui cercado. Tive um bate-boca com a molecada e tal, mas foi questão de... Os caras da minha secretaria ficaram desesperados porque acharam que eu tinha que ter cuidado pela minha segurança, e eu “Não, eu quero conversar”.

**M** – E qual era a política de relação com os movimentos antes das manifestações, antes daquele momento, do ápice, das manifestações de 2013? Como era a relação com os movimentos sociais?

**G** – A gente procurava manter um diálogo permanente do governo com os movimentos sociais, de longe. Nenhum governo teve um padrão de relacionamento, de diálogo, de conversa, de acolher demandas insuficientes, até porque havia um problema: você tinha uma porta aberta do governo para os movimentos, para diálogo, só que da porta para cá muitas vezes tinha uma dificuldade em trabalhar as reivindicações. Muitos setores do nosso governo, inclusive do PT, insensíveis a muitas manifestações, muito republicanismo, entre aspas, dizendo “Não, não podemos dar mais para esse do que para aquele”. Muita insensibilidade quanto à necessidade de formar alianças que fortalecessem os movimentos sociais. A presidenta Dilma muito refratária a esse diálogo, com muita dificuldade que ela tinha pessoalmente. Vou te dar um exemplo: o Minha Casa Minha Vida era tudo para as empresas. Tinha uma enorme dificuldade

porque ela não acreditava na capacidade de gestão dos movimentos, porque podia dar corrupção, podia dar não sei o que lá.

**M** – Eu lembro que no mandato a vereador do... A gente tentou fazer uma construção lá do Minha Casa Minha Vida entidades com a CONAM.

**G** – O nosso governo... A gente tem que reconhecer que fez um grande empenho e teve uma prática de diálogo muito intensa com os movimentos sociais. Agora, é preciso salientar um aspecto: o nosso diálogo era com os movimentos tradicionais, com os movimentos que até então a gente conhecia, os movimentos cuja organização, cuja cultura de organização corresponde àquilo que nós sempre entendemos enquanto movimentos organizados. Quando surge isso que é chamado de novíssimos movimentos, contra as lógicas de mobilização convocatória, de organização mesmo, através da presença massiva das redes sociais, a questão de ter relações mais horizontais, pelo menos em termos, porque também se discutia isso, e depois se mostrou que não eram tão horizontais assim... Nós ficamos, dá para dizer, deveras desconcertados. Nós não tínhamos instrumentos, não tínhamos cultura, não tínhamos sequer ponte para dialogar. Custou um pouco, a gente quebrou a cabeça até podermos abrir esse diálogo, e mesmo assim com muita dificuldade, seja pelo antagonismo com que eles se colocavam contra o nosso projeto, seja pela dificuldade mesmo cultural... Por exemplo: eu fiz aqui na Vila Madalena um debate com Black blocs, com o movimento... É muito difícil. Com o pessoal que praticava ações com os Black blocs. É uma coisa muito complexa, você está noutro mundo. Primeiro que eu sou velho, de outra geração; segundo que o anarquismo, o pseudo anarquismo, seja como for chamar, é uma coisa difícil de você dialogar em termos de objetivos, de pauta... Foi um exercício muito difícil para nós. Agora, quando o governo percebeu que a coisa tinha ganhado uma proporção muito grande, a Dilma foi generosa. Ela procurou chamar os ministros e, ao modo dela, dialogando e vendo o que era possível fazer. Daí surgiram as cinco propostas, os cinco pactos. A maioria deles, na prática, não entrou em ação de verdade...

**M** – O senhor reafirma que naquele momento o governo conversou e recebeu algum representante de algum movimento social ou pessoas envolvidas nos protestos?

**G** – Muitas vezes.

**M** – Tiveram reuniões com grupos, com movimentos?

**G** – Teve. Tiveram reuniões com o MPL, primeiro, e com todos os grupos de juventude que havia naquele momento. Houve uma reunião em Brasília em que se reuniram... A Dilma chamou todos os grupos de juventude que quisessem ir à Brasília.

**M** – Teve um debate com os rolezinho, não é?

**G** – Antes. Agora não sei... Mas teve com os rolezinhos. Foi um governo cuja postura foi de abertura, foi de conversa. Depois, com o negócio da Copa, com os diálogos da Copa a gente andou o Brasil, nas doze sedes, fazendo debates, fazendo conversa, recebendo, como já falei, protestos acalorados.

**M** – Eu lembro que teve um debate lá em Porto Alegre, acho que numa atividade Fórum Social Temático, em que o senhor esteve com um dos líderes do Fora de Eixo...

**G** – Exatamente.

**M** – As medidas que foram, no meio de junho, eu lembro que foi no dia 21 de junho, foi em rede nacional... Foi elaborado de que forma? De que forma foi a decisão para ela apresentar esses cinco pactos? Qual foi o grupo, de que forma se definiu?

**G** – Na verdade ela juntou o núcleo do governo e os ministros de áreas específicas e pediu sugestões. E também no resultado do diálogo com o pessoal, com os movimentos, houve sugestões. A história da reforma política, já que a história era combate à corrupção... Vem daí. As medidas contra a corrupção, o pacto... As outras medidas, me ajuda a lembrar. Não lembro quais são exatamente.

**M** – A questão da mobilidade urbana, a questão do Mais Médicos, do plebiscito da reforma política... Tem mais duas pautas que não lembro agora, mas enfim, eu cito na dissertação. Também procuro explicar um pouco essa história dos Black blocs e alguns movimentos.

**G** – As propostas são fruto desse diálogo com os movimentos e do diálogo interno com as áreas de governo que tinham a ver com essas áreas.

**M** – Tinha um comitê, foi criado um comitê de discussão, um Gabinete de Gestão de Crise em junho, no ápice das manifestações?

**G** – Sim, foi criado. Combinava com o pessoal do diálogo e com o pessoal da informação, que já naquele momento se detectada muito do ovo de serpente que estava colocado ali. Que aqueles movimentos não eram da espontaneidade, como parecia, que havia por trás interesses, forças e intenções claras. Daí fomos nos dando conta, com o andar dos tempos, que esse movimento não era nada inocente, que ele tinha... Não dá para dizer assim. Dá para dizer que essa onda foi devidamente aproveitada para insuflar todo um processo de contestação que veio, que depois se expressou também na Copa do Mundo e depois se expressou sobretudo no *impeachment*.

**M** – O Frei Beto dizia isso... Só para seguir o roteiro aqui. Então as avaliações dos protestos, da conjuntura do governo era mais ou menos essa que o senhor falou, de que a mídia mais conservadora, a direita, se aproveitaram, então, das manifestações de 2013 para insuflar, enfim, vitaminar um crescimento da oposição, na derrubada do PT e do governo Dilma.

**G** – Induzindo uma pauta muito interessante para ele, porque a Lava jato já estava ocorrendo, que era a pauta da corrupção. Quer dizer... O Jessé, num dos livros dele, analisa muito bem essa inflexão, como ela não foi nada inocente, como ela foi trabalhada.

**M** – O Jessé defendia a tese de que o golpe se aproveitou de 2013.

**G** – Claro. Eu concordo totalmente com ele.

**M** – Quem estava envolvido na avaliação daquele momento, no núcleo desse Gabinete de Gestão de Crise?

**G** – Zé Eduardo Cardozo, muito por conta do ministério. Eu estava envolvido, a Casa Civil...

**M** – Era o Mercadante.

**G** – O Mercadante, a Gleisi ainda... Acho que já era o Mercadante. Não tenho certeza. 2013 acho que ainda era a Gleisi. Acho que em 2014 era o Mercadante. A Gleisi saiu para ser candidata.

**M** – O senhor dialogava também com a Secretaria Nacional de Juventude? Com a Severine, não é?

**G** – Ah sim. Exatamente.

**M** – E o que o senhor considera que avançou dos cinco pactos pelo Brasil propostos pela presidenta Dilma? Quais foram as movimentações do governo para a realização dos pactos depois?

**G** – O pacto que seria o central, que era o plebiscito da reforma política, foi barrado imediatamente pelo Congresso, não tinham interesse nessa pauta, o que mostrava, inclusive, que não era para valer a mudança. Na área da mobilidade se fez, como já estava também a Copa se aproximando, se fez um investimento pesado nessa questão de investimento em transporte coletivo, em várias áreas. Eu não sei te quantificar isso. Mas foi dado um acento forte para isso. O Mais Médicos foi o extraordinário, não que ele tenha surgido ali, mas ele ganhou ali uma... É aquela história que diziam: nosso governo tinha melhorado a vida para dentro de casa, mas da porta para fora não tinha. Então por isso que a questão da mobilidade era a primeira. Eu não estou lembrado dos outros pactos... Mas deixa.

**M** – Esses eram os principais, não é, os que mais apareceram. Houve algum tipo de mudança no governo após junho de 2013, na estrutura de governo, na composição do governo devido às manifestações?

**G** – Mudança... Não.

**M** – Quais eram as impressões gerais...

**G** – Que eu me lembro não. Naquele momento, sobre a minha perspectiva, sempre tem um risco de confundir do que você soube depois e o que soube naquele momento. Então sempre é

um risco, não é. Mas a nossa expectativa, na verdade, é que em 2013 se encerrasse o processo. Tinha aquela bolha, que teve tudo isso, mas em 2014, com Copa do Mundo, outro clima, o Brasil... Nós estávamos muito otimistas naquela época, naquela coisa da Copa do Mundo. O Brasil era centro do mundo, aquela coisa. Então foi muito amargo para nós perceber que não, que aquilo era uma vã, uma ingênua ilusão nossa, porque ganhou corpo o grande movimento de protesto contra a Copa do Mundo, com agravante, aí a esquerda do movimento social abraçou forte essa bandeira. Os movimentos tipo MTST, o próprio MST, entraram pesado nesse protesto com outra vertente em relação aos desabrigados, aos atingidos pela Copa. Foi havendo um movimento crescente que se tornou muito poderoso também. E naturalmente a direita estava junto, fazendo seus protestos, aquela coisa toda, tentando transformar aquilo que era uma grande... O duro para nós, o doloroso foi... Isso foi muito doloroso para a gente entender. Aquilo que tinha sido uma vitória fundamental lá atrás, a conquista da Copa no Brasil, da Olimpíada, se transformava em um elemento de extrema dificuldade, até porque nos dávamos conta também que tinha havido erro no passado e que, por exemplo, a projeção desses estádios mega em Cuiabá, em Natal... Não foi uma coisa adequada.

**M** – O pessoal falava muito no padrão Fifa, não é.

**G** – Exato. Então eu quero registrar com muita honestidade que foi muito doloroso e havia até uma certa... Eu fiz uma expressão equivocada na época e dizia que era como se fosse uma ingratidão que se sentia. Você trabalhou tanto e no fim você leva uma porrada dessas. Mas era próprio daquele momento, que a gente estava tentando entender ainda essa ação.

**M** – Eu lembrei de um dos pactos também, que foi a questão dos *royalties* para a educação.

**G** – Exatamente. Esse nós levamos a cabo e conseguimos.

**M** – Esse foi significativo. Enquanto alguém que tem um histórico de militância, como o senhor tem, praticamente da vida toda, como o senhor viu ou vê esses protestos de 2013 e essa luta que acabou acontecendo de 2013 para cá?

**G** – É uma análise, um processo extremamente complexo que até hoje a gente ainda tenta digerir, compreender. Tem claro para mim o seguinte: havia um problema na conjuntura, naquele momento, que era a seguinte: nós tínhamos feito oito anos do governo Lula, sobretudo na segunda metade do governo, no segundo governo Lula, um governo muito exitoso, em que tínhamos superado uma crise econômica internacional. Projetávamos a possibilidade de continuar esse crescimento, continuar esse governo. Veio a crise econômica, nós tínhamos dificuldade de trabalhar essa crise, o governo cometeu erros na gestão econômica... Mas nessa hora foi ficando claro também que os oito anos do Lula, e mesmo os quatro anos da Dilma, tinham cometido alguns equívocos que permitiram que essas manifestações ganhassem um

caráter diferente do que poderia ter ganhado. A existência das manifestações é absolutamente natural, é próprio da democracia, da ebulição democrática, e quanto mais direitos você consegue permitir que as pessoas alcancem, mas elas vão exigir novos direitos, com um grau maior de consciência e exigência.

**M** – O Lula chegou a falar isso também.

**G** – Só que o fato de não termos trabalhado no simbólico, de não termos sido um governo pedagógico que juntasse a inclusão econômica com a necessária inclusão cultural, política, através de processos de comunicação, através de processos do que eu chamaria de um governo pedagógico, ou seja, da reflexão sobre as conquistas e o significado delas e não ter usado o sistema de educação popular e o sistema de comunicação intensamente para trabalhar na contra hegemonia do pensamento dominante, do consumismo, da violência, desse ranço de classe média das pessoas que quando têm alguns bens rapidamente adquirem, fez com que houvesse uma absoluta cooptação desses setores que tinham sido incluídos por nós... Não absoluta, mas enorme, para um pensamento conservador e que frente à pauta moral, à manipulação da pauta moral, rapidamente transitou para uma oposição a nós.

**M** – O André Singer escreveu sobre isso dizendo que teve a classe média nas manifestações de 2013, mas também teve o chamado novo proletariado, aquele que teve ascensão no governo Dilma e que acabou absorvendo essa crítica ao próprio governo.

**G** – É a esse setor, sobretudo, que eu me refiro. Mas no conjunto da sociedade, se eu pudesse dizer que houve uma falha muito grande nossa, foi exatamente nessa perspectiva. E uma visão equivocada, que tem que tomar cuidado para formular, que é a seguinte: de um republicanismo que leva a uma neutralidade às relações complicado. Te dei o exemplo do Minha Casa Minha Vida, em que nós preferimos entregar tudo para as empreiteiras e não para os movimentos sociais, quando nos movimentos sociais se fazia casa mais barata e melhores. O Bolsa Família, o controle do Bolsa Família, ao invés de ser um controle feito com comitês de cidadania e tal, entregamos tudo para as prefeituras. Nós investimos pouco em usar a máquina e usar o governo para alavancar, digamos, a consciência e a organização social, e pagamos um preço, nós facilitamos.

**M** – O senhor gostaria de destacar algo para finalizarmos?

**G** – Eu só quero dizer o seguinte: que os fatos posteriores, e eu quero dar razão para o Jessé, foram mostrando como, de fato, o Brasil passava, estava sendo monitorado, e como a emergência do Brasil por conta da retomada do Mercosul, de comunidades latino-americanas, CELAC, a fundação dos BRICs, banco dos BRICS, o pré-sal... Tornou o Brasil num *player*, um ator mundial muito fiscalizado e alvo de interesses. Evidentemente não interessava ao

grande poder do capital financeiro internacional, das grandes petroleiras, da hegemonia norte-americana permitir que esse passeio continuasse. E que, portanto, eles trabalharam de maneira muito competente para ir iludindo a nossa base, para ir criando no país um clima, uma ação, uma contra ação, na verdade, que fosse nos corroendo, nos destruindo. Para isso se usou a Lava jato, para isso se usou todo o aparato jurídico de perseguição a nós, e para isso caiu como uma luva no colo deles esse descontentamento popular que eles souberam trabalhar, manipular e dirigir contra a gente. **M** – Certo.

#### **APÊNDICE F - ENTREVISTA COM GILBERTO SPIER VARGAS – “PEPE VARGAS”**

**M** – Mestrando Cristiano Cardoso (entrevistador)

**P** – Pepe Vargas (entrevistado)

**M** – Bom dia. Estou entrevistando Gilberto Spier Vargas. Atual deputado federal. Deputado estadual eleito pelo Partido dos Trabalhadores e no momento das manifestações de 2013 era Ministro do Desenvolvimento Agrário. Bom dia, Pepe. A ideia, então, da pesquisa é desenvolver o olhar e os modos de decisão do governo durante as manifestações de 2013 e o que o governo Dilma procurou fazer. Como ele compreendeu essas manifestações e quais foram as ações após esse período. Então eu vou dividir em três blocos, que é a questão da sua militância no movimento social, depois a sua militância no Partido dos Trabalhadores e depois o olhar, que é o nosso foco, do governo Dilma. Lembrando que o foco da pesquisa é a questão das manifestações de 2013 e a sua relação com o governo Dilma e a sua relação com os novíssimos movimentos sociais. Me conta, Pepe, um pouco da tua formação escolar e acadêmica.

**P** – Eu fiz o... Na época que eu estudei era primário, ginásio e científico, antes da reforma da ditadura, da reforma de 1968, então eu sou daquela geração que fazia cinco anos de ensino primário, quatro anos de exame de admissão ao ginásio, e aí fazia quatro anos de ginásio e três anos de, no meu caso, científico, mas tinha quem fazia a escola normal, que era para fazer o magistério clássico. Mas eu fiz o científico. Eu sempre estudei em escola pública, mas quando eu fui fazer o científico... Naquela época acima de 14 anos já podia trabalhar de carteira assinada. Então quando eu cheguei ali nos meus 15 para 16 anos eu já comecei a trabalhar. Trabalhava como auxiliar de escritório, então eu trabalhava de dia e estudava de noite. O científico eu fiz de noite. Depois eu passei no vestibular para Medicina na Universidade de Caxias do Sul, que é de natureza jurídica privada, embora seja uma universidade comunitária, não tem um dono propriamente dito, não é confessional, não tem um capitalista que seja dono,

enfim... Ela é de natureza jurídica privada, portanto, paga. Mas eu consegui concluir a universidade graças a um programa que a ditadura militar criou, que foi uma das formas que a ditadura criou para se legitimar socialmente, para setores médios da população, digamos assim, que era o chamado Crédito Educativo. Então famílias que tinham renda mais baixa, não pobres, obviamente, porque naquela época pobre não chegava na universidade, mas a classe média mais remediada, de extratos de renda mais baixa, conforme a renda familiar podia se credenciar no Crédito Educativo, ou seja, tu estudavas, o governo pagava a universidade e depois de formado tu pagarias esse crédito que tu recebeste para poder estudar. Então eu fiz a faculdade graças ao Crédito Educativo da ditadura militar. Então essa foi a minha formação, foi em Medicina.

**M** – Me conta a tua história de militância no movimento social. Qual foi o teu primeiro contato com o movimento social, se foi quando você era criança, na adolescência... Como foi essa relação, assim... Você despertou para a política? Começou a ter outra visão de mundo? Como foi esse processo?

**P** – Veja bem... Minha primeira lembrança, assim, de alguma coisa da política é de 1968, por conta das eleições... A ditadura acabou com os partidos, não é, forçou o bipartidarismo, então só tinha a Arena e o MDB. O movimento de oposição ao governo ditatorial era o MDB. Então em Caxias do Sul não era área de segurança nacional, então... Eu digo isso porque nos municípios que eram área de segurança nacional só se elegiam vereadores, não tinha eleição para prefeito. Lembrar que não tinha eleição para presidente, para governador, não tinha eleição para prefeito nas capitais e nos municípios que eram área de segurança nacional e eram capitais de estado... Só tinha eleição para vereador, mas Caxias, como não era área de segurança nacional, então tinha eleição para prefeito e para vereador. Em 1968 teve eleições. Os meus pais eram simpatizantes do antigo PTB, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Getúlio, do Jango, do Brizola... Essa era a referência deles. Meus pais eram contra a ditadura militar, então na eleição de 1968 o meu pai fazia campanha para os candidatos do MDB e o MDB ganhou a eleição. Eu me lembro que nós fomos para a carreata da vitória do MDB. O meu irmão, que é um ano e meio mais velho que eu, imagina... Eu tinha 10 anos. O meu irmão sempre foi um cara muito habilidoso em desenhos, arte... Tanto que teve uma época da vida dele, logo muito jovem, ele foi trabalhar numa agência de publicidade porque ele sabia fazer a arte final. Então o meu irmão pintou com têmpera, não é, o carro do pai para nós irmos na carreata da vitória do MDB. Então essa é a primeira lembrança já de oposição à ditadura, com o MDB, coisa e tal. Mas o pai levava o jornal para casa e eu sempre fui muito ávido por leitura, então eu muito precocemente lia jornal, eu me lembro também...

**M** – Com 10 anos já gostava de ler...

**P** – Era por uma curiosidade. Como eu sou o mais novo da família, nós somos 4 irmãos, então eu fui o último a ser alfabetizado, obviamente, então as minhas irmãs liam gibi, liam fotonovela, que é uma coisa que não existe mais, e liam livros, e meu pai e minha mãe sempre foram de ler bastante, sempre teve muito livro na nossa casa. Então eu via eles lendo e eu queria ler e eu não sabia ler ainda, então eu pegava as fotonovelas, pegava gibis, pegava as enciclopédias que tinha lá... Naquele tempo não tinha internet para as pessoas irem atrás das informações... Então eu pegava aquelas enciclopédias e ficava olhando as figuras, as fotografias e ficava imaginando o que era aquilo, e pedia para as minhas irmãs lerem para mim, então elas liam para mim os gibis, as fotonovelas, as enciclopédias... Quando elas tinham saco de ler, porque elas queriam também fazer as coisas delas. Então quando eu fui alfabetizado eu devorava tudo, eu lia enciclopédias, fotonovelas, gibis e eu lia o jornal quando o pai trazia. Eu me lembro também por essa época, 1969, por aí, não era 1970... Eu lembro também que a gente morava num lugar, depois a gente mudou e isso foi nesse lugar mais antigo que a gente morava, em Caxias. Em 1968 ou 1969. Eu li na Folha da Tarde, como chamava, que era da Companhia Caldas Júnior, que tinha o Correio do Povo, o Correio da Manhã, Correio da Tarde... Era uma coisa assim... O pai trazia o Correio da Tarde e lia e depois eu pegava para ler. E eu li no Correio da Tarde uma notícia que me chamou a atenção, que era a seguinte: um vereador de Porto Alegre tinha sido preso e o nome dele era Índio Vargas. Me chamou a atenção porque ele tinha o mesmo sobrenome da gente. Eu lia aquilo e dizia que ele tinha sido preso por ter se envolvido com atividades subversivas para a implantação de uma ditadura comunista no Brasil. Aí eu perguntei para o pai se era parente nosso e ele disse que não era. Eu perguntei para ele o que era um subversivo e a resposta que ele me deu é que uma pessoa subversiva era uma pessoa contra o governo militar. Eu perguntei para ele o que era comunismo e ele me deu uma explicação que era... Ele não deu uma explicação ruim, pelo contrário... Ele deu uma explicação de algo que... Embora ele não fosse militante do Partido Comunista ele tinha muitos amigos, isso fiquei sabendo depois, que eram do Partido Comunista. Então a explicação que ele me deu foi que o comunismo era um lugar, não lembro o termo exatamente que ele usou, mas era uma sociedade, um país, coisa do gênero... Mas era um lugar onde as pessoas eram iguais, onde não tinha pobre, nem rico e todo mundo teria as mesmas oportunidades, alguma coisa assim. Óbvio que...

**M** – O desafio era traduzir o que era comunismo para uma criança.

**P** – É o que a minha memória tem. Um guri de 10, 11 anos de idade... Eu nunca tive isso, assim... Depois mais ou menos nessa época teve o assassinato do Che Guevara. E tinha uma

revista, se não me engano era a revista Realidade, que publicou os diários do Che Guevara, e publicou os diários dele na Sierra Boliviana. E eu li aquilo, mesmo com tenra idade, porque me chamava a atenção aquilo que o cara foi. O que eu me lembro do que eu li, até gostaria de ter acesso a isso para ler de novo, mas o que eu li e eu me lembro que ficou na memória era o seguinte: o cara que alfabetizava, que lá relatava que ele ensinava, alfabetizava os camponeses analfabetos em plena guerrilha, enfim.

**M** – Adequou à tua realidade...

**P** – Me chamou a atenção isso, o cara que alfabetizava. Então sempre tive uma visão assim, seja por família... Óbvio que minha família foi decisiva para isso. Mais tarde, quando eu tinha 14 anos, 15 anos, acho que eu já estava trabalhando, então eu tinha 15 para 16 anos... O meu irmão mais velho também já trabalhava e ele, em determinado dia, trouxe para casa um jornal chamado A Voz Operária, que era um jornal clandestino... Isso era por volta de 1974... Ele trouxe esse jornal chamado A Voz Operária, que era clandestino, do Partido Comunista Brasileiro. E a gente lia e queimava ele, porque a orientação era essa, de ler e queimar. Meu irmão nunca militou no Partido Comunista, nunca foi militante. Aliás, meu irmão nunca militou em partido nenhum, mas alguém entregava para ele e ele não me dizia quem era. Eu só fiquei sabendo quem entregava esse jornal para ele muitíssimos anos depois, fiquei sabendo em 1994, imagina... 20 anos depois. Quando eu fui eleito deputado estadual a Zero Hora fez um conjunto de matérias com os deputados eleitos e eu contei essa história na matéria da Zero Hora. E a gente tinha por hábito, era fim de ano, a gente tinha por hábito sempre fazer o Natal na casa do pai e da mãe, e foi ali na semana da véspera do Natal que saiu essa matéria, e meu irmão, na janta natalina, nós conversando e ele falou “Pô, sabe que eu não lembrava mais dessa história”. E eu disse “Pois é, e tu nunca me contaste quem é que entregava o jornal para ti...”, “Então vou te contar, era o Walmor Wicteky”.

**M** – Olha só...

**P** – O Walmor tinha sido candidato a vice... Eu tinha feito campanha para o Walmor Wicteky em 1982, como candidato a deputado federal pelo PT já, e em 1992 eu fui candidato a prefeito pelo PT e o Walmor era vice. E o Walmor também nunca me contou isso. Aí eu peguei o Wicteky um dia e disse “Pô, Wicteky, como que tu não me diz que tu passavas o jornal para o meu irmão?”

**M** – Estava te dando a linha já...

**P** – E ele disse “Bah, nem lembrava mais dessa história” (risos). Então essas coisas foram meio que decisivas na minha formação, enfim, isso foi me levando a ter uma compreensão. Quando eu fiz o ginásio e o ensino científico não tinha grêmios estudantil, os grêmios estavam

fechados... Tinham os centros cívicos, como eram chamados, que sequer os estudantes tinham o direito de eleger, não tinha aluno, nada disso, nem grêmio estudantil. Tinha centro cívico, que era escolhido... Tinha o representante de turma, que era a turma que elegia. Eu até fui, numa ocasião, representante de turma, mas a visão que as direções das escolas tinham na época, que eram direções de escolas não eleitas, foram nomeadas pelo Secretário de Estado...

**M** – Seguindo uma linha ideológica...

**P** – ...Que era nomeado por um governador não eleito pelo povo, que era nomeado pela ditadura... Então ser o representante de turma era meio que ser o dedo-duro da turma. Se alguém não estava se comportando bem tinha que dizer. E eu não aceitava, nunca aceitei. Eu me lembro que para se eleger no centro cívico eles chamavam os representantes de turma, mas era a direção da escola que dizia quem seriam os membros do centro cívico. Eram os puxa-sacos, os caras que não incomodavam, que não eram considerados problema. Óbvio que nessa faixa etária o aluno não era exatamente politizado ainda, mas é aquele que fica no quadradinho, coisa e tal. Então como eu também era representante de turma e não queria cumprir esse papel obviamente não fui para o centro cívico. Lembro inclusive quem foram os escolhidos do centro cívico. Não vou falar até por respeito a essas pessoas, porque não necessariamente eram pessoas de direita ou coisa do gênero. Alguns deles são hoje, eu vejo. Mas deixa lá, por questões éticas eu prefiro não falar.

**M** – Se em algum momento você quiser que a gente tire alguma parte da entrevista fique à vontade.

**P** – Não, não. As pessoas são também produto do meio em que vivem, as condições sociais das suas épocas vão moldando, as suas famílias, os meios em que eles convivem vão moldando um pouco. Então não tinha possibilidade de militar no grêmio estudantil questionador da ordem. Então a forma que a gente fazia, de fato, para expressar a nossa oposição ao regime era a eleição. Por exemplo: em 1974, quando eu já lia lá *A Voz Operária* e coisa e tal, teve eleição, em 1972 teve eleição e aqui em Caxias ganhou a Arena, não o MDB. Nós fazíamos campanha para os candidatos do MDB. Em 1974 teve eleição para senador e deputado federal e estadual. E foi aqui no Rio Grande do Sul uma eleição muito polarizada. Como não tinha eleição para governador... Era o Brossard o candidato ao senado pelo MDB e o Nestor Jost pela Arena. Nós fazíamos campanha para o Brossard. Fiz campanha para o Brossard para senador, fiz campanha para o Nadyr Rosseti, que tinha origem no antigo PTB, para deputado federal, e para o Júlio Costamilan para deputado estadual, que também teve origem no antigo PTB. Inclusive elegemos o Brossard. E foi uma eleição fantástica, porque a ditadura tomou uma surra nas urnas em todo o Brasil em 1974, tanto que eles criaram os senadores biônicos, que

era um senador a mais escolhido pelo ditador de plantão para eles terem a maioria no Congresso Nacional. Então era uma forma concreta. Em 1976 também teve eleição e eu fiz campanha para o Mansueto para prefeito, fiz campanha para o Rigotto para vereador... Seria bom fazer campanha para o Sartori, que era meio ligado ao Partido Comunista, mas eu fiz campanha para o Rigotto porque a gente é primo, não é. A mãe dele era irmã do meu pai e era bom, era um cara contra a ditadura, defendia a democracia... Elegemos ele vereador, inclusive. E o Sartori também se elegeu vereador em 1976. O Mansueto foi eleito prefeito. Bom, aí quando eu entro na faculdade já é outro momento, já tinha tido Anistia Política, nós estávamos no processo de abertura lenta e gradual e controlada da ditadura, mas já estava se abrindo. Quando surge... Eu entro na universidade e tem um movimento pró-reconstrução da UNE e também é o momento em que começa a ter a possibilidade de se reorganizar os partidos políticos. Nós ganhamos a eleição do DCE, inclusive em 1979, e a nossa gestão... Eu não era da diretoria. O nosso grupo, a chapa que nós defendíamos, chamava Grupo Renovação, ganhou a eleição do DCE e nós organizamos, no início dos anos de 1980, a direção do DCE organizou debates em que todos os partidos políticos, que estavam se formando na época, vieram fazer palestras e coisas. Quem veio aqui para Caxias, se não me engano, foi o Henrique Santillo, que era um parlamentar que já tinha um mandato e veio para a construção do PT. E o nosso grupo, a maioria do nosso grupo de movimento estudantil acaba aderindo à construção do PT porque tinha aquela ideia do partido formado de baixo para cima, etc. Mas aí já tinha um grupo organizado do movimento estudantil, já começa a surgir o PT... Tu passas a ter uma militância mais organizada.

**M** – Nós já vamos entrar no segundo bloco, que é a questão do Partido dos Trabalhadores. Só para fechar esse bloco da tua militância social...

**P** – No movimento estudantil obviamente eu tinha uma atuação. Eu fui presidente da Associação de Turma, a ATM, como a gente chamava, a Associação de Turma de Medicina. Fui presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que na época eram Diretórios Acadêmicos chamados de Centros, não era Diretório por curso, e no nosso caso era Medicina, Educação Física e Enfermagem. Inclusive quando eu era presidente do Centro a turma da Enfermagem quis criar o Diretório Acadêmico da Enfermagem... Nós demos total apoio. O primeiro Diretório Acadêmico por curso foi o da Enfermagem, lá na universidade. E eu era o presidente do Diretório Acadêmico do CCBS e mesmo assim concordamos com o desmembramento da turma da Enfermagem porque eles conseguiram... Ali foi uma jogada do pessoal... Eles tinham força na Enfermagem, mas mesmo assim nós não nos opomos, deixamos eles formar. Apoiamos, inclusive, a criação do Diretório Acadêmico.

E depois fui para a direção da União Estadual dos Estudantes por duas gestões, então ali eu tinha a militância. Quando eu me formei já tinha PT... Em 1983 eu já era da Executiva Municipal do PT.

**M** – Então foi nesse período que... Enquanto estava na faculdade ainda então?

**P** – Sim, sim. Em 1983 eu já era da Executiva Municipal do PT. A Geci era presidente, infelizmente já falecida, o Wicteky também já faleceu...

**M** – Tem aquela famosa foto, da reunião na igreja, na Mitra, eu acho...

**P** – A primeira reunião do PT que eu fui foi na Câmara de Vereadores, no tempo que a Câmara era no edifício do Mútuo Socorro, a Câmara velha. Fui eu e dois colegas da Faculdade de Medicina, nós fomos os três assistir à reunião do PT. Foi uma reunião, inclusive, meio problemática, meio que nos frustrou um pouquinho.

**M** – Segura um pouquinho, para fecharmos o bloco... Você chegou a militar em outro espaço de movimento social? Essa questão do movimento estudantil...

**P** – Quando eu estava na faculdade era o movimento estudantil, mas veja bem... Nós tínhamos enquanto movimento estudantil uma visão de que o movimento estudantil devia apoiar a luta dos trabalhadores onde quer que fosse. Então, por exemplo, teve lutas de moradores de bairros, de ocupações antigas, que tinha tentativa de reintegração de posse, e nós enquanto movimento estudantil ia lá dar apoio para eles. Teve greves de trabalhadores, nós íamos lá dar apoio para eles. O DCE na época tinha uma impressora, uma duplo ofício... Muitos boletins de chapas de oposição, muitos boletins de sindicatos, de movimentos sindicais da cidade, eram feitos lá no DCE nesta impressora duplo ofício, que tínhamos e colocávamos à disposição dos movimentos. Inclusive, muitas vezes, algum movimento desses não tinha dinheiro e o DCE tinha essa visão que tinha que apoiar a luta pela democracia, e nós bancávamos.

**M** – Tinha essa articulação com outros movimentos sociais...

**P** – Tinha essa articulação com os movimentos sociais, mas a minha militância mesmo era no movimento estudantil. Só depois que eu me formei é que fui militar noutras áreas. Sempre no partido.

**M** – O que você destacaria como mais relevante desse período da militância social, do movimento estudantil?

**P** – A reconstrução da UNE, a reconstrução da UEE. Aqui em Caxias eu já estava na universidade, mas houve a reconstrução da UCES, nós apoiamos, os estudantes secundaristas, para reconstruir a UCES... As greves que a UNE chamou. E nós fizemos um movimento específico que foi o boicote às universidades, para forçar que reduzisse o valor... Ah sim! E a greve que a gente fez contra os exames de proficiência. O que era o exame de proficiência:

passava no vestibular e aí depois ia para o básico, já fazia algumas disciplinas da tua faculdade específica, mas tinha o curso básico. Tinha uma coisa bacana no básico, que tu tinhas contato com estudantes de vários cursos. Quando tu ia fazer lá “Estudo de problemas brasileiros”, “Metodologia científica” ... Eram disciplinas... Só que tu fazias essas coisas e tinha que fazer os exames de proficiência de acordo com a tua área. No meu caso, que era a área da saúde, eu tinha que fazer uma língua estrangeira, língua portuguesa, biologia, química, se não me engano, e uma língua estrangeira. E tinha que pagar para fazer essa m\*, era uma forma de extorquir ainda. Aí nós fizemos uma greve, no primeiro semestre, logo que eu entrei na faculdade teve uma greve dos estudantes do básico contra o exame das proficiências, e ganhamos. Eles acabaram. Tanto que eu não precisei fazer. Não fiz porque acabamos com a proficiência, essa greve. Acabou extinguindo o exame de proficiência.

**M** – E para a gente encerrar esse bloco, quais eram as tuas referências de militância nesse período de vida, de militância? Modelos que você tinha de mais importante nesse período.

**P** – Até por tudo o que eu te falei, eu tinha uma referência marxista, antes de entrar para a faculdade. A partir da abertura, inclusive, a gente teve a oportunidade de comprar livros, os clássicos do marxismo, em português. Porque os primeiros que eu li eram em espanhol, sem nunca ter estudado espanhol. Tinha que pegar um dicionário de espanhol-português porque não tinha como entender tudo, obviamente, mas por outro lado favoreceu, ter facilidade para ler em espanhol, mas sempre tem uma palavra e outra que tu não sabes o que é, então tinha que ter um dicionário do lado para entender. Mas eu já tinha essa referência, assim, no socialismo e coisa e tal, mesmo antes de militar mais organicamente no movimento estudantil. Isso foi se acentuando com o PT mais ainda.

**M** – Tinha algum autor, algum militante...?

**P** – O que a gente lia era... Eu lia muita coisa do Che, do Lenin, do Marx, do Engels, Rosa Luxemburgo, do Trotsky depois também... Mas o Trotsky foi mais adiante que eu tive contato, eu já era militante. Já era 1981, 1982 quando eu comecei a ler coisas do Trotsky. Esses clássicos todos aí. Eu acho que teve um problema na nossa formação, pelo menos naquele período, na minha experiência. Ah, o Florestan Fernandes a gente lia, era um dos que eu ia te dizer... Desses grandes caras, assim, que pensaram o Brasil pela esquerda o que eu li naquele período foi o Florestan, ele estava vivo ainda. Eu tive a oportunidade uma vez de assistir a uma palestra dele, maravilhosa, lá na USP. Mas, assim, logo naquela fase ali a gente lia pouco, tipo, o Caio Prado Júnior... Só depois eu fui ler o Aurélio, o pai do Chico, o Aurélio, não é?

**M** – O Sérgio Buarque de Holanda.

**P** – Sérgio Buarque de Holanda eu fui ler muito depois. O Darcy Ribeiro muito depois... O Milton Santos só fui descobrir muito depois. Então teve muitos caras desses, assim, que são importantes, caras que pensaram o Brasil, que eu fui ler depois, devia ter lido naquela fase e fui ler depois. Porque senão tu ficava muito eurocentrista, então acho que isso daí foi uma falha na minha formação. A gente lia o Samuel Pessoa, no nosso caso da saúde... Os eurocomunistas lá do Partido Comunista Italiano, o Giovanni Berlinguer, no caso da saúde... Foram caras importantes para a gente ter uma visão disso também.

**M** – Certo, Pepe. Vamos encerrar esse primeiro bloco sobre o movimento social e a tua militância e formação acadêmica para passar, então, para o bloco da relação partidária. [...] Vamos começar o segundo bloco, que é sobre a questão da relação partidária, construção do PT, tua militância no Partido dos Trabalhadores. Como foi o início, você já falou um pouco... Você foi numa reunião do partido na antiga sede da Câmara dos Vereadores, no Mútuo Socorro, que foi uma reunião um pouco tumultuada. Como foi esse início, o processo de contato com o Partido dos Trabalhadores?

**P** – Primeiro é importante dizer o seguinte: a greve do ABC, quando surge a figura do Lula com expressão nacional, aquilo foi algo que para o jovem que já tinha uma visão minimamente de esquerda, etc., com preocupações sociais, aquilo foi... Não teve como alguém não acompanhar aquilo, da nossa geração, aquilo foi um troço fantástico, então já havia uma empatia, uma solidariedade ao movimento dos operários que estavam em greve. Aí quando esse líder operário, logo em seguida, começa a falar do Partido dos Trabalhadores óbvio que isso foi importante. No caso do movimento estudantil nós tínhamos um grupo que se chamava Grupo Renovação, mas esse grupo era heterogêneo, tinha de tudo ali dentro. Desse Grupo Renovação alguns foram para o MR8, para o PDT e a maioria veio para o PT. Tinha uns caras que eram meio anarquistas, assim, mas anarquista de ler Bakunin mesmo, que acabaram enveredando para o anarquismo. Era um grupo heterogêneo que tinha uma base de unidade um pouco contra um certo imobilismo que o Partidão tinha, porque o Partidão tinha uma certa hegemonia no movimento estudantil, o setor jovem do MDB. E depois o setor jovem do PMDB, quando pode ter os partidos. Como o Partidão fica lá no MDB e no PMDB ele tinha um setor jovem... Então ficava uma coisa que tu não sabias muito bem quem era só do setor jovem do MDB e quem era do Partidão. Alguns a gente sabia que eram militantes do Partidão e outros a gente até não sabia se era, ficava na dúvida. Mas eles tinham uma hegemonia no movimento e o Renovação surge meio crítico àquilo, porque o Partidão tinha uma posição na época, a grosso modo, que era o seguinte: conquistamos a abertura política, uma abertura lenta, gradual e restrita, e temos que ter um certo cuidado para não ter um fechamento do regime de

novo. Então isso levava também, muitas vezes, a que eles não compreendessem determinadas coisas. Quando surge o movimento do PT, inclusive, eles são críticos ao movimento de criação do PT, dizendo que o PT era uma infiltração para tentar enfraquecer o Partido Comunista; o PCdoB teve a mesma posição. Eles tinham posições antagônicas sobre a construção do PT. Óbvio que nós não tínhamos identidade com aquilo que estava acontecendo, então aquilo não nos atraía. O Renovação se criou um pouco sobre esse certo imobilismo do Partidão em algumas coisas. E surge o movimento do PT, eles são contra, e a maioria da nossa turma tinha simpatia pela criação do PT, e dentre outras correntes do movimento estudantil tinha o pessoal da Libelu, Liberdade e Luta, que era o pessoal... Que eram da organização política que já existia, entre outras. Várias existiam antes do PT e parte delas vieram para a construção do PT. O grupo que criou a DS, tinha o pessoal que depois criou PRC, que num primeiro momento não veio para o PT, veio só depois do colégio eleitoral, quando eles romperam definitivamente com o MDB. A gente tinha contato com tudo isso daí. Quem foi que acabou dialogando mais conosco? Quem defendia o PT, quem defendia que tinha que construir o PT. Então, no meu caso específico, o pessoal da Libelu era contra bem no início, diziam que era um movimento social democrata, não sei o que... Quem veio conversar conosco para dizer que tinha que construir o PT foi a turma da DS. Para construir um partido socialista que se proponha a superar a sociedade capitalista a primeira coisa é que esse partido tem que ter independência de classe e o PT defende um partido dos trabalhadores, construído e dirigido pelos trabalhadores. O manifesto de fundação do PT diz que, já em fevereiro de 1980, quando surge o manifesto e depois o documento do primeiro congresso, do primeiro encontro nacional, enfim, que é o discurso que o Lula faz, o que, inclusive, foi feito um livrinho, a gente distribuiu o livrinho e discutiu o livrinho... O Lula dizendo...

**M** – Antes do colégio eleitoral?

**P** – Depois do colégio. O manifesto não fala em socialismo. O manifesto diz que o PT luta por uma sociedade sem explorados nem exploradores, o manifesto diz isso. Até é bom resgatar esses documentos históricos aí, mas se não me engano o manifesto dizia isso, não era claramente falado em socialismo.

**M** – O Lincoln fez um livro muito bom sobre a história do PT, a questão das correntes internas.

**P** – Se pegar lá no site ou lá na fundação Perseu Abramo... O manifesto fala isso, uma sociedade sem explorados, nem exploradores. Não fala em socialismo. O discurso do Lula nesse encontro fala em socialismo, a construção de uma sociedade socialista, e faz uma crítica à social democracia e faz uma crítica às experiências do socialismo real, dizendo o que é esse

socialismo, algo a ser construído. A turma da DS nos dizia isso, “Tem que construir o PT, nós vamos lutar para construir o PT enquanto um partido revolucionário, socialista, etc.”.

**M** – Você diz a turma da DS que vinha de Porto Alegre, já estavam se construindo aqui?

**P** – Não, a turma que a gente conheceu no movimento estudantil. O pessoal que estava no DCE da UFRGS naquela época, não é. Também era ligado à DS já... E quando começa o PT aí a gente encontra mesmo até quem não é do movimento estudantil. Encontra dentro do PT outras figuras, mas aí dentro desse grupo a gente acaba, alguns companheiros, a assumir a DS e foi em 1981 que o núcleo da DS se construiu dentro do partido. No caso era eu e mais dois companheiros. Bom, tinham outros que não eram organizadores da DS, mas, enfim... O que nos levou para a DS foi o fato de ela defender o PT, enquanto outras forças políticas, como o PRC, ainda nem era PRC, era outro nome, o pessoal do Partidão, do PCdoB e da Libelu naquela época diziam que não, não era para construir o PT. E essa turma dizia que tinha que construir o PT. E outras forças também... Pessoal do antigo Jornal Companheiro... Essa turma também veio para a construção do PT, entre outros. Mas a primeira reunião que eu fui do PT eu ainda não estava na DS nem nada, foi uma reunião meio frustrante, quase que aquilo meio que me afastou um pouco de seguir nas reuniões. Nós tínhamos o prefeito, que ajudamos a eleger em 1976, mas o Mansueto não foi para o PMDB, ele foi para o PDT do Brizola, e a maioria do secretariado dele foi para o PMDB. A turma que era ligada ao Simon, ao Júlio Costamilan, ao Sartori, que era próximo ao PCB, a turma ligada ao Rigotto... Esses caras não foram para o PDT, eles foram para o PMDB, com a liderança maior do Simon, e aí o Mansueto ficou num grupo pequeno e como o PT estava se constituindo ele ofereceu para o PT, que estava se organizando na cidade, a possibilidade do PT entrar no governo dele com uma secretaria. E eu caio na reunião do PT, eu e esses colegas, bem na reunião que eles estão discutindo se aceitariam ou não o convite do prefeito para entrar na prefeitura. E aí, a grosso modo, tinha três grupos nessa reunião: um que estava em dúvida, porque não falava muito se tinha que entrar ou não, um grupo que achava que tinha que entrar e outro grupo que era radicalmente contra entrar. Obviamente que eu me identifiquei, de imediato, com esses companheiros que eram contra.

**M** – Até pelo teu acúmulo de militância...

**P** – Porque, veja bem... A ideia era que “Pô, mas esse partido recém está se formando, diz que tem que ser construído de baixo para cima e já está aceitando participar de um governo...”. Depois, mais adiante, e eu já não fui nas reuniões, acabou prevalecendo... O que aconteceu: aqueles que, naquela reunião, não se manifestaram muito e que obviamente estavam na dúvida acabaram sendo convencidos, ou, de certa forma, já deviam estar convencidos, ainda

pensando, acabaram aliando-se aos que não queriam. Basicamente foram os sindicalistas daquela reunião, que estavam mais quietos. Tinha uma turma que não era sindicalista que estava defendendo a entrada, e outra também não sindicalista que defendia que não tinha que entrar. Estes, junto com os sindicalistas, criaram... Mas aí eu já não estava mais nas reuniões. Quem eram os caras que defendiam abertamente que não tinham que entrar: o pessoal que tinha vindo da tendência socialista do MDB, que era uma tendência que o pessoal da DS estimulou na época, que era mais ampla que a própria DS, e tinha aqui em Farroupilha uma turma e em Caxias tinha uma pessoa, que era a Mara de Oliveira. Então a Mara e a turma de Farroupilha que vinham nas reuniões aqui, o Paulo Schneider e o Ansélio, é que defendiam que não tinha que entrar.

**M** – A Mara de Oliveira da universidade?

**P** – Isso. Eles eram da tendência socialista do MDB, tinham já influência da DS. Eu não conhecia eles, não sabia quem eles eram. Fui conhecer dentro do PT. Aí quando nós, do movimento estudantil, nos aproximamos da DS eles, que eram da tendência socialista dentro do MDB, se aproximaram da DS. Aí a gente se encontrou dentro do PT. Também vieram pelo processo de construção da DS aqui, mas por outra via, não pela via do movimento estudantil. A Geci, o Alcides... Esses que eram os sindicalistas, o Alcides do sindicato da alimentação, a Geci dos gráficos... O dos bancários... Esse núcleo sindicalista, junto com esse núcleo que... Constrói uma maioria e “Vamos entrar”. Aqueles companheiros que defendiam que tinha que entrar, justiça seja feita, não entraram no governo do Mansueto. Foram disciplinados, construíram o PT, são companheiros nossos até hoje. Por exemplo: o Jaime Rodrigues defendia que tinha que entrar, mas ele não foi para o governo. E depois foi nosso candidato a prefeito, ele de prefeito e o Marcos Costa como vice. Então essa reunião foi meio frustrante. Como o PT não entrou, isso ligou de novo, não é. Bem depois, alguns meses, começamos a participar de novo, em 1981...

**M** – E como foi? Alguém te disse “Vamos lá numa reunião de formação...”?

**P** – Não, não. A gente lia no jornal, eu acho, que ia ter uma reunião do PT e resolvemos ir. Eu não lembro se foi no primeiro ou no segundo semestre de 1980 ou se foi... Tínhamos que falar com a Geci... Tinha que pedir para alguém que estava mais...

**M** – Não foi um convite. Vocês que foram. Embora essa trajetória sua seja pública, você chegou a ocupar espaços de direção no partido?

**P** – Em 1983 entrei na executiva municipal. Estava no movimento estudantil, não tinha me formado, e era secretário de... O que seria hoje o secretário da organização. Eu cuidava de toda a parte das atas, das convocatórias do diretório, as correspondências, a lista de filiados... Isso

era o que eu cuidava. Na época sabe como nós fazíamos? Pegava a lista dos filiados, dava uma máquina de datilografar e pegava um mimeógrafo desses a álcool, pegava uma matriz de mimeógrafo a álcool, digitava nome e endereço das pessoas, o CEP, depois recortava e colava para mandar as correspondências do diretório, boletins. Daí eu fiquei na executiva... Em 1987, eu acho, eu fui a presidente. Em 1985 eu fiquei secretário geral, se não me engano. Em 1987, acho, eu fui eleito presidente daí. Acho que foi isso. E fiquei na executiva muito tempo, até 1989, quando o Lula era candidato a presidente, eu era presidente do diretório municipal. Depois eu não lembro quando deixei de ser presidente, acho que 1991 ou 1992... Já era vereador, no caso.

**M** – Só para fazermos um resgate então. O PT em Caxias do Sul surgiu em 1983, é isso?

**P** – Não. Surgiu em 1980. As datas exatas eu não vou me lembrar, mas o que acontece: teve o movimento pró PT, em 1979, aí em fevereiro de 1980 é a fundação oficial, a reunião. Aqui da serra que foram para essa reunião tem o Ansélio, que foi delegado, e o Roque Barbieri, que era de Farroupilha também, que era agricultor, que já faleceu. A Geci acho que foi também. A Geci, o Dauro acho que foi, não tenho certeza, teria que perguntar. Porque quem era o presidente da comissão provisória do PT era o Dauro. Aí o primeiro diretório mesmo constituído... Aí já foi a Geci, teria que perguntar para o Dauro. Mas o primeiro presidente do PT foi o Dauro, depois foi a Geci. O que eu não tenho certeza é se o Dauro foi da comissão provisória e se a Geci foi do primeiro diretório, ou se o Dauro foi do primeiro diretório e a Geci do segundo. Isso não lembro. Teria que resgatar. Tu tens que aproveitar que o Dauro está vivo ainda, não é.

**M** – Caxias então acompanhou o processo nacional de 1979, 1980. Acho que vamos linkar também com isso, não é, porque de uma certa forma também é um resgate histórico do PT.

**P** – Eu acho que dois caras com quem tu podias conversar é com o Dauro, que ainda tá vivo, doente..., mas completamente lúcido. Então acho que era bom conversar com o Dauro.

**M** – Talvez não assim, porque talvez ele não seja a favor da pesquisa, mas vamos aproveitar porque depois eu vou fazer a transcrição, para a gente ter esse resgate.

**P** – Como a Geci lamentavelmente faleceu... Acho que o Dauro, o Ansélio e o Caleb, um cara que foi muito tempo...

**M** – O Caleb voltou para a Câmara de Vereadores, não é?

**P** – Ele está se aposentando. Ele foi da executiva municipal do partido ali em 1983. Aquela executiva que eu participei o Caleb também era membro da executiva.

**M** – Acho que você já contou um pouco das experiências enquanto simpatizante, depois militante e depois dirigente. E a sua relação hoje com o Partido dos Trabalhadores?

**P** – Eu fui membro do diretório estadual, depois que eu fiquei como prefeito e coisa e tal... Fui deixando de ser membro do diretório... Eu voltei a ser presidente do PT no município quando deu a crise lá em 2015, pediram para eu e a Marisa assumir, lembra? Nós ficamos... Fazia tempo que eu não ficava numa instância partidária propriamente dita, e agora eu voltei a ser membro do diretório estadual por conta de, enfim, eu ter sido presidente estadual lá em 2017, então eu acabei voltando. Hoje eu sou presidente do diretório estadual, então eu reúno semanalmente na executiva estadual... E tenho participado, como membro, presidente, do diretório estadual... Os presidentes dos diretórios estaduais sempre são convidados para participar das reuniões do diretório nacional. Os deputados federais também, mas te confesso que como deputado federal eu não ia, porque o líder da bancada vai, mas como presidente estadual eu procuro, sempre que possível... São poucas as reuniões do diretório nacional que eu perco.

**M** – Você faz parte do diretório nacional?

**P** – Não. É que como eu estou com mandato aqui... Deixa outros companheiros assumir isso. Mas agora que eu virei presidente estadual eu acho que eu tenho obrigação de ir na reunião do diretório nacional.

**M** – Vamos encerrar esse bloco da relação com o Partido dos Trabalhadores. Depois a gente inicia o próximo bloco, que é a relação com o governo Dilma e as manifestações de 2013. [...] Então vamos retomar o bloco do governo Dilma e as manifestações de 2013. Pepe, quais os espaços você ocupou nesse período do governo Dilma, mais especificamente no período de junho de 2013?

**P** – Não, nesse período eu era ministro do desenvolvimento agrário, no primeiro governo da Dilma. Depois no segundo governo da Dilma eu fui ministro da secretaria das relações institucionais e ministro da secretaria dos direitos humanos da presidência da República. Mas em 2013 eu estava como ministro do desenvolvimento agrário.

**M** – Certo. Como você soube, pela primeira vez, das manifestações de 2013? A primeira notícia?

**P** – A primeira notícia foi pela mídia, jornais, televisão, enfim... Quando teve aquelas primeiras manifestações pela questão da tarifa do transporte em São Paulo, começou dessa forma, não é, e depois teve aquela repressão mais aguda, que o governo do estado de São Paulo, através da Polícia Militar, estabeleceu sobre o movimento, e aí o movimento foi crescendo, mas eu sei que tem várias avaliações sobre o significado daquilo, mas houve um determinado momento em que a mídia, mais especificamente, não só, mas pelo fato de ter o peso que tem, a Rede Globo passou a convocar, mas, enfim, aí já entra em um processo de

avaliação de qual o significado desses movimentos, mas eu tomei conhecimento inicialmente pela mídia tradicional.

**M** – Certo, já vamos chegar nesse processo de avaliação. Qual foi a sua primeira impressão das manifestações de 2013?

**P** – É aquilo que eu digo, elas não foram uma coisa que começou... Ela não começou, não se desenvolveu e não terminou do mesmo jeito. Ela começou de um jeito, se desenvolveu de vários modos e terminou, terminaram de outro jeito. Então elas começaram com essa convocatória feita por movimentos até mais tradicionais, da para dizer... O Movimento Passe Livre não é um movimento totalmente... Tinham forças políticas mais tradicionais por trás do Movimento Passe Livre. E era um movimento de reivindicação, de uma reivindicação bem concreta, transporte coletivo. Na medida em que... Eu acho que a repressão que se estabeleceu deu uma dimensão diferente, a partir daquilo outros setores passaram a entrarem no movimento, acho que a esquerda num primeiro... A esquerda até hoje debate o que é aquilo e não tem uma avaliação em comum sobre isso. Houve um determinado momento em que, assim, eles cresceram através das redes sociais? Sim, cresceram. Mas, na minha avaliação a respeito de quem pensa diferente, eles foram convocados pela mídia tradicional a partir de determinado momento, quando eles estão no auge deles. Eles são movimentos em que a Rede Globo não só convocava, convocava, eu digo, que avisava que ia ter, onde que ia ser, como que era, como, inclusive, editava o que aparecia, não é... Então seja na Globo News, seja na Rede Globo, seja no SBT, seja na Band, seja na Record, onde... Houve um processo de edição do que foi aquilo. A linha editorial desses veículos editou o que era aquilo. Então o fora políticos, esse movimento contra políticos, era o que eles mostravam, então eles mostravam o manifestante, como se dizia, com cartazinho contra os políticos e a política, “Vocês não me representam”, mas não botavam outros cartazes de outras bandeiras, de outros movimentos. Não aparecia exatamente a bandeira contra a homofobia, contra o racismo, não aparecia a bandeira em favor do emprego ou algo do gênero, isso não aparecia.

**M** – Você acha que eles sempre forçavam a ideia da elite política?

**P** – Mas eu não tenho a menor dúvida disso, que a partir de determinado... Na minha opinião, a partir de determinado momento, esses movimentos foram...

**M** – A mídia mais conservadora construiu uma narrativa, seria isso?

**P** – A mídia conservadora e nas redes sociais também, houve uma narrativa conservadora. O saldo final disso é uma narrativa conservadora, ao meu ver, que deu base a esse discurso contra a política, porque, vamos lá: hoje as pessoas têm presente o que perderam. Mas nós estávamos justamente em um governo, que em 2013 continuava implementando políticas anticíclicas e o

mundo inteiro com o desemprego crescendo, a economia ladeira abaixo, o mundo inteiro, e aqui no Brasil a economia já não tinha o desempenho que tinha tido entre 2005, 2006 até 2010, 2008 chega a crise internacional, o governo Lula começa a fazer uma política anticíclica contra o ciclo recessivo, utilizando o espaço fiscal que tinha para isso, botando o pé no acelerador do PAC, botando o pé no acelerador do Minha Casa Minha Vida, botando o pé no acelerador do crédito do subsidiado, para a indústria, para a agricultura, para os setores produtivos... Tudo isso é gasto orçamentário. O crédito tem outras fontes, mas o subsídio é o governo que dá, então tem isso... E nós estávamos nesse período, de pé no acelerador dessas coisas, com toda a melhoria que teve de vida da população brasileira, mas também com todas as insuficiências ainda que tinha. Isso se perdeu. Bom, então, o saldo final dos movimentos de 2013 foi um saldo que reforçou a antipolítica.

**M** – Certo. E quais eram os comentários existentes no governo durante este período?

**P** – Olha, o governo foi pego de surpresa com esses movimentos, quando eles surgiram, logo, não é. Não tinha dentro do governo nenhum órgão de governo, nem o gabinete de segurança institucional, porque o gabinete de segurança institucional tem sob sua supervisão órgãos que têm a obrigação de trazer as informações para o governo. Nenhum desses órgãos trazia a informação de que pudesse acontecer algo desse jeito, então o governo foi pego de surpresa. Então logo que eles surgiram, na medida que eles foram tomando corpo, o governo passou a tentar entender o que estava acontecendo, o grande esforço foi tentar entender o que estava acontecendo. O governo tomou, na época, a Dilma tomou aquela ofensiva, que envolvia o debate que se fez dentro do governo, de apresentar aquelas cinco medidas.

**M** – Sim, mas, assim, quais as medidas o governo tomou em primeiro momento?

**P** – Não, o governo não tomou nenhuma medida. Em primeiro lugar, o governo não fez nenhum discurso. A primeira questão, a que eu acho mais importante: o governo não fez nenhum discurso a favor da repressão a esses movimentos, o governo, todo o tempo, disse que liberdade de expressão é uma questão fundamental, o direito de manifestação é uma coisa fundamental. O governo nunca fez um discurso legitimador da repressão aos movimentos, mas ao mesmo tempo sempre combateu a depredação. Os tais dos *Black blocs* que vieram para dentro do governo... Quem são eles? Porque as pessoas iam... Então o governo também defendia que as manifestações tinham que ser pacíficas, sem depredação, sem nada, mas tinha uma turma que vinha para vandalizar. Óbvio que isso ia criando, na opinião pública, determinadas visões e coisas do gênero. Então, primeiro o governo fez um discurso de defender a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação, e não estimulou nenhuma repressão aos movimentos. Mas, bom, por outro lado não dá para permitir que as pessoas

depredem patrimônio público ou privado. Essa sempre foi a primeira coisa, foi isso. Acho que foi uma conduta correta sobre este ponto de vista.

**M** – E você estava envolvido de algum modo?

**P** – Não, a gente fez várias reuniões com a presidente, com a Dilma, enfim, com a equipe dela, enfim, os ministros mais... Não era com todos, os ministros mais ligados, mais os do PT, óbvio que a gente conversava com os ministros dos outros partidos, mas, assim, teve vários momentos em que nós, os ministros do PT junto da Dilma, discutimos o que fazer perante isso. No fim o governo construiu aquela ideia das cinco medidas, que foi aquilo. O saldo desses movimentos foi uma brutal queda da popularidade da presidência da República e do governo, foi brutal a queda. Já ali, naquele momento que ocorre essa queda de popularidade dentro do Congresso Nacional, aqueles setores da base de apoio ao governo mais à direita, mais conservadores, já começavam a ensaiar saltar fora do governo, ali já tinha... Mas como o governo retoma uma iniciativa, defende aquelas cinco medidas, na saúde... Que envolvia, inclusive, a questão de ampliar a infraestrutura, e como, de fato, ampliou enormemente: novas UPAs, recursos para unidades básicas de saúde, para a construção de novos hospitais e o Mais Médicos, que não era só trazer os médicos para onde não tinham médico, era também um reforço de pensar um Sistema Único de Saúde, por onde ele tem que ser começado, que é pela atenção básica à saúde, era uma revalorização da atenção básica e também ampliar a formação de médicos para a atenção básica à saúde, inclusive expandindo faculdades de Medicina, onde faltavam médicos... O Mais Médicos era isso, e não só trazer médico para onde não tem médico.

**M** – Pepe, logo nós vamos chegar nessa questão dos cinco pactos, então. Eu estou ainda no processo de elaboração do governo, como ele encarou... Mais para frente também vamos chegar no Gabinete de Gestão de Crise. Havia alguma avaliação... É claro que você já falou um pouco, mas estou seguindo o roteiro... Havia alguma avaliação sobre as manifestações no governo? Você compartilhava dessa avaliação? Qual o entendimento?

**P** – Eu te diria que tanto dentro do governo quanto fora dele nosso espaço de convivência partidária, e mesmo com outras forças de esquerda, nunca houve uma avaliação mais homogênea sobre isso. Eu sempre disse, então não é novidade nenhuma o que estou dizendo aqui, que esses movimentos eram movimentos que eram instrumentalização contra o governo. Que desses movimentos nós não poderíamos esperar outra coisa que não uma instrumentalização contra o governo, como, de fato, aconteceu e acho que hoje está mais claro para mais gente. Não é à toa que a mídia passou a acompanhar, editar e fazer a sua narrativa do movimento, não é à toa que o movimento antipolítica se estabeleceu ali. Pode ter certeza

que ali já tinha aquilo que hoje é conhecido como *Cambridge Analytica*, fazendo os seus primeiros ensaios. Na época pode ser que as pessoas, obviamente, não sabiam disso, mas obviamente que essa nova direita, que é bancada por fundações de multimilionários conservadores de extrema direita, já vinham se organizando a nível internacional, já começavam a fazer isso. Hoje está evidente o papel que esses caras cumprem na desestabilização de governos democráticos e populares. Aqueles movimentos não iniciaram com esse objetivo, eles iniciaram realmente com o Movimento Passe Livre. Tinha gente que achava que tinha que ir para dentro desses movimentos disputar a direção desses movimentos... Mais de um achava isso, e eu sempre disse “Não adianta, nós temos é que não mobilizar, nós não temos que mobilizar isso, nós não temos que mobilizar isso”, isso é instrumentalização contra o governo, vai servir para tanto. Acho que o tempo mostrou que era isso, teve mais gente que tinha essa visão, agora dentro do governo todo mundo tinha essa visão? Não, não necessariamente, nem dentro, nem fora. Dentro do PT, até hoje, tem gente que acha que aquilo foi algo positivo, eu não acho que foi positivo, numa boa, não acho mesmo, acho que aquilo foi o início do golpe. Não que tenha sido organizado com esse fim, mas a direita viu ali uma oportunidade para desgastar o governo e desgastou o governo, porque o governo Dilma nunca voltou a ter o índice de popularidade que tinha lá no seu início. O governo Dilma começou com popularidade alta e tinha popularidade alta até 2013, aí cai lá embaixo a popularidade, aí recupera uma parte, aí vem a disputa de 2014, já foi uma disputa mais difícil, a gente ganha, aí o governo também cometeu os seus erros, como a política de ajuste, que deu sinal invertido e os setores sociais ficaram com estranhamento, já vinha a Lava-jato comendo por baixo a jeito, fazendo já o *alfer* que vinha fazendo, embora tivesse uma base real de que tinha corruptos dentro da Petrobras, mas daí miraram em cima do Lula, fizeram tudo que fizeram, não preciso falar aqui, que tu sabes muito bem, não é.

**M** – E qual a política de governo com as manifestações sociais até aquele momento?

**P** – Tanto o governo Lula quanto o governo Dilma sempre foram governos que dialogaram abertamente com os movimentos sociais, inclusive com os movimentos fazendo críticas ao governo. Primeiro lugar: as instâncias de participação social nunca foram tantas no Brasil como nos governos Lula e Dilma. E não eram só os conselhos e conferências nacionais. Várias políticas públicas foram criadas a partir do governo... O Bolsa Família não foi uma ideia genial que brotou de técnicos do governo, ele foi construído. A política de segurança alimentar e nutricional, as políticas de desenvolvimento social, as políticas sociais do governo... Todas elas, do programa das cisternas no nordeste ao Bolsa Família, passando pelos programas de aquisição de alimentos, etc. Todos esses programas, a maior parte deles, foram construídos

dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social, dentro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dentro do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável... Num diálogo com os movimentos. Boa parte disso é ideia dos movimentos, que discutiram diretrizes do governo e viram como viabilizar as ideias que surgiram ali. Boa parte da política de valorização permanente do salário mínimo foi um diálogo com as centrais sindicais. A regra 85/95, como alternativa ao fator previdenciário, eu mesmo posso te falar porque eu fui relator dessa matéria como deputado... Foi dialogado com as centrais sindicais e com a Confederação dos Direitos dos Aposentados a construção dessas coisas. Mesmo que necessariamente não fosse tudo o que os movimentos queriam, tudo isso foi levando um conjunto de políticas, eu estou falando de alguns, podia falar de tantos outros. Quando passei pela Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República, o que tinha de instância de participação social... Não era só no Conselho Nacional do Idoso, da Pessoa com Deficiência, LGBT, de Direitos Humanos... Fora isso tinha Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo...

**M** – Isso tudo foi construído por causa dos movimentos sociais...

**P** – Sempre com os movimentos sociais. Todas essas estruturas de, por exemplo... Programa de Proteção de Testemunhas, Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos, pessoas que são ameaçadas de morte por grupos de extermínio, porque denunciam questões... Todos esses programas eram avaliados permanentemente com as entidades que participavam da execução deles. O Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, com suas várias câmaras internas... Só para citar alguns. Então ali tinha uma barbaridade de coisas para os movimentos. A Política Nacional Quilombola, discutida com os movimentos, com o Conselho Nacional das Entidades Quilombolas... A política de reforma agrária, discutida com os movimentos que lutam pela reforma agrária, não só o MST, mas outros movimentos também, não é só o MST que está nessa luta, embora seja o mais forte e conhecido, há tantos outros... Quer dizer, tudo isso foi debatido. Foi atendido tudo o que a turma queria? Não. Mas sempre foi um governo que escutava. Cabe ao movimento pressionar o governo, cabe ao movimento reivindicar, cabe ao governo dialogar e atender o que for possível, e dizer o que é e o que não é possível. Reconhecer que as pessoas têm direitos de se organizar, sempre foi um governo... O presidente da República, e não digo qualquer ministro, porque tinham uns mais conservadores lá que eram de outros partidos que estavam na base... Obviamente não faziam essas coisas. Os ministros mais da esquerda, do PT, do PCdoB... Esses aí sempre faziam essas coisas.

**M** – Tem uma história que o Lula dizia, que “Se vocês querem reivindicar, querem a conquista de tal pauta, eu estou no governo. Mas vocês continuem reivindicando”. Naquele momento o governo chegou a conversar ou recebeu algum representante de algum movimento social, de pessoas que estavam envolvidas nos protestos?

**P** – Veja bem. Chegou num ponto que aquilo não tinha mais direção. Esse é o problema de um movimento que não tem coordenação unificada... Entendeu? Chegou um momento em que tinha... Com a turma do Movimento Passe Livre, dos outros setores, houve diálogo, enfim... Mas depois, quer conversar com quem? Ia chamar o “Vocês não me representam” para conversar? Por que ia chamar?

**M** – Não chegou a chamar, então, nenhum representante de movimento...?

**P** – A Secretaria Geral da presidência da República, que tem essa função, chamou vários desses movimentos.

**M** – Que era o Gilberto Carvalho.

**P** – Era o Gilberto. Isso a Secretaria Geral da presidência fez. Eu quero dizer o seguinte: eram movimentos que em determinado momento não tinham uma coordenação para chamar, uma direção, tanto que tu podias dialogar com uns, outros nem sabia que existia. Tinha uns que nem queriam conversar, porque o objetivo não era conversar, era degastar o governo. Não iriam para uma negociação.

**M** – Como foi esse processo de elaboração dos pactos, das medidas que a Dilma apresentou. Como foi essa elaboração? Como foram decididas para dizer “A Dilma vai em rede nacional e falar isso”?

**P** – Chegou num determinado momento em que o governo tinha que dar uma resposta a algumas das demandas que aparecem. Tinha gente que falava em saúde, em educação, em transporte, que era a largada... O governo pegou e “Vamos construir alternativas, vamos fazer anúncios para a saúde, para a educação, para a reforma política...”, que era um questionamento, que os políticos não representam, havia um questionamento sobre a política... Lá na proposta de reforma política que a gente apresentou tinha um conjunto de medidas muito mais efetivas do que a minirreforma política que foi implantada pelo Congresso Nacional. De fato permitiriam outro pacto político no Brasil.

**M** – Como foi esse processo de elaboração?

**P** – Aí obviamente que o gabinete da presidência da República, junto com a Casa Civil... A Casa Civil sempre era o diálogo interministerial, então para essas áreas foram...

**M** – O ministro-chefe da Casa Civil nesse período era...

**P** – Era o Mercadante?

**M** – Acho que era o Mercadante, porque ele participou do Gabinete de Gestão de Crise.

**P** – O Mercadante estava na educação, mas depois ele veio para a Casa Civil. Eu não me lembro se ele estava na educação ou se já estava na Casa Civil, tem que olhar as datas exatas. Mas, enfim, o pessoal da saúde, veja bem... O anúncio da saúde, do Mais Médicos, não envolvia necessariamente só o Ministério da Saúde, envolvia também o Ministério da Educação por conta da questão das universidades, da formação médica e coisa e tal. Então era o seguinte: óbvio que eu era ministro do desenvolvimento agrário e não participei desse debate lá. Em determinado momento, nas conversas que a gente teve, “Ah, o governo tem que dar respostas... Os pontos centrais que tem que dar respostas são esses...”, e aí foi acontecendo. O gabinete da presidência, junto com os respectivos ministérios, foi construindo essas questões, com os respectivos ministérios envolvidos, não necessariamente a presidente e o ministro. Às vezes um diálogo mais transversal, dois ou três ministérios... Transporte, por exemplo: foi apresentado um conjunto de medidas para a melhoria da mobilidade urbana que envolvia desde medidas tributárias até medidas de investimento em obras para a melhoria da mobilidade urbana, como os BRTs, os corredores exclusivos, metrô, trens metropolitanos... Envolvia mais de um ministério, não era só o Ministério do Transporte, era o da Fazenda, do Planejamento, enfim...

**M** – A Casa Civil chegou a dialogar, então, com os ministérios envolvidos conforme...

**P** – Em geral, para qualquer coisa, não para isso, esse é o *modus operandi* do governo. Quando tem mais de um ministério envolvido a Casa Civil chama, organiza e o que é consenso leva e o que é dissenso leva também. Quem arbitra é a presidência.

**M** – E essa criação do Gabinete de Gestão de Crise, Comitê de Discussão... Você chegou a participar de alguma...? Era chamado em alguns momentos?

**P** – Não. Como nada disso estava... É lógico que a questão da saúde era importante para o nosso público, porque um dos lugares que não chega saúde é lá nos rincões mais remotos, onde está o agricultor familiar e o assentado da reforma agrária, entendeu? Mas nesse diálogo o nosso ministério não tinha uma atribuição específica para levar a saúde, então a gente não participava. Mesma coisa a questão da mobilidade e outras coisas... Tem que entender que na pasta que eu estava naquele momento... As manifestações foram essencialmente urbanas e em grandes centros urbanos, ou em cidades de porte médio, quando muito.

**M** – Você acompanhou ou tinha conhecimento, não é, embora não estivesse no Gabinete de Gestão de Crise... Você tinha como dizer como eram os debates e as avaliações sobre o protesto? Da conjuntura...? Em geral no governo, assim, o que você...

**P** – Aquilo que eu já falei. Tinha uma avaliação de que não podia entrar numa linha de defender a repressão, tinha que procurar dar respostas para demandas corretas que eram levantadas.

**M** – Como a Severine me disse. No momento ela era secretária nacional de juventude e tinha momentos em que a Secretaria de Juventude se reunia com...

**P** – É que a Secretaria Nacional de Juventude era subordinada à Secretaria Geral da presidência.

**M** – Isso. E tinha momentos em que eles não se reuniam porque reuniam o Gabinete de Gestão de Crise, do qual não faziam parte.

**P** – É o que estou dizendo. A Secretaria Nacional de Juventude, em que a Severine era secretária, era uma estrutura interna da Secretaria Geral da presidência da República. Então obviamente que dentro da Secretaria Geral da presidência da República, que tinha como atribuição fazer interface do governo com os movimentos sociais, eles com certeza participaram muito desse processo. Acho que uma fala com o Gilberto é muito importante.

**M** – Até porque pelo que a gente acompanhou era o ministro mais indicado para o diálogo com os movimentos.

**P** – Mas era atribuição dele, porque era atribuição da pasta dele. A atribuição da pasta da Secretaria Geral da presidência é justamente essa, fazer um diálogo com os movimentos, com a sociedade civil mais ampla, mais geral. É lógico que todo o ministério faz um diálogo com o seu movimento mais específico, então se eu pegar o meu caso, Ministério do Desenvolvimento Agrário, a FETAG, FETRAF, CONTAG, movimento dos trabalhadores sem-terra, o MST, movimento dos pequenos agricultores, tudo isso já estava... Aliás, isso já estava lá no Conselho Nacional. E tinham pautas específicas, mas eles também discutiam com a Secretaria Geral da presidência porque, enfim... A Secretaria Geral da presidência era horizontal, nesse sentido. Dialogava com os movimentos da educação, do campo, da saúde, com todos os movimentos, porque era atribuição dela.

**M** – Nós falamos já um pouco, mas só para manter aqui... Quem estava envolvido na avaliação política daquele momento? Quais os ministros e ministérios? Acho que a gente já falou um pouco.

**P** – Em situações desse tipo é aquilo que se chama de “os ministros da casa”. Aqueles ministérios que estão ao lado da presidência da República. Quais são? Os que ficam no Palácio do Planalto. Casa Civil, Secretaria Geral, SRI... É isso. Basicamente esses aí. Os ministérios da casa. Se eu não esqueci de nenhum é isso.

**M** – Só tenho mais algumas perguntas e já estou encerrando. O que avançou dos cinco pactos em favor do Brasil, propostos pela presidenta Dilma?

**P** – Saúde bastante, educação bastante, mobilidade teve muita obra que foi feita... Reforma política pouco, porque dependia do Congresso Nacional... Acho que as áreas que mais avançaram foram essas.

**M** – Você tem uma ideia de quais eram as movimentações para a realização desses pactos? Como foi depois...?

**P** – Isso cada ministério toca, mas tem toda uma articulação, às vezes, interministerial. Para decidir uma coisa que vai ser transporte não necessariamente é o Ministério dos Transportes, pode ser o Ministério do Planejamento, pode ser, enfim. O Ministério do Planejamento, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Transporte e as suas estruturas interligadas, por exemplo... Toda a gestão do transporte metropolitano de trem está no Ministério do Transporte. O Ministério das Cidades também muito importante. Cada um tocou parte. Como eu conheço um pouquinho como era a dinâmica do governo, provavelmente todos esses ministérios foram chamados para reuniões conjuntas e depois específicas deles com a Casa Civil e com a presidência da República. Muito provavelmente teve reuniões conjuntas. Saúde, educação, transporte... A Casa Civil fazia a coordenação disso. Assim que era *modus operandi* do governo.

**M** – Houve algum tipo de mudança no governo após junho de 2013? Mudança na estrutura do governo, mudança na forma de execução do governo...?

**P** – Em que sentido? Ah. Acho que na estrutura do governo propriamente dita não. Acho que não teve nenhuma mudança na estrutura do governo, pelo que eu me lembro. Não foi criado nenhum órgão novo... Que eu me lembre não.

**M** – Quais eram as impressões gerais após junho, após 2013?

**P** – Depois... O que acontece. O governo progressivamente foi recuperando a sua popularidade, voltou a ter índice de popularidade alta, o Congresso Nacional, e os setores que estavam meio que ensaiando, se acalmaram... E logo em seguida, em 2014, foi a eleição, não é.

**M** – E enquanto alguém que militou nos movimentos sociais, que tem toda essa trajetória, toda essa relação, como você viu ou vê as manifestações de 2013?

**P** – Para mim foi isso, elas foram apropriadas para uma narrativa conservadora e contribuíram para criar o discurso da antipolítica, que despolitizou uma parcela da população e ajudaram o golpe de 2016 e ajudaram na vitória do Bolsonaro. E foi ali que a direita começou a fazer os seus ensaios e viu que poderia chegar no *impeachment*, numa série de coisas. Daí teve a eleição de 2014, que eles foram derrotados, mas eles começam com as pautas-bomba no Congresso Nacional e logo em seguida vem o *impeachment*, e aí usando essa mesma metodologia: mídia

tradicional fazendo a convocação dos atos pró *impeachment*, as redes sociais e a direita articulada com as redes sociais. O *modus operandi* no auge das manifestações de 2013 era o mesmo das manifestações do *impeachment*. Era o mesmo. Transmissão ao vivo pelas grandes redes de televisão, todas elas dando grande cobertura para as manifestações, as redes sociais dos grupos de direita atuando fortemente... A mesma. 2013 foi um ensaio para 2016, para o *impeachment*, e é isso. Surgiu a direita novamente. A direita viu que tinha discurso para fazer e tinha audiência disposta a ouvir.

**M** – Gostaria de acrescentar algo, destacar algo do processo, do teu entendimento...?

**P** – Não, acho que não. Acho que a gente tem que aprender com essas coisas, não é. E saber que só o fato de ser um movimento não quer dizer que ele possa cumprir um papel progressista. Tem movimentos que cumprem um papel conservador e esse foi um. Pelo resultado final foi muito ruim para o Brasil. Respeito quem pense ao contrário, mas enfim.

**M** – Inclusive o Manuel Castells fez uma fala nesse sentido, de que nem todo movimento social é de esquerda. Muitas vezes as instituições de esquerda acabam achando isso.

**P** – Sim. Óbvio. Tem movimentos conservadores.

**M** – Movimentos na rua, não é.

**P** – O movimento dos caminhoneiros. Foi um movimento progressista ou conservador? Foi um movimento que ajudou o Bolsonaro na eleição. Ou não? Foi. “Está cara a gasolina, está cara...”. Mas eles entenderam o que encarece? Entenderam que a política de preços do combustível que o governo é entreguista e a favor das petroleiras norte-americanas e a favor dos acionistas privados da Petrobras? Eles aprenderam alguma coisa com isso? Ouso dizer que a maioria não aprendeu. Então o movimento serviu para quê?

**M** – Então obrigado, Pepe, enfim, pela tua disponibilidade e vou te mandar na íntegra, não é, e acho que foi muito rico e vou aproveitar para várias coisas.

## APÊNDICE G - ENTREVISTA COM JEFFERSON LIMA

M – Mestrando Cristiano Cardoso (entrevistador)

J – Jefferson Lima (entrevistado)

**M** – A ideia são três blocos de entrevista, certo? A ideia inicial é uma apresentação do teu currículo enquanto militante social, teu currículo acadêmico e escolar. A segunda parte é a questão da relação partidária, a questão do PT, como você se aproximou, enfim. E depois é a questão central, do governo, e as manifestações de 2013. A ideia é foco em 2013, não nas manifestações de 2015 e nem de 2016. A ideia é o processo aquele de 2013. Qual é, então, a tua formação acadêmica e a tua formação escolar?

**J** – Eu sou formado em História, em licenciatura, pela Universidade Federal de Sergipe.

**M** – Conta um pouco da tua história de militância, do movimento social. Você já militava antes da graduação? Já militou na juventude? Como foi a tua aproximação com algum movimento social? Como você iniciou? Como foi essa coisa de se identificar com a participação em algum espaço... Como foi, lá no início?

**J** – Então. Eu comecei a minha atuação em movimento social através de um movimento estudantil dos grêmios, no ensino médio, na escola estadual na qual eu estudava, Escola Estadual Dom Luciano, escola de Sergipe, e através da minha atuação no grêmio foi quando eu comecei a me interessar mais pela participação social, participação nos movimentos de juventude... Eu fui do grêmio estudantil dessa escola e depois quando eu adentrei na universidade federal eu participei do centro acadêmico de História, logo no início, quando entrei no curso de História, fui para o centro acadêmico... Fui da direção do centro acadêmico. Participei de congresso da UNE, participei de encontro regional de estudantes de História no Nordeste. E depois eu fui, em 2008, foi quando eu... Na verdade em 2006 eu me filiei ao PT e em 2008 fui eleito secretário estadual da juventude do PT, em Sergipe. Aí foi quando de fato eu comecei mais a militância partidária, não é.

**M** – Conta um pouco das tuas experiências no grêmio estudantil, como que era...? Tinha professores que apoiavam? Tinha aquele conflito geracional?

**J** – Era uma atuação muito... Tinha um apoio muito grande de vários professores, da própria direção também. O diretor da época era um parceiro... E era uma atuação mais cotidiana dos problemas da escola. A questão de resolver a falta de professor, tinha também a questão da tarifa do transporte público, que todo ano aparecia, todo ano tinha aumento e todo ano tinha mobilização da entidade estudantil daqui do Sergipe, que é a USES, que é União Sergipana

dos Estudantes Secundaristas... Tinha também as questões locais da própria escola... Bebedouro, as cadeiras, enfim... O dia a dia da escola ali que envolvia os alunos, a gente sempre tinha essa mobilização e essa atuação, e tinha também a questão de realizar festivais escolares, festivais de esporte, festival de música... Tudo isso a gente conseguia fazer pelo grêmio estudantil naquela época.

**M** – E depois no centro acadêmico de História, como era a participação?

**J** – Era uma atuação mais, podemos dizer assim, mais da política geral. Você tinha o cotidiano da própria universidade, a questão do curso de História, mas comecei a me envolver mais na relação não só da universidade, mas na construção do movimento social. Eu lembro que naquela época, 2006 ou 2007, na verdade já estávamos no governo Lula, tinha uma discussão muito grande sobre o Reuni, do Prouni, a expansão das universidades... Tinha alguns setores das universidades que não aceitaram naquele momento a expansão, porque diz que estava expandindo com precarização, não adiantava só expandir a universidade... Teve um processo de interiorização muito forte, com a expansão dos campus da universidade de Sergipe, então a gente conseguia atuar muito nessa linha. Eu fiz parte também do conselho universitário quando eu fui da gestão do DCE. Depois do centro acadêmico de História eu adentro no DCE numa gestão do diretório central. Na época eu já era militante da juventude do PT e fizemos uma composição com a UJS e conseguimos um auditório para o DCE e a gente realizava viagens, espaços históricos do estado de Sergipe, excursões para poder falar da história de Sergipe, então a gente visitava alguns palácios, alguns museus... A gente tinha também, todo ano, a calourada... Tinha os encontros dos estudantes, receber os encontros regionais e nacional de estudantes de todo o Brasil e tinha as pautas mais gerais, que eram os grandes temas da política geral, principalmente na área da educação, claro. Naquele momento a questão do governo Lula, a expansão das universidades, o Prouni, o Fies... Essa discussão. O Reuni, que era muito forte naquele período. Era muito voltado nessa linha e nessa articulação que nós conseguimos montar. Naquele período, inclusive, nós... O governo Lula inaugurou o campus da Universidade Federal de Sergipe numa cidade chamada Laranjeiras. O campus das humanas, é uma cidade histórica, então tivemos um papel importante de trazer esse campus para cá, porque tinha setores da universidade que não estavam aceitando porque estava expandindo sem qualidade, e a gente potencializou a necessidade de expandir porque era um campus voltado para as humanas, uma área que para nós interessava muito, que era arqueologia, museologia, que é uma cidade muito importante para o Sergipe.

**M** – Você chegou a participar depois do movimento estudantil de entidades estaduais, da UNE...?

**J** – Não. Sempre fui para os congressos, mas a entidade estadual aqui de Sergipe até hoje não conseguiu regularizar... O movimento estudantil universitário e o secundarista. A estadual funciona bem, tem muita movimentação, agora a universitária teve alguns problemas na justiça, alguns imbróglis que acabou que não conseguimos uma participação mais ativa. Mas na UNE eu não fiz parte da direção da UNE, mas sempre participei dos congressos. Em 2008, um ano depois que eu entrei na universidade, eu fui eleito secretário da Juventude do PT, então eu tive mais uma participação dentro do partido, eu me afastei um pouco... Eu participava do movimento estudantil, mas não ativamente, como eu participava antes, porque eu tive que cumprir um papel mais para englobar as posições políticas do PT, eu tive um papel mais institucional, de fortalecer a juventude do partido como um todo, e não só no movimento estudantil, em outras áreas que também militamos em juventude. Então a partir de 2008 eu tive uma vivência maior na juventude do partido.

**M** – Depois a gente pode, no segundo bloco, a gente aprofunda mais essa questão do partido. O que você destacaria de mais relevante desse período da tua atuação no movimento estudantil? O grêmio, o diretório acadêmico, o DCE...? O que você destacaria de mais relevante nesse período?

**J** – Primeiro o processo de formação da minha pessoa, foi onde tudo começou. Você entra num grêmio muito na perspectiva pequena, local, ali da sua sala de aula. Primeiro você vira líder de turma para depois poder disputar o grêmio estudantil, então eram questões muito locais, organizava campeonato, biblioteca, eventos, enfim. Mas ajudou muito no processo de formação, principalmente quando tinha as mobilizações que questionavam da tarifa, do transporte público, alguns debates com a própria diretoria da escola... Naquele período era um governo muito de direita, muito conservador, que não valorizava a educação pública, então tivemos alguns enfrentamos nessa escola em que eu estudava. Estava entre as três principais escolas a nível de estado, escola grande, número de alunos muito grande... Então tanto na escola quanto na universidade o processo de formação foi muito decisivo para mim, porque saí do movimento secundarista para ir para o universitário e você abre o mundo na sua cabeça, a universidade é um mundo grande... Várias opções, várias vertentes ideológicas, várias propostas, vários tipos de intervenção... E tem assuntos diversos a serem debatidos, não só do curso de História, mas de todo o país. E foi o período de maior investimento do governo federal na educação superior pública, que foi o período do Reuni, da expansão, então eu presenciei também vários embates sobre a questão dos rumos da educação superior no Brasil, porque foi no início do segundo governo Lula, então você tinha ali uma política muito forte da educação, podia acompanhar vários debates de várias linhas ideológicas, e isso me ajudou muito na

formação... E também conheci uma universidade antes e uma depois, porque a expansão da educação superior no Brasil, naquele período, transformou, pelo menos a Universidade Federal de Sergipe, em outra universidade. Quando eu saí da UFS, que eu fui morar em Brasília... A UFS dobrou de tamanho, dobrou de número de alunos, dobrou de investimento, saiu de um campus só aqui no estado de Sergipe para quatro, no interior, só tinha o campus aqui da capital... Então tudo isso a gente veio acompanhando e o movimento estudantil teve um papel fundamental, porque eu sempre defendi o Reuni, sempre defendi a expansão da universidade, a interiorização... E tinha setores na universidade que não defendiam, então tinha um embate muito forte, inclusive na disputa do DCE, na disputa do centro acadêmico, as chapas se posicionavam muito sobre isso. E isso ajudou muito na minha formação e no processo de construção política no qual eu estou até hoje, dentro do partido, na luta social.

**M** – Referências políticas, assim, desse período, quais seriam as referências políticas para ti, de militância, as referências de vida, social...? Quais modelos tu tinhas na época? Quais os teus referenciais nesse período?

**J** – As referências são muito daqui do estado mesmo. Nós tínhamos na época o Marcelo Déda, Eduardo Dutra, que foram companheiros que saíram da luta do movimento estudantil, que já estavam em outro patamar: o Déda era prefeito, o Eduardo era presidente da Petrobrás... O Márcio Macedo, que hoje é vice-presidente nacional do PT... Ele tinha sido presidente do DCE também, no período do Fernando Henrique Cardoso... Então essas pessoas acabavam conversando muito para poder ouvir toda essa vivência da universidade e poder fazer esse processo... O Márcio Macedo na época era presidente estadual do PT, eu conversava muito com ele, era o início também da minha militância no partido e casava muito com a militância do movimento social. Eram essas as pessoas com quem eu mais tinha relação e referência aqui no estado nesse período. Depois foi vindo, foi aparecendo outras pessoas, mas essas eram as pessoas que eu tinha um diálogo muito forte e acabaram ensinando muito o processo de formação de construção social.

**M** – E de referencial teórico... Teria algum referencial teórico desse período, não tinha muito...?

**J** – Tinha, mas, assim, daquele período não (risos). Grande para mim, me ajudou muito na minha formação... Eu li muito Marx também, no meu curso de História, então acabava lendo muito Marx. Depois entrei um pouco... Eu lembro bem, já no final... Hobsbawm... Então acabou ajudando muito no processo de formação nesse período. Eram mais ou menos esses, muito fruto também do curso de História e também pelo partido. Era muito do processo de

formação das leituras, dos trabalhos que a gente fazia, da formação, dos livros, filmes, não é, enfim. Tudo isso.

**M** – Entrando mais nessa questão partidária, da relação com o Partido dos Trabalhadores. Quando foi o teu início de militância na juventude do PT? Como foi o teu contato? Como você simpatizou com o PT? Como foi esse processo de aproximação com o partido?

**J** – Eu tenho um processo de formação com o PT familiar, não é. Minha mãe e meu pai são petistas há muito tempo e nós tivemos sempre um alinhamento com o campo da esquerda, com o partido, enfim. Meu padrinho também foi vereador do PT, foi deputado estadual aqui em Sergipe, e ajudou muito na aproximação. Em 2006, quando me filiei ao PT, teve um processo decisivo, que foi a eleição de Marcelo Déda para governador, uma eleição muito polarizada. Foi quando nós conseguimos derrotar um oligarquista estadual aqui muito grande, foi uma vitória significativa, então o processo da campanha empolgou muito e animou muito o meu desejo de me filiar ao PT, foi quando eu me filiei ao PT, na campanha eleitoral. Me aproximei do partido. Foi quando, de fato, eu comecei a conhecer mais o partido, a conviver. Em 2007 teve o processo do PED, interno, do partido, e eu me aproximei de Márcio Macedo, do próprio Marcelo Déda, Eduardo Dutra e de vários companheiros e companheiras, fazendo luta do movimento estudantil, dentro da juventude, mas no movimento estudantil, em diálogo com os quadros do partido, eu já estava filiado e participando ativamente. Era um quadro da juventude. Me organizava internamente no grupo, na corrente, e construía mais especificamente a questão da juventude do PT no movimento estudantil. Em 2008 aconteceu o primeiro congresso da juventude do PT, e aí toda essa discussão interna incidiu em possíveis nomes no campo político no qual eu milito, decidiram pelo meu nome e fomos para a disputa, como é, de forma democrática, dentro do partido. Daí eu fui eleito. A maioria da juventude do PT de Sergipe me elegeu secretário estadual da juventude do PT. De lá para cá foi o movimento de juventude dentro do partido. Em 2008 fui eleito secretário estadual da juventude do PT, a gestão de três anos, eu tocando muita política de juventude no partido, interiorizando, organizando a juventude no movimento estudantil, discutindo a política pública de juventude do governo Déda, que nós viramos o governo... Discutiu muito isso, da condição das PTJ, os programas para a juventude sergipana... Em 2011 aconteceu o segundo congresso da juventude do PT. E nacionalmente, o campo político no qual eu milito, na corrente, definiu o meu nome para ser candidato nacional na juventude. Fui candidato a secretário nacional na juventude do PT. Tinha eu e mais seis companheiros e companheiras das correntes internas do partido. Final de 2011 acho que, outubro, mais ou menos, eu fui eleito secretário nacional da juventude do PT. Aí eu tive que morar em Brasília, passei a ocupar um espaço de direção nacional, de executiva

nacional do partido, e comecei a tocar a vida a nível nacional na Secretaria de Juventude do PT.

**M** – Em qual campo político você milita? A CNB, não é? Continua em Brasília?

**J** – Exatamente.

**M** – Chegou a ocupar também, além da juventude do PT, outros espaços de direção no partido?

**J** – Eu fui do diretório... Porque o cargo de secretário da juventude tem espaço como observador, ele não é membro efetivo nem da executiva, nem do diretório. Faz parte mais como observador, não tem direito a voto. Mas na articulação que a gente conseguiu construir eu fiquei membro do Diretório Nacional do PT... Representando o estado de Sergipe, na época eu e Márcio Macedo, e também eu fui do Conselho Nacional de Juventude do governo. Na época Severine era a secretária nacional de juventude do governo Dilma já e a juventude do PT disputou cadeiras de juventude partidária no Conselho Nacional. Nós conseguimos a vitória na disputa do Conselho Nacional de Juventude e eu fui representando o PT no Conselho Nacional de Juventude. Então foram os dois espaços aí principais que também o cargo de secretário nacional de juventude acaba limitando um pouco... Não tinha como ocupar outros espaços. Eu tive que morar em Brasília, me afastei muito da minha vida em Sergipe... Outra rotina de vida... Todo dia na Direção Nacional do PT, a luta no movimento de juventude no Brasil, rodando o Brasil todo, articulando ajuda do PT nos estados... A SNJ também, porque naquele momento do governo Lula para o governo Dilma saiu o Beto Cury, entrou Severine... O Medina... Nós conseguimos ajudar muito na questão da SNJ, dos programas... Tudo isso, a partir de 2012, foi quando eu assumi a juventude do PT a nível nacional.

**M** – O que tu terias, de repente, para destacar, que tu gostarias de destacar... Enquanto experiência, não é, de direção, seja como membro do diretório nacional do PT, como secretário estadual em Sergipe da JPT e secretário nacional da JPT. O que você destacaria de experiência enquanto membro da direção...? Uma coisa é ser militante de base e outra coisa é ser dirigente...

**J** – Primeiro é a responsabilidade, que foi algo que aconteceu muito rápido na minha vida, assim. Eu me filiei ao PT em 2006 e em 2008 eu já estava num espaço de direção estadual... No momento em que dentro do partido tinha um debate muito forte das cotas, de mais espaço para a juventude, que o PT precisava abrir o partido para a juventude, apostar mais na juventude, renovar o partido... Então isso também me ajudou muito porque, de fato, tanto em Sergipe quanto a nível nacional abriu um conjunto de portas e de espaço para a gente poder articular... A nossa voz passou a ter mais força dentro do partido. Outra realidade também, em Sergipe, apesar de ser um estado pequeno, mas eu consegui conhecer a realidade dos

municípios, as diferenças locais, as diferenças dos PTs, porque cada município tem um PT específico, tem uma forma de atuação... Tem município que a atuação é mais na juventude do campo, outros mais na juventude da cultura, tem outros que tem relação maior com o movimento estudantil, outros nem juventude tinha, outros em que a juventude são os filhos dos dirigentes, família... E a nível nacional me marcou muito foram duas coisas: primeiro a força, e ao mesmo tempo a responsabilidade, mas principalmente a força que nós conseguimos construir ocupando esse espaço, que nós conseguimos ocupar espaços estratégicos dentro do partido, passou a ter respeitabilidade maior, conseguimos conquistas importantes para a juventude do PT e também para a juventude brasileira, pelo papel da juventude do PT mas não só, mas de várias juventudes, e a outra também foi conhecer os vários Brasis dentro do Brasil. Como costumo dizer, conhecer, de fato, o Brasil profundo. Uma coisa é o Brasil de São Paulo, de Brasília, outra coisa é o Brasil do norte, do nordeste, dos diversos campos, as várias formas de atuação da juventude... Para mim o movimento estudantil foi uma escola, mas para milhares de jovens talvez o movimento estudantil nem tenha passado perto... Muita gente atuando nas PJ, na juventude rural, muita gente atuando no movimento LGBT, movimento negro, muita gente surgiu da luta sindical, muita gente surgindo da luta de juventude trabalhadora... Começou, de fato, a militar no movimento de juventude nas organizações de trabalho, desses espaços de trabalho... Então essa diversidade brasileira para mim foi muito marcante. Por exemplo, conhecer a juventude seringueira: eu passei dois dias num seringal, na região do Acre, e conheci no Acre uma história de Chico Mendes... No Ceará conheci a história da juventude religiosa, que tem uma fé enorme no Padre Cícero... Então são coisas, assim, a juventude da Amazônia, Ribeirinha... Aldeia indígena... Você vê jovens indígenas discutindo política, discutindo o Brasil, pensando em projetos. Então tudo isso foi marcante para mim. Conhecer o Brasil que eu não conhecia. Que, por exemplo, a minha formação no movimento estudantil me influenciou, mas para milhares de jovens não teve influência nenhuma. Alguns iam falar “Ah, movimento estudantil é muito chato” (risos). Era outra realidade. Então isso para mim foi muito marcante, até hoje, ajudou muito na minha formação. Compreender que existe uma diversidade do movimento de juventude enorme. E tem um monte de jovens que nem se organiza no movimento, porque os jovens que fazem a opção de fazer a sua luta cotidiana, mas não necessariamente em movimento organizado, atuam em vários movimentos e coletivos... Isso é muito forte para mim. Além da rede que você cria, não é, conhecer milhares de pessoas, os principais quadros políticos do Brasil que eu sonhava em conhecer e eu conheci, como o Lula, principalmente. O sonho de conhecer Lula muito pela história que eu conheci dele, o que ele representa no nordeste, pelo que ele fez no meu estado, na minha universidade,

na oportunidade que ele gerou para a juventude... Eu tinha um sonho de conhecer Lula. E eu conheci e passei a ter uma relação meio que cotidiana, porque Lula sempre estava nas reuniões, sempre participava, toda reunião ele estava, todo encontro ele estava. Nós fizemos o Congresso de Juventude do PT com a presença dele. A campanha de Dilma em 2014 com a presença dela... Fizemos grandes atos com artistas, com movimento de juventude... Então tudo isso foi marcante na minha vida, nesse processo da juventude do PT.

**M** – Bacana. Qual a sua relação hoje com o Partido dos Trabalhadores?

**J** – Hoje eu estou como presidente do PT de Aracaju. Sou membro da Direção Nacional. Aracaju é a capital aqui, não é.

**M** – Tem alguma função na Direção Nacional?

**J** – Diretório mesmo. Estou sem função específica.

**M** – Vamos para as perguntas relacionadas ao governo Dilma e as manifestações de 2013, que é o nosso terceiro bloco. Como você soube, pela primeira vez, das manifestações de 2013?

**J** – Vou ser muito sincero. Como todo mundo, a grande maioria, ficou sabendo, não é... Através da luta da tarifa do transporte público em São Paulo. Na época eu era secretário nacional de juventude do PT, vivia muito em São Paulo, a minha vida era praticamente São Paulo e Brasília, e acompanhei bem aquela luta do movimento não pago e tal... Sobre a questão da tarifa. E a repressão militar do governo Alckmin, que foi decisiva, na minha avaliação, para aumentar o número de pessoas, de jovens, nas mobilizações. E depois começou aqueles conflitos, a direita aparelhando o movimento, gerando várias conspirações até hoje e avaliações até hoje sobre o que de fato foram as mobilizações de 2013. Mas eu soube naquele momento. A juventude do PT de São Paulo participava dos movimentos de mobilização, na questão da tarifa. Claro que tinha um protagonismo maior do movimento não pago, mas a juventude do PT fazia parte das reuniões, tinha um fórum estadual de discussão da tarifa, de mobilização, então a juventude do PT participava, eu acompanhava algumas reuniões, eu ia em algumas junto com a turma da juventude do PT local e participamos das primeiras grandes mobilizações. Depois foi que ela tomou um rumo muito maior.

**M** – E qual foi a tua primeira impressão dessas manifestações de 2013?

**J** – Primeiro muito positiva, não é. No início, que a pauta era a questão da tarifa do transporte público, muito positiva e também de disputa de hegemonia, podemos dizer isso. Quem tinha o maior protagonismo naquele momento. Depois foi que ela passou a ter um rumo preocupante, um rumo de violência, fascista, de negação dos partidos, negação da democracia, e começou a surgir várias outras pautas. Pautas do Ministério Público, da Polícia Federal, a mídia influenciando contra o governo Dilma naquele momento, porque estava na véspera da

eleição de 2014... Começou a surgir as mobilizações em todos os cantos do Brasil e foi quando todo mundo ficou assustado, sem saber e compreender o que era aquilo. Eu particularmente até hoje não... Das pessoas e dos atores e atrizes que eu convivi naquele período ninguém sabia o que era aquilo. Os rumos que as manifestações de 2013 tomaram em São Paulo e Brasília e no restante do Brasil gerou dúvida na cabeça de todo mundo. Tanto que eu lembro até hoje que fizemos uma grande reunião na sede do PT com a presença de Rui Falcão, que era presidente do PT na época, Fora do Eixo, Mídia Ninja, o JS, Levante Popular da Juventude, os movimentos negro, de cultura, alguns artistas, coletivos de comunicação... Uma diversidade da juventude grande para discutir e conversar sobre os rumos que aquelas manifestações tomaram. O presidente Lula também, de forma muito inteligente, formou uma reunião dessas no Instituto Lula, montou inclusive um coletivo de juventude do Instituto Lula para pensar as mobilizações e os rumos que iriam tomar, e eu lembro que ele chegou na reunião, isso é um fato interessante, uma reunião que tinha mais ou menos uns quinze movimentos de juventude, todo mundo sentado com ele e ele sentou e tal... Ficou todo mundo calado olhando para ele, esperando ele falar. Não é de costume, não é? Ele como a maior autoridade, especialista na política brasileira, todo mundo ficou aguardando ele falar. Quando ele olhou para gente falou assim “Vocês não vão falar?”, aí eu até falei assim “Presidente, quem coordena aqui é você”, e ele “Vocês que tem que me dizer o que está acontecendo com a juventude, eu não sou mais jovem. Quem tem que falar são vocês”. Ele até brincou assim: “No meu tempo, na luta sindical, eu liderava os processos, então eu sabia o que estava acontecendo e o rumo que ia tomar. Hoje você não pode usar microfone, não pode partido, não pode movimento sindical... Então vocês precisam me dizer o que está acontecendo com o país...”. Então isso é o resumo daquele momento, quando as mobilizações começaram a tomar um rumo de agressões contra militantes políticos, contra partidos, queimaram bandeira do PT, do PCdoB, enfim... Os grupos neofascistas naquele momento, que acabou desaguando na eleição do próprio Bolsonaro agora. Naquele período, no início, a gente tinha uma pauta específica da mobilização concreta, com início, meio e um fim, que era o objetivo de tentar reduzir a tarifa e melhorar a qualidade do transporte público de São Paulo, mas depois ela tomou proporção, porque até o próprio movimento não pago não conseguir ter o controle, foi até... Em algumas mobilizações setores do movimento não pago foram expulsos pelos fascistas daquele período, que estavam participando naquele momento. Então foi basicamente isso que aconteceu, ficou todo mundo assustado em determinado momento quando começou a violência, a negação dos partidos, a mídia tentando aparelhar e depois desaguou no momento eleitoral de 2014.

**M** – Naquele período você era secretário nacional da JPT...

**J** – Isso.

**M** – E tinha uma proximidade com o secretário do partido, com o governo ali, em acompanhar esse processo?

**J** – Tinha uma proximidade muito boa. Severine na época era secretária, Gilberto Carvalho era o ministro... Tinha uma discussão que o governo estava querendo aprovar, não estou lembrando o nome agora..., mas era fortalecer a participação social, tinha um nome...

**M** – Participatório?

**J** – Não. O Participatório era específico para a juventude. Mas tinha um projeto do próprio Gilberto Carvalho, que era para fortalecer os conselhos, a participação social. Não estou lembrando o nome agora. Isso gerou muito enfrentamento dentro do Congresso. Mas a relação estava muito boa. Inclusive a Dilma chamou várias reuniões, tem registros, inclusive, em vários sites. Ela chamou várias reuniões com o movimento de juventude, os movimentos, podemos dizer assim, mais tradicionais, a juventude partidária, da CUT, do campo... Naquele momento tinha a turma do rolezinho, tinha a turma no funk também que acabou participando dessas reuniões para entender um pouco. Nós conseguimos algumas vitórias naquele período, por exemplo, a aprovação do Estatuto da Juventude, que foi uma vitória muito importante para a juventude brasileira, uma política de direitos e deveres para a juventude brasileira. Depois veio o ID Jovem, que já foi mais recente... Mas no próprio Estatuto da Juventude tinha a gratuidade no transporte interestadual, a meia entrada cultural também. Um conjunto de direitos para a juventude brasileira que era algo que estava, podemos dizer, engavetado, mas que naquele período nós conseguimos dialogar com a presidenta a necessidade de a gente botar para caminhar com o Congresso brasileiro, com deputados e senadores, a gente conseguiu aprovar. Além do Participatório, além da juventude viva... Uma política específica voltada para a juventude negra, para tentar diminuir a violência e a repressão contra a juventude negra. Teve um avanço também no diálogo sobre a questão da juventude na cultura, a valorização disso. Passou a ter um diálogo permanente com o governo em si, com o núcleo do governo. Antes nós tínhamos com a Secretaria de Juventude, através do conselho, através da Severine, do ministro Gilberto Carvalho... O diálogo com eles era permanente. Depois do processo da mobilização de 2013 foi quando, inclusive, a presidenta Dilma passou a ter um olhar mais forte para a juventude. Na época, se eu não me engano, o ministro da Casa Civil era Mercadante... Então nós conseguimos ter diálogos com o núcleo do governo. Aí foram surgindo várias propostas, várias discussões para poder apresentar soluções para a juventude brasileira. Daí a presidenta apresentou aquelas cinco medidas... Combate à corrupção, questão da saúde, enfim. Tudo isso. **M** – Quais eram os comentários existentes no governo durante esse período? O que

se ouvia? Qual era o entendimento que se tinha? Seja no processo inicial das manifestações e depois na segunda etapa...?

**J** – Primeiro se dizia que era uma questão local. “Vamos deixar lá em São Paulo, está muito localizado ainda”. Depois que passou a ter um caráter nacional: Rio de Janeiro, aquelas grandes mobilizações... Começou a ter um sinal de alerta, porque começou a disputa dentro das mobilizações e a pauta Fora Dilma e Fora PT começou a surgir ali muito forte. Então o diálogo era da necessidade de mudanças dos rumos dentro do governo. A presidenta precisava falar com o Brasil, precisava dar respostas concretas naquele período, porque as mobilizações passaram a ter um caráter não só de juventude, passou a ter um caráter de reivindicações de corrupção, de melhorias nas cidades, segurança pública... Depois veio a discussão específica da Polícia Federal, do Ministério Público... Depois veio a discussão da política geral, de redução de privilégios dos políticos. Então saiu da esfera só de juventude e a discussão dentro do governo passou a ser mais geral, da necessidade de mudarmos tanto a política social e econômica quanto a relação política com a sociedade, a necessidade de a presidenta ter agendas mais públicas, a necessidade de dialogar mais com os setores da sociedade... E para ser sincero era algo que ela não fazia. Uma coisa foi boa: nas eleições de 2014, fruto das mobilizações de 2013, a juventude acabou se tornando prioridade, porque nós tivemos, por exemplo, programa específico de juventude, juventude com espaço na televisão, a juventude construindo atos em todo o Brasil... A juventude empoderada na eleição da presidenta Dilma, fruto das mobilizações de 2013.

**M** – Quais foram as medidas que o governo tomou num primeiro momento? No início, quais as medidas que o governo tomou? Você participou de algum modo? Estava envolvido de alguma forma nesse início?

**J** – Medidas voltadas para a juventude o governo não tomou nenhuma, assim, medida mais concreta. A primeira medida foi passar a ter diálogo, que não tinha, e eu falo governo a presidenta e o núcleo, porque nós tínhamos diálogo com a Severine, com a CNJ e com a Secretaria Geral, só que eram diálogos que tinham limitações porque a própria Secretaria tinha limitações, não era vista como prioridade do governo. Acho que as primeiras medidas foram essas: o governo passou a ter um diálogo com os movimentos de juventude de forma direta, a presidenta passou a receber os movimentos de juventude praticamente a cada quinze dias e foi quando a gente começou a colocar as pautas e as reivindicações do movimento de juventude. Foi quando ela ficou atenta ao Estatuto da Juventude, foi quando ela começou a construir a política de cultura mais forte para a juventude... Na época era o... Não vou lembrar o nome do ministro agora.

**M** – O Juca?

**J** – Acho que era o Juca Ferreira já na época. Então passamos a ter um olhar mais forte na relação de juventude e cultura. A presidenta começou a fazer agendas mais públicas, que era algo que juventude cobrava muito, a presença dela nos estados, nos espaços públicos, a participação nas conferências, conferência de mulheres, do campo, conferência do campo da agricultura familiar, racial, igualdade racial, conferência de juventude... Que eram espaços de participação social que ajudava a construir a narrativa e com a presença dela facilitava o diálogo. Esses setores. Essas foram as primeiras medidas. As outras medidas foram mais econômicas, na área de saúde, a questão do Mais Médicos, da economia, enfim...

**M** – Tinha uma avaliação das manifestações no governo? Qual era a avaliação existente no governo?

**J** – Eram várias avaliações. Tinha setores do governo que tentaram negar as manifestações, falavam que era questão localizada, que ia acabar rápido, que não precisava dar muita importância para aquilo... Tinha outros setores que começaram a ter preocupação por causa do volume que as manifestações começaram a tomar, a força que aconteceu, a repressão, o caráter midiático, a discussão da negação dos partidos... Então isso preocupou alguns setores e inicialmente, na minha avaliação, a própria presidenta Dilma subestimou muito a força das mobilizações. Aliás, todos nós subestimamos, mas nós conseguimos, dos partidos políticos e dos movimentos, compreender mais rápido a força e os rumos que aquelas manifestações poderiam tomar naquele período, e a presidenta e setores do governo, o núcleo do governo, na minha avaliação, subestimaram demais. Eles passaram a ter uma atenção maior às manifestações depois que começou a discussão do Fora Dilma, Fora PT, depois que, de fato, podemos dizer, o setor midiático passou a ter um controle maior dessas mobilizações, e saiu da pauta do transporte público para discussão política mais geral., voltada para as eleições. Um ano antes das eleições de 2014.

**M** – Você compartilhava desse entendimento do governo?

**J** – Não. Aquilo que eu falei. No início eu acreditava que era uma mobilização justa, uma reivindicação correta, claro, na questão do transporte público. Mas depois que perdeu o controle eu comecei a passar a ter dúvidas, se era importante a nossa participação, a gente potencializar... A gente usava naquela época o termo disputar. “Vamos disputar as mobilizações, os rumos delas”, que aconteceu em vários locais do Brasil. Eu tinha dúvida naquele momento. “Vamos jogar gasolina ou não? Ou vamos jogar água?”. Então em certo momento eu fiquei muito nessa dúvida. “É melhor a gente potencializar ou tentar desmobilizar?”. E no final a medida mais correta foi isso, desmobilizar, porque ela estava

tendo um caráter fascista, de negação da política, de tentativa de criminalização do PT naquele momento muito forte, e nas eleições de 2014 eles tiveram um papel decisivo e depois no processo do golpe.

**M** – No teu entendimento, qual era a política de reação com os movimentos sociais até aquele momento, do governo? Acho que você já falou um pouco, mas vamos aprofundar. Qual era a política de relação com os movimentos do governo antes das manifestações?

**J** – Era uma política muito setorizada. Tinha ali a Secretaria Geral, que conseguia ter um diálogo bom, propositivo, constante, na figura de Gilberto Carvalho, mas na minha avaliação o núcleo do governo não tinha uma atenção, não deu a atenção necessária nessa relação com os movimentos sociais. Deixou muita pauta reprimida, perdeu diálogo constante com aqueles movimentos, pensou muito na questão econômica, então... Secundarizava a relação com o movimento do campo, secundarizava a relação com o movimento de juventude, com os movimentos religiosos, movimento negro, LGBT... Naquele período, em 2013, isso foi decisivo, porque muitos dos movimentos que poderiam estar do nosso lado, como estavam descontentes, alguns foram, inclusive, para as ruas... Ou ficaram ausentes do processo ou foram fazer coro contra o governo Dilma, por não entender, inclusive, que era um coro que ia gerar um conflito muito maior lá na frente, mas naquele momento nós presenciamos vários setores históricos de relação com o PT e que ajudaram Dilma em 2010, na sua primeira eleição, e descontentes com ela, com os rumos que o governo estava tomando, passaram a fazer parte das manifestações, pedindo a saída da presidenta, enfim, várias outras coisas que depois desaguou na negação da política, no fascismo, tudo isso. Eu acho que o governo negligenciou muito a relação com os movimentos sociais.

**M** – Quais seriam esses movimentos que você diz que acabaram ficando ausentes ou que participaram das manifestações?

**J** – Tinha alguns setores do movimento de juventude, mais ligado à cultura, alguns setores do próprio movimento negro, direitos humanos, que tinha muitas críticas ao governo Dilma, que alguns ficaram ausentes e outros, inclusive, passaram a participar mais forte das mobilizações. Eles não pregavam o Fora PT ou Fora Dilma de forma muito específica, mas faziam coro a essas mobilizações, a esses setores que estavam nessa linha, numa perspectiva de fazer a disputa em 2014. Alguns partidos de esquerda também, setores de alguns partidos de esquerda começaram a fazer coro, tentando diminuir a força do PT para tentar pegar um caldo eleitoral nas eleições de 2014, então... Agora, os movimentos mais tradicionais sempre estiveram do nosso lado, MST, CUT, o JS, naquele momento surgiu o Levante, enfim, tudo isso, sempre estiveram... Fora os movimentos da juventude do PT, enfim, estiveram do nosso lado, mas

também alguns desses movimentos ficaram, de forma legítima, observando inicialmente o cenário para saber como ia se posicionar, se ia se posicionar junto com o movimento que estava nas ruas ou se seria como um movimento que fosse defender o governo. Você via, por exemplo, muita gente indo para as ruas defender as reivindicações justas, mas não defendia o governo, dizia “Não, o governo não, não sou um governista. Temos críticas ao governo Dilma”. Isso foi tomando corpo e acabou que a gente perdeu um controle e a direita, de forma organizada com a mídia, conseguiu criar um movimento Fora Dilma muito forte.

**M** – Acho que você já desenvolveu isso, mas talvez a gente aprofunde. Naquele momento o governo conversou ou recebeu algum representante de algum movimento social ou de pessoas envolvidas com os protestos?

**J** – Ela recebeu vários movimentos de juventude, inclusive a turma do não pago, da tarifa zero de São Paulo, sindicato dos trabalhadores do transporte público, recebeu as centrais sindicais, o MST... Criou uma agenda muito grande de relação com os movimentos sociais. Algo que ela não fez antes, desde a sua eleição, da posse, a presidenta não vinha conversando com esses movimentos sociais. Depois que o bicho pegou foi que, de fato, construiu uma agenda de diálogo permanente, até para entender o que estava acontecendo no Brasil. O governo passou a ter investimento maior na área da comunicação, a presidenta começou a fazer as suas *lives*, a ter uma atuação maior na rede social, nos meios de comunicação, falar mais com a sociedade... Que era algo que ela não fazia e ela percebeu que as grandes mobilizações aconteciam também através da rede social.

**M** – As medidas que a Dilma anunciou em junho, se não me engano foi em 21 de junho, os cinco pactos... Como foi esse processo de elaboração dos pactos? Como foi o processo de decisão? Deixa eu te lembrar, mais ou menos, quais eram os pactos, você já falou alguns... A elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, 100% dos *royalties* do petróleo para a educação, Mais Médicos, estrutura em recursos para o SUS, combate à corrupção e o plebiscito pela reforma política. Como foi a elaboração dessas pautas? Quem decidiu? Como foi a criação disso, a decisão governamental para dizer “Vamos defender isso, Dilma vai para a TV e vai falar isso.”?

**J** – Isso. Naquele momento eu estava como secretário da juventude do PT, e de forma muito sincera ela conversava somente com o presidente. Na relação com o partido, ela tinha só com o presidente, no máximo ali com o líder do PT na Câmara, no Senado e tal. Mas era muito do grupo dela. Era Gilles, Mercadante...

**M** – Que era o chamado Gabinete de Crise?

**J** – É. Ela montou um Gabinete de Crise. O Padilha teve um papel importante na constituição dos Mais Médicos... Mas o núcleo dela era muito isso. Era ela, Mercadante, Gilles, tinha o Gilberto, o Pepe Vargas, eu acho, na época também... Era um grupo aí de cinco a seis pessoas que construíram tudo isso. Eu acho que o próprio presidente Lula nem participou muito ativamente disso. E na juventude a medida decisiva foi assim, de fato, o Estatuto.

**M** – Você acha que foi mais, assim, esse pessoal mais próximo, mais ligado ao Gabinete de Crise que acabou elaborando...?

**J** – Certamente. Claro que a questão da reforma política, do plebiscito, era uma demanda do movimento social. Uma demanda sempre importante do movimento social, da necessidade de fazer um plebiscito para a reforma política. Mas também é algo que ela não colocou, depois percebemos que não virou uma prioridade.

**M** – Eu sou aqui de Caxias do Sul, né. Você é o primeiro que cita o Pepe Vargas dentro da possibilidade de ele estar no Gabinete de Crise. Nesse período acho que era ele quem estava no Ministério dos Direitos Humanos...?

**J** – Não lembro qual Ministério, mas ele tinha uma relação forte ali, ele tinha um papel importante.

**M** – A Dilma chamava ele, era meio próximo, não é...

**J** – Ela foi eleita em 2010... Tinha os três porquinhos: era Zé Eduardo Dutra, presidente do PT da época, Palocci e Mercadante. Não, tinha outro... Era o José Eduardo Cardoso. Esse também tinha um papel decisivo dentro do governo.

**M** – O pessoal cita muito aí esse Gabinete de Crise. O Gilles, sempre muito próximo, o Mercadante e o Gilberto Carvalho.

**J** – Sendo sincero com você. O Gilberto era ouvido, mas, podemos dizer, ela ouvia, mas não, enfim, não levava muito em consideração. Por exemplo, o José Eduardo Cardoso tinha uma influência muito grande nela.

**M** – Lembro que chamava de Pepito e tal...

**J** – É, exatamente.

**M** – Tinha uma intimidade maior.

**J** – Tinha também na época, eu acho, que a Idelli Salvatti, era ministra da articulação política, também era uma pessoa que ela ouvia muito, que eu acho que ela cuidava da relação política com o parlamento. O Pepe ou era Direitos Humanos ou Reforma Agrária.

**M** – MDA?

**J** – Era uma dessas duas áreas aí.

**M** – Enfim, acho que a gente avançou um pouco no que é isso, a questão do Gabinete de Gestão de Crise, dos comitês de discussão, as reuniões... Eu acho que tu já me falaste um pouco como foram os debates, eu não sei se tu queres aprofundar ali sobre como eram as avaliações dos protestos, da conjuntura política... Tinha aquela dificuldade de entendimento...

**J** – Sim.

**M** – Depois começou a ter as reuniões com os setores da juventude, gabinete... Começou a sair alguma síntese, algum entendimento de 2013 ou não? Era muito confuso?

**J** – Ainda era muito confuso na cabeça. Teve momentos que no início nós estávamos participando, de forma ativa, que era a luta do transporte público. Depois começou a ter um rumo que gerou dúvida do nosso campo. “Participa ou não participa? Vamos disputar as ruas, essa juventude, esses movimentos”, e... Aí alguns setores do nosso campo que são hegemônicos já queriam disputar com carro de som, bandeira e tal. Quando começou a dar problema, esses mesmos setores começaram a dizer o seguinte: “Não, gente, vamos recuar e desmobilizar, que está tomando um rumo perigoso”. Quando teve aquela mobilização grande em Brasília, que tocaram fogo no Itamarati, que subiram no congresso... Quando teve a grande mobilização em São Paulo e no Rio, as violências, enfim. Foi quando a grande maioria do nosso setor e do campo de esquerda começaram a falar o seguinte: “Não, gente, vamos desmobilizar, observar, para depois a gente começar a tomar algumas posições”. E foi quando nós começamos a cobrar uma posição mais forte do governo. Que no início todo mundo acreditava que era luta do movimento social, mais localizada, em São Paulo, e depois foi para o Rio e vários locais. Depois quando criou uma dimensão nacional todo mundo começou a falar: “Só vai desmobilizar se a presidenta for para a rua falar ou para a TV, ela tem que falar para desmobilizar, tem que opinar, tem que conversar com o povo”. Foi quando começou as articulações dentro do governo. Qual era o objetivo central: ela precisava dar uma resposta para desmobilizar as mobilizações, se não nós vamos perder o controle mais do que já estamos perdendo. Então foi basicamente isso. Aí depois, passando os anos, foi que começou as avaliações, conspirações, influência internacional, fascismo... Até hoje tem isso.

**M** – Acho que até aproveitando esse gancho, como você falou umas vezes... Você acha que tem uma corrente, não é, alguns dirigentes do partido entendem, alguns teóricos, por exemplo, entendem que o golpe começou nas manifestações de 2013. Você compartilha desse entendimento ou não?

**J** – Compartilho. Eu não digo que foi, quer dizer assim, o principal motivo do golpe. Mas teve um papel decisivo, as mobilizações de 2013. Foi através dessas mobilizações que começaram a sair do armário o fascismo que estava escondido, o ódio das pessoas, começou a surgir

movimentos organizados, instrumentalizados inclusive pelo primeiro capital internacional, como o MBL, Vem pra Rua, e vários outros. A direita começou, de fato, a gostar da rua, algo que ela não gostava. Então eu tenho essa opinião de que as mobilizações de 2013 ajudaram, tiveram um papel fundamental no golpe e até hoje tem, porque diversos setores começaram... Mas foi importante também para o nosso campo, para a gente ter olhar mais forte para a juventude, reoxigenar, repensar o PT, repensar a esquerda, nossas formas de organização, pensar uma política de comunicação, que ainda não está ideal... E a eleição de 2018 mostra bem isso. Pensar também a influência americana, podemos dizer, mais forte no Brasil, como aconteceu em outros países da América Latina. É, então, um conjunto, foi um conjunto, na verdade, mas as mobilizações tiveram papel fundamental no processo do golpe. Eles quase que ganham a eleição em 2014, perderam por pouco, e a partir dali não aceitaram os resultados das urnas.

**M** – Acho que também a gente avançou um pouco, mas dá para aprofundar. O que avançou dos cinco pactos a favor do Brasil, que a Dilma apresentou no dia 21 de julho? Na tua opinião...

**J** – O Mais Médicos, para mim, foi o que mais avançou e criou de fato uma nova perspectiva na área de saúde no Brasil. Inclusive foi muito importante para a própria eleição da presidenta Dilma. A questão dos *royalties* para a educação, que foi uma política que... Claro que de nossa parte avançou, mas a direita organizada brecou no Congresso. Agora, o restante não avançou muito não. Eu acho que depois nós percebemos que um dos pactos, que era o da questão do combate à corrupção, fortalecimento do Ministério Público, autonomia da Polícia Federal, essas coisas todas... Acabou virando um pouco contra nós, de forma a perseguir o PT e a perseguir nossas principais lideranças. A reforma política logo no início já foi desmontada pelo próprio Michel Temer e pelo próprio PMDB, que não aceitavam o plebiscito, que o plebiscito precisava passar pelo Congresso, e como eles tinham a maioria no Congresso eles já colocaram logo o breque e disseram: “Reforma política aqui não, muito menos através de plebiscito”. Então resumindo é o Mais Médicos e a questão da educação, foram as duas medidas que avançaram mais dentro dos cinco pactos.

**M** – Bom, acho que você já me falou também sobre algumas movimentações do governo para a realização dos pactos. Então você entende que o Temer liderando o PMDB foi quem articulou e puxou a derrubada, então, do plebiscito e depois da possibilidade de uma renovação de uma reforma política...?

**J** - Sim, ele falou logo no início, eu lembro bem, que logo depois que a presidenta lançou o pacto e enviou proposta, ele falou que era contra e não era bem assim. Não tinha acordo dentro da base, não era favorável à realização do plebiscito, porque eles sempre defenderam a reforma

política diferente da nossa. Eles sabiam qual era a nossa proposta de forma política, financiamento público, fortalecimento dos partidos. Eles não queriam isso, tanto que até hoje não saiu nada.

**M** – Sim. E na tua avaliação, houve algum tipo de mudança no governo após as manifestações de junho?

**J** – Teve, mas, muito, como eu, qual termo que eu uso... Muito pontual. Mudou, influenciou muito essa mudança na campanha eleitoral, acho que a campanha eleitoral nossa foi muito bonita. A presidenta Dilma dialogou com setores muitos importantes. Mas iniciou o segundo governo daquele jeito, esquecendo todos os problemas que teve em 2013, os problemas que tiveram em 2013 e os problemas que tiveram na eleição de 2014. Deu no que deu, não é.

**M** – E quais foram as impressões gerais, assim, após as Jornadas de Junho? Quais foram as impressões do governo, enfim, tuas, de quem era da direção da JPT... Quais as impressões pós manifestação?

**J** – Então, assim, as impressões que existiam, de fato, eram novas formas de organizações sociais no Brasil, novas formas de organização da juventude, uma nova geração querendo disputar as ruas. Muita gente participando das suas primeiras mobilizações de rua em 2013. A necessidade de ter uma política de comunicação mais forte, tanto no governo quanto no PT. E dentro do governo a necessidade de fazer mais política, política social, política parlamentar, diálogo com o parlamento, de ter um governo mais ágil, proposta mais objetiva e executar, de fato, aquilo que defendemos na campanha. Então isso foi muito importante. No PT foi a questão da renovação, abrir mais o PT, desburocratizar, ter um olhar mais forte para a juventude, potencializar os quadros geracionais dentro do partido, popularizar mais o PT. Então foi mais ou menos isso aí que resultou as avaliações finais.

**M** – E você, assim, como uma pessoa que tem um histórico de militância no movimento social, depois na juventude, no CONJUVE, alguém que militou em movimento social... Como você vê ou viu agora as manifestações de 2013?

**J** – Eu ainda tenho muita, assim, eu vejo hoje um caráter mais negativo do que positivo. Eu acho que o resultado, não sei se é culpa nossa ou esse era o objetivo daquelas mobilizações, mas o resultado, a médio ou a longo prazo, está sendo muito negativo para o Brasil. A onda conservadora, fascista, o ódio à política. E tudo isso, não vou dizer que surgiu em 2013, mas tomou corpo. Então hoje eu tenho uma avaliação mais negativa do que positiva. Tiveram coisas positivas, mas se você colocar na balança os pontos negativos para o nosso país estão sendo ainda muito maiores do que os positivos.

**M** – Você gostaria de acrescentar algo ou destacar alguma coisa dessa nossa conversa?

**J** – Não, está tranquilo, acho que conversamos bem.

**M** – Bom, Jefferson, eu queria agradecer a tua disponibilidade, paciência de estar conversando comigo para contribuir para a dissertação do mestrado da Fundação do nosso partido... Ajudar a elaborar e pensar, a fazer uma reflexão necessária para o nosso partido, para o nosso no governo, tentar entender o que foi 2013, entender o que avançou em políticas públicas, o que a gente foi muito bem e o que precisa avançar. Então a ideia é isso, de fazer uma síntese e depois das entrevistas te enviar. Eu sei que a Fundação vai publicar umas dissertações, eu vou fazer um esforço para conseguir, se conseguir também, daí vou pedir para que enviem para os entrevistados lá os livros da editora da Fundação, e agradecer mais uma vez a disponibilidade e toda a calma para ficar mais de uma hora proseando.

**J** – Nada, estamos junto. Boa sorte.

**M** – Obrigado.

**J** – Boa sorte, jogue duro e qualquer coisa você me chama.

## APÊNDICE H - ENTREVISTA COM SEVERINE MACEDO<sup>187</sup>

M – Mestrando Cristiano Cardoso (entrevistador)

S – Severine Macedo (entrevistada)

**M** – Bom, primeiro agradecer, não é, a tua disponibilidade e paciência, porque a tecnologia acaba nos atrapalhando às vezes também, mas também facilita, porque eu, por exemplo, tenho diversas entrevistas para fazer e fica, então, muito mais fácil não ter que me deslocar. Agradecer, também, dentro dessa correria, dessa conjuntura, tu te colocares à disposição e contribuir, enfim, para a pesquisa, para o mestrado, para a militância, para a fundação do Partido dos Trabalhadores... E contribuir também para uma melhor percepção, não é, da conjuntura, que a gente acerte o passo e erre menos aí na nossa militância. Queria te dizer, então, que a minha ideia é: sou estudando de mestrado, do Programa de Estado, Governo e Políticas Públicas da FLACSO, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, e a minha ideia é desenvolver um pouco a questão do governo Dilma e as manifestações de 2013. Pretendo compreender melhor as políticas públicas e as ações governamentais desenvolvidas durante o governo Dilma, protagonizado por um partido originário dos movimentos sociais, em face das manifestações de junho de 2013, que precisava dialogar com os chamados novíssimos movimentos sociais... Entender um pouco os modos de decisão governamental, o que o governo Dilma fez, não é, um olhar a partir, assim, do governo, como ele enxergou as manifestações e quais ações fez durante e após aquele período das jornadas de junho. E acho que era importante também a entrevista com você porque você também foi e é uma militante do movimento social, foi secretária nacional da juventude do PT, depois foi pro governo... Então eu tenho certeza de que você vai contribuir bastante para a nossa pesquisa. Quero procurar também te enviar um texto final de análise e ter todo o cuidado necessário, que é importante, principalmente dentro do atual momento político, e a ideia é focar mesmo nas manifestações de 2013 e as relações com o governo Dilma, as ações desenvolvidas. Qual a tua formação escolar e a tua formação acadêmica, hoje, não é?

**S** – Eu sou licenciada em pedagogia pela UERGS, estudei em Cruz Alta numa turma conveniada entre a FETRAF e a UERGS. Foi uma turma com um processo de seleção especial, que acontecem em regime especial, em alternância, com alunos oriundos da base da FETRAF,

---

<sup>187</sup>A entrevista foi realizada, primeiramente, via áudios de Whatsapp e sequenciada, depois, pelo Skype. Esse procedimento deu-se dessa forma porque a entrevistada encontrou, num primeiro momento, problemas para acessar a sua conta no Skype.

dos três estados do Sul. Me formei em 2006 na UERGS, passei um tempo fazendo outras coisas e agora estou em fase de finalização do mestrado em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UniRio, e fazendo o processo seletivo do doutorado. Se der certo, início do ano que vem, defendendo a dissertação e entrando para o doutorado também em Educação e Políticas Públicas.

**M** – Bacana, hein. Bacana também ver a evolução, enfim, quase com um doutorado. Boa sorte e tenho certeza de que vai dar tudo certo. Vamos para as perguntas, então, mais em questão da militância mesmo. Me conta um pouco da tua história de militância: você já militava na juventude, antes da graduação? Você já falou um pouco... Eu lembro que você foi da Juventude da FETRAF-SUL... Me conta, assim, como foi o início, o que influenciou, como você começou... Tua experiência como militante social, antes de militar no Partido dos Trabalhadores. Como foi o teu começo, lá no início, como foi esse despertar para uma visão mais crítica da política? Pode falar bastante. Tranquilo, viu?

**S** – Bom, eu vim de uma família com histórica de militância. Meu pai e minha mãe foram militantes. Minha mãe ainda é militante da igreja, da CEBs e meu pai fez parte da primeira oposição sindical dos trabalhadores rurais no nosso município, ainda quando o sindicato... Ainda quando a CEBs fazia formação e ajudava a organizar o processo das oposições, ali no final da década de 1980, lá no meu município. Minha mãe foi da Pastoral da Saúde, ainda é... Movimento de Mulheres Agricultoras e era professora. Meu pai é agricultor. Então ajudaram a criar o Partido dos Trabalhadores lá no meu município, então eu... Digamos, assim, que a nossa família vem acompanhando esses processos organizativos desde muito cedo. Em função dessa proximidade com a Igreja Católica da Teologia da Libertação, eu comecei a acompanhar grupo de jovens muito cedo, ainda não era nem adolescente. Com 12 para 13 anos eu já acompanhava as reuniões do grupo de jovens. Então foi bastante precoce pela questão da Igreja. Comecei a acompanhar, então, grupo de jovens, que era ligado à Pastoral da Juventude, e quando eu já estava um pouco mais crescidinha entrei para a coordenação da Pastoral da Juventude do nosso município, Anita Garibaldi. Fui para a coordenação diocesana da PJ, da diocese de Lages, e fiquei nesse processo de militância dentro da igreja até os 16 anos. Por conta dessa atuação na Pastoral da Juventude nós começamos a fazer trabalhos no colégio que eu estudei, colégio estadual, que eu fiz ensino médio e fundamental, e por conta dessa atuação, e não pelo movimento estudantil estruturado no estado, por conta da militância na Pastoral a gente criou um Grêmio Estudantil e aí eu tive uma passagem muito curta pelo movimento estudantil que foi local, não é, no nosso colégio, realizando atividades de formação, conscientização, cultural... Especialmente da atuação política em torno do debate da educação

na nossa escola. Como o município de Anita Garibaldi é essencialmente rural, fica na serra catarinense, e eu sou de uma família de agricultores, era agricultora familiar, morava na agricultura familiar, esse trabalho da Pastoral da Juventude era basicamente com jovens rurais, então não era um debate de organização da juventude descolada da realidade ou só para discutir espiritualidade, uma igreja deslocada da vida do povo. Então o trabalho da Pastoral consistia muito fortemente na organização dos jovens agricultores, e no ano de 1997 um grupo de oposição entrou para o nosso Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um grupo ligado à Central Única dos Trabalhadores, e ganhou a direção majoritária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Por volta de 1998... No final de 1998, início de 1999, eu comecei, então, por conta dessa atuação na Pastoral da Juventude, ser rural, em que pese que a nomenclatura que nós utilizávamos não era Pastoral da Juventude Rural, a gente começou a fazer trabalhos em parceria com o sindicato para a organização da juventude também dentro do movimento sindical. O sindicato de Anita se filiou à FETRAF-SC, que era a primeira federação de trabalhadores da agricultura familiar do Brasil, que antecedeu a FETRAF-SUL e a FETRAF Brasil, que foi criada, então, no ano de 1997. E por conta dessa atuação do sindicato com os jovens a FETRAFESC, na época, junto com o Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT de Paraná e Rio Grande do Sul, tinha um coletivo de jovens organizado que iniciava uma organização mais permanente de juventude dentro do movimento sindical, e por conta dessa atuação nossa junto com a Pastoral e o Sindicato, a gente começou a participar também de atividades da FETRAF de Santa Catarina, do fórum sul da CUT... E no final de 1999 eu estava me formando no ensino médio, já participando intensamente de atividades do movimento sindical, além da Pastoral da Juventude, eu fui convidada, então, a assumir a coordenação da juventude da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina, a FETRAFESC, sendo que fui eleita coordenadora juventude, então, num congresso de 1999, com 17 anos. Então eu assumi essa responsabilidade em âmbito estadual e comecei a ter uma atuação, no âmbito de Santa Catarina e os três estados do Sul, por conta do coletivo que juntava os dois departamentos e a FETRAFESC, e fiz parte da construção da FETRAF-SUL CUT, que foi criada em 2001, vindo a assumir a coordenação de juventude também dentro da FETRAF-SUL. Aí a partir da FETRAF-SUL eu comecei a acompanhar o coletivo de juventude da Central Única dos Trabalhadores, em âmbito nacional, da CUT, e em 2005 compus o Conselho Nacional de Juventude, representando a FETRAF-Brasil, que estava em criação... Em 2001 foi criada a FETRAF-SUL e em 2005 a FETRAF-Brasil, e por conta de eu ter assumido também a Coordenação de Juventude na FETRAF-Brasil eu fui membro do CONJUVE, representando a FETRAF, e aí tive uma aproximação ainda mais forte com o debate das

políticas públicas... Políticas públicas sempre foi uma pauta, uma agenda que foi central na Pastoral da Juventude, na Juventude da FETRAFESC, na FETRAF-SUL e na FETRAF-Brasil, e consolidou essa nossa atuação aí quando eu entrei para o Conselho Nacional de Juventude em 2005. Então continuei na Coordenação de Juventude na FETRAF-Brasil... Além da atuação com juventude eu acompanhava outras pautas dentro da FETRAF-SUL e da FETRAF-Brasil, especialmente no que tange a questão da formação e de relações internacionais... Eu também contribuí nessas duas pautas, e fiquei, então, nessa linha de frente até o ano de 2008, quando eu fui eleita Secretária Nacional de Juventude do PT. Me filiei ao Partido dos Trabalhadores no ano de 1996. Já me identificava com o PT, um histórico familiar de atuação e tal, mas fiz a filiação oficial em 1996, então sou filiada desde então, tendo sido eleita em 2008. Aí toquei a Secretaria de Juventude do PT de 2008 a 2011, tendo coordenado a campanha de juventude da Dilma, junto com o comitê super apartidário, que envolvia os partidos que compunham a coligação, mais a direção da Juventude do PT, e no ano de 2011, início de 2011, assumi a Secretaria Nacional de Juventude da presidência da república, ficando à frente da SNJ no primeiro mandato todo da presidenta Dilma e saindo no início do segundo mandato, indo então para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde eu era diretora de Ações Territoriais e cuidava, dentre outras coisas, de territórios da cidadania, territórios rurais e a participação social nos territórios. Então, resumindo, a minha trajetória tem muito a ver com o debate do rural, não é, da agricultura familiar, da juventude rural e de políticas públicas, e da juventude como um todo.

**M** – Beleza. Vamos dar uma segurada um pouco nessa parte da questão partidária. Vamos focar, por enquanto, nessa questão do histórico de militância do movimento social. Acho que a gente já avançou um pouco em algumas perguntas que eu faria, que é a questão de trajetória de militância, onde você militou, enfim... 2001 na FETRAF-SUL, Coletivo da Juventude da CUT, 2005 na CONJUVE... Esse processo de construção ali da juventude na FETRAF, no próprio Coletivo de Jovens da CUT... Enfim. Você teve uma militância conforme a construção desses espaços e também você teve um crescimento: sair da questão local, foi para a questão nacional, regional-sul e depois nacional... Me conta, assim, o que você lembra desse período, antes da Secretaria da JPT, mais nesses períodos de militância que você conta aqui que é bastante ligado ao movimento sindical, às pastorais sociais, principalmente à Pastoral da Juventude, essa questão rural... Me conta o que você lembra de mais relevante dessa época. O que você consideraria mais importante nesse período?

**S** – Pois é... Eu nunca... Eu falo demais, esse é o problema, então se eu for adiantando muito você me fala. Eu nunca tinha pensado assim, de maneira sistematizada, o que eu achei mais

interessante, porque eu acho que são acúmulos de coisas. Acho que eu peguei uma fase da militância quando você ainda fazia escadinha (risos). O grupo local, a igreja, o sindicato, o movimento regional e nacional, o partido, o governo... Hoje em dia a gente vê... São processos muito mais mesclados de trajetórias de atuação. Acho que eu ainda peguei um período um pouco mais tradicional, entre aspas, a isso caberia um outro debate, mas vamos lá. Eu nunca pensei de maneira sistematizada, o que eu achei mais marcante, assim, que eu destacaria dessa trajetória. Acho que cada um dos espaços que eu atuei trouxe uma bagagem, um aprendizado. Acho que a Pastoral da Juventude foi um espaço que me marcou, muito por ser um espaço de início de militância, então a Pastoral, no período em que eu atuei, ela tinha, no local em que eu militei, ela tinha uma pegada muito forte de igreja comprometida, de teologia da libertação e também de muito afeto. Acho que a Pastoral da Juventude traz um pouco disso, essa capacidade de atuar com o início da militância, que não tem uma formação teórica sólida necessariamente, que não tem uma única pauta, que mescla um conjunto de questões do seu dia a dia que vão de espiritualidade até o movimento social, à luta cotidiana pela política pública. Ou seja, acho que a PJ me trouxe esse amadurecimento no início da militância e foi onde eu aprendi a falar em público, onde eu aprendi a me colocar, a me posicionar, a pensar coletivamente. Acho que isso foi uma característica importante no período da Pastoral da Juventude. Acho que a FETRAF, para mim, foi um marco bastante sólido, assim, que me ajudou a estar ainda trilhando o caminho que eu estou hoje porque foi um lugar onde eu tive que aprender a lidar com adultos, digamos assim... A Pastoral da Juventude era um grupo de jovens, não é, no máximo que a gente comprava umas brigas de vez em quando era com o padre... No Grêmio Estudantil, que foi uma coisa muito curta já foi interessante essa coisa de ter que negociar com adulto, mas na FETRAF foi o primeiro espaço que efetivamente a gente... Que eu entrei para um núcleo de espaço de disputa de poder um pouco mais acirrada. A FETRAF não se organizava por pendência, mas é natural a disputa interna, especialmente entre... A gente viveu uma disputa geracional e de gênero muito forte. Essas foram duas questões importantes que marcaram o período em que eu atuei na FETRAF. A FETRAF sempre apostou muito na organização da juventude e foi sério o trabalho. A gente fez muita coisa legal, mas a disputa, o espaço real de poder no dia a dia da organização não era uma questão simples, então muitas vezes a juventude ficava com seus processos organizativos, mas impossibilitada de atuar em algumas frentes de mais poder, digamos assim, na organização. E foi um aprendizado muito grande para mim e para os jovens que atuaram naquele período dentro da federação, desde a FETRAF de Santa Catarina, a FETRAF-SUL e a FETRAF-Brasil... Aprender a negociar, mas ao mesmo tempo colocar o pé na porta. Eu acho que se não

fosse esse embate geracional que a gente teve no âmbito da FETRAF a gente não teria avançado em algumas coisas, não é? Esse é o primeiro aprendizado que marcou bastante. O segundo foi a fazer um debate muito forte entre as pautas específicas da adversidade e a discussão de classe. A FETRAF sempre se pautou muito pelo debate de classe, sempre pautou com muita centralidade os limites para avançar na sua organização e na conquista de mais direitos. O modelo de desenvolvimento capitalista, que é implementado no Brasil, no campo, e internacionalmente, nos espaços em que a gente atuava... Então, esse corte de modelo de desenvolvimento capitalista e de luta de classes foi importante nesse amadurecimento, e entender que discutir juventude era fundamental, mas para incidir no projeto maior, mas que discutir projeto de sociedade, discutir a superação do projeto capitalista, discutir outro modelo de desenvolvimento para o campo sem incorporar a diversidade, as mulheres, a juventude e todas as outras questões que vinham embutidas nisso... A gente também reproduziria a desigualdade e não estaria dando conta desse modelo de desenvolvimento sustentável e solidário que era, digamos assim, a tese que agregava as elaborações no âmbito da FETRAF. Então eu acho que esse foi um aprendizado central, e se a gente pegar o desenvolvimento da juventude, dos movimentos do campo, todas tem um recorte muito forte nesse sentido. Não descola participação social, não descola direitos da juventude, não descola diversidade do debate de desenvolvimento e no debate da luta de classes. Não é uma contradição, não é uma dicotomia: elas vêm juntas, digamos assim, e esse foi um grande aprendizado. Militando na juventude da CUT, mas especialmente... O conjunto da CUT acho que foi um espaço que ajudou a gente a conhecer melhor outras categorias de trabalhadores e entender a diversidade dentro da juventude trabalhadora, os dilemas, conhecer melhor o Brasil, as diversas categorias, as questões que unificavam essa diversidade da juventude trabalhadora foi extremamente importante, mas eu diria que foi no CONJUVE, que eu atuei a partir de 2005, que eu consegui entender com mais ênfase a diversidade da juventude brasileira e acho que foi um intercâmbio fundamental para entender que tem mais questões que unificam do que separam a juventude rural das demais juventudes... A entender e a assumir as pautas da juventude negra, das jovens feministas, da juventude com deficiência, dos estudantes... Ou seja, o CONJUVE foi além de um espaço de elaboração de política um grande laboratório de olhar para o outro e entender a diversidade da juventude, a se sensibilizar com outras pautas e assumir, de maneira mais organizada, o pensamento acerca da juventude e as concepções que estão por trás disso, e uma pauta conjunta que vem guiando a gente até os dias de hoje. Acho que isso foi fundamental tanto para a atuação que eu tive, posterior, no Partido dos Trabalhadores, mais organizadamente, quanto na secretaria. Então eu não saberia te responder em uma ou duas

frases o que foi mais marcante nesses períodos todos porque eu tentei, pensando alto aqui, a elencar o que foi fundamental em cada um desses períodos, em cada um desses espaços de atuação.

**M** – Beleza. A ideia é essa mesma. Desenvolver e... Acho bacana, assim, que você conseguiu falar um pouco da aprendizagem em cada espaço de militância, não é, e como foi esse teu processo da escadinha. Para fechar esse bloco... As tuas referências políticas da época: você tinha referências de militância na época, de vida, enquanto uma pessoa que estava procurando contribuir para uma sociedade melhor... Alguns modelos que eram importantes para você nessa época? Gostaria que você me fala das tuas referências nesse período que vai desde o início, lá com a PJ, lá com a participação, acompanhando os teus pais, quando você diz ali que começou mais ou menos com 12, 13 anos na teologia da libertação, na PJ, enfim, e depois esse processo FETRAF, FETRAFESC, CUT e depois o CONJUVE. Enfim, quais as referências desse período?

**S** – Você está me fazendo pensar em um monte de coisas aqui que eu não tinha pensado. Bom, minha mãe sempre foi uma referência para mim. Era, lá atrás, e continua sendo hoje. É uma figura que atua localmente, mas uma pessoa que admiro muito e que foi meio que uma escola, um chão para mim, desde adolescente até agora. Acho que ela representou um pouco isso, assim. No período em que eu comecei a militância local, bem juvenzinha, teve dois padres que foram importantes, o Padre Hermes e o Padre João Carlos, que eram super progressistas e que a nível local contribuíram muito, foram referências nossas, porque eram duas figuras que apoiavam a organização, mas que não incidiam na nossa tomada de decisão. Eram figuras que construíam conosco sem cercear a construção autônoma da Pastoral da Juventude no período em que eu acompanhei a PJ e fui da coordenação da PJ no município e na diocese, então são duas referências importantes que eu tinha lá. Referência macro... Eu era muito fã do Che Guevara (risos), como todos os jovens da minha época. Na Pastoral da Juventude tinha uma referência assim, um grande, um ícone, digamos assim, de resistência, de luta, de contestação... Digamos que eu era bem caricata nesse sentido. Não estou dizendo caricata no sentido ruim, não é, mas em incorporar algumas figuras, assim... Quem mais, deixa eu pensar... O Lula, em certa medida, era uma referência importante, assim, alguém que a gente sempre teve como uma referência de esquerda no Brasil, e mesmo não sendo jovem era uma figura que... A gente sempre ficava muito emocionado em construir ação, construir agenda... Eu lembro que no início dos anos 2000, antes do Lula ser eleito presidente, a FETRAF realizou a caravana da agricultura familiar no Sul, o Lula ficou nove dias viajando pelo interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, conhecendo a agricultura familiar, tomando café com os

agricultores, tirando leite, ou seja, a gente acompanhou e ajudou a organizar a caravana... Foi bastante importante para o Coletivo da Juventude na época. Marcou bastante porque era uma figura que a gente tinha como um líder e, ao mesmo tempo, estava ali no dia a dia construindo conosco... Acho que é uma referência importante e continua sendo. Hoje a gente consegue avaliar mais profundamente isso, mas eu acho que foi uma figura importante também. E sobre figuras centrais eu lembro dessas... A gente tinha muita referência nos movimentos, não é. Referência dentro da CUT, referência dentro da FETRAF, mas ao mesmo tempo a gente tinha um espírito bastante contestador dos adultos. Ao mesmo tempo em que a gente tinha uma construção cotidiana de respeito e de entender um conjunto de figuras como lideranças importantes, a gente também buscava fortalecer a construção de outras lideranças, então eu destacaria como figuras centrais essas figuras aí, dos ícones às figuras reais do dia a dia que tiveram um papel importante na nossa formação.

**M** – Show. A ideia é essa mesma. Além da contribuição para a pesquisa é a gente acabar fazendo uma reflexão. Eu também tenho aprendido muito e tenho feito uma reflexão minha também quanto militante, porque perguntando a gente também se pergunta. Vamos lá então para o outro bloco que é a questão da relação partidária. Como foi... Você já me falou que se filiou em 1996 ao partido e depois em 2008 assumiu a Secretaria Nacional da JPT. Como foi o início da tua militância no Partido dos Trabalhadores? Como você conheceu o PT, como você acabou simpatizando com as ideias...? Você contou um pouco, não é, através ali dos teus pais, mas eu gostaria que você me explicasse como foi esse contato inicial, como começou a tua militância no PT.

**S** – Bom, eu atuava localmente, inicialmente como te falei. Então me filiei ao PT, tinha uma atuação muito local, e depois eu fui conhecendo as instâncias, atuando conforme eu fui migrando minha atuação para outros níveis, digamos assim, mais... Eu sempre me identifiquei com o PT, desde o início da minha militância, porque era um partido que eu reconhecia como instrumento de luta da classe trabalhadora, então quando na Pastoral da Juventude a gente discutia transformação social, participação da juventude, outra realidade para o nosso povo... Identificava no PT esse instrumento. No movimento sindical a mesma coisa: na medida em que eu fui assumindo outras tarefas foi ficando um pouco mais claro o que era o papel de cada ator. Mas eu me filiei ao PT não só porque a minha família era do PT. Se em algum momento eu achar que o PT deixou de ser um instrumento que eu acredito para a transformação social eu não vou ficar no PT porque a minha família é do PT; eu não tenho uma vinculação de fanatismo ou de herança, até porque minha família milita localmente e não faço parte de nenhuma dinastia política, inclusive critico isso, digamos assim, de falsa renovação. Não é

esse o caso. É uma identidade, de fato, de luta. A minha família sempre atuou politicamente, e do ponto de vista de transformação social acho que esse foi o início da minha referência, mas na medida em que eu fui conhecendo o PT por conta própria também eu fui, de fato, cada vez mais acreditando que o PT é um instrumento, era um instrumento, que eu via traduzido para além da luta do movimento social, um instrumento importante para a transformação da vida do povo. No entanto, até eu ser desafiada a assumir essa tarefa na direção do Partido dos Trabalhadores, eu tinha uma atuação, defendia o partido, votava no partido, militava nas instâncias locais, mas tinha como prioridade a atuação no movimento social. Achava e continuo achando que as instâncias partidárias são fundamentais, que o partido é um instrumento fundamental, mas que isso não deve substituir a organização do movimento social, da nossa atuação local, dos nossos grupos de base, então para mim era muito complementar, como um instrumento de transformação, como instrumento de implementação de política pública a partir da via institucional, a partir dos governos, a partir do parlamento, então eu fui me identificando naturalmente com o PT no início da minha militância por identificá-lo como instrumento de transformação na vida do povo, junto com o movimento social, junto com a organização dos trabalhadores. Então foi meio natural: era PJ do PT, era sindicato do PT... Ao longo da minha trajetória que eu fui entendendo qual era o papel de cada um dentro desse processo de transformação, mas eu sempre identifiquei o PT como instrumento de luta e de mudança da sociedade, assim como eu identificava o sindicato, o movimento social, a igreja progressista e a classe trabalhadora.

**M** – Então estamos falando da questão do teu início do Partido dos Trabalhadores, não é.

**S** – (breve retomada da resposta anterior). Ao longo da minha trajetória eu fui entendendo o que era cada um, o que era um partido, do ponto de vista da sua responsabilidade, dos seus instrumentos de atuação, a luta institucional... Então eu continuei acreditando que o PT era e ainda é esse instrumento por traduzir no governo, no parlamento, mesmo com as suas contradições, um instrumento real capaz de contribuir naquilo que eu acreditava lá atrás, de melhorar a vida das pessoas, melhorar a vida do povo, produzir outro projeto, outro modelo. Então o PT para mim representava isso, um partido capaz de construir um mundo em que eu acredito, um país em que eu acredito, mesmo com as suas contradições. Mesmo acreditando nisso, durante um bom tempo a minha atuação prioritária não foi no partido. Eu identificava o partido como esse instrumento, tinha uma atuação local, contribuía, mas a minha prioridade de atuação era o movimento social, era a FETRAF, especialmente... Atuava na CUT, na CONJUVE, mas o meu *locus* prioridade foi a FETRAF até o ano de 2008. Até então eu ia a encontros do PT, eu ia para atividades da Juventude do PT, já tinha recebido o convite para

assumir outras tarefas, mas identificava que a minha principal tarefa naquele momento era a atuação junto ao movimento e as tarefas que eu tinha assumido ali. Eu tinha pouca paciência nesse período para disputas mais internas do PT. Isso era uma coisa que me desanimava um pouco, talvez por eu ter uma trajetória de militância local, de grupo de jovens... Na FETRAF a gente não tinha uma experiência de grupo, de tendência... Isso me cansava um pouco. Quando eu ia para um dos espaços eu achava que era muita discussão para pouca prática, e isso era uma coisa que me incomodava, porque no movimento sindical era muito concreto: vamos discutir, a juventude participando, vamos para essa direção, nós queremos uma política pública... Vamos fechar ponte para consultar a primeira terra, organizar a primeira cooperativa de crédito... A cooperativa de produção... Então eu achava meio... Discutir nas nuvens. Passar três dias, um final de semana, discutindo e disputando quem era mais esquerda, menos esquerda, e não vendo concretizar nenhuma atuação. Esse era um limite que eu identificava e que me desmotivava um pouco, lá atrás, quando eu era bem jovem, a priorizar o espaço, digamos assim, institucional do PT ao movimento. Eu achava que o movimento dava mais conta daquilo que eu acreditava, porque eu via a coisa acontecer concretamente na vida, na minha vida, na vida dos meus colegas, nos jovens organizados, na nossa base social. Então essa era uma coisa que me limitava e que por conta disso eu recusei alguns convites de ir para comitiva, de juventude, do estado, um pouco antes do que eu fui... Antes de ir para a Direção Nacional da Juventude do PT como secretária em 2008, entrei para a executiva do PT, do estado de Santa Catarina, como vogal, tive uma atuação de alguns meses lá no estado e achei, de fato, muito etéreo esse debate para aquilo que eu acreditava mais prático, do dia a dia, mas os caminhos me levaram a ir para o Congresso Nacional e ser secretária. Se me perguntar como foi eu te conto (risos).

**M** – Você disse que participou alguns meses de um espaço estadual, é isso? E também um tempo então na coordenação da juventude do PT no município. Isso não chegou a ter?

**S** – Não, não... A gente tinha no município Pastoral da Juventude e o Coletivo de Juventude do sindicato, que eram jovens diferentes em alguns espaços, alguns eram os mesmos, que discutiam no PT, atuavam no PT... A gente fez o Congresso de Juventude do PT em 2008 lá, municipal, funcionou durante um tempo e depois como um coletivo da juventude do PT não funcionou, ele continuou funcionando nos movimentos. Essa é uma questão, inclusive, que a gente precisava pensar: por que na estrutura do PT teve dificuldade de funcionar... Porque no município do interior você tem... O município de Anita tem 8.500 habitantes... Você tem um conjunto de tarefas que sobrepõe e é isso. O dia a dia do partido não exigia o mesmo nível de atuação que o movimento sindical exigia, por exemplo. Acabou que os espaços organizativos

dos movimentos se mantiveram, mas na instância partidária de juventude local não. A gente criou, mas ele aguentou uns dois anos e depois acabou.

**M** – E você acabou fazendo esse processo depois para a juventude do PT nacional... Você chegou a participar da executiva nacional da juventude do PT antes de ser secretária nacional? Chegou a participar de algum coletivo da juventude do PT em outros espaços mais nacional ou não?

**S** – Eu participei do congresso da juventude do PT em 2005, que foi em São Paulo, que elegeu o Rafael Pops. Saíram dois delegados de Santa Catarina e eu era uma das delegadas. Era eu e o Carlos Eduardo, o Cadu, e fomos para São Paulo. Mas não fiquei no coletivo, não fiz parte do coletivo. Eu participei nesse período e depois no encontro setorial de Santa Catarina em 2005 e acompanhei durante um tempo o coletivo estadual da juventude do PT de Santa Catarina, aí 2005 e 2006. Não tinha reunião sempre, mas eu participava de planejamento, algumas atividades mais pontuais, e assim se deu a minha participação na juventude do PT nesse período. Ia a alguns encontros nacionais, alguns encontros estaduais, ajudava a discutir a nível local, mas eu não estava com responsabilidade...

**M** – Você estava me falando, então, que você foi para o Congresso em 2005 pela JPT, que elegeu o Pops, não é, foi você e o Cadu. Depois você participou de algumas reuniões do coletivo da JPT de Santa Catarina... E aí cortou.

**S** – Eu participei de algumas atividades em instâncias locais, em Santa Catarina, e alguns encontros nacionais... Mas eu não tinha nenhuma tarefa de direção, nenhuma tarefa de coordenação nas instâncias. Eu ia... Muitas vezes me chamavam como representante da FETRAF, muitas eu ia para discutir juventude porque eu era delegada... Mas eu não tinha... Eu não era secretária e nem coordenadora de nenhuma pasta. Minha prioridade continuou sendo o movimento nesse período.

**M** – Sim. E você chegou a ocupar algum espaço na direção do partido em si?

**S** – Em Santa Catarina, final de 2009, início de 2008... Foi um período em que a gente, como grupo que atuava na federação do estado, achou que era importante priorizar alguns espaços no partido para ter mais representação da nossa pauta, então foi um período em que eu fui para a executiva da estadual como vogal, representando aí o nosso grupo, porque tinha uma discussão aí nesse período sobre uma possibilidade de eu ser candidata também a deputada federal por Santa Catarina e a gente tomou uma decisão coletiva... E eu também não estava muito convencida, eu tinha muito medo, mas era de a gente construir com mais ênfase a atuação cotidiana no PT. Nós já tínhamos eleito um deputado estadual, que era o Dirceu Dresch, então a ideia era que eu pudesse fazer uma dobradinha com ele e por isso eu entrei

como um dos nomes a ir para o estado. Mas durou pouco tempo porque nesse período eu acabei assumindo a Secretaria Nacional e saí da direção estadual por alguns meses, acho que uns dois meses que eu fiquei.

**M** – Não sei se tu queres falar mais alguma coisa dessa questão do teu papel como secretária nacional da JPT, que foi entre 2008 e 2011, mais ou menos... Um pouco também acompanhei porque militava na juventude também, mas podia me falar um pouco dessas experiências, não é... Você me contou um pouco do processo de filiação e a participação prioritária nos movimentos. Nunca teve uma organicidade muito na juventude, sempre priorizava o movimento. Podia me contar como foi esse processo de ser a secretária nacional do JPT. Esse reconhecimento da tua militância, essas tendências... Como foi esse processo?

**S** – Bom, nesse período eu já estava com uma atuação nacional bastante forte em função FETRAF-Brasil e do CONJUVE, então atuava em muitos espaços nacionais, sempre com o coletivo de juventude do MST, da CONTAG... Sempre que tinha espaço para debater rural estavam os três movimentos, e eu na frente da FETRAF... Na juventude do PT era um período em que a juventude era muito estudantil, digamos assim, e essa efervescência do debate das políticas públicas fez aparecer... Já existia a atuação no Brasil, mas fez aparecer no âmbito do debate das políticas públicas esse segmento que era mais invisibilizado, inclusive na estrutura partidária. A juventude dos movimentos sociais, dos movimentos do campo, a juventude negra, as jovens mulheres... Então eu acho que foi muito emparelhado com o que foi o crescimento da pauta das políticas públicas no Brasil. A partir de 2005 a criação da secretaria, do CONJUVE, em 2008 a realização da primeira conferência... O período em que bombou a juventude da FETRAF, a juventude CONTAG, a juventude do MST... Foi o início dos anos 2000. Então foi meio que concomitante esse processo de crescimento da agenda no âmbito das políticas públicas, e o PT disse “Opa, tem uma galera aí que nós não estamos dialogando como deveria”. Em que pese, a juventude do PT é muito enraizada, e sempre foi, no Brasil inteiro, em vários segmentos, digamos assim que... A época da juventude do PT ainda era muito estudantil, essa era uma grande crítica que se fazia à época. Pouco representativo da diversidade da juventude brasileira. Então eu acho que muito em função disso também o meu nome foi aparecendo como potencial, por ter outra trajetória na atuação e estar, digamos assim, atuando em espaços a partir dos movimentos, mas que também carregava uma bandeira. A professora Regina Novaes fala muito isso, não é: a juventude que milita no Brasil não é uma juventude de uma camisa só, sempre têm várias camisas representando várias bandeiras, construindo várias pautas, e eu acho que a gente traduziu um pouco isso naquele período também. Então em função dessa militância eu fui cada vez mais sendo chamada para espaços

nacionais, para mais espaço no partido, da juventude do partido... Comecei ir para alguns espaços da corrente também, em nível nacional, que eu militava na época mais organizadamente, construindo um novo Brasil, e aí o meu nome apareceu como um nome potencial para a disputa, entre aspas, do congresso setorial... Na época já não era mais setorial... Depois de 2005 virou secretaria, não é. Só que nesse mesmo período a discussão no meu estado era de que eu deveria continuar priorizando o movimento e o partido num viés de construir uma possível candidatura. O debate era sério no estado, de fortalecer novas lideranças, e por isso o meu nome como potencial. Não significava que seria eu necessariamente a candidata, mas tinha uma aposta forte na construção de novas lideranças, e meu nome era um desses nomes lá no estado de Santa Catarina. Mas o nosso grupo no estado definiu que eu não deveria assumir essa disputa no espaço nacional para priorizar o partido no estado e a construção dessa candidatura. Então eu retirei o meu nome da disputa a nível federal, a nível do congresso, da juventude do PT, e fui para o congresso como delegada, já tendo retirado o meu nome como uma pré-candidata, mas chegando no congresso não teve acordo, digamos assim, e um segmento importante da juventude da nossa corrente defendia que eu deveria ser o nome. Tinham outros dois ou três nomes na época, a gente fez esse debate de que a prioridade era outra no período, mas eu não consegui dizer não porque houve um processo forte de discussão de assumir uma responsabilidade nacional e de tentar conduzir da juventude do PT uma construção de um momento que tivesse essa representatividade, de abrir para além do movimento estudantil, de trazer uma pauta de outras juventudes, a primeira mulher possível de assumir a secretaria e de vir de uma atuação rural, de um movimento local, de um movimento de base... Foram questões que pesaram muito e que eu não consegui dizer não, então recoloquei meu nome da disputa, fui eleita e assumi a juventude do PT. Eu tinha muito... Além dessa definição do meu estado, eu tinha muito medo de assumir essa tarefa. Falo isso sempre, já falei isso em algumas mesas públicas, porque a experiência que a gente tinha era de outro tipo de organização. Apesar de ser verticalizado o movimento sindical também, de ser difícil, da disputa ser pesada, era outra forma de construção. No âmbito da juventude nós tínhamos muito unidade, e essa questão da disputa de tendência me assustava bastante, não que fosse desconhecido para mim... Eu sabia que ela existia e como operava, mas como eu falei anteriormente eu não gostava muito dessa dinâmica e não era puritanismo, eu só não tinha paciência, digamos assim, e ao mesmo tempo eu achava que era uma tarefa maior da que eu tinha condição de tocar, porque eu conhecia a juventude brasileira, conhecia os seus desafios, já atuava com isso, mas eu vinha de um movimento bastante específico. Digamos que eu fiquei com bastante receio, com medo de não dar conta, mas eu assumi uma tarefa coletiva.

Justamente aí, por outro lado, que me animou e me deu forças, que eu falo para mim, não só individualmente, mas pelo coletivo que eu representava... Era de entender que a gente podia abrir outro canal, outro caminho, e contribuir para fortalecer na juventude do PT um olhar maior sobre a diversidade da juventude brasileira, sem excluir o que era histórico ou... O movimento estudantil nunca foi contra a posição, mas era “Olha, a juventude brasileira é maior que isso, nossos desafios são maiores do que isso” e a juventude do PT precisa se conectar mais com essa juventude que no dia a dia atua nos quatro cantos do Brasil, mas que não está representada nesses espaços. Então isso também me fortaleceu no sentido de assumir a tarefa e assumir aí efetivamente a juventude do PT acho que foi em abril, se não estou enganada, não lembro... Acho que foi em abril de 2008 e toquei a tarefa até receber o convite para ir para a Secretaria Nacional de Juventude do governo em 2011.

**M** – Bacana. A tua relação com o Partido dos Trabalhadores hoje...?

**S** – Eu continuo militando no PT, agora de uma maneira mais pontual. Quando eu fiquei em Brasília, tanto depois que eu saí da direção do PT... Eu continuei acompanhando atividades nacionais, na Secretaria Nacional da Juventude... Sempre com o cuidado de que não estando num espaço de direção não incidir, no ponto de vista de direção, ou seja, participar conforme se é convidado a atuar... Tinha um colega meu na juventude da FETRAF que sempre dizia uma frase que continuou valendo para mim até hoje, que tem que ter cuidado para não deixar de ser prego e virar martelo, ou seja, não reproduzir aquilo que a gente criticava de não estar mais representando uma instância e incidir nela como se a gente soubesse o que é melhor para ela. Então quando eu saí da direção e assumi um espaço governamental a gente estabeleceu um canal de diálogo forte com a juventude do PT, no âmbito do governo, assim como com as juventudes partidárias, especialmente com os movimentos sociais juvenis, mas continuei atuando politicamente a nível federal, em âmbito local no meu estado... Nas minhas férias eu sempre priorizei fazer campanha, atuar junto aos nossos candidatos... Fortaleci aí as campanhas do jeito que eu pude, tanto é que a nível federal, a nível local e tudo mais. Quando eu saí do governo e vim para o Rio de Janeiro agora para estudar eu tive um deslocamento, digamos assim, porque eu saí do meu estado... Quando eu estava em Brasília eu estava cumprindo uma tarefa, mas eu tinha uma construção política no meu estado. E nenhuma decisão que eu tomei ao longo da minha trajetória foi individual: tanto a minha ida para os espaços da FETRAF, do CONJUVE, da CUT, do PT, do governo... Foram decisões coletivas, com os agrupamentos que eu pertencia, e a decisão que eu tomei agora de vir para o Rio de Janeiro fazer mestrado, especificamente aqui no Rio, foi a primeira decisão, digamos assim, individual. Isso não significou um rompimento, mas significou um “Vou dar um tempo para a

militância de linha de frente”. Agora eu não quero ter nenhuma tarefa de coordenação para me organizar e me qualificar, do ponto de vista da minha trajetória acadêmica, e poder ter mais disposição de fazer isso com autonomia. Uma questão que me preocupa muito é: a gente precisa ter condição de militar e de atuar, de disputar espaços e de assumir direção, mas eu não quero e não pretendo ter a profissionalização partidária ou no movimento social como a minha trajetória de vida. Eu quero poder militar porque eu acho que eu posso contribuir e porque eu acredito nesse projeto político, não porque eu quero ter um emprego. Essa decisão de vir estudar tem a ver com isso, então tem um deslocamento porque eu não consigo mais acompanhar o dia a dia do meu estado e não estou atuando mais a nível nacional, então eu estou num momento muito de reencontrar com a possibilidade de militância aqui no Rio... Vou para atividade, vou para o plenário, vou para a manifestação... Para uma atividade muito mais geral e não tenho nenhuma tarefa aqui. Mudei meu título de eleitor para cá e estou, hoje, tentando encontrar algum espaço mais orgânico de atuação. Tentamos contribuir para organizar o setorial agrário do PT aqui no Rio, no período de organização setorial, e não conseguimos por uma característica muito aqui do Rio, a pauta agrária aqui não é priorizada... E estamos agora discutindo a possibilidade da aproximação com o setorial da educação, porque eu não sou mais uma jovem, não é... Estou estudando juventude, juventude rural e educação no campo, mas é outro lugar, outro lugar de pensar o tema e de contribuir com o tema sem estar nessa representação. Então hoje eu continuo filiada, continuo acreditando... Acho que a gente precisa repensar muita coisa no PT, uma reconexão com a sua base social, mas eu estou no lugar, digamos assim, hoje de contribuir, de atuar, tentando encontrar o meu lugar enquanto pessoa e enquanto coletivo aqui num estado diferente, num estado novo em que eu estou há dois anos.

**M** – Não desempenha, então, uma função no Partido dos Trabalhadores, não é, mas continua militando, como você relatou, em alguns espaços no setorial agrário, que pela questão local não rolou... E pensando na questão aí da educação...

**S** – Exato. Contribuir para o programa de governo Lula/Haddad, contribuir no eixo de transição e no eixo de juventude também. Transição ecológica. Então é isso. A gente vai contribuindo com aquilo que a gente tem, onde é chamado, onde é possível... Sem disputar espaço, agora.

**M** – A ideia do terceiro bloco agora é discutir essa questão, a atuação no governo Dilma e as jornadas de 2013, as manifestações de 2013. Não sei se antes disso você quer conversar um pouco sobre como foi a sua transição da Secretaria Nacional da Juventude do PT para a

Secretaria Nacional do governo Dilma. Essa troca, assim... Da atuação partidária para a atuação governamental.

S – Nunca consigo falar muito rapidamente, mas vamos lá. Quando a gente assumiu a Secretaria Nacional da Juventude do PT, uma das discussões fortes que aconteceu naquele período era de que a gente precisava... Era uma crítica ao histórico da juventude no PT, mas, ao mesmo tempo, um compromisso, discutido no Congresso da Juventude em 2008, era de que a gente precisava, além de ampliar a diversidade da juventude e se reconectar com outros segmentos... Ampliar e fortalecer a organização da juventude do PT, era também incidir com mais força nas políticas públicas. Tinha uma avaliação naquele período de que a juventude do PT, como juventude partidária, tinha pouca incidência organizada para dentro da Secretaria Nacional da Juventude. Não era com cargos, não tinham cargos lá dentro... Mas as juventude do PT era a maioria de quem ia para a primeira Conferência Nacional da Juventude, de quem estava nas conferências estaduais, de quem estava nos conselhos... Mas não tinha uma construção de cotidiano, digamos assim, sobre os rumos da política de juventude no Brasil. Então na minha gestão à frente da Secretaria de Juventude do PT a gente estabeleceu um canal de diálogo com o secretário nacional de juventude do governo da época, que era o Beto Cury, e começamos a organizar vários espaços de diálogo permanentes, de aproximação e de uma incidência maior, e de uma formulação da juventude do PT também sobre isso. Então a gente fez encontro de gestores, começou a discutir proposição sobre política pública de maneira mais organizada... Então acho que muito em função dessa construção que o nosso nome também apareceu com força para a Secretaria Nacional de Juventude do governo. Tiveram outros nomes de juventudes partidárias, o que não cabe discutir aqui como foi o processo de indicação, mas o resumo da ópera é que eu acho que isso foi muito o resultado dessa decisão que a gente tomou, de aproximação do tema. A decisão de mudar a sede da juventude do PT, de São Paulo para Brasília, tinha a ver com deixar a Secretaria num lugar um pouco mais neutro em relação à juventude do PT. Em São Paulo ficava muito vinculada ao dia a dia da juventude do PT de São Paulo... Não era uma oposição à juventude do PT de São Paulo, mas era “Olha, a gente está aqui num lugar para dialogar igual com Nordeste, dialogar igual com Norte, Centro-oeste...”. E teve a ver também com aproximar de onde está rolando hoje o núcleo de discussão de política de juventude do Brasil. Então acho que foi meio natural o nome da gente ter aparecido e ter entrado aí. E muito parecido com o que foi na juventude do PT foi a nossa plataforma aí da ida para o governo, não é. Estar mais perto da representatividade da juventude, digamos assim. Acho que era só isso o que eu queria destacar. Acho que tem muito a ver com essa... Não chega a ser uma transição da juventude PT em relação ao tema, mas tem

a ver uma aproximação maior, do ponto de vista organizado, porque o PT já fazia isso, mas de maneira menos organizada, essa aproximação com a pauta das políticas públicas.

**M** – Como você soube, assim... Agora sobre a questão das manifestações... Como você soube, da primeira vez, das manifestações de 2013? De que forma você ficou sabendo? Qual foi a tua reação pessoal?

**S** – Começou bastante localizado, não é. Com a questão do passe-livre em São Paulo. Nós, no âmbito do governo federal... A Secretaria da Juventude ficava na Secretaria Geral da Presidência da República e a gente tinha várias instâncias da Secretaria Geral, de planejamento, de reunião, reunião semanal com o ministro, que reunia as principais áreas... Fazia avaliação de conjuntura... Discutia os eventos... Evento não no sentido de evento que está sendo feito... Eventos públicos, conjunturais que estão acontecendo... Se posicionava, combinava junto sobre isso... Planejamento pela linha da Secretaria e algumas comissões que dialogavam com os movimentos sociais, ou seja, a gente tinha no dia a dia da atuação da Secretaria Geral, e a Secretaria da Juventude estava incluída nisso, o acompanhamento da pauta dos movimentos sociais e aos desdobramentos da conjuntura. A gente começou a ter conhecimento sobre isso numa ação mais isolada, no movimento passe-livre, em função do debate sobre o preço das passagens. Esse foi o primeiro contato que a gente teve no âmbito da Secretaria de Juventude e da Secretaria Geral em relação ao tema. Então não virou, de cara, um tema que a gente começou a discutir como uma questão que iria tomar a proporção que teve. Na medida em que a questão das manifestações foi crescendo, a Secretaria Geral começou a organizar um núcleo para discutir e acompanhar essas manifestações, mas ainda com um certo ar de “Vamos acompanhar, ver o que vai dar”, mas de início nunca chegamos a fazer uma avaliação de que tomaria a proporção que isso tomou. Depois do crescimento da pauta, e se não estou enganada foi numa das manifestações que teve ação forte da polícia... Foi em São Paulo, não é?

**M** – Sim.

**S** – ... Que aí a manifestação começou a tomar um corpo maior. A gente criou um núcleo de emergência lá na Secretaria Geral. Não era esse o nome, depois eu posso conferir o nome formal para te passar... Que começou a acompanhar cotidianamente as manifestações. Inclusive a gente foi destacado, pela equipe da Secretaria Geral e pela SNJ, para acompanhar Brasília, para acompanhar São Paulo centralmente... Fazer relato, produzir informação e construir canais de mediação com esses movimentos, especialmente com a juventude. Mas de início foi “Ah, mais uma manifestação importante...” e só quando ela começou a tomar corpo que a gente entendeu que era uma ação importante... Não que não fosse antes... Uma ação que

tomava um corpo maior e que exigiria um nível de atuação nossa de maneira mais organizada. A Secretaria Nacional de Juventude já vinha, em seus diálogos internos ao governo, alertando para a questão das novas formas de organização, para os novos jeitos de construir participação... A presidenta da República já havia recebido a Jornada da Juventude Brasileira, que reunia os principais movimentos de juventude organizados no Brasil a partir do CONJUVE... E o MST, a via campesina que não estava no CONJUVE, mas que se organizava nessas jornadas, tinha uma pauta muito mais previsível, digamos assim, porque era uma juventude que já apresentada para a presidenta da República os movimentos... Foi depois das manifestações que esses alertas, que esse debate tomou corpo no âmbito do governo federal.

**M** – Aquele grupo de emergência que você disse é o chamado Gabinete de Crise? É isso?

**S** – Nós constituímos um núcleo que juntava os principais órgãos da Secretaria Geral. A SNARPS, que era a Secretaria de Participação Social, o pessoal da Secretaria que acompanhava a precursoria da presidenta, que atuava com os movimentos sociais quando tinha agenda presidencial, a Secretaria Nacional de Juventude e em alguns momentos esse núcleo se reunia com a Casa Civil. Eu não participei de nenhuma reunião com o Gabinete de Crise da presidenta. Participei do núcleo que se reunia preparando as informações para a presidenta que o ministro... Que estava nesse núcleo junto ao gabinete presidencial.

**M** – Que era o Gilberto Carvalho na época, não é...

**S** – Gilberto Carvalho. Exatamente.

**M** – Quais eram, assim, os comentários que existiam no governo nesse período inicial? Existia algum comentário que se destacava, tinha algum entendimento que aparecia mais nesse início da jornada?

**S** – Tinha do lado, digamos assim, que não era da Secretaria de Juventude, um olhar muito de “Ah, é uma pauta importante, temos que estar atentos, mas é mais uma pauta que pode ser que não rebata aqui...”. Foi só na medida em que o tema ganhou força e as pessoas entenderam que tinha um rebatimento e que tinham questões que a gente não estava conseguindo captar. Mas eu diria que do início ao fim... Do início não, do meio, quando começou a tomar corpo e sair da pauta só do passe-livre e do movimento passe-livre, o que foi comum foi um sentimento de espanto. Acho que do início ao fim foi esse sentimento de espanto: “O que está acontecendo? A gente não está entendendo como isso estava represado, como isso foi acontecer...”. Nós da Secretaria da Juventude, além de participar desse comitê que acompanhava as manifestações e produzia relatório, informação... Não era contra informação, era de tentar entender o movimento, de estar em contato. Tivemos um outro núcleo dentro da própria Secretaria... A gente virou várias noites reunidos com a nossa equipe... Escrevendo documento, lendo,

assistindo, acompanhando, tentando entender melhor os próprios movimentos da juventude e formular uma opinião comum da Secretaria para subsidiar a própria Secretaria Geral. Mas eu lembro que de início rolaram algumas reuniões. Inclusive no âmbito da Secretaria Geral, em que a gente não foi chamado, porque os adultos que estavam ali, digamos assim, não entendiam que essa era uma questão que rebatia muito sobre a juventude ou que a gente tinha opinião sobre isso. Foi na medida em que o tema foi ficando mais forte que eles entenderam que não tinha como discutir esse tema sem dialogar com a própria Secretaria e as opiniões que a gente tinha sobre isso. Aí a gente passou a compor esse núcleo e a produzir informação sobre. Mas eu diria que até esse momento, de começar a tomar corpo, a Secretaria não estava sendo nem muito consultada não era uma questão que... Ou era uma questão de juventude, não rebateria fortemente ali no âmbito federal.

**M** – Você disse que tinha um nome... Esse que você disse que vocês pesquisaram várias noites e produziram documento...

**S** – Era assessoria... Era gabinete mais assessoria da Secretaria Nacional de Juventude. Eram os principais quadros de assessoria da Secretaria. Tinha a Helena Abramo, Elisa Guaraná, Bruno Elias, Murilo, Rodrigo Amaral... Que era gabinete mais as assessorias da Secretaria, não é. Não eram quadros técnicos, digamos assim, era um núcleo mais político de avaliação. A gente também criou meio que um Gabinete de Crise da Secretaria, assim, nesse período.

**M** – Legal. Você já me disse quais as medidas que o governo tomou nesse primeiro momento, de mais acompanhar. Não tinha essa percepção... Era mais uma pauta importante, mas talvez não respingasse no governo... Teve também essa questão do núcleo de emergência que você falou. Essa questão que a SNJ criou esse núcleo, não é, de assessoria mais política... Não tinha uma avaliação muito clara, então, dessas manifestações no governo, inicialmente. Não tinha essa interpretação?

**S** – Não. No início não tinha especialmente porque a pauta do preço da passagem rebatia mais a nível municipal do que estadual. Não era uma pauta diretamente que no seu início tinha um... Apesar da crítica que tinha ao governo federal, não era uma pauta que iminentemente como a reforma agrária, que era um movimento que fecha ponte, faz uma ocupação, mas que não é local a negociação, é iminentemente federal. Então teve essa confusão no início, que ninguém entendeu. Acho que terminou sem todo mundo entender direito também, mas para além de não entender e demorar para a gente captar o que estava rolando tinha a ver com o início da pauta, que era muito local. Eram questões que estavam surgindo, que nos chamaram a atenção, mas que rebatia inicialmente a nível local e por isso não teve, de cara, essa atuação. Agora eu lembro que, por exemplo, em Brasília, quando teve uma das grandes manifestações de Brasília,

não foi a da ocupação do Congresso Nacional, aquela que todo mundo subiu em cima, foi antes... Eu lembro que a gente tava acompanhando e tal e chegou ao ponto de o ministro Gilberto Carvalho ir para o meio das pessoas conversar, tentar entender, e a partir daí o próprio ministro fez alguns contatos direto com líderes do movimento passe-livre em Brasília. E a gente construiu esses contatos com o movimento passe-livre de São Paulo... E se organizou, aí já com esse núcleo da Secretaria, que estava pensando sobre o tema organizado, esse núcleo da Secretaria Geral organizado que subsidiava a Casa Civil, a presidenta da República... Com as informações e as análises sobre isso que a gente costurou uma primeira reunião do movimento de juventude, incluindo os tradicionais, tradicionais entre aspas, que eram a UNE, o MST, as juventudes partidárias, os movimentos que atuavam no CONJUVE... Mas com essa diferença, tentando agregar o movimento passe-livre. Então foi um longo processo de convencimento do movimento passe-livre, de que era importante, e a presidenta da República queria sentar e ouvi-los. Então houve mediação da SNJ, houve mediação da Secretaria Geral da presidência da República... Quando eu SNJ é da Secretaria em que a gente estava vinculado. A gente não dava nenhum passo que não fosse a partir da orientação da Secretaria Geral em relação a esse tema. Então aí que a gente conseguiu organizar uma primeira reunião da presidenta. Ela já tinha recebido antes as juventudes organizadas na Jornada da Juventude, incluindo as mulheres da Marcha das Vadias, representantes dos rolezinhos... Acho que é importante dizer isso. Já vinha um processo de abertura da própria presidenta, de sentar com o movimento juvenil. O presidente Lula tinha sentado algumas vezes para a instituição da política de juventude, mas para discutir pauta... A presidenta Dilma teve essa sinalização importante, mas depois da expansão das manifestações de 2013 teve essa primeira específica junto a esses movimentos do passe-livre, e depois dessa primeira reunião a presidenta reuniu mais outras três vezes. Então ao longo desse período das manifestações de 2013 ela recebeu quatro vezes, como desdobramento também das manifestações, ela se reuniu quatro vezes com grupos juvenis para discutir as suas pautas. Eu acho que apesar de toda a confusão que foi entender, dar resposta à altura ou não, essas manifestações contribuíram para ter a abertura de um canal de diálogo direto da juventude organizada, em movimentos tradicionais ou não tradicionais, como era o caso dos jovens dos rolezinhos ou do passe-livre, de ter uma agenda direta aí com a presidenta da República. Esse processo se desdobrou nisso também.

**M** – Essas reuniões ali com essa juventude mais tradicionais, a CUT... Que hoje seriam classificados de novíssimos os rolezinhos, a Marcha das Vadias junto com o MPL... E não fica muito claro para mim se eu considero o MPL novíssimo ou não, porque já tem uma caminhada... Tinha algum grupo desses mais novos, mais atuais?

**S** – No CONJUVE a gente tinha redes, não é. Redes e fóruns, que não eram necessariamente movimentos, então... Fórum da juventude negra, rede de juventude e meio ambiente... Isso se caracterizaria como novas formas de organização, que não são movimentos sociais instituídos, mas que tinham algum nível de atuação. Eu diria que o que se destacou como novas... Apesar dos fóruns e das redes, dos núcleos serem novos, do ponto de vista de fugir do tradicional modelo movimento estudantil, movimento sindical, movimento rural, movimento de mulheres... Mais estruturados... Eles também são formas mais horizontalizadas de participação. Mas, com esses núcleos que surgiram nesse período eu destacaria esses três, que foi a representação da Marcha das Vadias, dos rolezinhos e do MPL, que inclusive se recusava a participar em qualquer instância institucional, governamental. Teve todo um processo de convencimento junto ao movimento para que eles topassem fazer parte dessas primeiras reuniões. Eu não vou dizer que foi fácil, porque havia muita... Uma reunião com a presidente da República não é uma reunião de 5h, onde você fica ali e escuta os 30 movimentos que têm na mesa falando sem parar. Então teve que ter acordo entre quem falaria, quem representaria os interesses que estavam ali colocados. Foi todo um processo de negociação que, por vezes, alguns movimentos que estavam na mesa e criticavam os movimentos mais tradicionais... Os movimentos numa retaguarda de se defender e dizer “A gente já tem uma importância e estamos discutindo há anos esse tema...” e é verdade... E nós num processo de mediação de entender que todo mundo que estava ali tinha algo para dizer e precisava ser dito. Mas foram reuniões tensas nesse sentido, entre o tempo que se tinha para conversar com a presidenta da República, falar e ouvir e você garantir a fala, o lugar e a representação de todos esses movimentos. Então também foi um processo forte de pactuação dentro desses movimentos e a própria presidenta da República, não é, digamos assim.

**M** – A avaliação inicial, assim... Compartilhava daquela mesma avaliação, do que tinha no início ali, quando tinha mais o MPL em São Paulo... Aquela avaliação inicial que tinha do governo, de que era uma pauta mais local, enfim. Você partilhava desse entendimento também nesse período?

**S** – No início, a avaliação que a gente fazia na Secretaria, do ponto de vista de que ninguém podia adivinhar o que podia acontecer, era que eram ações mais pontuais, mas que traduziam temas que a gente não conseguia tratar e que eram temas, entre aspas, novos no movimento de juventude. Sempre teve as pautas tradicionais, como a educação, o trabalho, a cultura, a participação... A questão da mobilidade, e que ali se traduziu de maneira mais organizada pela questão do preço da passagem, ou do passe-livre, seja lá o que fosse, sempre foi uma pauta que apareceu, mas de maneira mais tangenciada, como nas conferências, nos conselhos, no dia

a dia da política pública. Era um tema que aparecia muito fortemente nos fóruns metropolitanos, tipo o Fórum de Juventude de BH: era um fórum que discutia a questão da mobilidade, alguns outros movimentos e redes discutiam isso como um tema central, e alguns pesquisadores já apontavam esse como um tema dessa geração, onde o tema do direito ao território e a mobilidade apareciam como temas dessa geração, mas não eram bem trabalhados, nem por nós da Secretaria, nem pelos movimentos mais tradicionais que acompanham o dia a dia da construção dessa agenda. Então para gente o que chamou a atenção nesse período é isso: esse tema não pode mais ser tangenciado, essa é uma questão que vinha aparecendo, que a gente identificava como um tema novo, não novo do ponto de vista da problemática, mas novo no sentido de como ele aparece com mais força, mas é uma questão que a gente tem que estar atenta. Não dá mais para falar em política de juventude sem incorporar essas questões e tentar responder. Mas isso muito no nível de uma formulação mais geral, muito ainda sem entender que isso, de fato, podia tomar a dimensão que foi, e na nossa opinião é que ao longo do processo isso caminhou num sentido de uma... Aí vão ter várias avaliações sobre 2013... Mas a gente caminhou muito numa avaliação de que isso, essas manifestações se deram por mais direitos e não por menos direitos. Em que pese as avaliações, num primeiro momento, a direita viu que tinha uma possibilidade de ir para a rua... Se isso foi potencial originador de núcleos que hoje se organizam em movimentos Brasil Livre, MBL, esses movimentos mais de direita... Então hoje uma avaliação que alguns grupos e segmentos fazem sobre 2013, não era um debate que se fazia naquele período. Naquele período a avaliação mais crítica que se fazia era se esse era um movimento contra tudo o que está aí, especialmente apontando algumas pautas da direita, como a questão da PEC37, se não estou enganada... Essa pauta mais genérica contra a corrupção, que já começou a aparecer com força naquele período, a partir do momento em que as manifestações foram agregando e foi saindo da pauta só da questão do passe-livre, mas a questão que a gente formulou e acompanhou naquele período era de que essas manifestações se davam por mais direitos, mais qualidade do acesso aos serviços, mais qualidade no acesso às políticas... E de que não bastava o que a gente já tinha feito. A juventude que foi para as ruas naquele período apontava no Estado um aprofundamento nas políticas públicas, um aprofundamento nos direitos. Era mais saúde, era mais educação... Não necessariamente fazia uma discussão de que para ter mais educação tem que aprovar os *royalties* do petróleo e do pré-sal para a educação, não é. Não necessariamente mais participação na reforma política, mas essas eram bandeiras que de alguma maneira apareceram e tomaram força, digamos assim, no campo mais progressista que tomou as ruas, ou das próprias pessoas que não se identificavam necessariamente com o movimento de direita, mas que estavam ali

reivindicando mais Estado. Essa foi uma avaliação que a gente fez naquele período. As pessoas querem mais Estado. Quando elas querem mais direitos elas estão dizendo "A gente quer mais Estado". E depois, se isso originou núcleo ou não, uma avaliação se a gente consegue fazer, eu não tenho uma opinião formulada ainda, mas naquele período era essa a avaliação que a gente fazia: mais direitos, mais Estado, mais políticas públicas.

**M** – Acho que você já falou um pouco, mas dá para aprofundar... Qual era a política de relação com os movimentos até aquele momento, até aquele período?

**S** – Quanto aos movimentos sociais?

**M** – Isso...

**S** – De maneira geral? Bom, a Secretaria Geral tinha um processo forte de relação com o movimento social. A relação com o movimento social ela existia, especialmente na Secretaria Geral. Ela organizou... Como era o nome... Mesas permanentes de diálogos. Tinha mesa permanente de diálogo dos trabalhadores rurais, que negociava a pauta dos assalariados, com as usinas, cana de açúcar, por exemplo. Tinha mesa permanente dos movimentos sociais do campo, onde tentou se construir um esforço de que as negociações não se dessem todo o ano... De maneira pontual dos movimentos, das suas marchas... O Movimento Sem Terra senta com o MDA, senta com o INCRA, senta com a Secretaria Geral... A FETRAF a mesma coisa, a CONTAG a mesma coisa... Que continuasse tendo os processos de mobilização de cada movimento, mas que se organizasse uma mesa de diálogo permanente para que não fosse episódica a negociação do governo federal só em momento de luta, para que o movimento tivesse tempo de dialogar com o governo e o governo em condição de discutir com o movimento as pautas mais estruturantes que poderiam se desdobrar ao longo disso. Então foi instaurada a mesa da cana, a mesa dos movimentos do campo, que era a pauta especialmente da reforma agrária... Tinha um espaço permanente de diálogo com a pauta da agroecologia... Então tinham esforços. Teve a construção do PPA Participativo, que se desdobrou depois em diálogos permanentes de acompanhamento da execução do planejamento do PPA no âmbito do governo federal, tinham reuniões anuais, ou seja... Tinham mesas permanentes de diálogo. A própria Secretaria tinha lá os seus grupos de trabalho permanente também, já no âmbito da juventude... Tinha esses canais de diálogo. A mesa dos catadores... Tinha um grupo que permanentemente acompanhava a pauta dos catadores, por exemplo. Vários exemplos da atuação que se dava permanentemente no âmbito do governo. Eu acho que não foi um problema de uma falta de espaços de diálogo, porque a Secretaria Geral, especialmente, criou muitos canais de diálogo. Para mim o desafio desse momento das manifestações de 2013, que o momento de 2013 traduziu, era que espaço de diálogo não necessariamente se traduz em

espaço de respostas. A necessidade que o movimento organizado tem de respostas não é a mesma capacidade que o governo federal tinha de responder no tempo e na necessidade que as pessoas precisam que a política pública aconteça. O Estado é pesado, engessado, não é feito para funcionar... Então era o tempo todo tentando encontrar um mecanismo para a execução dessas políticas para além do que era decisão política, orçamento... Tomada de decisão política e orçamento para a execução demorava mais tanto tempo para a coisa acontecer na prática. Então tinha uma reclamação muito forte de alguns setores do movimento social, de trabalhadores, movimento sindical... De sentar diretamente com a presidenta da República. Teve, de fato, no início da gestão da presidenta muita crítica nesse sentido, o que é justo, não eram tantos os canais direto com ela quanto os movimentos reivindicavam, e eu acho que as manifestações contribuíram para o alargamento da agenda da própria presidenta da República naquele período. Só com o movimento de juventude ela sentou quatro vezes naquele período. Então ela começou a receber de maneira organizada os movimentos do campo, as centrais sindicais... Ela se reuniu também com empresários... Ela passou a organizar, a reunir de maneira menos episódica e mais estruturada os movimentos sociais. Então essas mesas de negociação se traduziram em agendas permanentes com a presidenta da República nessas manifestações aí para o final do primeiro mandato. Eu acho que essas manifestações tiveram um papel importante para isso, para além de ter contribuído para a aprovação da lei dos *royalties*, da destinação dos 10% do pré-sal para a educação... O Estatuto da Juventude também foi aprovado nesse período também, estava há dez anos parado no Congresso Nacional. Então a gente teve conquistas importantes que se desdobraram disso. Depois eu até quero ver a tua dissertação para ver se tem avaliação negativa, porque eu tenho algumas hipóteses, mas não é o foco da entrevista agora... Mas eu acho que essas manifestações contribuíram para a presidenta passar a ouvir de maneira mais organizada os movimentos sociais. Essas escutas existiam, muito pontuais, mais pontuais com a presidenta, mais organizadas com a SG, resumindo assim, mas depois das manifestações elas passaram a ser de maneira estruturada, pensada, periódica e não episódica.

**M** – A próxima pergunta, de uma certa forma, tu já respondeu... Se o governo conversou ou recebeu algum representante de algum movimento social, o que foi desenvolvido nos protestos. Você disse ali que com a juventude ela se reuniu quatro vezes, incluiu movimentos tradicionais e os novos ali, a Marcha das Vadias, os rolezinhos e o MPL. Acho que aqui... Não sei se tu queres fazer mais um destaque sobre isso?

**S** – Sim, uma coisa que eu esqueci. A presidenta, antes ela tinha se reunido com as Jornadas da Juventude, que eram os movimentos tradicionais, incluindo os rolezinhos e a Marcha das

Vadias. Depois, no início do processo das manifestações, ela se reuniu só com o movimento passe-livre, depois da Jornada. Quando estourou e pegou forte os movimentos de junho de 2013, ela teve uma reunião específica com o movimento passe-livre, e depois ela teve uma outra com todos os movimentos de juventude, mais o passe-livre... Aí desdobrou. E depois de um período o movimento passe-livre resolveu não participar mais. Ela continuou se reunindo com os outros movimentos, mas teve uma primeira específica com o Movimento Passe Livre. Eu esqueci de falar dessas.

**M** – As medidas que foram anunciadas pela presidenta Dilma em junho. Como elas foram elaboradas? Como elas foram decididas? Como foi o processo de decisão para as medidas que ela anunciou depois das manifestações? A Dilma, durante o processo, acho que no dia 21 de junho, se não me engano, ela fez uma declaração nacional e anunciou algumas medidas a nível de governo. Como foi esse processo de construção dessas medidas? Como foi a elaboração dessas medidas, como foi a decisão para ela anunciar? Ela falou, inclusive, dos cinco pactos de políticas públicas. Como foi esse processo de decisão?

**S** – A gente acompanhou muito esse processo de mediação dos movimentos. Ajudamos a organizar essa reunião do Movimento Passe Livre com ela. Foi uma reunião muito importante em que o movimento apresentou as reivindicações específicas a respeito dessa questão da mobilidade e preço da passagem. A presidenta concordou com algumas coisas, discordou com outras, e acho que essa reunião foi bastante importante para algumas medidas que ela anunciou depois. Eu não acompanhei, óbvio, porque tinha o ministro, não é, eu não estava na hierarquia direta na relação com a presidenta... O núcleo que decidiu as medidas a serem anunciadas, mas a gente ajudou a elaborar aquilo que eram as reivindicações da juventude, os *briefings* e tudo o mais. Então acho que essa reunião, em que pese não ter respondido todas as questões, foi um esforço com o movimento passe-livre e o movimento de juventude que também contribuiu para que houvesse uma resposta conjunta, porque não dava para o governo federal assumir questões que não diziam respeito diretamente à pauta federal. Faltaram algumas iniciativas mais fortes sob o ponto de vista da mobilidade e dessa pauta em âmbito federal, mas acho que foi possível para o momento. Eu não poderia te responder como é que foi porque essa negociação com ela eu não acompanhei. O que eu acompanhei foram as reuniões anteriores, de diálogo, onde não tinha um anúncio direto para fazer. O anúncio que ela fez foi depois desse conjunto de reuniões. Mas eu diria para você que se não fosse esse processo, tanto com o volume que as manifestações tomaram quanto o processo de escuta que ela fez, talvez não tivesse tido um anúncio de maneira organizada como foi. Talvez tivesse ficado mais no âmbito de que não é responsabilidade nossa e tudo o mais... Acho que foi fundamental o crescimento

da pauta mais o processo de diálogo que ela construiu com os segmentos para ampliar essa sensibilidade de que era um problema de todos. E ela foi bastante corajosa quando colocou essa questão da pauta da reforma política, na minha opinião... Reenviou a questão dos *royalties* do petróleo de novo, o que já tinha sido antes derrotado no congresso, então eu acho que ela foi corajosa nesse sentido, de retomar algumas pautas que não teriam espaço para serem aprovadas ou debatidas se não fossem essas manifestações.

**M** – Houve outras reuniões para trabalhar essas questões sobre as medidas tomadas. Você diria que foi mais uma decisão daquele Gabinete de Crise mesmo? Tinha o Gilberto Carvalho, tinha o Mercadante, o Giles Azevedo... Seria nesse Gabinete de Crise mais mesmo?

**S** – E com quem tem a pauta econômica também, não é. Nós da Secretaria estávamos subordinados ao ministro. Eu participei de algumas reuniões com a presidenta Dilma, mas quem participava diretamente das negociações com ela era o nosso ministro, o Gilberto Carvalho. Eu não sei dizer quem estava na reunião (risos), nunca perguntei isso para o Gilberto, não sei afirmar se eram esses nomes, se tinha mais nomes, eu não sei. Nessa reunião de tomada de decisão eu não participei, não posso dizer para você quem estava.

**M** – Eu acho que você já respondeu, se houve um comitê de discussões, um Gabinete de Crise no momento de junho. Você me falou que tinham esses espaços ali. Um primeiro núcleo acompanhava, depois um núcleo mais ligado à Secretaria Geral... Junto com a Secretaria da Juventude também criaram um núcleo de elaboração de medidas. Depois teve aquele Gabinete de Gestão de Crise, o que é bem próximo à presidenta... Tinham outros espaços criados além desses espaços de escuta, de reuniões?

**S** – Teve o que desdobrou depois disso, não é. Se manteve, como eu falei antes, esses espaços de diálogo com os movimentos de juventude, de responder às pautas dos movimentos, mas acho que nesse período foram esses os principais. Ela começou a se reunir com outros setores também, depois disso, de movimentos sociais para além da juventude. Mas acho que foram esses, se não estou enganada. E teve destacamento também. A gente foi direcionado para acompanhar as manifestações a nível local. Eu fui acompanhar São Paulo, o Bruno Elias... Outro núcleo acompanhou Brasília, Rio de Janeiro... Os principais polos, assim. Então teve um processo de a gente não só estar em Brasília tentando entender, reunindo Comitê de Crise, elaborando *briefing*, pegando dado, mas ir para a ponta. A gente teve equipe da Secretaria Geral e da Secretaria de Juventude que desceu aos lugares para acompanhar mais de perto esse processo. Isso foi importante. Não ficou um grupo fechado no Palácio do Planalto; a gente também baixou para fazer esses links direto com os movimentos na ponta. Acho que é isso mesmo.

**M** – De maneira presencial nas manifestações mesmo?

**S** – De maneira presencial. Exato.

**M** – Acho que sobre os debates você falou um pouco... Como eram as avaliações dos protestos e da conjuntura política? Depois quando teve aquele momento que criou mais volume, que teve mais gente na rua. Qual a avaliação da conjuntura que tinha na época?

**S** – Acho que teve no início essa coisa de que eram pautas locais, que não dizem respeito direto ao governo federal. Nós, com a preocupação da Secretaria... Isso no âmbito do governo geral... Na juventude era um tema que de fato agora saiu no âmbito de que era uma nova questão e assumiu um lugar estratégico. Depois é isso, ele vira um movimento que pode impactar politicamente, um movimento por mais direitos, mas pode ser capitulado, digamos assim. Houve uma mudança no discurso da própria mídia e isso também foi sentido no âmbito do governo federal. Deixa de ser uma pauta só por passagem e por direito e vira uma coisa de contestação ao próprio sistema político, não é, e ao próprio governo federal, então esses foram os fatores que à época criaram, digamos assim, uma certa preocupação. Por isso a resposta da tentativa da reforma política ser debatida, foi um esforço do governo. Bom, tem uma contestação que é legítima, tem problema no sistema político de verdade, vamos discutir a questão da reforma política, com uma possibilidade de responder a isso de uma maneira mais estruturante. Mas eu acho que a preocupação foi muito... Acho que o que resumiria esse período é que todo mundo estava meio atordoado tentando entender o que estava acontecendo. No que pese essas avaliações, que eu estou te falando que são questões que apareceram naquele período... O sentimento geral era de atordoamento. Primeiro por achar que era uma pauta que não ia pegar desse tamanho, que ia tomar essa dimensão e que ia virar um questionamento ao governo federal, ao sistema político, da maneira como se criou. Acho que ninguém esperava, acho que essa é a primeira questão, a questão assim que mais... Que era um consenso, assim, do governo como um todo. Ninguém esperava que fosse tomar a dimensão que tomou, assumir a pauta que tomou, porque ela começa com uma pauta por mais direitos... Ela descamba ali durante um período no movimento de contestação a tudo que está aí. Então ninguém esperava que fosse tomar essa dimensão. As respostas, de início, não foram tão adequadas assim... Houve até questionamento por parte do PT, de que seus jovens não deveriam participar, em determinado período. Então houve contradições e eu lembro que em São Paulo houve muito questionamento, dos jovens irem para as redes sociais reclamar que as instâncias partidárias orientavam que não devia ir para a rua, que isso era endossar um coro da direita, e a juventude dizendo “Não é um coro da direita, a gente também acha que tem que ter mudanças, a gente também acha que tem que ter mais direitos, a gente também acha que tem que ter reforma

política”. E depois virou, em algum momento, daí das manifestações aquela coisa de não tem bandeira, contra bandeira, contra partido... E de crescer o movimento mais de direita, no âmbito dos movimentos. Isso tudo foi um caldo muito rápido, aconteceu de maneira muito rápida. Um movimento que eu acho talvez que agora ainda a gente tem dificuldade de entender e naquele período muito mais. Acho que resumiria bem um sentimento de atordoamento coletivo, de tentar entender o que estava acontecendo e ao mesmo tempo entender e dar respostas e desdobrar o que era possível dali. Foi bem confuso, a grosso modo. Com todos esses processos que a gente instituiu, foi confuso, foi difícil entender, pactuar e dar desdobramento a tudo o que vinha ali.

**M** – No teu entendimento, alguns setores do PT dizia que são jovens, que a juventude do PT não deveria participar, porque tem uma galera lá que é conservadora... Que ia rebater no governo...

**S** – De fato, isso foi público.

**M** – Aqui também tinha um pouco essa fala no partido, de que a juventude do partido não deveria participar. Vários municípios devem ter tido... Para a sequência, o meu roteiro aqui. Quem estava envolvido na avaliação política daquele momento? Tinha esses núcleos e aquele Gabinete de Gestão de Crise. Tem como dizer, assim, quem estava envolvido?

**S** – Eu não lembro quem estava no Gabinete de Gestão de Crise, além do gabinete da presidenta... Acho que eram os nomes que você falou. Posso até investigar isso junto ao ministro Gilberto Carvalho, se for muito importante, mas eu não vou... Como eu não acompanhava eu não lembro direito. Mas no âmbito da Secretaria Geral tinha nós da Secretaria de Juventude, Secretaria de Participação Social, a SNARPS, que cuidava da precursoria da presidenta e fazia mediação com os atores locais... Tinha dentro a Diretoria de Participação Social, quem cuidava da precursoria da presidenta, a assessoria imediata do ministro e a Secretaria de Juventude. Quem atuava na ponta e quem atuava em cima, digamos assim.

**M** – A Secretaria de Participação Social era o...

**S** – O Wagner Caetano.

**M** – Não era o Paulo Pontual...

**S** – Paulo Maldes. É que dentro da Secretaria de Participação Social a gente tinha o Wagner Caetano, que era o secretário, que cuidava da questão da relação... Mais a precursoria, a agenda presidencial... O Paulo Maldes, que cuidava da relação direta com os movimentos sociais e a pauta indígena, ele que cuidava mais direto da participação social, e o Pedro Pontual era um diretor dentro dessa Secretaria, que tinha uma das responsabilidades lá, no que diz respeito à participação social, sistema de participação social e tudo mais. Eram três atores que dirigiam

a Secretaria tinham atribuições diferentes dentro da Secretaria. Todos estavam nesse Comitê da Secretaria Geral que a gente reunia permanentemente para elaborar *briefing*, avaliar conteúdo e fazer mediação com as manifestações.

**M** – Estou no finalzinho, viu. O que avançou dos cinco pactos, em favor do Brasil, proposto pela presidenta Dilma na época das manifestações?

**S** – Eu vou ter que recuperar esses cinco pactos agora. Era a reforma política... Me ajuda a lembrar...

**M** – Era a reforma política, tinha a questão da mobilidade...

**S** – Eu posso recuperar isso e te mandar um áudio?

**M** – Pode ser depois sim, não tem problema.

**S** – Eu posso recuperar sim, porque como a gente fez um balanço de gestão lá na Secretaria Geral... Eu quero até recuperar o que foi o balanço político que a gente fez lá para passar para você, porque eu não vou lembrar de cabeça agora.

**M** – Pode ser depois sim. Só que essa pergunta é importante, não é, na questão... O que avançou, não é...

**S** – Claro. Por isso que não quero te dar uma resposta superficial também.

**M** – Acho que é um ponto importante porque, por exemplo, a reforma política a gente percebeu que avançou pouco. Mas era algo importantíssimo naquele momento e dialogava com as manifestações.

**S** – Isso. Eu vou recuperar isso e te passo amanhã de manhã. Não quero agora chutar aqui porque eu não lembro de cabeça mais o conteúdo todo delas.

**M** – Houve algum tipo de mudança no governo depois de junho de 2013? Após as manifestações de 2013 houve algum tipo de mudança?

**S** – Eu acho que essa que eu falei ali, meio *an passant* ali, no meio das outras respostas. De instituir um canal de diálogo permanente da presidenta com os movimentos sociais. Era aquela reclamação de que a presidenta sentava pouco, reunia pouco... Eu acho que passou de ser episódico os contatos dela com o movimento e passou a ser organizado. A cada período ela se reunia com setores do movimento sindical, de todas as centrais, com o movimento do campo, com as juventudes, com as mulheres, ou seja, ela instituiu uma agenda permanente de diálogo com o movimento social, e acho que esse foi o principal ganho para além de algumas políticas que a gente conseguiu conquistar naquele período e que o governo encampou. A conversa dos *royalties*, do PNE, o Estatuto da Juventude... eu acho que esse foi um dos principais ganhos desse período ali, não é. O tema ficou evidente, assim, a questão da juventude não é um temazinho qualquer, não eram só jovens que estavam nas ruas, mas tem uma geração aí que

não entende a política do jeito que a gente entende, não faz política do jeito que a gente faz, que é beneficiária de políticas que foram conquistadas do governo Lula e do governo Dilma, mas que não tem comparação, já começa a crescer num ambiente de mais direito, mais participação... Logo, isso é sempre insuficiente e é mesmo, porque a gente estava longe do ideal, do que a gente sonha e acredita, então acho que isso ficou evidente. Tem uma geração que não vai entender os mesmos códigos e que não basta a gente fazer o básico, tem que aprofundar. Acho que essas foram as principais questões que ficaram desse período. Entender que têm outros atores, outros processos, que o aprofundamento da política tem a ver com essa nova geração que cresceu sob os nossos governos, e essa questão da instituição de canais permanentes de participação de diálogo da presidenta com os movimentos sociais organizados.

**M** – Quais eram as impressões gerais após as manifestações, após junho? Acho que um pouco tu já me falaste até.

**S** – Sim. Desse atordoamento que se tem no início, todo mundo tentando entender, todo mundo sem muita certeza duma tese única e da necessidade de reforçar esses novos canais. Mas acho que esse atordoamento foi meio geral, assim.

**M** – Quanto a ser alguém que vem de uma militância nos movimentos sociais, não é... Nós conversamos no início da entrevista sobre aquele teu processo de acúmulo, participação, a escadinha... Como você viu ou vê os protestos e as manifestações de 2013?

**S** – A gente também ficou atordoado lá na Secretaria de Juventude, por mais que a gente tivesse mais opinião sobre isso. Já tinham alguns alertas, tipo, “Olha, tem um processo que a gente precisa entender melhor, a juventude não é só um pontinho da pauta...”, aquele velho dilema de sempre, sobre quem milita na juventude. Eu acho que para a gente, naquele período, também, foi um aprendizado lidar com a velocidade das coisas, que, bom, no movimento social tradicional você tem ritos. Na FETRAF tinha um rito, na PJ tinha um rito, no partido você tem ritos... Você pensa uma pauta, você abre negociação sobre uma pauta, você organiza os movimentos de rua para impactar nas negociações dessa pauta, estabelece diálogo depois das manifestações para manter as discussões dessa pauta. Especialmente na FETRAF, que era um movimento que não era de negociação direta com empregado, era política pública direta com o governo, não tem mediação com empregado, com patrão, era tudo muito planejado e organizado. Claro que tinham questões sazonais que impactavam: a seca que impactou, no início dos anos 2000, os três estado do Sul exigiu uma ação mais imediata, mas nada se dava sem planejamento, sem grande movimento por trás, sem a gente estar com compactuação com as nossas lideranças, ou seja, nada se dava de maneira muito impensada. Acho que essas manifestações iniciaram de maneira mais organizada pelo MPL, mas tomou outra dimensão.

Acho que a questão da ascensão das redes sociais como um instrumento, esqueci de falar isso antes... Um instrumento que potencializou as manifestações, foi uma inovação. Em que pese a gente já está lidando com ela há algum tempo, mas não tinha tido um momento ainda em que elas tomaram tamanha importância. Esse período, esqueci de falar... A gente criou o Participatório, que era o Observatório Participativo da Juventude. Vale dizer que estávamos elaborando a proposta do Participatório já. Ele não foi criado no período da manifestação, a gente já estava elaborando. A gente tinha o planejamento de lançá-lo no final de 2013, e a nossa ideia original era criar um espaço que fosse de debate permanente de juventude, elaboração de conteúdo, produção de documento, juntar a academia com o movimento social... E criar um canal direto de diálogo da Secretaria com a juventude brasileira. Porque o CONJUVE era maravilhoso, mas era em representações de movimentos, de organizações tradicionais, outras não tradicionais, mas era, em alguma medida, jovens que chegavam até um nível de organização que podiam estar no CONJUVE, disputar uma conferência, não é... E o Participatório nasce com essa ideia, de ser um espaço de construção de conteúdo, mas de diálogo: sem uma mediação do movimento, necessariamente. Não era rechaçando... A gente queria mais um canal de diálogo. Não era restringir a participação de quem já está, era ampliar para os que não estão. E com as Jornadas de Junho a gente antecipou o lançamento. A presidenta da República falou do Participatório e assumiu como um instrumento... Inclusive ele foi alvo de *trolls* direto... Foi muito difícil naquele período porque foi o primeiro canal direto que o governo utilizou e a gente também estava aprendendo com isso. Então eu acho que essa questão da velocidade... Em que pese que a gente já tinha muita reflexão sobre as novas formas de organização, a velha discussão sobre se era um movimento... Se os movimentos tradicionais iam ser ultrapassados pelos novos movimentos... Se era rede ou se era rua... Lembra que nesse período tinha muito questionamento, se as formas tradicionais de organização iam continuar valendo ou se agora era tudo internet... Era um debate que naquele período estava muito forte, esse diálogo a gente já vinha acompanhando, mas acho que a velocidade das Jornadas atropelaram todo mundo, a gente ficou atordoado, mas passou a entender que não dava mais para fazer a política do jeito que a gente estava acostumado a fazer, nem no governo federal. E falando como quem estava na gestão da Secretaria nesse período, além do que a gente acumulou no movimento... Precisava fortalecer as conferências, fortalecer os conselhos, criar as mesas de diálogo permanente, mas estava dado que não seria só isso que ia dar conta, que a gente teria que criar mecanismos de escuta e de diálogo. Então o Participatório foi um esforço nesse sentido, que tem avaliações positivas e negativas que a gente pode fazer, depois virou outra coisa... Como em tudo, às vezes, acontece: é pensado

como uma coisa e depois vira outra. E foram se criando outros canais, até na própria Secretaria Geral, no âmbito da participação social. Mas, para além desses dois fatores, eu acho que outro que eu faço como avaliação hoje, não só daquele período, eu acho que essas Jornadas foram um exemplo, a tradução desse momento de lida com as redes sociais, e eu acho que isso está mais claro isso, que isso toma cada vez mais força e influencia as pessoas. Eu não acho que as pessoas são... 2013 tinha uma confusão entre... Como traduzir isso... Era uma coisa ou outra. Ou era movimento de rua ou era movimento social. Eu acho que esse debate está ultrapassado hoje, na medida em que as pessoas usam a internet como instrumento, usam também para conteúdo, mas ela se soma com a rua. Acho que esse debate das manifestações de 2013 ajudaram a descortinar. As pessoas usavam a internet, mas elas iam para a rua. Teve um cartazinho que na época viralizou, que era “Sair do Facebook e ir para a rua”, uma coisa assim; acho que traduziu um pouco desse momento. A gente fez uma pesquisa em 2013, que foi a Agenda Juventude Brasil, que coincidiu também em 2013... A gente foi a campo antes das manifestações e as reflexões dela saíram naquele período, e tinha justamente uma relativização entre as velhas e as novas formas de participação. Os jovens não colocavam força totalmente numa em detrimento da outra. Se você quiser dar uma olhada na pesquisa, se não teve acesso ainda, eu te passo o livro, te passo o links... Porque a gente não faz análises das manifestações de 2013, mas pode ter elementos na pesquisa que te ajude a entender, inclusive sobre essa questão das formas de participação. A gente produziu ela em 2012, 2013. A gente foi a campo em final de 2012 e começou a analisar a pesquisa em 2013. Eu vou ver para te passar, mas a gente formulou em 2012. Eu estou na dúvida se a gente foi a campo no iníciozinho de 2013 ou se a gente já iniciou em 2012, isso que eu não lembro.

**M** – Mas já foi uma forma de pensar a juventude, é isso.

**S** – Já. A gente tentou reproduzir algumas questões da pesquisa do Instituto de Cidadania, de 2003, para fazer uma pesquisa longitudinal, então tinham questões que era para fazer análise de perspectiva da opinião da juventude brasileira e outras questões que eram novas. Mas a questão da participação vai ser bem legal para você. Não é uma pesquisa sobre as manifestações, mas captava opiniões daquele período, não é. Para além dessas questões, uma questão que eu reflito hoje é que eu acho que as manifestações de 2013 não podem ser jogadas no chão, de fato, não podem ser jogadas por terra, porque tem setores hoje que fazem leitura de que foi ali o nascedouro do ovo da serpente, ali que se gestou o Golpe de 2016, ali que se gestou esse momento que a gente está vivendo hoje. Então um pouco eu acho que foi a primavera brasileira no sentido de uma grande pauta que serviu para uma grande transformação. Acho que alguns setores da esquerda fizeram essa avaliação de que era então

uma grande oportunidade para uma grande transformação brasileira. Era uma primavera e nada será como antes amanhã. Acho que muito a partir do que a gente viveu e avaliou naquele período é que as manifestações de 2013 foram sim por um sentimento de luta por direitos, os mais variados... Acho que demonstrou uma pluralidade de pautas e de demandas e acho que essa é uma característica dessa geração. A juventude brasileira não está em torno de uma única pauta, de uma única agenda, mas ela se unificou em torno de alguns direitos: era mais saúde, mais educação, mais participação quando questionava o sistema político, era o direito a um transporte de qualidade, era mobilidade... Então era uma reivindicação por mais direito. Ela foi um questionamento profundo às instituições e à forma da política tradicional. Isso não é novo no Brasil, mas acho que naquele período ela se traduziu. Isso não é necessariamente ruim. A gente também questiona a p\* do sistema. A questão é que talvez a gente não tenha conseguido dialogar com isso com a população, qual é o real problema do sistema político brasileiro, e como se superam os problemas do sistema. E não é com Messias, com “Vamos acabar com a democracia, ou com o governo ou com o parlamento...” que se resolve, ou voltando para a ditadura militar... Faltou a gente ter capacidade de aprofundar a discussão do que é, de fato. Isso é uma fragilidade que eu acho que a gente teve nos nossos governos, de ter implementado muita política sem ter refletido com as pessoas o que isso significa, que país a gente quer construir, que bases são essas. Bom, para discutir o *Minha Casa, Minha Vida* a gente teve que fazer uma escolha: que escolha, que projeto é esse... Para além de estimular a meritocracia ou a ideia de que as pessoas estavam indo para uma classe C, porque eu acho que a gente desestimulou o debate sobre a classe trabalhadora e as suas implicações e fez um debate superficial achando que as nossas políticas iam necessariamente ampliar a consciência das pessoas. Acho que esse é um período que se a gente não tivesse ficado tão atordoado, para tentar entender, o que foi natural, foi tudo muito rápido... A gente poderia ter aproveitado melhor para fazer um diálogo com a população, dessa necessidade de aprofundamento das reformas estruturantes. Algumas foram sinalizadas, como a reforma política, mas não foi o suficiente, porque a gente ainda ficou atrelado aos espaços tradicionais para discutir. “Então vamos mandar para o congresso...”. Pô, a gente podia ter aproveitado para fazer um plebiscito, para fazer uma constituinte, para abrir o debate com o povo. Essa é uma avaliação que eu faço negativa: a gente poderia ter aproveitado melhor para discutir em profundidade com as pessoas, discutir mais direitos e mais serviços de qualidade. Isso é central. Mas, para isso antes a gente precisa ter reforma estruturante e discutir e questionar o sistema político e questionar o governo... É massa, é necessário, é fundamental, mas que sistema político a gente quer no lugar desse? Porque na ausência de fazer esse debate, essa reflexão, a gente também abriu água

para as saídas fáceis, as anti-democráticas, o crescimento de alguns grupos que se aproveitaram dessa pauta e de uma insatisfação com uma pauta que pode ser positiva, reivindicar mais direitos é muito importante... Acho que essa é uma das marcas dessa geração, mas a gente abriu água para as saídas fáceis. Então, “Mais direitos não tem como com essa corrupção que está aí, que é o PT, é esse governo, então vamos tirar todo mundo ou voltar com os militares que daí está tudo resolvido”. Acho que essa é uma questão que a gente precisa avaliar, da dificuldade que foi discutir em profundidade esses temas. E uma outra questão que eu acho é que assim como para a esquerda... Teve uma parte da esquerda que fez uma avaliação de uma primavera brasileira, teve uma parte da direita que viu que poderia ocupar as ruas e sair só dos seus mandatos parlamentares ou das redes sociais e ocupar uma forma que tradicionalmente era tida pela esquerda como forma de fazer pressão social, que era a mobilização de rua. Eu não acho que foi a gestação do ovo da serpente, que tudo estava pensado... Agora, eu acho que foi a primeira vez que eles experimentaram: “Fomos para a rua, fizemos barulho, deu resultado, rasgamos umas bandeiras vermelhas, expulsamos o partido daqui...”... Eu acho que a partir das manifestações setores da direita passam a avaliar que tinham potencial de fazer essa disputa de maneira mais organizada. Acho que essa é uma questão que também esse período ali pode ter influenciado o momento que a gente está vivendo, nesse sentido, de ter alertado os caras que poderiam ter, digamos assim, sucesso em algumas frentes.

**M** – Só para a gente finalizar, então. Tu queres acrescentar mais alguma coisa? Destacar algo? Todo esse acúmulo, enfim... Acho que a entrevista foi muito boa, não é. Nossa... Vários elementos novos e muitas questões para tu me mandares, como a Agenda Juventude Brasil, que eu acho que é importante eu colocar aí na dissertação, que já mostra alguns entendimentos sobre a participação política...

**S** – Eu vou te mandar amanhã. Eu te mando o link com o livro da análise da pesquisa, o resumo da pesquisa, que é muito legal, e eu acho que vai ter coisa para ajudar na tua reflexão aí, e vou retomar os cinco pactos do nosso balanço, que a gente fez, para poder te responder isso de maneira organizada. Tem meu Whatsapp, Pode pressionar por ali. Foi um prazer trocar ideia contigo e depois quero ver tua dissertação, fiquei curiosa.

**M** – Eu que agradeço, enfim, pela contribuição. A gente acabou ficando mais de 2h e deu para perceber o grande acúmulo que você tem na tua construção no movimento social o espaço de governo... Foi uma aprendizagem... Tu discordas um pouco, não vou colocar isso na pesquisa... Da fala que o Haddad fez há um tempo, de que o golpe começou em 2013, eu também acho que não foi bem assim, acho que a gente tem que compreender. Eu acho que as candidaturas atuais também têm essa interpretação de que... Tem muita gente votaria nulo e depois votou

Bolsonaro porque tem esse entendimento, tem uma crítica ao sistema político brasileiro, acha que tem que tentar outras coisas, embora não seja muito claro, muitas vezes, para as pessoas... Eu acho que você contribuiu bastante. A ideia das entrevistas vai ser a cereja do bolo, assim, para a minha dissertação no sentido de ajudar o partido a compreender as mudanças que a gente tem aí, no entendimento que as pessoas têm da participação política, na construção de políticas públicas. Quero agradecer mais uma vez pela paciência, aprendemos a usar o Skype... E com certeza depois eu vou te mandar uma síntese da nossa entrevista e vou te mandar sim a dissertação, para aprendermos juntos.

S – Maravilha, querido. Eu que agradeço. Pensando alto a gente reflete também. Refleti sobre várias coisas que eu não tinha pensado ainda.